



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO - FAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - PPGCom**

**A COBERTURA DO CORREIO BRAZILIENSE SOBRE OS GOVERNOS DILMA
ROUSSEFF: DISCRIMINAÇÃO, DESLEGITIMAÇÃO E MISOGINIA**

TATIANA REGINA GOMES DE AMORIM

**BRASÍLIA
2021**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**A COBERTURA DO CORREIO BRAZILIENSE SOBRE OS GOVERNOS DILMA
ROUSSEFF: DISCRIMINAÇÃO, DESLEGITIMAÇÃO E MISOGINIA**

Tatiana Regina Gomes de Amorim

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Comunicação da Universidade de Brasília como requisito
parcial para obtenção de título de doutora em comunicação.
Linha de pesquisa: Jornalismo e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Liliane Maria Macedo Machado

BRASÍLIA
2021

TATIANA REGINA GOMES DE AMORIM

**A COBERTURA DO CORREIO BRAZILIENSE SOBRE OS GOVERNOS DILMA
ROUSSEFF: DISCRIMINAÇÃO, DESLEGITIMAÇÃO E MISOGINIA**

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Comunicação do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Comunicação.

Área de concentração: jornalismo/comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Liliane Maria Macedo Machado

Banca Examinadora

Profa. Dra. Liliane Maria Macedo Machado (UnB)
Orientadora

Profa. Dra. Tânia Mara Campos de Almeida (UnB)
Avaliadora Titular

Profa. Dra. Tânia Márcia César Hoff (ESPM)
Avaliadora titular

Profa. Dra. Ângela Teixeira de Moraes (UFG)
Avaliadora Titular

Profa. Dra. Liziane Guazina (UnB)
Avaliadora Suplente

Aprovado em: ____ de _____ de 2021

Ao meu filho, Dante. Você ainda está aqui dentro, mas estou preparando um mundinho maravilhoso para sua chegada.

AGRADECIMENTOS

Ao meu avô Milton Amorim (*in memoriam*), que deu início ao relacionamento da minha família com a UnB em 1971, durante a construção da Biblioteca Central.

Aos meus pais, Luís Carlos e Tânia. Sem vocês, nada seria possível.

Às grandes mulheres da minha vida: Tânia, Taís, Tamires, Rebeca, Helena e Ágata. Vocês são minha inspiração.

Aos meus irmãos e sobrinhos, sempre me proporcionando novas visões de mundo.

Ao meu companheiro, Luíz Fernando e ao meu enteado, Augusto. Amo, respeito e admiro.

À minha orientadora, Professora Dra. Liliane Machado, pela dedicação, paciência e empatia.

Aos meus filhos felinos e caninos: Kryka, Sheid, Tom, Mulan, Frida, Raio e Sky. Sempre me oferecendo amor incondicional.

Aos professores e funcionários do PPGCom da FAC/Unb.

Aos meus ex-alunos, sempre me ensinando mais e mais.

Aos amigos e colegas que me acompanharam.

Muito obrigada!

“O poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder esteja em perigo, mas se se deixar que percorra o seu curso natural, o resultado será o desaparecimento do poder.”

*Hannah Arendt
(Da Violência, 1970, p. 35)*

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo analisar a cobertura realizada pelo jornal **Correio Braziliense** referente à Dilma Rousseff durante o período de janeiro de 2011 a agosto de 2016, em que esteve à frente da presidência da república do Brasil. A partir da análise de discurso de vertente francesa buscou-se pelas matrizes discursivas que guiaram o discurso jornalístico. O esforço central é por averiguar se existiu sexismo e/ou misoginia por parte do discurso midiático ao representar a presidenta. O período entre 2011 e 2016 foi dividido em três fases representativas: (des)construção - jan. a ago. de 2011; (des)legitimação – jan. a ago. 2013, e golpe – jan. a ago. 2016 para melhor adequação à análise. Percebeu-se que o discurso do **CB** foi sexista ao desvalorizar o feito histórico da presidenta, ao atribuir-lhe características masculinas, ao invisibilizar sua presença/função/qualificações, ao utilizar diversos adjetivos para desmerecer suas ações e falas, ao silenciar o momento em que mais lutou por sua permanência na presidência e conservação da democracia. Assim, é possível classificar o discurso jornalístico como uma tecnologia de gênero, ou seja, um espaço gendrado atuante nas representações sociais de gênero.

Palavras-chave: Discurso jornalístico. Jornal Correio Braziliense. Estudos feministas e de gênero. Análise de discurso. Dilma Rousseff.

ABSTRACT

The research aims to analyze the coverage carried out by the newspaper **Correio Braziliense** regarding Dilma Rousseff during the period from January 2011 to August 2016, in which she was head of the presidency of the republic of Brazil. Based on the french discourse analysis, we searched for the discursive matrices that guided the journalistic discourse. The main effort is to find out if there was sexism and/or misogyny on the part of the media discourse when representing the president. The period between 2011 and 2016 was divided into three representative phases: (des)construction - Jan. to Aug. 2011; (des)legitimation – Jan. to Aug. 2013, and coup – Jan. to Aug. 2016 to better fit the analysis. It was noticed that the **CB's** speech was sexist by devaluing the president's historic feat, by attributing to her masculine characteristics, by making her presence/function/qualifications invisible, by using several adjectives to belittle her actions and speech, by silencing the moment when she fought most for her permanence in the presidency and conservation of democracy. Thus, it's possible to classify the journalistic discourse as a gender technology, that is, a generated space active in the social representations of gender.

Keywords: Journalistic discourse. Correio Braziliense newspaper. Feminist and gender studies. Discourse analysis. Dilma Rousseff.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Desenho da pesquisa e estrutura da tese	16
PRIMEIRA PARTE	
1 OS CAMPOS POLÍTICO E JORNALÍSTICO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS	18
1.1 A noção de campo	18
1.2 O campo político	22
1.2.1 Patrimonialismo e patriarcalismo no Brasil	25
1.3 O campo jornalístico	34
1.3.1 Questões ideológicas	40
1.4 As conexões entre os campos	44
2 MULHERES E POLÍTICA: HISTÓRIAS, ATUAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES	49
2.1 Feminismos: história de lutas	49
2.1.1 As ondas feministas	50
2.1.2 A visão interseccional	57
2.2 Feminismos e poderes	63
2.2.1 A primeira presidenta do Brasil	71
3 DISCURSO JORNALÍSTICO: A PRODUÇÃO DOS SENTIDOS	75
3.1 O discurso	75
3.2 O discurso jornalístico	78
3.2.1 Teoria do agendamento	84
3.2.1 Enquadramento (framing)	85
3.3 As representações sociais	87
3.4 Discurso jornalístico como uma tecnologia de gênero	94
SEGUNDA PARTE	
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	99
4.1 O corpus de pesquisa.....	102

4.2 O Correio Braziliense	105
4.3 Análise de discurso	108
5 A (DES)CONSTRUÇÃO DO GOVERNO DILMA	116
5.1 Antecedentes.....	118
5.2 Matrizes discursivas.....	122
5.2.1 Silenciamento/desvalorização no dia histórico para as mulheres do Brasil	122
5.2.2 O temperamento de Dilma	129
5.2.3 Ofuscamento	139
6 A (DES)LEGITIMAÇÃO DO GOVERNO DILMA	145
6.1 Antecedentes	147
6.2 Matrizes discursivas	152
6.2.1 Cobertura jornalística adjetivada	152
6.2.2 A voz da presidenta	159
6.3 Matrizes secundárias	164
6.3.1 Patrimonialismo	164
6.3.2 Temperamento	166
6.3.3 Ofuscamento	169
7 O GOLPE E O GÊNERO	171
7.1 Antecedentes.....	177
7.2 Matrizes discursivas	181
7.2.1 Adversários	181
7.2.2 Antecipação	194
7.2.3 Feminização	196
CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	208
APÊNDICE A – Semana construída	224

INTRODUÇÃO

No ano de 2016, o Brasil enfrentou mais um processo de impeachment presidencial em sua curta vivência como um país democrático. Dilma Vana Rousseff, reeleita presidenta em 2014, foi afastada do exercício da presidência em abril de 2016 e, em 31 de agosto daquele ano, foi finalizado o processo de impeachment.

Este acontecimento já foi contado e analisado por diversos estudiosos de diferentes pontos de vista e campos do conhecimento. Livros, artigos, teses, dissertações e documentários já narraram tais acontecimentos. Todos de extrema relevância para termos diversos ângulos sobre o que ocorreu e que marcou tão profundamente a história da nação. É importante ressaltar que, estas variadas formas de se contar os fatos, partem de sujeitos únicos, com visões de mundo diversas. Adam Schaff (1995, p. 83) aponta que “o sujeito não é um aparelho registrador passivo, mas que introduz no conhecimento um fator subjetivo, ligado ao seu condicionamento social.” Assim, observa Schaff (1995), os fatos contados terão diferenças na avaliação, na interpretação, na percepção e, claro, na descrição da realidade e são estas “diferenças que caracterizam o conhecimento de sujeitos pertencendo a diversas épocas históricas ou, se não contemporâneas, a diversos meios (étnicos, sociais, etc.).” Sou mulher, branca, classe média, comunicadora, professora e pesquisadora e o meu viés para analisar uma pequena parte da história recente - o período em que Dilma Rousseff esteve no poder - engloba o tripé mídia, gênero e política a partir da análise do discurso do jornal **Correio Braziliense (CB)** em relação à Dilma Rousseff e sua atuação política durante o período em que esteve no poder.

A pesquisa possui aspectos teórico-metodológicos interdisciplinares a partir da união das teorias da comunicação, em especial, do jornalismo, teorias das representações sociais, a análise de discurso de vertente francesa e as teorias feministas e de gênero. Entendo que o gênero é construído (e reconstruído) socialmente e que o discurso midiático na sociedade contemporânea é central neste processo. O teórico inglês Roger Silverstone (2002, p. 12), questiona “Por que estudar a mídia?” e afirma que:

É impossível escapar à presença, à representação da mídia. Passamos a depender da mídia, tanto impressa quanto eletrônica, para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança, para ver algum sentido nas continuidades da experiência e também, de quando em quando, para as intensidades da experiência.

Dessa maneira, os significados produzidos pelo discurso midiático fazem parte do nosso cotidiano, construindo representações que guiam nossas visões de mundo - incluindo

as questões de gênero. A este respeito, Teresa de Lauretis (1994) na obra **A tecnologia do gênero** aponta quatro proposições nas quais explica as formas pelas quais o gênero é construído, aceito e absorvido: 1) o gênero é uma representação; 2) ao representar o gênero ele é construído; 3) a construção do gênero é contínua e, 4) desconstruir o gênero é também construí-lo.

Ao utilizar a análise do discurso como recurso teórico-metodológico, tem-se que, como aponta Eni P. Orlandi (2020, p.13), não é a língua e/ou a gramática que guiam a busca, mas o discurso.

Movimento dos sentidos, errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios: isto é o discurso, isto é o ritual da palavra. Mesmo o das que não se dizem (ORLANDI, 2020, p. 8).

O discurso produzido pelo campo jornalístico possui as especificidades do campo profissional, como a busca pela neutralidade e objetividade. Sabe-se que tais questões estão muito mais no campo subjetivo (uma ideia de objetividade e neutralidade) do que no campo objetivo, mas servem de guia para o exercício profissional e a manutenção da função social do jornalismo, dado que, como aponta o pesquisador Fábio Henrique Pereira (2004, p. 6), “A imagem do jornalista como mediador neutro, distante (e superior) aos jogos de interesse da sociedade, estaria subjacente ao ideal de objetividade na profissão.” O autor afirma ainda que o “mito do jornalismo objetivo é essencial para a compreensão da ideia de responsabilidade social do jornalista.” (PEREIRA, 2004. P. 7).

Considerando que o jornalismo atua na construção da realidade e assume “hoje um imprescindível papel de mediação, garantindo deste modo a constituição de um sentido comum e a indispensável coesão social” (JUNIOR, 2004, p. 2), tem-se a relevância de se analisar como este discurso (jornalístico) atua nas representações sociais. Como aponta Arthur Ituassu (2016), na apresentação da obra *Cultura e Representação* de Stuart Hall, “a mídia produz amplos efeitos na sociedade, relacionados a um determinado tipo de poder que se exerce no processo de administração da visibilidade pública midiático-imagética” e é por meio de discursos, no sentido proposto por Orlandi que a mídia exerce tal poder. Como aponta Hall (2016, p. 21), nós “damos sentido às coisas pela maneira como as representamos” e o jornalismo atua nesta construção da realidade, já que, como aponta Gaye Tuchman (1978, p.184), a notícia está sempre “definindo e redefinindo, construindo e reconstruindo o fenômeno social”.

A partir do objetivo central de analisar as principais matrizes discursivas encontradas nas notícias publicadas pelo jornal **Correio Braziliense** a respeito do percurso de Dilma Rousseff no poder, busco compreender algumas questões: Existem indícios de que a construção/manutenção das representações de gênero esteve presente no discurso jornalístico durante a estada de Dilma na presidência? Existiu a participação do discurso jornalístico na difusão das representações de gênero? Partindo do pressuposto de que o discurso jornalístico é uma tecnologia de gênero (LAURETIS, 1994) e que, apesar da vontade de objetividade e neutralidade, trata-se de um construto sócio-histórico - visto que carrega (também) estereótipos de gênero que estão naturalizados socialmente - a hipótese é de que o **Correio Braziliense** usou de sexismo e misoginia ao representar os governos de Dilma Rousseff.

Assim, tenho como objetivos específicos: a) identificar as principais matrizes discursivas do **Correio Braziliense** a respeito de Dilma Rousseff e seu governo; b) apontar, a partir da análise das matrizes discursivas, como foi construído o discurso jornalístico a respeito de Dilma e seu governo; c) compreender, a partir do levantamento bibliográfico e análise das notícias, como o discurso jornalístico pode ser caracterizado como uma tecnologia de gênero a partir de sua atuação como agente transformador da realidade social contemporânea.

A pesquisa justifica-se por vários fatores. O primeiro é a questão acadêmica. A pesquisas que abrangem comunicação e política vem se destacando em alguns campos de estudos. O artigo **Comunicação e Política: mapeando autores/as e teorias mobilizados no Brasil** (FRANÇA ET ALL, 2018) apresentou os resultados de uma pesquisa que mapeou teorias e autores/as que alicerçaram os estudos da área de comunicação e política no país a partir dos textos apresentados no grupo de estudos “Comunicação e Política” do congresso anual Compós durante dez anos (2006-2015). Em suas conclusões os autores apontam que:

os dados mostram que o número de textos que citam autores/as brasileiros/as, bem como o número de pesquisadores/as (autores/as e coautores/as dos textos apresentados no GT) que citam (portanto, trabalham com a referência de) autores/as brasileiros/as, são mais expressivos que as referências aos cinco autores/as estrangeiros/as mais citados/as. Do ponto de vista das instituições, podemos dizer que a influência dos autores brasileiros mais citados (Gomes e Miguel) alcança uma proporção maior do que a dos dois estrangeiros mais citados: ambos foram citados por pesquisadores/as de 13 instituições, enquanto Habermas o foi em 10 e Bourdieu, em apenas 5 instituições. (FRANÇA ET ALL, 2018, p. 35).

Ao percebermos que autores brasileiros estão sendo mais referenciados do que os estrangeiros nesta área específica, podemos inferir que a produção acadêmica na área tem

sido profícua. Porém, ao acrescentarmos a questão do gênero nesta área (comunicação e política) percebemos que, apesar de crescente, a discussão a respeito da participação das mulheres na política e suas representações no Brasil ainda precisa amplificar-se.

Ao tomar como foco a análise da representação midiática de todo o governo Dilma penso colaborar para um campo que ainda se desenvolve, apesar de possuir investigações relevantes com pesquisadoras como Flávia Biroli, Celi Regina Jardim Pinto e Simone Rodrigues Bohn, por exemplo. Já o impeachment da presidenta foi e é bastante analisado pelo viés de gênero, como demonstra, por exemplo, a obra **O golpe na perspectiva de Gênero**, organizada por Linda Rubim e Fernanda Argolo (2018), que apresenta a visão de autoras de diversas áreas do conhecimento sobre a relação entre o golpe e as questões de gênero, e a obra **Mídia, misoginia e golpe**, organizada por Elen Cristina Geraldês; Tânia Regina Oliveira Ramos; Juliano Domingues da Silva; Liliane Maria Macedo Machado e Vanessa Negrine (2016) que traz uma série de entrevistas em que acadêmicos/as e políticos/as foram convidados/as a responder questões como: Foi golpe? A mídia apoiou? A misoginia impactou?

Como dito anteriormente, a história é contada a partir de sujeitos com vivências e visões de mundo diversas. A minha faz parte de um conjunto que contará para as próximas gerações como foi representado pela mídia jornalística o governo da primeira mulher presidenta do Brasil. Incluir à esta resposta o viés de gênero é de extrema relevância para que a luta das mulheres seja reconhecida e para que as naturalizações que inferiorizam as mulheres sejam encerradas, nos aproximando da igualdade. Além disso, temos a questão da baixa representatividade de mulheres no cenário político nacional. Nas eleições de 2020, de acordo com os dados divulgados pelo Superior Tribunal Eleitoral (TSE)¹, tivemos um aumento de apenas 2,5% no total de candidaturas em relação à 2016. Naquele ano, as mulheres representaram 13,1% do total de candidaturas e em 2020, 13,4%.

Pessoalmente, os acontecimentos que rodearam o governo Dilma foram de grande impacto. O entusiasmo com uma presidenta foi enorme, mas a decepção com a concretização do golpe foi ainda maior. Tentar entender por que a presença de uma mulher num alto nível de poder incomodou tanto - em tantas esferas sociais - me moveu. Creio que milhares de mulheres se sentiram mais fortes com a conquista de Dilma Rousseff e os acontecimentos, muitas vezes sexistas e misóginos, que rodearam seu governo até o impeachment também foram machucando cada uma que se importa. O feminismo não é só um movimento social

¹ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/janeiro/governo-comemora-aumento-da-representatividade-feminina-na-politica> Acesso em 15 set 2021.

ou um campo do conhecimento. São as duas coisas. A luta, dentro e fora da academia, é por equidade em todos os aspectos sociais.

Desenho da pesquisa e estrutura da tese

No intuito de analisar as matrizes discursivas do **CB** em relação à atuação de Dilma Rousseff no poder, algumas definições são relevantes. O período analisado foi de 1º de janeiro de 2011 (posse de Dilma no primeiro mandato) à 31 de agosto de 2016 (finalização do processo de impeachment). O veículo escolhido foi o Jornal **Correio Braziliense** (maior jornal diário do Centro-Oeste) em sua versão online (www.correio braziliense.com.br) e, mais especificamente, a seção **Política**.

A busca foi realizada a partir da palavra-chave “Dilma” e foram encontradas, a princípio, 4.945 notícias – dentro do recorte temporal mencionado. A partir da quantidade elevada de notícias o período analisado foi dividido em três fases representativas: 1) fase de (des)construção do governo - janeiro a agosto de 2011- 2) fase de (des)legitimação - janeiro a agosto de 2013- 3) Golpe – janeiro a agosto de 2016. Dessa maneira passei para 2.306 notícias a serem analisadas. Ainda com um número elevado de notícias (até porque os três períodos selecionados foram alguns dos mais turbulentos do governo Dilma) a escolha foi por utilizar o método da semana construída² e aplicá-lo em cada fase pré-selecionada. Dessa maneira, o total de notícias analisadas foi de 255.

A tese está dividida em duas partes. A primeira, com três capítulos, apresenta as reflexões teóricas fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. O primeiro capítulo, **Os campos político e jornalístico: aproximações e distanciamentos** aborda os dois campos sociais de maior relevância para a pesquisa a partir da noção de campo de Pierre Bourdieu. Após o detalhamento de cada campo parto para a análise da conexão entre os dois. Já no segundo capítulo (**Mulheres e política: histórias, atuações e transformações**) direciono o olhar para as mulheres e a política, no qual abordo o feminismo (movimento social e campo de estudos) e a participação das mulheres na política, desde o sufrágio até a primeira mulher presidenta do Brasil. No terceiro capítulo (**Discurso jornalístico: a produção dos sentidos**) o foco se volta para o discurso jornalístico, no qual me volto primeiramente para a definição de discurso para, posteriormente trabalhar os aspectos do discurso jornalístico, incluindo as teorias do agendamento e enquadramento que tem como foco o discurso jornalístico e seus impactos sociais. As representações sociais também são

² Método apresentado por Souza (2004) e que consiste em “construir a semana” utilizando a segunda-feira da primeira semana do período a ser pesquisado, a terça da segunda semana, a quarta da terceira e assim por diante.

abordadas neste capítulo já que entendo que o discurso jornalístico é uma tecnologia de gênero, ou seja, constróem representações de gênero.

A segunda parte tem início com o capítulo **Procedimentos metodológicos** no qual detalho o *corpus* da pesquisa, a opção pelo jornal **Correio Braziliense** e pela Análise de Discurso. A partir do detalhamento das opções metodológicas a empreitada é a análise do material coletado. A minha opção foi por dividir os capítulos de análise a partir das fases pré-selecionadas, dessa maneira ficamos com o capítulo **A (des)construção do governo Dilma; A (Des)Legitimação do governo Dilma e O golpe e o gênero**. Cada capítulo de análise possui uma breve apresentação, justificando, principalmente, o nome de cada fase, um subitem nomeado **Antecedentes**, em que discorro sobre os principais acontecimentos políticos daquela fase e as matrizes discursivas e suas especificidades encontradas a partir da análise das notícias selecionadas.

1 OS CAMPOS POLÍTICO E JORNALÍSTICO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Neste capítulo apresento o conceito de campo social a partir de Pierre Bourdieu e aprofundo-me em questões específicas dos campos político e jornalístico, na companhia do mesmo autor. Após compreender as características específicas destes campos sociais, trabalharei os pontos de ligação entre eles. Este caminho se faz importante dado que a pesquisa concentra-se no imbricado mundo no qual jornalismo e política se encontram, já que busco as representações acerca do governo Dilma Rousseff elaboradas pelo jornal **Correio Braziliense**.

1.1 A noção de campo

Pierre Bourdieu possui uma vasta produção científica e, muitos de seus conceitos são utilizados por pesquisadores de áreas de conhecimentos distintas. Um dos mais utilizados é o de campo social, o qual Bourdieu explora em obras diversas. Segundo o sociólogo (2004), um campo é um espaço social, ou um microcosmo, relativamente autônomo que possui suas próprias regras e no qual os participantes compartilham de conhecimentos específicos e possuem/adquirem um *habitus* necessário para integrá-lo.

Bourdieu (2007, p. 61) destaca que “o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista)”. A relação entre os conceitos de *habitus* e campo é essencial para a compreensão das ideias do autor já que existe uma “relação de mão dupla entre *habitus* individual e a estrutura de um campo, socialmente determinado” (SETTON, 2002, p. 64). Podemos afirmar que grande parte das ações dos agentes sociais é produto dessa relação, mas é necessário fazer uma ressalva. *Habitus* não é destino, mas produto da história, ou seja, como aponta Maria da Graça J. Setton (2002), “é um sistema de disposição aberto”, confrontado e modificado por novas experiências.

Bourdieu estudou, por exemplo, o campo científico na obra **Os usos sociais da ciência** (2004) e o campo artístico em **O amor pela arte** (2007). O que nos compete compreender é que cada campo possui especificidades, são mais ou menos autônomos (possuem maior ou menor autonomia) e são espaços de luta. Bourdieu compara os campos a um jogo e, apenas algumas pessoas estão autorizadas a jogar este jogo e lutar pelo troféu, uma recompensa específica de cada campo. No final das contas, a luta é pela dominação, é por tornar-se aquele que dita as regras.

Renato Ortiz (1983, p. 19) aponta que, para Bourdieu, o campo é um espaço no qual “as posições dos agentes se encontram *a priori* fixadas. O campo se define como o *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão”. Dessa forma, observamos que um campo social é um espaço em que os agentes traçam estratégias específicas em busca de legitimidade para ocupar um espaço de dominação. Ao mesmo tempo, os dominantes agem para manter sua posição e, dessa forma, se estabelecem as lutas no interior dos campos. Por isso, Bourdieu afirma que todos os campos sociais são campos de força.

Bernard Lahire (2002, p. 47/48) faz um apanhado de características da noção de campo nas obras de Bourdieu, entre as quais destacamos: 1) um campo é um microcosmo dentro do macrocosmo que é constituído pelo espaço social global; 2) Cada campo possui regras do jogo e desafios específicos, irredutíveis às regras do jogo ou aos desafios dos outros campos; 3) um campo é um sistema estruturado de “posições”; 4) É um sistema de lutas entre agentes que ocupam posições diversas; 5) as lutas são em torno de um capital específico; 6) o capital é distribuído desigualmente nos campos, por isso existem os dominantes e os dominados; 6) Em luta, os agentes de um campo têm interesse em que o campo exista e, portanto, mantêm uma “cumplicidade objetiva” para além das lutas que os opõem. 7) os interesses dos agentes são específicos de cada campo, não se reduzindo apenas em capital econômico; 8) A cada campo corresponde um *habitus* próprio do campo. Apenas quem tiver incorporado o *habitus* próprio do campo tem condição de jogar o jogo e de acreditar no jogo; 9) cada agente é caracterizado por sua trajetória, seu *habitus* e sua posição no campo e, 10) os campos possuem autonomia relativa.

A noção de capital também é bastante explorada por Bourdieu. O autor usa o termo capital como sinônimo de poder, podendo ser econômico, social e/ou cultural. Dessa forma, Bourdieu amplia o conceito de capital de Marx, ou seja, o conceito não diz respeito apenas ao acúmulo de bens econômicos, mas também às questões culturais, sociais e simbólicas. Nesse sentido, Bourdieu (2007, p. 69), explica que

A teoria geral dos campos permite descrever e definir a forma específica de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho), evitando assim todas as espécies de reducionismo, a começar pelo economismo, que nada mais conhece além do interesse material e a busca da maximização do lucro monetário.

Outra ideia relevante para a teoria dos campos é a de estratégia. Trigo (1998) aponta que a noção de estratégia em Bourdieu é diferente daquela entendida pelo senso comum.

Para este último, estratégia está ligada a ação planejada e consciente. Já para o autor, prática e estratégia são quase sinônimos. “Para o autor, a prática entendida como atualização do *habitus* tem que ser estratégica todas as vezes que as circunstâncias, ou seja, a estrutura do campo tiver sofrido modificações” (TRIGO, 1998, p. 52). Pode-se dizer que as estratégias são ações, práticas inconscientes, dado que são consideradas naturais e evidentes pelos participantes de um campo. Para Bourdieu (1990, p. 81),

A noção de estratégia é o instrumento de uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe (recorrendo, por exemplo, à noção de inconsciente). [...] Ela é produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância [...].

Outra questão relevante para trabalharmos os campos jornalístico e político é o poder simbólico. Em obra de mesmo nome, **O poder simbólico** (2007), Bourdieu explica que o poder está permeado pelos campos sociais, mas que há um tipo de poder que não se vê, mas que “pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (2007, p. 8). O sociólogo aponta que o poder simbólico manifesta-se por meio do que chama de “sistemas simbólicos”, que são as criações e manifestações culturais como a língua e a arte. Estas produções simbólicas relacionam-se com os interesses da classe dominante, como descreve Bourdieu (2007, p. 10),

As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções.

As classes sociais encontram-se em uma luta simbólica constante pela definição do mundo social de acordo com seus interesses (BOURDIEU, 2007). O antagonismo entre indivíduos pertencentes a classes sociais diversas na lógica capitalista já foi amplamente discutido por Karl Marx e reelaborada por pesquisadores posteriores. O conflito expressa-se nos campos cultural, social, econômico e político, principalmente. A cultura dominante une e separa as classes, legitimando as distinções. Já as outras culturas (subculturas, como coloca Bourdieu) definem-se em relação à distinção da cultura dominante (quanto mais próximo, mais dominante). Podemos pensar as classes sociais representadas com a tradicional pirâmide. Aqueles que estão no topo realizam manutenção de sua posição provocando e/ou realçando suas distinções (Bourdieu apresenta a questão do gosto pela arte, por exemplo).

Os que estão na base lutam para subir e assumir o poder e redefinir a realidade social. A luta é constante e a existência e manutenção da posição de cada classe é definida relacionalmente.

As relações de comunicação são, para Bourdieu (2007), “relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou instituições) envolvidos nessas relações [...]” (2007, p. 11) Dessa forma, o autor nos propõe a percepção de que os sistemas simbólicos “cumpram a sua função política de instrumento de imposição ou de legitimação de uma classe sobre a outra” (2007, p. 11), ou seja, a concretização da violência simbólica. As classes estão envolvidas em uma luta constante pela imposição e legitimação de suas visões de mundo, suas ideologias. O que resulta na reprodução do valor dominante que tende a reforçar, dentro e fora da classe “a crença na legitimidade da dominação da classe” (BOURDIEU, 2007). Está explicado como a violência simbólica acontece, por meio da produção e reprodução das ideologias dominantes a partir do uso dos sistemas simbólicos, mas não só, existe neste processo a relevante participação das classes dominadas que são coautoras deste processo, ou seja, para existir a dominação é necessário que, no mínimo, os dois polos extremos desta relação estejam em acordo.

Bourdieu ressalta que as ideologias são “duplamente determinadas”, ou seja, elas devem suas características não só às classes dominantes, “mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção” (2007, p. 13). Percebemos então, a relevância das ideias de poder simbólico e violência simbólica para a compreensão do funcionamento dos campos.

É na correspondência de estrutura a estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais. (BOURDIEU, 2007, p. 14)

O discurso dominante pode ser encontrado em diversas esferas sociais. É reproduzido a todo momento, de classe em classe, campo em campo. Além de reproduzido é também legitimado, mesmo que os diversos agentes sociais ignorem esta ação. É um discurso naturalizado, tido como normal. Assim, o poder simbólico, “como poder de constituir o dado pela enunciação” (BOURDIEU, 2007, p. 14) é classificado pelo autor como um poder “quase mágico” já que tem como resultado algo que poderia ser adquirido pela força, sendo conquistado e reproduzido por meio das ideologias, é uma subordinação consensual.

Bourdieu destaca que “o que faz o poder das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.” (2007, p. 15).

Estes aspectos dos campos nos auxiliarão na compreensão de diversas particularidades que estão por vir. Por hora, cabe evidenciar que o conhecimento da dinâmica dos campos, de uma forma mais geral, se faz necessário para os próximos passos deste capítulo, nos quais pretendo abordar características específicas aos campos político e jornalístico, no intuito de afunilar os temas e conceitos necessários para a análise da representação do governo de Dilma Rousseff engendrada pelo jornal **Correio Braziliense**.

1.2 O campo político

Sobre o campo político, Bourdieu palestrou em uma conferência na Universidade Lumière-Lyon 2, em 1999. A conferência foi traduzida e publicada pela Revista Brasileira de Ciência Política³ no ano de 2011. Já no início de sua fala, Bourdieu (2011, p. 194/195) aponta que:

Falar de campo político é dizer que o campo político (e por uma vez citarei Raymond Barre) é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social.

Uma das primeiras características do campo político é que ele está localizado na separação entre profissionais e profanos. Para o autor, os profissionais são aqueles que possuem as aptidões necessárias para fazer parte do campo, já os profanos aqueles que estão de fora. “Quanto mais o campo político se constitui, mais ele se autonomiza, mais se profissionaliza, mais os profissionais tendem a ver os profanos com uma espécie de comiseração.” (BOURDIEU, 2011, p. 197). Desta forma, os profissionais costumam chamar os profanos que ousam se meter em seu campo de irresponsáveis. Como diz Bourdieu (2011, p. 197), “com dificuldade para suportar a intrusão dos profanos no círculo sagrado dos políticos, eles os chamam à ordem do mesmo modo que os clérigos lembravam aos leigos sua ilegitimidade.” Podemos compreender que os políticos profissionais são aqueles que se adequam às normas implícitas ao campo (tipo de vocabulário, postura, apresentação, por

³ Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216.

exemplo). Estes possuem *habitus* específico que foge das maneiras dos profanos que desconhecem as regras do jogo.

Outro ponto abordado pelo autor são as características daqueles que fazem parte deste campo. Eles precisam ter tempo livre e educação. Para tanto, é necessário que possuam um “excedente econômico” (BOURDIEU, 2011, p. 196). Dito isso, no intuito de apontar as condições sociais para o funcionamento do campo, o autor se volta para a questão dos profissionais e dos profanos determinando que apenas os políticos (profissionais) têm a competência para falar de política, o que nos faz compreender que grande parte das pessoas está fora deste campo.

Há, então, um acordo tácito entre os participantes desse jogo, eles concordam em discordar. Esquerda ou direita, democrata ou republicano, eles estão de acordo e fecham o círculo de um mesmo campo, lutando pelo exercício do poder sobre o Estado. Segundo Bourdieu (2011, p. 203) “As lutas políticas são lutas entre responsáveis políticos, mas nessas lutas os adversários, que competem pelo monopólio da manipulação legítima dos bens políticos, têm um objeto comum em disputa, o poder sobre o Estado.”

A respeito do capital político, Bourdieu (2011, p. 204) acrescenta que é um tipo de capital de reputação, capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido, um capital de reputação “ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido, notável”. O autor coloca que o capital político também está ligado aos partidos, ou seja, o capital político do agente político está diretamente ligado ao peso político do partido ao qual está afiliado, mas não só, também é considerado o peso que o agente possui dentro do partido. Os partidos também carregam a questão da burocratização do campo político,

Atualmente, o partido é uma espécie de banco de capital político específico, e o secretário geral de um partido é uma espécie de banqueiro (...) que controla o acesso ao capital político, burocratizado, burocrático, garantido e autenticado burocraticamente pela burocracia de um partido. (2011, p. 204)

Bourdieu expõe o fato de que os interesses políticos estão, de maneira crescente, ligados aos partidos. Bourdieu fala da reprodução dos interesses dos políticos e dos partidos como um ciclo. As ações dos políticos reproduzem a dominação e os próprios políticos, o que acaba lhes assegurando a capacidade da reprodução (2011, p. 2005). Podemos entender que as ações políticas são direcionadas, quase que estritamente, à manutenção de seu lugar no campo. Dessa forma, os participantes do campo político asseguram “a reprodução do aparelho que garante a existência política de seus membros” (2011, p. 206). Podemos

perceber que não há ação desinteressada (o que não compete apenas ao campo político, mas que contrasta com o discurso político).

Sobre as competências, as questões que estão em jogo e os interesses específicos do campo político, Bourdieu (2007, p. 169) esclarece que o *habitus* político supõe “uma preparação especial” e, com isso, o autor refere-se a um tipo de conhecimento pertinente ao campo, como saberes específicos, os quais englobam teorias, conceitos, tradições, dados relevantes e saberes mais gerais como a linguagem, a formulação dos discursos, ou seja, uma determinada postura. Estes conhecimentos são, para o autor, uma espécie de “iniciação, com as suas provas e ritos de passagem que tendem a inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo político e a impor uma submissão de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 170). Aqueles que não pertencem ao campo político não possuem este *habitus* e, conseqüentemente não se submetem aos ritos do campo. Como exemplo veremos que Dilma Rousseff foi periodicamente acusada pelo jornal de não possuir as competências necessárias ao cargo já que, anteriormente, nunca havia assumido cargo que necessitasse de eleição.

Bourdieu explica a ciência política como “racionalização da competência que o universo da política exige e que os profissionais possuem no estado prático” (2007, p. 170). A partir do momento que o campo possui técnicas racionais, a eficácia deste campo é aumentada, já que passa a possuir certa cientificidade em suas práticas. Especialistas, que, idealmente, não possuem interesse neste campo específico, passam a ter voz, “em nome do saber e não do interesse da classe” (BOURDIEU, 2007, p. 171).

A respeito do sentido do jogo político, o autor aponta que é exatamente o que permite aos profissionais deste campo prever as tomadas de posição de seus concorrentes e vice-versa. Os participantes deste jogo estão dispostos a desempenhar o papel que lhes cabe dentro da estrutura do campo. Esta aceitação das regras do jogo, o que Bourdieu chama de *illusio*⁴, ou a adesão ao jogo é produto e condição do funcionamento do jogo (BOURDIEU, 2007). Além disso, os integrantes deste campo compartilham de certa solidariedade já que participam e aceitam as regras do mesmo jogo.

Existe também uma luta que opõe os profissionais, que Bourdieu (2007, p. 173/174) esclarece como “a forma por excelência da luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do

⁴ *Illusio*, para Bourdieu, consiste no interesse que os agentes sociais têm em participar do jogo. Oliveira (2005, p. 540) aponta que “A *illusio* é um jogo social levado a sério — fantasia subjetiva coletivamente sancionada [...]”

mundo social e dos princípios de di-visão deste mundo [...]. São os partidos que atuam nesta “forma sublimada de guerra civil” (2007, p. 174), elaborando e impondo certa representação do mundo social que seja capaz de angariar a maior quantidade de cidadãos e apoderando-se de postos que sejam capazes de assegurar o poder. É relevante destacar também que o campo político caracteriza-se pelas oposições e que nada (instituições, agentes, atos ou discursos) terá sentido neste campo se não for relacionalmente (como a direita e a esquerda, por exemplo, que ao mesmo tempo em que possuem discursos opostos, legitimam o discurso uma da outra). Assim também acontece com os campos político e jornalístico que, por mais que aparentem distanciamento, se complementam no sentido em que um legitima o outro. No caso desta pesquisa mostraremos como, de forma mais ou menos direta, a imprensa participa das decisões políticas. Isso se dá porque existe mais um lado nesta equação: a opinião pública.

1.2.1 Patrimonialismo e patriarcalismo no Brasil

As peculiaridades histórico-políticas do Brasil exercem influência na totalidade das instituições sociais. Olhamos para a história na tentativa de compreender o presente e delinear passos futuros. Aqui, não tenho espaço, ou justificativa, para contar mais de 500 anos de história política, porém faz-se necessário, frente ao objetivo da tese, ressaltar, pelo menos, dois aspectos históricos relevantes: o patrimonialismo e o patriarcalismo na política brasileira.

O patrimonialismo é um conceito desenvolvido por Max Weber e que faz referência a não separação entre público e privado ou, melhor dizendo, uma ausência de separação entre patrimônio público e privado, como se tudo dependesse do detentor do poder. Dessa maneira, o conceito objetiva a compreensão de um tipo específico de dominação que ocorre quando um líder político usa seu poder para satisfazer suas conveniências. O nepotismo⁵ acaba sendo uma consequência do patrimonialismo e o Estado passa a ser uma continuidade da alçada privada do líder.

⁵ O nepotismo ocorre quando um agente público nomeia, contrata ou até favorece um familiar na máquina pública. A Constituição Federal de 1988 deixa claro no artigo 37 que a administração pública deve usar da “*legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência*” (BRASIL, 1990). O termo impessoalidade (imparcialidade) apontando para a ação sempre em benefício do interesse público. Dois tipos de nepotismo são encontrados: o direto, no qual o agente público favorece um familiar de até 3º grau e o cruzado quando agentes públicos nomeiam parentes uns dos outros. As duas formas de nepotismo são proibidas no país desde que em 2008 o Supremo Tribunal Federal aprovou a 13ª Súmula Vinculante da Corte que considera qualquer prática de nepotismo uma violação da Constituição Federal.

Hinnerk Bruhns (2012, p. 63), no artigo **O conceito de patrimonialismo e suas interpretações contemporâneas** assinala que “No *patrimonialismo*, todas as relações (políticas e administrativas) entre governantes e governados são de cunho privado”, noutros termos, não existe distinção entre domínio público e privado. Aristeu Portela Júnior (2012, p. 12) aponta que “o patrimonialismo consiste em uma forma específica da dominação tradicional⁶”. Ricupero (2016), no prefácio à obra de Leonardo Octávio Belinelli de Brito, **Os dilemas do patrimonialismo brasileiro**, afirma que o patrimonialismo tem funcionado para tratar a confusão entre público e privado e, em nosso país, na tentativa de se explicar a corrupção. A questão da corrupção política é constante na construção social brasileira e, em especial para esta pesquisa, relevante para a compreensão dos fatos que levaram a destituição da presidenta. A tese do patrimonialismo, desenvolvida e reestruturada desde autores clássicos brasileiros, embasa o entendimento a respeito da cultura política e manutenção do poder no Brasil, portanto, fica claro o interesse em compreender o patrimonialismo no contexto estudado, já que auxiliará na compreensão do percurso de Dilma no poder.

Já o termo patriarcado, denota uma formação social na qual os homens são os detentores do poder. Sinônimo de dominação masculina ou sujeição das mulheres (HIRATA; LABORIE; DOARÉ; SENOTIER, 2009). Para Marta Fontenla (2008), o termo é usado, historicamente, para designar um tipo de sociedade na qual a chefia é exercida pelo chefe de família, o proprietário da propriedade em que estavam a esposa, os filhos e os escravos (FONTENLA, 2008). A autora ainda destaca que “O poder no patriarcado pode ter origem divina, familiar ou fundar-se num acordo de vontades, mas em todos estes modelos, o domínio dos homens sobre as mulheres se mantém.”⁷

A questão ou o conceito de patriarcado tem sido explorado exaustivamente por pensadoras feministas e na produção intelectual social brasileira. Ao abordar a mulher na visão do patriarcado brasileiro, Follador (2009, p. 14) destaca que o século XIX trouxe mudanças principalmente para as mulheres pertencentes às elites, “As mudanças foram verificadas no que se refere a uma maior liberdade para frequentar locais públicos e em um maior acesso à educação, uma vez que, agora lhes era permitido e esperado que soubessem ler e escrever.” Já para as mulheres das classes menos abastadas as mudanças foram ínfimas.

⁶ Para Weber (1981) a dominação tradicional é aquela na qual a autoridade é suportada por uma fidelidade tradicional. O governante é o patriarca e o patriarcalismo é o tipo mais puro dessa dominação, na qual a obediência é resultado do respeito.

⁷ “El poder en el patriarcado puede tener origen divino, familiar o fundarse en el acuerdo de voluntades, pero en todos estos modelos, el dominio de los varones sobre las mujeres se mantiene.” (tadução livre)

No século XX, elas alcançam maior reconhecimento pela participação na construção do país e passam a reclamar maior participação na economia e política e o reconhecimento como cidadãs livres (FOLLADOR, 2019). Este tema será retomado mais a frente ao ser abordado como fator que, historicamente, possui função relevante no campo político brasileiro.

Explicados os conceitos, mesmo que superficialmente, partimos para a compreensão dessas questões no universo político brasileiro. Essa discussão é pertinente no sentido em que nos fornecerá bases históricas de questões antigas da política nacional que, ainda hoje, alimentam um jogo político arcaico, mas que vem se atualizando e encontrando os mais diversos arranjos para tolher possíveis mudanças no *status quo*.

O patrimonialismo chega ao Brasil junto com os colonizadores e se mantém na estrutura político-econômica do país. A relação público *versus* privado sempre foi conflituosa em nosso país e, por isso, retratada e estudada (sua história e desdobramentos) por diversos autores. Compreende-se que o Estado patrimonialista foi instaurado no Brasil já na colonização, tempo em que alguns poucos dominantes colonizadores reprisavam características do Império português por aqui, com todo aparato burocrático e corrupto que iniciou certo “espírito de clã” aos partidos políticos (VIANA, 1999).

Entre os principais autores que abordam a questão temos Sérgio Buarque de Holanda, que foi o primeiro autor a trabalhar o termo no Brasil, em seu clássico **Raízes do Brasil**, publicado em 1936. Entre as principais ideias do autor temos que a compreensão da organização política brasileira é altamente dependente de nossas raízes históricas. Holanda considera que a vinculação entre público e privado no Brasil está relacionada com a estrutura familiar que sofreu influências dos colonizadores. O autor também conceitua o “homem cordial”, que é caracterizado por conduzir suas relações de forma pessoal, com base em valores familiares. Isto faz com que exista um rompimento da barreira entre público e privado.

Desde então, podemos falar em outras duas interpretações relevantes sobre o patrimonialismo brasileiro. A primeira, com Florestan Fernandes e Maria Sylvia Carvalho Franco e a segunda com Raymundo Faoro e Simon Schwartzman. A primeira trabalha com o patrimonialismo brasileiro com base na sociedade – “quem realiza a “cooptação” são os membros da classe política e a burocracia estatal” - e a segunda aponta um patrimonialismo de Estado – quem realiza o patronato é o estamento burocrático (BRITO, 2019, p. 5).

Jessé Souza (2009) trata esta dualidade do conceito, quando aplicado ao Brasil, de outra maneira. Para o autor, “a leitura dominante sobre o Brasil, desde a reflexão metódica até o senso comum, pressupõe o ‘império do personalismo’ e seus atributos de emocionalidade,

calor humano e sentimento, na vertente que celebra essa tradição, e de corrupção, privilégio e favor, na vertente que a condena e a crítica.” (SOUZA, 2009, p. 68). Na obra **A ralé brasileira**, Souza (2009) propõe visões opostas sobre o tema – como algo “positivo” e apenas “nosso” ou característica singular brasileira, ou como algo negativo que carrega todos os males do Estado brasileiro – que têm início no mesmo ponto de partida, que, para Souza é falso. Trata-se do fato de que

a sociedade brasileira foi constituída de modo único e singular como “marcianos verdinhos” sem qualquer relação com o resto da humanidade que habita o planeta. Essa percepção é falsa ainda que seja o núcleo da amada ideia que anima o “mito da brasilidade” de nossa extremamente bem-sucedida identidade nacional. Para mim, esses dois raciocínios são como uma imagem refletida no espelho e partes indissociáveis de uma mesma leitura — distorcida por uma sutil violência simbólica que impede perceber nossos conflitos sociais e nosso atraso moral e político — da realidade. (SOUZA, 2009, p. 63)

Jessé Souza imputa à tese do patrimonialismo as características de um mito. Para o autor (2009, p. 64), trata-se de uma “mitologia conservadora” e que para compreendê-la é necessário perceber que “a pseudo crítica patrimonialista só critica o “mito Brasil” para pôr em seu lugar o ‘mito São Paulo’”. Dessa forma, Souza (2009) acredita que patrimonialismo e personalismo são a mesma coisa, ou querem dizer/explicar os mesmos fatos. O “mito Brasil” proporia a visão de uma sociedade montada a partir de valores pré-modernos (emoções e sentimentos) e o “mito São Paulo” fundamenta-se em valores opostos, como a racionalidade e a disciplina capitalistas. O primeiro está apoiado na relação espontânea entre os sentimentos, algo que a modernidade perdeu, e a cultura do privilégio e da corrupção, como algo superado pela modernidade. Dessa maneira, a crítica patrimonialista (concentrada na questão dos privilégios e da corrupção) coloca o Estado patrimonial como uma continuação, um “braço do poder” da sociedade personalista, transformada no “inimigo número um do ‘mito São Paulo’” (SOUZA, 2009, p. 64) na qual estaria concentrado o que há de pior de um Brasil atrasado.

Diversos estudos apontam para a grande participação dos períodos Imperial e republicano na formação do Estado brasileiro. Faoro (2012), por exemplo, ao fazer uma análise histórica que vai do patrimonialismo ao estamento, capítulo final da clássica obra **Os donos do poder**, afirma que

Sempre, no curso dos anos sem conta, o patrimonialismo estatal, incentivando o setor especulativo da economia e predominantemente voltado ao lucro como jogo e aventura, ou, na outra face, interessado no desenvolvimento econômico sob o comando político, para satisfazer imperativos ditados pelo quadro administrativo, com seu componente civil e militar. (FAORO, 2012, p. 819/820)

Temos uma indistinção evidente entre as esferas pública e privada, a predominância do Poder Executivo sobre os poderes Legislativo e Judiciário e a ausência de tradições de bases contratuais nas relações de poder (GANDINI, 2008). Raquel Gandini (2008, p. 204), acrescenta as consequências destas características,

a debilidade de instituições representativas e o predomínio de governantes e governos personalistas, demagógicos e caudilhistas, mesmo em tempos republicanos. Também tem sido constante o exercício do poder por parte de uma camada burocrática e elite política, de forma centralizada. Suas condutas têm sido marcadas por procedimentos que evidenciam a predominância de racionalidade substantiva – ou de princípios utilitário-sociais e não ético-sociais –, que privilegiam as razões de Estado, que menosprezam as leis e a igualdade perante elas, prevalecendo a máxima segundo a qual os fins justificam os meios. Essas condutas ocorrem em detrimento da racionalidade formal ou objetiva, a qual, por intermédio de um ordenamento legal, limita o poder dos administradores e regulamenta as relações entre os cidadãos.

Não é preciso muito esforço para percebemos as questões apontadas pela autora em nossa sociedade. Podemos citar o caso do Maranhão com a família Sarney, tradicional na política brasileira, como exemplo, ou mesmo a família do atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, e seus filhos, Eduardo Bolsonaro, deputado federal, Flávio Bolsonaro, senador e Carlos Bolsonaro, vereador. Ricardo Costa Oliveira⁸, que estuda a presença das famílias no poder, aponta que 62% da Câmara é formada por deputados originários de famílias políticas, enquanto no Senado esse número aumenta para mais de 70%. Temos até um caso que remonta ao período colonial como o do deputado federal Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), descendente de José Bonifácio de Andrada e Silva, ex-ministro do império.

Ligada a estas “dinastias” da política brasileira, temos a questão da manutenção de um eleitorado pouco íntimo com as questões políticas, o que causa o coronelismo ou clientelismo, que consiste na proteção socioeconômica em troca de voto. Oliveira Viana (1999), ao fazer o que chamou de “gênese do apolitismo da plebe” aponta que “No período colonial, o nosso povo – com exceção de alguns senhores de engenho (os ‘lavradores aparatosos’ de Vilhena) – formavam uma congregação de pobres – e não tinham organização alguma, como ainda não tem hoje” (VIANA, 1999, p. 166). Esta “congregação de pobres”, ou seja, pessoas com acesso ao mínimo para manutenção da vida, é reproduzida, aumentada, chegando ao que temos hoje como população brasileira.

⁸ Disponível em: <https://theintercept.com/2018/09/02/familias-tradicionais-dominam-a-politica-brasileira-e-isso-nao-tem-hora-para-acabar/>. Acesso em: 20 julho 2020.

Décio Azevedo Marques de Saes (2001) trabalha o desenrolar da cidadania política em nosso país. Para o autor, a cidadania política diz respeito à concessão de direitos políticos à classe trabalhadora, ou seja, assim como

as liberdades civis, as liberdades políticas apresentam um aspecto real: elas tornam possível às classes trabalhadoras exercerem influência periférica e marginal sobre os processos de tomada das macrodecisões, por participação independente na escolha dos governantes. E também produzem, como as liberdades civis, um efeito ideológico: o sentimento generalizado de igualdade política entre todos os membros da nação. (SAES, 2001, p. 382)

Sim, a ideia de igualdade é estupenda. Mas está lá, no mundo das ideias. Dentro da caverna os acontecimentos dão contornos diferenciados. Saes (2001), ao referenciar especificamente o processo da cidadania política no Brasil, aponta duas características estruturais que devem ser trabalhadas. A primeira diz respeito aos direitos políticos no Brasil entre 1891 (proclamação da Constituição republicana) e 1988 (Constituição cidadã) que apresentaram, em diversos momentos, limitações específicas⁹. Já a segunda, aponta para um distanciamento dos países nos quais a instauração da cidadania foi desenhada - como a Inglaterra e países da Europa do norte (SAES, 2001). Após apresentar as transformações sofridas pela cidadania política no Brasil – Primeira República (1889-1930); o período 1930-1964; o regime militar (1964 -1988); Brasil republicano – o autor nos faz ver quantas mudanças políticas o país sofreu em menos de 100 anos, o que leva a uma instabilidade da cidadania política. Percebemos que esta instabilidade afeta o exercício político por parte dos cidadãos e o distancia da questão política – deixando o jogo para as elites, as dinastias políticas.

O Jornal da Tarde¹⁰ (jornal diário da cidade de SP que circulou entre 1966-2012), em julho de 1988 apontava que os eleitores que compareceriam às urnas nas eleições municipais em novembro daquele ano eram, na maioria, jovens, do sexo masculino e com pouca instrução. A matéria tem como base uma pesquisa realizada pelo IBGE e aponta como “o resultado mais surpreendente” o grau de instrução do eleitor que era de 70 milhões de analfabetos (40% do eleitorado e 65% se considerar os semianalfabetos – leem e escrevem, mas não interpretam textos). Nas eleições de 2018 este quadro mudou. Pesquisa do Tribunal

⁹ Com isso, o autor quer dizer que são limitações que consistem “antes em obstáculos ao exercício, por parte da maioria social, de uma influência meramente marginal ou periférica sobre o processo de tomada das macrodecisões políticas (influência essa que, obviamente, é relevante para a definição da situação das classes trabalhadoras dentro da sociedade capitalista, embora não o seja para a caracterização sociológica da natureza de classe do Poder político atuante nesse tipo de sociedade).” (SAES, 2001, p. 390)

¹⁰ Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/120182/JUL%2088%20-%200454.pdf?sequence=3&isAllowed=y> Acesso em 21/07/2020

Superior Eleitoral¹¹ (TSE) apontou que, de um total de 147.302.354 de eleitores 25,8% possuíam ensino fundamental incompleto, 8,9% leem e escrevem e 4,4% analfabetos. Pessoas analfabetas só conquistaram o direito de voto em 1985 com a Emenda Constitucional nº 25 à Constituição de 1967.

Existe uma relação que aproxima a educação e o voto e, de acordo com as autoras Simone França Ribeiro e Rosemary Dore Soares (2004, p. 6) “O vínculo entre educação e voto, entretanto, não foi acompanhado da obrigação política do Estado de democratizar o acesso à educação. O cidadão foi obrigado a saber ler e escrever para poder votar, mas o Estado não se considerou no dever de lhe oferecer condições para o exercício da cidadania política, do direito de voto.” As autoras demonstram que existe uma relação entre a democratização do Estado e a ampliação das massas populares na política, ou seja, a ampliação da democracia causa a socialização da política e o Estado se amplia (RIBEIRO, SOARES, 2004). Entretanto, podemos perceber que esta socialização da política no Brasil ainda está numa fase pueril e, além disso, também está vinculada às características de um país patronal, melhor dizendo, um Estado que se impõe sobre a esfera pública, assumindo a sociedade civil nas esferas econômica, social e política. Magalhães (1995, p. 57), ao fazer uma abordagem histórica da relação entre patrimonialismo e educação aponta que

O ensino público, laico, como dever do Estado-Nação, é uma concepção recente, de extração liberal, que pressupõe para a existência de um governo representativo, precisamente a educação política, cívica. A instrução é colocada na esfera dos direitos naturais, como condição de humanização e de funcionamento da sociedade política. É uma das influências que geram durante todo o século XIX europeu, o lento estabelecimento dos sistemas escolares nacionais, - coincidente com a expansão do sufrágio, as burocracias estatais e da industrialização.

Completamente diverso da realidade europeia, no Brasil a educação sempre esteve ligada às questões do patrimonialismo, patriarcalismo e à religião católica (o que podemos observar desde o Projeto Pombalino). Magalhães (1995, p. 59) salienta que “A simbiose entre Patriarcalismo, Patrimonialismo, Religião Contra-Reformada plasmará, pois, uma cultura política autoritária, infensa à democracia representativa e ao capitalismo.”, o que gera impactos na educação que assume a função da formação das elites e despreza a educação popular, já que “A instrução popular era desprezada pela cultura católica, tornada supérflua pelo latifúndio escravocrata e servil, e pelo centralismo burocrático, dado o cerceamento da representação genuína, desde o Império, com o voto indireto e o voto de cabresto.”

¹¹ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2018/08/Slide-1.pdf> Acesso em: 21/07/2020.

(MAGALHÃES, 1995, p. 60). O voto de cabresto¹² vem sendo usado desde a República Velha e o Coronelismo, sendo substituído ou prolongado pelo clientelismo, que é a troca de favores entre políticos e eleitores o que novamente nos leva a pensar a forma pessoal de funcionamento do Estado.

Outro fator que historicamente exerceu e exerce influência no campo político brasileiro é o patriarcalismo. Termo de extremo interesse nos estudos feministas contemporâneos, o patriarcalismo vem sendo estudado desde tempos remotos. Podemos entender o patriarcado como uma espécie de poder ou dominação genealógica que os homens exercem sobre as mulheres, descendentes, escravos, empregados, família. Como dito, o patriarca era aquele que possuía a propriedade da terra e das pessoas que dela dependiam (família, trabalhadores, fornecedores). Esta visão sobre o patriarcado pode ser vista em autores clássicos como Webber (2009), Rousseau (2003) e Locke (1998). Florestan Fernandes (1996, p. 77) apresenta o conceito de “família patriarcal” traçando suas principais características

a crença na existência de laços consanguíneos, definidos através de um antepassado comum, mítico ou real; a vigência de critérios de transmissão hereditária da posição de “chefe” ou de “senhor” em linha masculina, com preferência ao primogênito da esposa legal ou de uma das esposas legais; ao exercício do poder senhorial através de normas estabelecidas pela tradição, independentemente de sua origem ou fundamento religioso; o princípio de unidade econômica e política dos componentes da unidade familiar, sob a liderança do “senhor”; a comunhão religiosa; e o princípio de solidariedade no grupo de parentes, em todas as ações ou situações em que estes ou seus apaniguados ou subordinados se envolvessem como e enquanto membros ou representantes de uma unidade familiar.

Já Gilberto Freyre (2003), provavelmente o autor que mais se alongou na análise do patriarcado, propõe que o patriarcalismo no Brasil foi uma estratégia de dominação dos colonizadores, tendo como base da dominação a escravidão e o grupo doméstico rural (AGUIAR, 2000, p.308). Na introdução da obra *Casa Grande e Senzala* (2003, p. 17) o autor explica a formação patriarcal no Brasil afirmando que

[...] explica-se, tanto nas suas virtudes como nos seus defeitos, menos em termos de "raça" e de "religião" do que em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização da família, que foi aqui a unidade colonizadora. Economia e organização social que às vezes contrariaram não só a moral sexual católica como as tendências semitas do português aventureiro para a mercancia e o tráfico.

¹² O voto de cabresto é um mecanismo de compra de votos, ainda utilizado pelo interior do país.

Diversos outros autores abordam a questão, porém o que pretendemos aqui não é realizar uma genealogia do uso do termo, mas apresentar seu papel histórico-social no campo político brasileiro. Assim como a questão do patrimonialismo, percebemos que o patriarcalismo no Brasil possui suas raízes fincadas na colonização do Brasil pelos Portugueses, o que foi dando a forma do campo político atual. Cristine Delphy (2009, p.173) esclarece que patriarcado é um termo antigo e que seu sentido mudou no final do século XIX, a partir das “primeiras teorias dos ‘estágios’ da evolução das sociedades humanas, depois novamente no fim do século XX. Com a ‘segunda onda’ do feminismo surgida nos anos 70 no Ocidente”. Temos então, atualmente, o termo ligado ao domínio dos homens, opressão feminina, sujeição das mulheres e/ou dominação masculina.

Saffioti (1992, p. 184) relativiza os poderes ao propor que as mulheres também possuem um tipo de poder já que não é interessante para o dominante que o dominado seja completamente aniquilado. Para a autora “Sua subalternidade, contudo, não significa ausência absoluta de poder. Com efeito, nos dois polos da relação existe poder, ainda que em doses tremendamente desiguais.” Saffioti destaca que não se trata de uma relação de hierarquia, mas de uma relação contraditória, é mais do que dominação, é também exploração.

Swain aponta para as divisões binárias que fazemos do mundo

não somente em relação aos sexos, homem/mulher (na ordem), mas igualmente quanto à visão dualista do que compõe a inteligibilidade da vida: o bem e o mal, o bom e o mau, o real e o imaginário, o puro e o impuro, o claro e o obscuro, o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o espírito e a matéria, a vida e a morte. As filigranas, as nuances, que fazem o maravilhoso desabrochar da vida são assim reduzidas ao silêncio e à monotonia de mais uma conexão binária: eu e o outro.” (2009, p. 26)

Na divisão social do trabalho aquilo que é da esfera pública (política e trabalho, por exemplo) está relacionado ao homem e o que é da esfera particular (família, filhos, trabalho doméstico) está ligado à mulher – o que exclui as mulheres da política. O pensamento feminista aponta que esta divisão não é natural, mas política. Dessa forma, as questões raciais, divisão de classes ou religião, assim como o gênero, são questões políticas.

Para além desta questão (que será explorada mais profundamente em momento adequado), temos que, numa sociedade historicamente patriarcal, encontramos baixa participação das mulheres e pouca contemplação de seus interesses no cenário político, já que aquilo que é político (masculino) está na esfera pública e o que é feminino ocupa apenas a esfera privada. Flávia Biroli (2014) adentra esta questão propondo compreender como a fronteira entre o público e o privado foi estabelecida, expondo o seu caráter histórico. A

autora contesta a naturalidade imputada à questão. Segundo ela, esta dualidade (público *versus* privado)

corresponde a uma compreensão restrita da política, que, em nome da universalidade na esfera pública, define uma série de tópicos e experiências como privados e, como tal, não políticos. É uma forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares. [...] A projeção de uma esfera pública homogênea, silenciando sobre a existência de públicos distintos e conflitivos, é um de seus efeitos; a restrição do universo da contestação pública legítima, por meio da definição do que é do âmbito privado, é outro.

Assim, temos que historicamente, as mulheres (e as questões que são de seu interesse) é colocada numa posição de inferioridade já que não diz respeito ao universo público e/ou político. Esta característica, imposta pelo Estado patriarcal, é tida, ainda hoje, como natural, ou seja, seria da natureza feminina os cuidados com a família e a casa, por exemplo. A politização de temas tidos como privados é de extrema relevância para a autonomia das mulheres, assim como aconteceu com a criminalização da violência doméstica. Aguiar (2000, p. 327) aponta que “no âmbito das sociedades patrimoniais a intimidade entre público e privado não resultou em uma maior participação política ou econômica das mulheres nessa esfera pela própria origem patriarcal do estamento burocrático no contexto de um patrimonialismo patriarcal.”

Neste momento, o que nos interessa é apontar as características patrimonialistas e patriarcais da política brasileira. Estas características serão lembradas no momento em que as análises do discurso do **CB** forem apresentadas, já que estamos falando de um período político em que uma mulher assumiu o poder do Estado em uma sociedade, como coloca Aguiar, com contexto de um patrimonialismo patriarcal, e acabou sofrendo um golpe. Partimos do pressuposto que o discurso mediático também dissemina características patrimoniais e patriarcais. Flávia Biroli (2018, p. 79), aponta que “sexismo e misoginia participaram da construção de um ambiente político no qual uma mulher eleita foi contestada em sua competência e deposta”.

1.3 O campo jornalístico

Também podemos abordar o campo jornalístico a partir de Bourdieu, já que o sociólogo possui uma obra que se dedica, em parte, a este tema. **Sobre a Televisão** (1997), - considerada por alguns um tipo de compensação por parte do autor por não ter versado sobre o tema da mídia em obras e pesquisas anteriores – apresenta o texto **A influência do**

jornalismo, no qual o autor discorre sobre o campo jornalístico. No entanto, o conteúdo apresentado por Bourdieu não abarca todos os aspectos necessários de análise para este momento. Por isso, aproveitarei a oportunidade para apresentar alguns outros autores relevantes, em sua maioria brasileiros, para expor o tema proposto.

Iniciando com o precursor do conceito de campo utilizado aqui, indico que Bourdieu, em seu breve texto sobre o campo jornalístico, busca tratar da influência que “certos mecanismos de um campo jornalístico” (BOURDIEU, 1997, p. 101) empreende sobre os jornalistas e os diversos campos, como os de produção cultural, jurídico, artístico, literário e científico. A produção científica de Bourdieu se volta, de maneira ampla, a estas questões: cultural, jurídica e científica. São os campos mais analisados, usados como referência e pontos de comparação pelo autor (incluindo o campo religioso). Bourdieu busca refletir sobre como o campo jornalístico, - marcado pelas pressões do mercado, como o autor faz questão de enfatizar a todo momento – é capaz de modificar “mais ou menos profundamente as relações de força no interior de diferentes campos” (1997, 101).

Esta visão é relevante para a presente pesquisa já que pretendo desvendar o papel do jornalismo na representação do governo Dilma Rousseff. Sim, a mira se volta para as relações entre os campos político e jornalístico, algo que Bourdieu aproxima-se em alguns momentos ao abordar o campo político e no posfácio do livro **Sobre a Televisão** e que pretendo destrinchar mais a frente. Por enquanto, é necessário compreender o funcionamento do campo jornalístico, assim como foi feito com o político, com o propósito de, num movimento mais conclusivo para o capítulo, articular as duas questões.

Ao aludir sobre as propriedades do campo jornalístico, Bourdieu destaca que este é um campo que possui características semelhantes às dos outros campos, porém o “peso do “comercial” é muito maior” (1997, p. 104). O sociólogo destaca que o campo jornalístico constitui-se no século XIX a partir da oposição entre os jornais sensacionalistas e aqueles que ofereciam, como uma distinção aos anteriores, a objetividade¹³. O pesquisador Giovandro Marcus Ferreira (2002), no artigo **Apontamentos sobre as propriedades do campo de produção jornalístico**, também sugere para uma disputa entre dois gêneros,

¹³ Bourdieu fala da objetividade jornalística a partir dos exemplos do jornalismo americano, que buscava “respeitabilidade para distinguir a informação do simples relato da imprensa popular” (1997, p. 118) e o jornalismo francês que distinguia os jornalistas voltados ao campo literário e aqueles próximos ao campo político. Mais adiante trabalharei a ideia de objetividade para o campo jornalístico de forma mais aprofundada.

colocados pelo autor como “duas maneiras de construir a noção de legitimidade deste campo social”, os sensacionalistas ou populares e aqueles considerados sóbrios.

Lugar de oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação – reconhecimento pelos pares e reconhecimento pela maioria – este campo é apresentado a partir de comparações com outros campos, mas neste caso é ressaltado o papel da deontologia do campo, como a lógica específica que “se impõe aos jornalistas através das restrições e dos controles cruzados que eles impõem uns aos outros e cujo respeito (...) funda as reputações de honorabilidade profissional” (1997, P. 105). Ferreira (2002) também refere-se à questão da deontologia profissional como criadora de recompensas profissionais, ou seja, o conjunto de deveres do profissional teria como função o reforço da lógica do campo a partir da recompensa aos profissionais que seguem estes axiomas – informar os cidadãos, servir a democracia, etc. A recompensa viria em forma de “reputação de honorabilidade profissional” (FERREIRA, 2002, p. 244).

A dependência do campo jornalístico ao mercado – igualada aos campos político e econômico, mas apontada como maior do que dos campos científico, artístico, literário ou jurídico – é destacada pelo autor, para quem o campo jornalístico “está permanentemente sujeito à prova dos vereditos do mercado, através da sansão, direta, da clientela ou, indireta, do índice de audiência” (BOURDIEU, 1997, p. 106). Esta dependência gera reflexos também na atuação profissional que,

estão mais propensos a adotar o ‘critério do índice de audiência’ na produção (fazer simples, fazer curto, etc.) ou na avaliação dos produtos e mesmo dos produtores (passa bem na televisão, vende bem, etc.) quanto ocupem uma posição mais elevada (diretores de emissora, redatores-chefes, etc.) em um órgão mais diretamente dependente do mercado (...), sendo os jornalistas mais jovens e menos estabelecidos mais propensos, ao contrário, a opor os princípios e os valores da ‘profissão’ às exigências, mais realistas ou mais cínicas, de seus ‘veteranos’. (BOURDIEU, 1997, p. 106)

Com uma visão semelhante à de Bourdieu, Ferreira (2002) também trabalha a lógica comercial como influenciadora na formação do campo jornalístico. Indo por um caminho que vai além da atuação profissional, o autor ressalta a importância do campo econômico que se torna “moeda corrente” nas trocas do campo jornalístico,

A legitimação pelo mercado desloca o campo jornalístico do sucesso democrático (informar o cidadão...) ao sucesso comercial (o jornal mais vendido, de maior tiragem, aquele que proporciona um maior número de negócios...). Sua lógica é marcada por uma série de contradições que são conhecidas como *efeitos de campo*. (FERREIRA, 2002, p. 246)

Durante sua análise, Ferreira (2002) fala da questão da sedução presente no jornalismo. Esta sedução é uma transformação do “fazer saber” para o “fazer sentir ou seduzir”, como uma estratégia para angariar mais leitores e se destacar no mercado. Dessa maneira, a sedução se sobressai ao “tornar público”, mirando o jogo da concorrência. Ao realizar uma análise sobre as interações entre profissionais do marketing e jornalistas, a partir das organizações **Diários Associados** (terceiro maior conglomerado de mídia do Brasil e detentor do **Correio Braziliense**) e **Mediafin** (editora de dois jornais econômicos belgas), Moreira, Malcorps e Vitorino (2019, p. 329-330) apontam que os profissionais de marketing

provam ser portais essenciais dentro das duas organizações da empresa através das quais as notícias são moldadas. No caso do *Correio Braziliense*, alguns jornalistas, durante a entrevista, defenderam a independência editorial ainda que reconheçam que seja necessário respeitar os mecanismos que apoiam os negócios da organização. Ao mesmo tempo, o marketing é estabelecido no processo *gatekeeping* por inserir projetos com fórmulas pré-formadas nas quais o conteúdo editorial poderia ser adequado.

Tendo em mente que o marketing atua justamente na manutenção dos desejos de consumo, convertendo necessidades em desejos ao direcioná-las à produtos específicos (KOTLER; KELLER, 2012), percebemos que o conteúdo jornalístico pode também ser moldado a partir das técnicas de marketing, seduzindo o leitor e participando ativamente do mercado.

Bourdieu (1997) tratou dos “efeitos de campo”. A percibibilidade das notícias é apontada, pelo autor, como a causa da concorrência pelo *furo*¹⁴, o que eleva as pressões do mercado e faz com que os profissionais tendam a colocar a prática profissional “sob o signo da velocidade (ou da precipitação) e da renovação permanente. (1997, p. 107), o que, de acordo com Bourdieu, é um efeito do campo.

Outro efeito é colocado como paradoxal e pouco favorável à autonomia. A concorrência acirrada faz com que exista uma vigilância contínua das ações da concorrência. Este fato faz com que a concorrência não gere a originalidade (como em outros campos), mas a uniformidade da oferta (BOURDIEU, 1997) e, podemos dizer até mesmo dos conteúdos dos discursos.

A questão da concorrência no campo jornalístico é tratada por Ferreira (2002) como o fenômeno que leva à unificação da informação (a mesma visão de Bourdieu) e que esta se

¹⁴ O furo é um jargão do campo jornalístico que caracteriza a informação que é publicada por um veículo antes dos demais.

constitui como uma resposta ao mercado. Ferreira (2002, p. 249) destaca que os jornalistas são os maiores consumidores do mercado jornalístico, no qual o que é apresentado pelo jornal na TV será, possivelmente, manchete do impresso do dia seguinte, ou seja, “tal dinâmica encontra-se num círculo de criação e de valoração do evento jornalístico pela lógica de reciclagem da informação no interior do campo, onde a televisão exerce, em geral, um efeito de forte dominação.”

Outra questão abordada por Ferreira (2002) é a lógica do campo de ser o primeiro a dar a notícia, ou seja, o *furo* jornalístico. Para o autor esta questão gera uma aceleração na produção jornalística. Bourdieu (1992) também abordou esta questão, como vimos anteriormente, mas escapa ao autor francês a contra partida (a questão do tempo para apuração adequada) que é brevemente explorada por Ferreira (2002, p. 249),

A lógica de informar antes dos outros cria uma aceleração na produção da informação. Se informa mais rápido, tem-se uma chance de ser o primeiro. Porém, em contra partida, se tem menos tempo para verificar as informações, encontrar novas fontes, novos temas, lugares... Enfim, há uma forte tendência de ser o primeiro fazendo as mesmas coisas todos os dias. O trabalho jornalístico torna-se cada vez mais uma produção de idéias recebidas, de fontes regulares, de temas já mediatizados.”

Outro autor que aborda questões pertinentes ao campo jornalístico é José Marques de Melo (2012), em **História do jornalismo: Itinerário crítico, mosaico contextual**. A partir de uma análise que remete à questões e fatos históricos, o autor trata de uma reinvenção do campo apontando que o debate sobre a natureza do campo, suas expressões e códigos de ética são fomentados pelas “inovações tecnológicas, ajustes operacionais, dispositivos jurídicos e ordenamentos éticos” (2012, p. 429).

Primeiro, Melo apresenta alguns anúncios da morte do jornal e/ou do jornalismo e/ou dos fundamentos do campo a partir do posicionamento do jornalista francês Jacques Kayser (1955) que anunciou a morte da liberdade de imprensa (MARQUES DE MELO, 2012). A partir daí têm início uma série de obras que “anunciam as enfermidades, prescrevem terapias, vislumbram funerais da própria imprensa” (MARQUES DE MELO, 2012, p. 429).

Após alguns exemplos que decretam a morte do campo, o autor esclarece que, em sua visão, o jornalismo apresenta muita força, já que “seus ingredientes essenciais são o conflito, a contradição, o inusitado, o imprevisível” (MARQUES DE MELO, 2012, P. 431), ou seja, as dificuldades são, para o campo, o motor da profissão e a crise do campo midiático é “uma crise tecnológica, decorrente da obsolescência da imprensa, e uma crise econômica, determinada pelo consumo regressivo do jornal e o incremento ascendente da internet” (MARQUES DE MELO, 2012, P. 432).

Algumas correntes são apontadas como as causas dos problemas no campo jornalístico: a questão da mercantilização da notícia (o produto do campo), a politização do conteúdo e a questão ético-social (MARQUES DE MELO, 2012, p, 432/433). Porém, também existem aqueles que acreditam que a crise está no cerne do jornalismo já que existe uma “necessidade social da informação” (CLAUSSE, 1963 apud MARQUES DE MELO, 2012, p. 434). O posicionamento de Marques de Melo é de que existem desafios a serem superados pelo jornalismo, como “a migração dos consumidores de jornais para a internet e a absorção dos novos leitores pela imprensa gratuita. Os leitores dos jornais impressos demandam informação de “qualidade”, e os novos leitores desejam informação diversional.” (2012, p. 434).

Tornando a discussão mais próxima às questões atuais, o autor coloca que no início do século XXI o campo começa a apresentar certos enfrentamentos que comportam ceticistas (críticos dos processos) contra altruístas (intérpretes da estrutura) e ativistas (a favor do jornalismo de resultados) contra atavistas (a favor do exercício do jornalismo pluralista) (MARQUES DE MELO, 2012, p. 437/438). Seriam estas as lutas e os agentes que configuram o campo jornalístico contemporâneo?

O autor está convicto de que a essência do campo não mudou. As transformações estão na natureza das demandas já que os “novos cidadãos reclamam a explicação dos fatos – interpretação – e querem valores agregados – divertimento e utilidade” (MARQUES DE MELO e ASSIS, 2011, apud MARQUES DE MELO, 2012, P. 439). Dessa forma, faz-se necessária uma reinvenção já que estamos diante do surgimento de novas formas de expressão que vem com as gerações mais jovens de profissionais. Além disso é preciso que o jornalismo alcance, também, as classes C, D e E, que configuram um “novo mercado, ainda em configuração¹⁵” (2012, p. 440). A proposta de Marques de Melo, frente a realidade da época, é que as universidades voltem a atenção para este público na formação dos novos jornalistas.

Percebemos que o campo jornalístico sofreu (e ainda sofre) transformações advindas do próprio campo e de campos diversos, como o político, econômico e tecnológico. Mas é preciso ressaltar que esta troca não é uma via de mão única. O campo jornalístico também age em outros campos já que “a influência do campo jornalístico tende a reforçar em qualquer campo os agentes e as instituições situados na proximidade do polo mais sujeito ao

¹⁵ O autor se refere a estas classes como aquelas que se beneficiaram com o crescimento econômico que o país vivenciou na última década. Tendo em mente que a obra data de 2012, podemos perceber que o autor se refere ao governo Lula (PT – 2003 a 2011).

efeito do número e do mercado [...]” (BOURDIEU, 1997, p. 109) já que os jornais perdem a sua aura e são forçados “a fazer concessões à lógica do mercado e do marketing” (p. 110). Ferreira (2002, p. 250) também trata desta questão ao afirmar que “ao mesmo tempo que o campo jornalístico torna-se dominante, ele é cada vez mais penetrado pela lógica comercial e por conseguinte submete outros a esta mesma lógica”.

O periódico a ser trabalhado não foge deste cenário. O **Correio Braziliense** é o jornal de maior circulação do Centro Oeste, possuindo participação de 1,28% no mercado e ocupando a 20ª posição nacional com sua edição impressa e 2,25% de participação de mercado, ocupando a 12ª posição no mercado nacional com a edição online, (IVC, 2018)¹⁶. Para tanto, o veículo participa dos jogos de mercado, exercendo e sofrendo influência de outros campos, como o político, a exemplo do caso do ex-diretor de redação do jornal (1993-2002), Ricardo Noblat, que deixou o cargo por pressão do governador do Distrito Federal à época, Joaquim Roriz.

1.3.1 Questões ideológicas

O campo jornalístico possui alguns temas que lhe são caros. Podemos dizer que existe certa doutrina jornalística a ser seguida pelos profissionais atuantes no campo. Algumas questões deontológicas e outras teóricas fazem parte destes valores jornalísticos, se assim podemos chamá-los. Entre estas questões estão a objetividade, neutralidade e imparcialidade. Características que podem ser apontadas tanto para o profissional quanto para o conteúdo do material que produzem.

As pesquisadoras Marcia Benetti Machado e Nilda Jacks, no artigo **O discurso jornalístico** (2001), observam que:

O jornalismo informativo gênero supostamente “não contaminado” pela opinião, pela valoração e pela ideologia define a si mesmo como imparcial e isento. Faz parte de seu jogo discursivo fazer crer que ele se interpõe entre os fatos e o leitor de forma a retratar fielmente a realidade. Não poderia ser diferente, já que o que está em jogo é sua credibilidade como diz Bourdieu, seu “capital”, aquilo que lhe confere valor. Ou, como diria Michel Foucault, *na posição em que está, o jornalismo não poderia dizer outra coisa de si mesmo.*

Esta ideia de “retrato fiel da realidade” ainda é resquício da Teoria do Espelho, superada teoricamente, mas utilizada ideologicamente. Traquina (2012) aponta a primeira teoria para explicar *como as notícias são como são* como algo oferecido “pela própria ideologia profissional dos jornalistas” (2012, p. 148), que determina que as notícias são

¹⁶ Disponível em: <https://brazil.mom-rsf.org/br/midia/detail/outlet/correio-braziliense/> acesso em 01/02/2021.

como são por serem como a realidade as determina, noutras palavras, um espelho da realidade. O jornalista é apresentado como um comunicador desinteressado, concentrado na missão profissional de informar, sempre com base na verdade.

Esta visão tem sido contestada veementemente diante da impossibilidade de existir ação humana neutra, parcial e objetiva. Para Traquina (2012, p.150),

A ideologia jornalística defende uma relação epistemológica com a realidade que impede quaisquer transgressões de uma fronteira indubitável entre realidade e ficção, havendo sanções graves impostas pela comunidade profissional a qualquer membro que viole esta fronteira. O *ethos* dominante, os valores e as normas identificadas com um papel de árbitro, os procedimentos identificados com o profissionalismo, faz com que dificilmente os membros da comunidade jornalística aceitem qualquer ataque à teoria do espelho porque a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social de que as notícias refletem a realidade, que os jornalistas são imparciais devido ao respeito às normas profissionais e asseguram o trabalho de recolher a informação e de relatar os fatos, sendo simples mediadores que “reproduzem” o acontecimento na notícia.

Dessa forma, o autor deixa claro que a teoria do espelho, juntamente com a ideia da objetividade, contempla características caras aos jornalistas e às notícias, a isenção e a neutralidade, por exemplo. Estas questões são compartilhadas pela coletividade (*ethos*), ou seja, fazem parte dos costumes e hábitos fundamentais de uma comunidade. O *ethos* não substitui o *habitus*, mas é parte dele. Thiry-Cherques (2006, p. 7) esclarece que o *habitus* é composto pelo *ethos*, pelo *héxis* e pelo *eidós*. O primeiro é “um conjunto sistemático de disposições morais, de princípios práticos”. O segundo refere-se aos princípios interiorizados pelo corpo, como a postura e expressões corporais. Já o terceiro consiste em um modo de pensar específico. Juntos, temos o *habitus* que, como vimos, constitui nossa forma de “perceber, julgar e valorizar o mundo, conformando nossa forma de agir, corporal e materialmente”.

Traquina (2012, p. 151) reafirma que a teoria do espelho está profundamente ligada à legitimidade do campo, mas é uma “explicação pobre e insuficiente” que vem sendo questionada por diversos estudos a respeito do tema. Biroli e Miguel (2017) também apontam a objetividade como uma característica que confere legitimidade ao jornalismo e acrescentam que em torno deste valor estão a ética e as práticas do campo. Apesar da objetividade ser imputada ao discurso jornalístico como algo essencial e, dessa forma, conferir valor a este discurso também (e especialmente) frente ao público, o discurso científico aponta para a total impossibilidade de uma objetividade, neutralidade ou imparcialidade do discurso e/ou do agente social por trás dele. A construção da notícia, por

mais que siga passos ou receitas para que se atinja a objetividade, não escapa da posição social do jornalista.

Sobre estes “passos” a serem seguidos pelos profissionais para atingir a objetividade, Tuchman (1999, p. 79) cita quatro “procedimentos estratégicos”. São eles a apresentação de possibilidades conflituais; apresentação de provas auxiliares; o uso judicioso das aspas; a estruturação da informação numa sequência adequada. Seguindo esses passos os jornalistas têm um ritual estratégico para atingir a objetividade, ou seja, “os jornalistas invocam os procedimentos rituais para neutralizar potenciais críticas e para seguirem rotinas confinadas pelos ‘limites cognitivos da racionalidade’” (1999, p. 75).

Em outro texto, Tuchman (1978) coloca a notícia como uma realidade construída e enfatiza que ao cumprirem sua função, os jornalistas fazem com que as notícias reflitam a sociedade, ou seja, as notícias são, para a sociedade, um espelho do que a preocupa e interessa. Dessa maneira, entendemos que a notícia não é um reflexo da realidade, como propôs a teoria do espelho, mas um retrato da sociedade que a produz. A notícia está, periodicamente, definindo, redefinindo, construindo e reconstruindo o fenômeno social.

Roland Barthes (2004), na obra **O rumor da língua**, indica que a objetividade, no discurso, é uma ilusão. Para o autor, a enunciação “supõe o seu próprio sujeito, quer este sujeito se exprima de maneira aparentemente direta, dizendo *eu*, quer indireta, designando-se como *ele*, quer nula, recorrendo a reformulações impessoais; trata-se de engodos puramente gramaticais, variando apenas o modo como o sujeito se constitui no discurso [...]” (2004, p. 9). Percebemos que a objetividade, tão almejada, consiste em uma estratégia dos integrantes do campo jornalístico para investi-lo de uma aura neutra, impessoal.

Outra característica da função da objetividade no campo jornalístico é apontada por Biroli e Miguel (2017). Os autores lembram que esta questão distingue os profissionais e os leigos já que, os padrões que afirmam a objetividade jornalística é o que concede credibilidade pelo público ao campo. Assim, é possível afirmar o uso da objetividade como aquilo que diferencia o discurso jornalístico dos demais, mesmo que, por exemplo, a escolha das palavras na construção do discurso, seja capaz de denunciar o posicionamento do jornalista e/ou do jornal. O processo de produção das notícias é carregado de escolhas que “supõe uma manipulação, não no sentido da haver uma intenção de prejudicar o consumidor, mas como fato presente na seleção do tema, escolha das palavras, ordem e hierarquia da notícia.” (MARTINO, 2003, p.90).

Todos nós somos carregados de subjetividades (que incluem nossa história de vida e ideologias, por exemplo). Por que, apenas com os jornalistas isto seria diferente? Todas as

nossas ações são carregadas de intencionalidade, seja de forma consciente ou não e, sujeito algum, jornalista ou não, escapa a esta diretriz. Sobre este assunto, Reis (2013, p. 5) aponta que no jornalismo noticioso

os relatos são realizados por um narrador empírico, mas este o produz segundo uma normatização do seu campo de atuação, resultante dos processos sociais elaborados para compor a legitimidade do jornalismo como campo de saber, dotado de reconhecimento para atuar socialmente e ainda do sistema organizacional no qual está envolvido.

É este “sistema organizacional” que molda boa parte do discurso jornalístico já que sem o aporte do capital as empresas jornalísticas não se sustentariam (CHARRON e BONVILLE, 2016). Dessa maneira, o mercado atua na definição de posicionamentos ideológicos e/ou estratégias de posicionamento. Visando o lucro, as empresas jornalísticas moldam e/ou reproduzem discursos dominantes. O **Correio Braziliense** não foge a esta lógica. Como já foi apontado, pertencente ao conglomerado midiático **Diários Associados** (ou Condomínio Acionário das Emissoras e Diários Associados, ou apenas D.A) o **CB** foi inaugurado juntamente com a capital brasileira (21 de abril de 1960), por Assis Chateaubriand. O próprio fundador do D.A., Chateaubriand foi eleito senador pela Paraíba em 1952 e pelo Maranhão em 1955.

Porém, o vínculo do D.A. com a política brasileira é mais abrangente. Em **Chatô: o rei do Brasil**, Fernando Morais (1994) discorre sobre a relação de Chateaubriand e Getúlio Vargas, na qual Vargas vazava informações para as manchetes dos jornais do grupo Diários Associados. Em troca Vargas figurava as primeiras páginas como o exemplo apontado por Morais (1994, p. 175) no qual Chateaubriand aponta Getúlio Vargas como possuidor de um temperamento “que tanto do Brasil precisa para restabelecer a harmonia da República”.

Percebemos que não é tarefa possível separar o jornalismo da política (e vice-versa). As questões ideológicas e comerciais seguem o ritmo do mercado nas empresas jornalísticas, assim como em quaisquer empresas de ramos diversos. A autora Virgínia Fonseca (2008, p. 293) aponta este caminho ao afirmar que

Observa-se o declínio da notícia como a expressão do jornalismo – entendida como informação atual, relevante e de interesse público – e a ascensão da ideia de informação, de prestação de serviços e de entretenimento. Sustenta-se a hipótese de que a lógica capitalista dominante no negócio jornalismo provoca mudanças nos critérios de noticiabilidade. Os critérios de relevância e interesse público cedem lugar para os de ‘interesse do público’ (FONSECA, 2008, p. 293)

1.4 As conexões entre os campos

Parto da ideia de que a mídia possui papel central na cultura e na sociedade contemporânea. Sua produção discursiva, enfoques e imagens são capazes de atuar na construção de representações e estereótipos. Diversas pesquisas, especialmente no campo da comunicação, apontam para a participação acentuada dos discursos midiáticos na construção da realidade. Roger Silverstone (2002, p.12) é taxativo ao afirmar que “é impossível escapar à presença, à representação da mídia”. O autor propõe a compreensão da mídia como um processo, o que,

implica um reconhecimento de que ele é fundamentalmente político ou talvez, mais estritamente, politicamente econômico. Os significados oferecidos e produzidos pelas várias comunicações que inundam nossa vida cotidiana, saíram de instituições cada vez mais globais em seu alcance e em suas sensibilidades e insensibilidades. (SILVERSTONE, 2002, p. 17).

A mídia é, para Silverstone (2002), um processo de mediação, se estendendo para além do ponto de intersecção entre os discursos e os leitores/espectadores. Este processo de mediação atua na circulação dos significados, transportando-os e transformando-os, filtrando e moldando, ou até mesmo produzindo e reproduzindo o senso comum. Para o autor (2002, p. 20), é neste ponto que os estudos da mídia devem se fundamentar, “para poder pensar que a vida que levamos é uma realização contínua, que requer nossa participação ativa, embora muitas vezes em circunstâncias que nos permitem pouca ou nenhuma escolha e nas quais o melhor a fazer é simplesmente ‘arranjar-se’.” A minha pergunta é: Como podemos participar ativamente de um processo no qual não temos participação? Os discursos midiáticos a respeito de questões políticas nos são, muitas vezes, empurrados goela a baixo. Artimanhas, arranjos, negociações, trocas de influência. Tudo acontecendo por trás das cortinas, no escuro, de maneira escusa. Ao receptor, o heroísmo dos jornalistas, as denúncias, as rixas e grandes dramaturgias políticas são apresentadas de forma absurdamente controlada, por dois campos sociais. Foucault (2014, p. 8), ao tratar das relações entre as práticas discursivas e o poder que as atravessam, supõe que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Vamos então, tentar encontrar estes pontos entrelaçando os campos político e jornalístico.

O campo político e o campo jornalístico, aparentemente distintos, possuem alguns pontos de intersecção. Estamos acostumados a pensar que a influência midiática na opinião pública é a única ligação entre estes campos, porém é seguro afirmar eles estão entrelaçados em diferentes questões. Pierre Bourdieu (1997; 2011), ao se debruçar sobre o campo jornalístico, inclui o campo político e vice-versa. Ao se referir à estrutura e aos efeitos do campo jornalístico, Bourdieu (1997) deixa claro que, para ter acesso ao debate público, qualquer questão deve se sujeitar a seleção jornalística e, em outro momento, Bourdieu (2011, p.201) afirma que agentes que eram espectadores do campo político há duas ou três décadas, agora são agentes em primeira pessoa, como os jornalistas¹⁷ e especialistas em pesquisas de opinião, “pela simples razão de que eles produzem efeitos nesse campo.” Está dada a conexão entre os campos.

Esmiuçando a questão, que é de grande peso para a pesquisa, continuo com Bourdieu, como a proposta inicial do capítulo. Em **Sobre a televisão** (1997), o sociólogo faz diversas críticas ao campo jornalístico, mas uma nos interessa em particular. Bourdieu (1997, p. 92-93), investe ao jornalista um papel, nem um pouco comum ou ético, o de bombeiro incendiário, dado que

Eles podem contribuir para criar o acontecimento, pondo em evidência uma notícia [...], para em seguida denunciar os que vem por lenha na fogueira que eles próprios acenderam [...]; e que em seguida podem garantir para si uma vantagem de virtude, de bela alma humanista, denunciando com grande clamor e condenando sentenciosamente a intervenção racista daquilo que eles contribuíram para produzir e a que continuam a oferecer seus mais belos instrumentos de manipulação.

Sim, o campo jornalístico se esforça para manter sua aparência de “protetor da democracia” ou “defensor dos mais frágeis”, até mesmo tentando se distanciar da influência do mercado, colocando-se como detentor de um discurso neutro. Porém, penso que falar em “instrumentos de manipulação” seja um exagero do autor. Tive uma professora que dizia que se a mídia de fato exercesse a manipulação, no sentido de controlar nossos desejos e opiniões, ela mesma subiria na torre da Globo¹⁸ para destruí-la. A professora Maria Aparecida Baccega (1943-2020), em suas aulas a respeito dos Estudos de Recepção, deixou em mim verdadeiro pavor em relação a este termo, já que os estudos focados no receptor demonstram que este não tem nada de passivo, melhor dizendo, não é um boneco cuja mídia é seu ventríloquo. Sim, a mídia, ou mais especificamente o jornalismo, tem um papel

¹⁷ Em **O campo político** (2011) e **Sobre a Televisão** (1997), Bourdieu menciona, algumas vezes, o que chama de jornalistas de televisão. Hoje, sabemos que não só os jornalistas que atuam em TV exercem papel relevante no campo político.

¹⁸ A “torre da Globo” é como muitos chamam a torre de televisão digital da TV Globo São Paulo.

relevante em nossa sociedade e cultura, mas o receptor possui autonomia, o que é sempre bom lembrar.

Colocando esta questão de lado, o que nos interessa neste trecho é perceber que o jornalismo tem certo poder de atuação em outros campos, já que, como diz o autor, ele pode por (ou não) em evidência uma notícia. À vista disso, fazendo a relação entre os campos, podemos compreender quando Bourdieu (1997, p. 114) afirma que o campo jornalístico exerce “efeitos muito poderosos” no campo político, o que gera como consequência o reforço das “tendências dos agentes comprometidos com o campo político a submeter-se à pressão das expectativas e das exigências da maioria, por vezes passionais e irrefletidas, e frequentemente constituídas como reivindicações mobilizadoras pela expressão que recebem na imprensa”. Dessa maneira, o campo jornalístico enfraquece a autonomia do campo político e dos políticos profissionais que vão perdendo a “autoridade de *guardiões dos valores coletivos*” (BOURDIEU, 1997, p. 116).

Crítico em relação aos jornalistas, Bourdieu (2001, p. 212), ao ser questionado se o jornalismo não teria a função de dar acesso ao espaço político àqueles que o autor chama de “profanos” (que não são políticos profissionais) e se a mudança social viria exclusivamente da política, o autor se refere à ideologia profissional do jornalismo – “jornalistas trabalham com a verdade, informação, crítica, subversão. Ora, essa autoimagem é contraditada pela análise e observação; não é uma imagem fundada.” – para afirmar que os jornalistas não são os mais bem situados para dar acesso ao espaço político e que, longe disso, os jornalistas “contribuem bastante fortemente para a fronteira, da censura que tende a excluir as maneiras não conformes à ortodoxia, à *doxa* do campo político.” Em outros termos, o autor está afirmando que o jornalismo não atua na abertura do campo político (acesso aos não-políticos), mas em seu fechamento, já que só se pode alcançar o espaço público, atualmente, por meio da mediação do jornalismo. É necessário então, se conformar com as regras do campo jornalístico e do campo político para adentrar a esfera pública. A ação do campo jornalístico é totalmente contrária à sua ideologia profissional, já que ele é um campo que fecha portas. “Mesmo que tenha bastante coragem e suficiente energia para tentar dizer coisas capazes de perturbar a ordem estabelecida, você é levado a fazê-lo quando está sobre um banquinho de armar ou sobre um assento ejetável. Não creio, portanto, que se possa atualmente esperar grandes mudanças por parte do jornalismo.” (BOURDIEU, 2011, p. 213).

Guareschi (2014, p. 845), ao pesquisar sobre as estratégias para a construção do capital simbólico dos políticos, percebe, em suas entrevistas, que a mídia não é o que deveria

ser, ou diz ser, já que “A notícia é fruto de um filtro, cuja porosidade é permeada pelo equilíbrio entre a verdade e o interesse comercial dos anunciantes, os interesses particulares dos políticos, dos financiadores, dos proprietários dos veículos de comunicação.” O autor fala de uma “simbiose perfeita” entre os campos, já que o que é apresentado é um jogo que serve para distrair o público (o povo) do que de fato acontece dentro dos campos, sendo que tanto a realidade (não mostrada) e a “realidade” (revelada) fazem parte de um acordo entre políticos e jornalistas. Tudo faz parte de uma encenação que ganha visibilidade a partir dos meios de comunicação que reproduzem o sistema político vigente, concretizando os acordos que favorecem os dois lados e, mais um que não aparece – campo político, campo jornalístico e campo econômico. Para Guareschi (2014, 855) esses acordos são uma prática

elitista que diz o que, o como e o quando, a massa popular de eleitores visualizará os acontecimentos dos bastidores. Essa prática se direciona à manutenção da limitação da participação política popular, porque reafirma e mantém a passividade inculcada no eleitor de que política é “jogo sujo”, os políticos são todos “farinha do mesmo saco”, a “política é muito complicada” [...]

O autor aponta que os fatos políticos que são divulgados pela mídia partiram de acordos planejados pelos “reais donos do poder”, distante daqueles que deveriam ter este poder. O povo, maior interessado nas ações políticas, é deixado de lado nestas negociações. Como vimos, fazemos parte de uma sociedade patrimonial e patriarcal.

Os campos trabalhados são sim entendidos como relativamente autônomos já que possuem suas próprias lógicas de funcionamento, lutas, divisão de poder, hierarquias, etc. O que estamos ressaltando é que, apesar de autônomos, jornalismo e política são campos correlatos no sentido em que as ações no interior de um, pode afetar o outro. Miguel (2014, p. 150) ressalta essa ideia ao afirmar que os campos midiático e político podem ser entendidos como relativamente independentes “na medida em que retêm sua própria lógica, mas sobrepostos, já que interferem, em larga escala, um no outro”.

A partir da discussão acerca dos campos político e jornalístico percebemos alguns aspectos relevantes: 1) campos sociais diversos podem exercer influências entre si (aumentando ou diminuindo sua autonomia e capital simbólico, por exemplo); 2) a política nacional é marcada, historicamente, pelo patrimonialismo – que, apesar de apresentar visões diversas das consequências de uma divisão inexpressiva entre público e privado no Brasil, no mínimo coloca-nos como um povo e uma política personalista – e pelo patriarcalismo histórico – que originou uma sociedade marcadamente sexista; 3) o jornalismo não é neutro,

não é imparcial e não é objetivo; 4) o jornalismo tem papel primordial na manutenção da democracia e da cidadania (mas nem sempre fazem jus a isso); 5) aspectos históricos são de extrema relevância para compreendermos os acontecimentos recentes.

2. MULHERES E POLÍTICA: HISTÓRIAS, ATUAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES

Neste capítulo abordaremos uma necessária retomada histórica das conquistas feministas, passarei a me dedicar à participação política das mulheres no parlamento, a representação desta participação por parte da mídia e, por fim, me concentrar no caminho de Dilma Rousseff. Penso neste caminho como um grande funil, vou do macro ao micro, aproximando-me do objeto de pesquisa e montando as bases para a análise das notícias publicadas pelo **CB** durante o período em que Dilma esteve na presidência da República.

2.1 Feminismos: história de lutas

Podemos falar tanto em movimentos feministas quanto em teorias feministas. As autoras Céli Regina Jardim Pinto (2010), Carla Cristina Garcia (2015) e Jacilene Maria Silva (2019) trabalham as questões históricas do movimento e da teoria – de forma conjunta, visto que, como diz Garcia (2015), foi esta característica que, inicialmente, impulsionou o feminismo da segunda metade do século XX. Mulheres brancas, de classe média e formação educacional realizaram um movimento teórico e social que vem sendo dividido, para fins didáticos, em ondas, as quais compreendem diferentes momentos históricos do feminismo. Esta separação, apesar de gerar discussões calorosas, ainda representa uma forma legítima de contar esta história. Vou passar por ela, mas lembrando sempre que, apesar de o feminismo ser um percurso teórico marginal nas ciências, ele próprio possui componentes periféricos que também serão abordados.

Mulheres vem sendo colocadas em posições inferiores desde o ponto mais longínquo que podemos olhar para a história. Um ser naturalmente inferior, sem direitos ou vontades. Platão, em **A República**, já apontava diversas características “naturais” às mulheres. Em diálogo com Adimanto, Sócrates afirma

não permitiremos que aqueles de quem pretendemos ocupar-nos e que necessitam tomar-se homens superiores, imitem, eles que são homens, uma mulher, jovem ou velha, ou injuriando o marido, ou rivalizando com os deuses, ou se vangloriando da felicidade, ou deixando-se dominar pela desgraça, pelo desgosto e pelas lamentações; com mais razão ainda, não podemos admitir que a imitem se está doente, apaixonada ou sofrendo as dores do parto.

Assim como Platão, outros filósofos da antiguidade grega colocavam a mulher como ser inferior. O tempo passou e esta característica não mudou, apenas se atualizou. Freud (1976, p. 313), pai da psicanálise, especula sobre a ausência do pênis nas mulheres “Elas notam o

pênis de um irmão ou companheiro de brinquedo, notavelmente visível e de grandes proporções, e imediatamente o identificam com o correspondente superior de seu próprio órgão pequeno e imperceptível; dessa ocasião em diante caem vítimas da inveja do pênis.”

Esta realidade não se resume às diferenças puramente sexuais, ou biológicas. Distinções de classe e raça complementam este quadro. Ao olhar para a história do feminismo percebemos divisões claras de como esta história é apresentada. Uma, excluindo, ainda mais, realidades que não faziam parte das mulheres letradas e outra, mais inclusiva.

A opressão às mulheres vem sendo produzida e reproduzida há séculos. Mas os estudos e organizações de mulheres sobre estes aspectos também fazem parte da história. Posso contar essa história de duas maneiras: uma, com autoras que fazem referências às ondas do feminismo, como falado acima, e outra a partir de uma visão interseccional, ou seja, trabalhando as diversas formas de opressão como inseparáveis, posicionamento que acompanho e reitero.

2.1.1 As ondas feministas

Ao contar a história do feminismo, Garcia (2015) situa o nascimento da ideia feminista no século XVII, em Veneza. Isso porque, entre as características daquela época a República de Veneza havia dado livre acesso à cultura para as mulheres. Devido às transformações econômicas, políticas e sociais, a participação das mulheres nestes campos encontrou uma brecha, mas isto não se aplicou a todas as mulheres. A superioridade dos homens começou a ser questionada por algumas escritoras, das quais Garcia (2015) cita três: Lucrecia Marinelli (*A nobreza e a excelência das mulheres*, 1601); Moderata Fonte (*Valor das mulheres*, 1600) e, Arcângela Tarabotti, obrigada a entrar em um mosteiro aos 16 anos (*Antissátira, Defesa das mulheres contra Horácio Plata, A tirania paterna*). Marinelli defendeu a igualdade entre os sexos e ressaltou o papel das mulheres na história. Fonte, retratou a realidade das donas de casa de sua época que viviam sujeitadas ao poder masculino e Tarabotti, que denunciou os moralismos dos homens e a falta de liberdade e escolhas das mulheres (GARCIA, 2015).

Em 1673, Poulain de La Barre publicou o texto **Sobre a igualdade entre os sexos**. Mattos (2019, p. 339), em artigo a respeito do autor e sua obra, observa que:

Poulain de La Barre evidenciou o caráter misógino edificado historicamente, a partir de onde seria aconselhável, a partir do bom senso, romper efetivamente.

O pensamento repousa sobre a razão e o método, e neles o autor se amparou para demonstrar o preconceito misógino. Ao denunciar como poetas, oradores e pensadores se utilizaram de certos recursos misóginos, para suprimir a verdade, o discurso então descobriu o véu encobridor da verdade, objetivo de sua filosofia.

La Barre utiliza o método cartesiano, ou seja, princípios de racionalidade, para tratar das relações entre os gêneros, especialmente defendendo o acesso à educação para acabar com o preconceito. Para Garcia (2015, p.35) “o autor desenvolveu uma ideia parecida ao que séculos mais tarde chamaríamos de discriminação positiva ou ação afirmativa.”

O século XVIII também apresentou fatores relevantes para chegarmos à primeira onda do feminismo. Durante a Revolução Francesa, mulheres se organizaram por direitos e deveres civis, acreditando que as conquistas posteriores seriam compartilhadas, porém, em 1789, foi proclamada na França a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (GARCIA; 2015; SILVA, 2019). Dois anos depois, Olympe de Gougues propôs uma “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” e foi guilhotinada por isso. No preâmbulo, Gougues falava em “direitos naturais, inalienáveis e sagrados da mulher”,

Considerando que a ignorância, o esquecimento ou o menosprezo dos direitos da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção no governo, resolveram expor, em uma declaração solene, os direitos naturais inalienáveis e sagrados da mulher. Assim, que esta declaração, constantemente presente a todos os membros do corpo social, lhes lembre sem cessar os seus direitos e os seus deveres; que, sendo mais respeitados, os atos do poder das mulheres e os atos do poder dos homens possam ser a cada instante comparados com o objetivo de toda instituição política; e que as reivindicações das cidadãs, fundamentadas doravante em princípios simples e incontestáveis, sempre respeitem a constituição, os bons costumes e a felicidade de todos. (GOUGUES, 2007)

Apesar de não surtir efeitos práticos para as mulheres, a Revolução Francesa, e outros acontecimentos da época (como a Declaração de Independência dos Estados Unidos, 1776), cujas bases ideológicas eram pautadas pela igualdade e cidadania, acionaram um primeiro gatilho para a primeira onda do feminismo.

A derrota na Revolução Francesa e o Código Civil napoleônico representaram sérios obstáculos para o feminismo. Feministas que participassem de alguma atividade política eram guilhotinadas ou exiladas por terem “abdicado de seu destino de mães e esposas, querendo ser homem do Estado” (GARCIA, 2015, p. 45). O código napoleônico estabelecia que mulheres deviam obediência a seus maridos, a menoridade perpétua foi consagrada e a obediência, o respeito, a abnegação e o sacrifício eram virtudes impostas. Dessa maneira, o início do século XIX foi marcado por uma retração nas reivindicações para as mulheres, mas elas já possuíam experiência política e não abandonaram seus ideais. Continuaram lutando

por direitos civis, especialmente nos Estados Unidos e Reino Unido (SILVA, 2019). A segunda onda¹⁹ é marcada, então, pela luta pelo direito de votar e ser votada e pela participação econômica. Com base no liberalismo, a segunda onda defendia a igualdade entre homens e mulheres, com foco no sufrágio.

No século XIX o feminismo caracteriza-se como um “movimento social de âmbito internacional, com identidade autônoma e caráter organizativo” (GARCIA, 2015, p. 47). Além da questão de as mulheres não terem os direitos civis básicos, a Revolução Industrial e o desenvolvimento do capitalismo também revelam as agruras a que estavam submetidas a classe proletária, que ficava à margem de toda riqueza que produzia. A partir da segunda metade do século, com as mudanças advindas da industrialização e urbanização (especialmente na Inglaterra e Estados Unidos), a concepção política do feminismo mudou, passando a incluir mulheres de classes diferentes nos movimentos socialistas e liberais (GARCIA, 2015).

O movimento sufragista teve papel relevante nas diferentes classes sociais. Para as mulheres da elite (burguesas) a luta por direito ao exercício da cidadania, significou autonomia econômica. Já para as mulheres que faziam parte do proletariado, essa luta se conciliou com a luta por melhores condições de vida e trabalho. Apesar de ser mais conhecido pela luta por direito ao voto, o movimento sufragista também lutava pela igualdade em todos os campos, recorrendo à verdadeira universalização dos valores democráticos e liberais (GARCIA, 2015).

As mulheres de classe média e do proletariado tinham objetivos diferentes, mas o foco da luta era o mesmo. Já as mulheres negras, sofriam com outra questão, mais profunda. Aquelas primeiras, lutavam por igualdade de direitos, estas últimas para serem reconhecidas como seres humanos. As mulheres negras estadunidenses eram tratadas como objeto, coisa, pois o Estado as tinha como bem jurídico (SILVA, 2019). Diferente das brancas, as escravas enfrentavam a igualdade em termos de força, trabalho e peias em relação aos homens negros. Além disso, ainda tinha o estupro, vindo do branco. Por não terem pautas similares as das mulheres brancas, as negras se juntaram ao movimento abolicionista. Em 1851, Sojourner Truth (Isabella Baumfree), escrava liberta de Nova Iorque, fez seu discurso “E eu não sou

¹⁹ Existem divergências neste aspecto, pois para muitas autoras a primeira onde consiste no período do sufrágio.

uma mulher?²⁰”, que evidenciou o distanciamento das reivindicações de mulheres brancas e negras.

[...] E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

O feminismo negro não era comumente trabalhado, mas aos poucos, as teóricas feministas negras foram ocupando um lugar de fala que lhes permitiu elaborar assertivas importantes, como a necessidade do recorte de raça nas pesquisas e lutas feministas. O lugar das negras não é o mesmo ocupado pelas brancas.

Outro aspecto que deve ser trabalhado, concernente à segunda onda, é a questão do pensamento socialista. Como corrente de pensamento, o socialismo leva em consideração a situação das mulheres, já que no século XIX, embarcar em projetos igualitários significava contemplar toda a humanidade (GARCIA, 2015). Garcia (2015, p. 62) salienta que, “apesar de reconhecer a necessidade de independência econômica das mulheres, muitas vezes não foram críticos o suficiente em relação à divisão sexual do trabalho” referindo-se aos autores do socialismo utópico.

Já o socialismo marxista ou científico, trabalha a opressão das mulheres de forma superficial, descrevendo esta opressão como econômica (PINTO, 2015). Pinto (2015, p. 67) aponta que “na obra de Marx, a emancipação das mulheres não ocupa tempo nem espaço e quando trata do assunto o faz como apêndice da emancipação do proletariado.” Engels (1884), em **Origem da família, da propriedade privada e do estado**, propõe que a origem da sujeição das mulheres está no social e não no biológico, ou seja, “a emancipação das mulheres está ligada ao seu retorno à produção e sua independência econômica” (GARCIA, 2015, p. 168).

Mirla Cisne (2018, p. 214), ao analisar as relações entre feminismo e marxismo, afirma que:

O entendimento crítico da cultura e da educação hegemônicas e dos símbolos e representações que as permeiam são indispensáveis, posto que reproduzem a ideologia patriarcal. Cabe perguntar, todavia, por que a educação e a cultura são hegemonicamente patriarcais e racistas? Ou seja, por que as ideias dominantes são patriarcais, racistas e a quem elas

²⁰ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/> Acesso em 28 de jul. de 2020.

atendem? De que forma se constituem como dominantes? Quais as determinações materiais dos símbolos e das representações?

O feminismo marxista então, preconiza que a sujeição da mulher está ligada à propriedade privada e divisão de classes. A propriedade, no pensamento de Marx e Engels, está ligada à família, na qual a mulher seria propriedade do homem, como uma escrava. Assim, a questão econômica seria um dos pontos que necessitam de transformação, mas as relações materiais estão diretamente ligadas à ideologia, o que faz com que esta dimensão também necessite de atenção, no entanto, a mudança de valores naturalizados, como são os valores dominantes, é extremamente difícil.

No entender de Silvia Federici (2018, p. 85), o trabalho de Marx tem contribuição relevante para os estudos feministas no sentido em que auxiliou na demonstração de que as “hierarquias e identidades de gênero são construções” a partir do método histórico-materialista. Federici (2018, p. 85), afirma que as análises de Marx “sobre a acumulação capitalista e a criação de valor deram também às feministas da minha geração ferramentas poderosas para repensar tanto as formas específicas de exploração a que as mulheres foram submetidas na sociedade capitalista quanto a relação entre sexo, raça e classe.” A autora aponta ainda que existe uma “necessidade de uma perspectiva de gênero para a história do capitalismo” que pode ter início entre os séculos XVI e XVII, com a caça às bruxas e consequente desvalorização do trabalho das mulheres e no advento da divisão do trabalho sexual especificamente capitalista (FEDERICI, 2018, p. 105).

Temos também o movimento anarquista que contou com o engajamento de muitas mulheres. Para as anarquistas, a liberdade da mulher viria por meio de seu próprio esforço e, por isso, muitas viveram de acordo com suas convicções e se intitulavam “mulheres livres” (GARCIA, 2015). Eram rebeldes em relação à hierarquização, autoridade e Estado, o que as levou “por um lado, e frente às sufragistas, a minimizar a importância do voto e das reformas institucionais; por outro, viam como um enorme perigo ao que seu juízo propunham os comunistas: a regulação por parte do Estado da procriação, da educação, do cuidado das crianças” (GARCIA, 2015, p. 72).

Margareth Rago (2012), estuda duas mulheres que marcaram esta vertente do feminismo na América do Sul, a brasileira Maria Lacerda de Moura (1887-1945) e a ítalo-uruguaia Luce Fabbri (1908-2000). Ambas dedicaram-se a uma atualização do anarquismo e, além de militantes, “foram escritoras, professoras, amantes da literatura, e dedicaram-se visceralmente à luta antifascista internacional e à construção de formas libertárias, anti-hierárquicas e solidárias de pensar e viver.” (RAGO, 2012, p. 55). Para Rago (2012, p. 70),

Com todas as críticas que os opositores lançam aos anarquistas, não há como negar que o anarquismo foi a doutrina política e o movimento social que mais avançaram na formulação e na exigência do respeito à diferença e à liberdade individual, inclusive para as mulheres. Para além dos direitos civis e políticos, o anarquismo colocou na agenda pública a luta pelo direito ao próprio corpo, em defesa do prazer sexual e do amor livre, também para as mulheres, assim como o direito ao divórcio, ao aborto e à maternidade consciente e voluntária.

Garcia (2015) e Silva (2019) estão de acordo com a cronologia dos estudos feministas que discutimos até agora. Já Céli Regina Jardim Pinto (2010), no artigo **Feminismo, História e Poder**, coloca a primeira onda nas últimas décadas do século XIX, “quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto”. No Reino Unido o direito ao voto foi conquistado pelas mulheres em 1918, após intensas lutas que tiveram início, aproximadamente, no ano de 1897. No Brasil, coloca a autora, a primeira onda também foi marcada pelo sufrágio e, uma das figuras centrais foi Bertha Lutz, cientista que, após estudos no exterior, retornou ao Brasil em 1910 liderando as que lutavam pelo sufrágio. Apenas em 1932 (Novo Código Eleitoral) as mulheres conquistaram este direito em nosso país (desde que maiores de 21 anos e alfabetizadas). O movimento de operárias de ideologia anarquista também foi relevante no país, assim como nos Estados Unidos e Europa, mas perde força em 1930. Em 1949, quando da publicação da obra **O segundo sexo**, de Simone de Beauvoir, há um reconhecimento dos movimentos feministas.

A década de 1960 foi marcante para o mundo. Nos Estados Unidos tivemos o movimento *hippie*, propondo uma nova forma de vida, a forma “paz e amor”. Em 1968, na Europa, acontecia o “Maio de 68” na França. Houve uma verdadeira mudança de valores, impulsionada pela cultura jovem. O movimento teve início com a invasão da Sorbonne, pelos estudantes, que movimentaram a ordem acadêmica. Tomando força por toda a França, os estudantes uniram-se ao movimento operário e se expandiu para o mundo. Foi nesta década também que a pílula anticoncepcional foi lançada, primeiramente nos EUA, transformando a realidade das mulheres. Em 1963 o livro *A mística feminina* foi lançado por Betty Friedan – obra que se tornaria uma referência para o pensamento e movimento feminista. Pinto (2010, p. 16), coloca que

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que

uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias.

No Brasil esta década também foi relevante, mas em diferentes aspectos. Em 1964 tivemos o golpe militar que, em 1968, durante o governo Costa e Silva, promulgou o Ato Institucional n. 5 (AI 5) endurecendo as normas ditatoriais – dando poder aos governantes (militares) para punir os inimigos do regime. Na contramão de outros países, no Brasil tínhamos a forte repressão dos movimentos de esquerda e o início das guerrilhas. Foi neste cenário que tivemos as primeiras manifestações feministas (1970), vistas com profunda desconfiança pelos militares que as tinham como política e moralmente perigosas” (PINTO, 2010, p. 17).

Resumindo, Pinto (2003) discorre sobre três momentos relevantes do feminismo no Brasil na obra **Uma história do feminismo no Brasil**. O primeiro, marcado pelo sufrágio, o segundo, durante a ditadura, as mulheres discutiam sobre sexualidade e relações de poder, colocando a atenção na igualdade nas leis e costumes. Já o terceiro, marcado pelas questões intragênero, ou melhor, as diferenças entre as próprias mulheres. Já Rabay e Carvalho (2011, p. 86), afirmam que

No Brasil, assim como no mundo ocidental, a “primeira onda” se refere ao Movimento Sufragista; a “segunda onda”, que começa na década de 1970 entre nós e na década de 1960 nos Estados Unidos, se caracteriza pela crítica radical, teórica e prática, ao modelo de mulher e de família vigente. A “terceira onda”, identificada nos anos 1990, evidencia “novas” mulheres: as negras, as lésbicas, as mulheres do terceiro mundo, as transgêneros, entre outras (Iugones, 2008 , p. 86).

Para falar da terceira onda, Silva (2019) recorre a acontecimentos como a queda do Muro de Berlin; a dissolução da União Soviética (ambos em 1991) e a decomposição de ditaduras militares na América Latina, como no Brasil em 1985, Argentina em 1981 e Chile, em 1990. Vivia-se também a expansão cultural estadunidense – impulsionada especialmente pelos meios de comunicação. A terceira onda chega questionando o sentido de mulher, baseado no sexo e fazendo a distinção entre sexo e gênero. Passa-se a considerar as diversas identidades e vivências de mulheres diferentes. De acordo com Butler (2018, p. 26),

A distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo como o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo.

Silva (2019, p. 336) observa que o denominador comum da terceira onda “está na crítica às narrativas prontas de liberação de estereótipos de feminilidade e de vitimização, além da busca pelo desmoronamento de pensamentos indiscutíveis, claros, definidos, no que se refere ao conceito de mulher, características da segunda e primeira onda.”

Já Garcia (2015), coloca a obra **O segundo sexo**, de Simone de Beauvoir, como base teórica para esta nova etapa feminista, em que se constrói a teoria do gênero, em outros termos, não há, na biologia, o que justifique a discriminação e/ou inferiorização feminina e que as diferenças biológicas não determinam a imposição de condutas para homens e mulheres, mas sim a cultura.

Nancy A. Hewitt (2010, s/p) aponta que a ideia de “ondas” não captura completamente a história do feminismo. Para a autora²¹

As colaboradoras, de diferentes gerações e bases, defendem novas cronologias, conceituações mais inclusivas de agendas e participantes feministas e engajamentos mais amplos com disputas em torno de questões e práticas específicas do que era possível ao usar estruturas analíticas dominantes. Elas abordam questões de raça, classe e sexualidade nas histórias dos direitos e feminismo das mulheres, bem como as correntes culturais e intelectuais e as prioridades sociais e políticas que marcaram movimentos para o avanço e a libertação das mulheres. O conceito de ondas subindo e descendo não pode capturar completamente esses movimentos, cronologias, problemas e locais múltiplos e sobrepostos. (Tradução livre)

Dessa forma, passo agora a abordar a questão da interseccionalidade no feminismo, que nos permite observar as diferenças existentes entre as mulheres.

2.1.2 A visão interseccional

Podemos conceber a interseccionalidade como um método, uma forma de abordar a questão do feminismo a partir de um olhar múltiplo, que enxerga as diversas formas de opressão que atingem uma gama de identidades. Temos, por exemplo, o machismo, a LGBTfobia, o racismo, a classe social, enfim, os diversos aspectos que giram em torno de um fato, acontecimento ou objeto de estudo. Carla Akotirene (2019), na obra **Interseccionalidade**, revisita a memória dessa questão e aponta que a interseccionalidade é

²¹ The contributors, from different generations and backgrounds, argue for new chronologies, more inclusive conceptualizations of feminist agendas and participants, and fuller engagements with contestations around particular issues and practices than has been possible when using dominant analytical frameworks. They address issues of race, class, and sexuality within histories of women’s rights and feminism as well as the cultural and intellectual currents and social and political priorities that marked movements for women’s advancement and liberation. The concept of waves surging and receding cannot fully capture these multiple and overlapping movements, chronologies, issues, and sites.

um conceito que apresenta sensibilidade analítica, sendo pensado a partir de feministas negras cujas reivindicações intelectuais não eram vistas pelo feminismo branco e/ou pelo movimento antirracista.

A visão interseccional é então, para o feminismo, uma perspectiva que reconhece que racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado²² são construções inseparáveis e que expõem as mulheres negras à estas questões mais que os demais grupos, definindo o posicionamento do feminismo negro, frente às diversas opressões (AKOTIRENE, 2019). Para Akotirene (2019, p. 14) a interseccionalidade

visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

Em **Teoria feminista: da margem ao centro**, Bell Hooks (1984; 2019, recurso eletrônico) faz fortes críticas ao pensamento feminista hegemônico e coloca o feminismo como uma teoria em formação, que precisa ser reexaminada e confrontada a partir de visões diferentes. Já no primeiro capítulo, a autora aponta que, nos Estados Unidos, as mulheres que mais sofrem com o sexismo nunca foram protagonistas do movimento feminista, formando uma “maioria silenciosa”.

Sobre **A Mística Feminina**, obra de Betty Friedan tida como uma das precursoras do movimento feminista, Hooks (2019, s/p) aponta que se refere “ao drama de um seletivo grupo de esposas brancas das classes média e alta, com nível superior – mulheres do lar, entediadas pelas horas de lazer, atividades domésticas, crianças e compras, e que esperavam mais da vida” ao citar a frase de Friedan “o problema que não tem nome”. Friedan faz de questões de mulheres brancas de classe média, se tornem o problema de todas as mulheres nos EUA, o que exclui as mulheres negras, que viviam realidade totalmente diferente. Para Hooks (2019, s/p) Friedan “disfarçou suas atitudes classistas, racistas e sexistas em relação à população feminina da América.”

Durante a leitura de Hooks (2019) pude perceber o quanto o feminismo atual possui divisões de classe e raça, que, de modo geral, é esquecida ou subestimada por estudiosas e ativistas. Não se pode analisar o papel ou a função social das mulheres nas diversas sociedades sem levar em conta (de fato) as questões econômicas e as políticas raciais. Num

²² Neologismo criado pela comunidade LGBT que trata de um sistema sociopolítico no qual o gênero masculino e a heterossexualidade têm supremacia sobre outros gêneros e orientações sexuais, enfatizando a discriminação exercida sobre mulheres e pessoas LGBT tendo o mesmo princípio social machista. Disponível em: <https://rebellionfeminista.org/2019/07/26/cisheteropatriarcado/> Acesso e, 6 de agosto de 2020.

país como o Brasil, que passou por 300 anos de escravidão, é simplesmente uma grande patacoada querer colocar todas as mulheres numa mesma realidade. Hooks (2019) fala ainda que existe uma supremacia branca no pensamento feminista e que esta supremacia é subestimada “como uma política racial, ignorando o impacto psicológico da situação de classe, bem como seu status político no interior da realidade capitalista, racista e sexista.” E mais,

Se mulheres brancas de classe média puderam fazer de seus interesses o foco principal do movimento feminista, empregando uma retórica que tornava sua condição sinônimo de opressão, isso ocorreu graças a seus privilégios de classe social, em especial ao fato de viverem longe dos constrangimentos sexistas que vigoram no mundo das mulheres da classe trabalhadora.

Em outro momento, Hooks (2019, recurso eletrônico) aborda os métodos de exclusão usados por aquelas que detém o poder de fala no movimento,

Os métodos de exclusão praticados pelas mulheres que dominam o discurso feminista têm tornado quase impossível a emergência de teorias novas e diversas. O feminismo tem sua linha oficial, e as mulheres que anseiam por uma estratégia diferente, por fundamentos distintos, são normalmente proscritas e silenciadas. A crítica interna e a busca por ideias alternativas não são encorajadas.

Me fez lembrar o clássico **A estrutura das revoluções científicas**, de Thomas Khun (1998, p. 126) que, ao discorrer sobre a necessidade das revoluções científicas propõe que:

as revoluções científicas iniciam-se com um sentimento crescente, também seguidamente restrito a uma pequena subdivisão da comunidade científica, de que o paradigma existente deixou de funcionar adequadamente na exploração de um aspecto da natureza, cuja exploração fora anteriormente dirigida pelo paradigma. Tanto no desenvolvimento político como no científico, o sentimento de funcionamento defeituoso, que pode levar à crise, é um pré-requisito para a revolução.

Nos dias atuais, será que alcançamos algum tipo de mudança de paradigmas? Patrícia Hills Collins (2018, p. 154) em **Epistemologia feminista negra**, inicia seu texto afirmando que são os homens brancos da elite que possuem a legitimidade para controlar as estruturas do conhecimento ocidental e, como consequência, temos que as experiências das mulheres negras norte-americanas, bem como as experiências de mulheres afrodescendentes na esfera transnacional, têm sido distorcidas ou excluídas daquilo que é definido como conhecimento”. Tendo como filtro o entendimento dos homens brancos, o pensamento feminista negro, para Collins (2018) enfrenta sérias dificuldades, já que as escolhas epistemológicas não podem ser vistas como neutras.

Collins (2018, p. 179), descreve quatro dimensões da epistemologia feminista negra quando as mulheres elaboravam suas definições, “a experiência vivida como critério de significação, o uso do diálogo, a ética da responsabilidade pessoal e a ética do cuidado.” Segundo a autora, as mulheres negras que entravam na comunidade acadêmica não podiam aderir ao feminismo negro ou eram severamente punidas pelos e pelas dominantes da academia.

A comunidade de acadêmicas negras constitui um segundo grupo cujos padrões epistemológicos devem ser observados. À medida que o grupo de acadêmicas negras cresce, essa coletividade heterogênea compartilha de uma posição social semelhante no âmbito do ensino superior, e, ao mesmo tempo, encontra novos desafios na construção de grupos de solidariedade através das diferenças. As acadêmicas afro-americanas atribuem graus variados de importância à promoção do feminismo negro na academia. Todavia, apesar dessa nova diversidade emergente, que se consolida com o aumento de afro-americanas no ensino superior, o escopo do feminismo negro acadêmico expandiu-se. Historicamente, as afro-americanas trouxeram sensibilidades adquiridas via epistemologia feminista negra para seus trabalhos. Mas a conquista da legitimidade com frequência teve como preço a rejeição dessa epistemologia. O simples fato de estudar a vida das mulheres negras colocou muitas carreiras em risco.

Contudo, as experiências de vida das mulheres negras atuam como um tipo de localização social de onde se pode analisar conexões entre diversas epistemologias. Collins (2018, p. 185) aponta ainda que “aquelas ideias confirmadas como verdadeiras por afro-americanas, afro-americanos, lésbicas latinas, asiático-americanas, porto-riquenhos e outros grupos com seus pontos de vista distintos – com a utilização por cada grupo de abordagens epistemológicas constituidoras de seus posicionamentos singulares – tornam as verdades mais “objetivas”. Em outras palavras, os grupos diversos falam de seus pontos de vista, “difundindo seu próprio conhecimento parcial e situado.” Porém, este tipo de conhecimento é, geralmente, marginalizado, o que faz com que as epistemologias alternativas desafiem os conhecimentos legitimados, questionando-os. “A existência do ponto de vista das mulheres negras que utilizam a epistemologia feminista negra desafia o que é normalmente tomado como verdade e, ao mesmo tempo, questiona o processo através do qual tal verdade é produzida.” (COLLINS, 2018, p. 187)

Djamila Ribeiro (2016), no artigo **Feminismo negro para um novo marco civilizatório**, ajuda-nos a trabalhar a perspectiva brasileira. Ao discutir a relevância do feminismo negro para o debate político a autora aponta como a falta das questões étnico-raciais no movimento feminista tem impedido que mulheres negras se tornem agentes políticos. Historicamente, o feminismo negro ganha alguma visibilidade no Brasil a partir

da década de 1980 quando surgem organizações importantes. Porém, para Ribeiro (2016, p. 101) a teoria feminista incorpora um pensamento branco e patriarcal como dominante, o que faz com que a mulher negra na pauta feminista, fique praticamente invisível. Ribeiro (2016, p.101) aponta as consequências deste cenário ao afirmar que

A invisibilidade da mulher negra dentro da pauta feminista faz com que essa mulher não tenha seus problemas sequer nomeados. E não se pensa saídas emancipatórias para problemas que sequer foram ditos. A ausência também é ideologia. Muitas feministas negras pautam a questão da quebra do silêncio como primordial para a sobrevivência das mulheres negras.

Já Sueli Carneiro (2011), destaca que para além da questão de gênero, mulheres negras encaram o racismo, uma questão ideológica que complementa o sistema de opressão. Para a autora,

O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira.

As feministas negras denunciaram os limites do feminismo branco feito pelas precursoras, indicando que seriam necessários outros olhares e perspectivas para a compreensão de realidades distintas vividas pelas mulheres.

Lélia Gonzales (1984), intelectual e feminista brasileira, já preconizava algumas questões da luta das mulheres negras no Brasil no artigo **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. A autora aponta questões como a naturalização do racismo, o mito da democracia racial, a mulata e o carnaval. Com um toque de ironia, que permeia toda a publicação, a autora aponta que

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão, ao invés de continuarmos na repetição e reprodução dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva sócio-econômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. (GONZALES, 1984, p. 225)

Percebemos, ainda hoje, uma ausência ou insuficiência de teorias e/ou métodos para explicar a realidade das mulheres negras e noções como mulata, doméstica e mãe preta permaneciam sendo reproduzidas (GONZALES, 1984). Bom, esta questão, em meados da

década de 1980, já desafiava a teoria feminista e, ainda hoje, praticamente 40 anos depois, podemos falar em mudança? Voltamos à Collins (2018) e percebemos que caminhamos pouco em relação à epistemologia feminista negra. Não no sentido do seu desenvolvimento teórico, mas em relação à legitimação acadêmica. Collins (2018, p. 184), deixa claro que trata o pensamento feminista negro

como situado em um contexto de dominação, e não como um sistema de ideias divorciado da realidade política e econômica. No mais, eu apresento o pensamento feminista negro como conhecimento subordinado por meio do qual as afro-americanas há muito lutam para encontrar lugares alternativos e epistemologias que possam validar suas próprias autodefinições.

Ao entrarmos no debate político é preciso reconhecer a relevância do pensamento feminista negro, já que este leva em consideração as diversas opressões sofridas pelas mulheres, opressões que, muitas vezes são naturalizadas em uma sociedade patriarcal, como a que estamos inseridas. Para Hooks (2019, recurso eletrônico) “As mulheres precisam saber que podem rejeitar as definições sobre a realidade em que vivem oferecidas pelos poderosos, que podem fazê-lo mesmo sendo pobres, exploradas ou vivendo em circunstâncias opressivas. Precisam saber que o exercício desse poder pessoal básico é um ato de resistência e força.”

A questão da interseccionalidade, por mais que aponte com mais força para o feminismo negro, não deixa de lado todas as distinções que temos umas das outras. As contribuições das indígenas que vivem em condições de opressão, a partir da desigualdade étnica e condições sociais hegemônicas são apontadas por Alejandra Aguilar Pinto (2010, p. 4), que fala de um protagonismo político de algumas indígenas que “se deve em parte à influência do feminismo (como ideologia) e pela temática do gênero, que procura a igualdade e equidade na diferença.” A autora aponta para o enriquecimento das agendas políticas feministas latino-americanas que força-nos a pensar sobre a inclusão e o respeito às diversidades.

O pensamento feminista decolonial teve início com o texto **Colonialidad y género**, em que María Lugones (2008) trabalha a teoria da colonialidade do poder, introduzindo nela a noção de “sistema moderno colonial de gênero”. Para a autora, homens e mulheres não europeus, indígenas e negros eram vistos como inferiores por não seguirem os códigos culturais do homem branco europeu. Dessa forma, o feminismo decolonial pensa o colonialismo a partir do eurocentrismo, ou seja, valores europeus que foram imputados aos colonizados. Este pensamento aponta que o projeto europeu de colonização das américas

estava embasado no determinismo biológico que impunha a superioridades de uma raça sobre as outras. Tal visão se esvaiu nas produções sociológicas e antropológicas, porém ainda permeia o pensamento do senso comum.

Ochy Curiel (2019, p. 32) aponta que o pensamento decolonial tem oferecido caminhos (teóricos e metodológicos) para a compreensão de especificidades sociais e que o pensamento feminista decolonial, especificamente, vem

retomando boa parte dos postulados da opção decolonial e dos feminismos críticos, oferece uma nova perspectiva de análise para entender de forma mais completa as relações derivadas de “raça, sexo, sexualidade, classe e geopolítica de forma imbricada. Essas propostas feitas fundamentalmente por feministas indígenas e de origem indígena, afros, populares, lésbicas feministas, entre outras, questionam as maneiras em que os feminismos hegemônico, branco, branco-mestiço e com seus privilégios de classe entenderam a subordinação de mulheres desde suas próprias experiências situadas em reproduções do racismo, o classicismo e o heterossexismo em suas teorias e nas classes políticas.

Retomar e repensar conceitos naturalizados é vital para os feminismos visto que se trata de um empreendimento eminentemente político e que visa à desarticulação de estruturas opressoras que perpassam diferentes estratos sociais.

2.2 Feminismos e poderes

Remontando a tempos antigos voltamos à Grécia para entender política e poder. Berço da democracia, na Grécia Antiga acreditava-se que o cidadão podia contribuir na organização social. A parte que é pouco debatida é que mulheres, escravos, estrangeiros e crianças não eram considerados cidadãos, portanto, eram excluídos dos debates políticos. Aristóteles, em **A República** afirma que “O governo doméstico é uma espécie de monarquia: toda casa se governa por uma só pessoa; o governo civil, pelo contrário, pertence a todos os que são livres e iguais.” É preciso entender que mulheres não eram livres e, muito menos iguais.

A luta por poder exclui. Deixa de lado minorias simbólicas em prol da dominação, assegurada a poucos. Ao discorrer sobre o campo político, Pierre Bourdieu (2011, p. 195) aponta que ele “repousa sobre uma separação entre os profissionais e os profanos”, ou seja, existe um certo número de pessoas que jogam um jogo em que as demais não preenchem os requisitos necessários para participar. Isso foi debatido no capítulo anterior.

Ao discorrer sobre o poder – ou poderes – Michel Foucault (1993, p. 285) aponta que:

é preciso distinguir as relações de poder como jogos estratégicos entre liberdades - jogos estratégicos que fazem com que uns tentem determinar a conduta dos outros, ao que os outros tentam responder não deixando sua conduta ser determinada ou determinando em troca a conduta dos outros – e os estados de dominação, que são o que geralmente se chama de poder.

A respeito do poder político, Michéle Riot-Sarcey (2009) propõe que as sociedades democráticas modificaram as regras do sistema representativo da soberania, no entanto, as mulheres foram afastadas e inferiorizadas nos processos decisórios e na distribuição dos papéis sociais. Para a autora, as mulheres nunca estiveram em condição de agir como sujeitos políticos, mesmo após o sufrágio ter se tornado universal (RIOT-SARCEY, 2009).

As lutas políticas são tão importantes e necessárias porque elas definem “a imposição legítima dos princípios de visão e divisão do mundo social” (BOURDIEU, 2011, p. 206). Enquanto tivermos representantes majoritariamente homens, brancos e de classe alta esta imposição de princípios de visão e divisão do mundo social terá estas mesmas características, por isso, a luta das mulheres, dos negros, dos grupos LGBTQ, entre outros, para fazer parte do campo político.

O feminismo faz parte desta luta desde a sua origem e a teoria política feminista, como colocam Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2014, recurso eletrônico), “é plural e diversificada, que investiga a organização social tendo como ponto de partida as desigualdades de gênero.” Os autores acrescentam que os estudos políticos tradicionais tendem a reproduzir as desigualdades (incluindo a de gênero) e a não questionar as aproximações entre as esferas pública e privada, ou melhor, tendem a não considerar que a simbiose entre estas esferas exista.

Historicamente, podemos afirmar que as lutas feministas no Brasil (como o sufrágio, por exemplo) trouxeram mudanças para a participação política das mulheres de forma muito lenta. Mais vagarosa ainda é a inserção de fato das mulheres nos espaços de poder. Mudanças nas leis e códigos, inserção na educação também foram conquistadas após décadas de lutas incessantes. Porém, Biroli e Miguel (2014, recurso eletrônico) tocam em um ponto extremamente relevante para esta questão, que muitas vezes passa despercebida: as leis que afetam as mulheres são feitas, em nosso país, majoritariamente, por homens. Este fato nos apresenta algumas consequências e questionamentos. Como a percepção de que a presença de mulheres nas decisões políticas é ínfima (apesar de sermos, em números, pouco mais de 50% da população brasileira). Como esta ausência é refletida na sociedade? Se estas decisões ainda são tomadas por homens, temos mesmo domínio sobre nossos corpos e ações? Somos,

de fato, livres? Quando olhamos para a realidade das mulheres negras as respostas para as questões acima são ainda mais angustiantes.

Percebemos a necessidade de compreender os mecanismos sociais que limitam a participação de mulheres na esfera política. Biroli e Miguel (2014, recurso eletrônico) acrescentam a este ponto as questões da divisão social do trabalho, os estereótipos do feminino e do masculino, as relações entre classe e raça e as dualidades entre as esferas pública e privada.

A discussão sobre as esferas pública e privada é muito cara para a teoria feminista. Em **O contrato sexual**, Carole Pateman (1993, P. 16) aponta que:

A história do contrato sexual também trata da gênese do direito político e explica por que o exercício desse direito é legitimado; porém, essa história trata o direito político enquanto *direito patriarcal* ou instância sexual – o poder que os homens exercem sobre as mulheres.

Dessa maneira, Pateman (1993) deixa claro que a teoria do contrato social, que convencionalmente trata da questão da liberdade, ou seja, existe a troca da insegurança da liberdade total pela liberdade civil, fornecida pelo Estado. O que Pateman (1993, P. 16) apresenta é que existem outras questões que envolvem este contrato para além da liberdade, como a “dominação dos homens em relação às mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas.”, então, se o contrato social está relacionado com a liberdade e o contrato sexual aponta para a sujeição, o contrato original, aponta Pateman (1993, p. 16), “cria ambas, a liberdade e a dominação” – liberdade para os homens e dominação destes sobre as mulheres. Tendo explicado estes pontos, a autora coloca que existe a omissão da história do contrato sexual já que, para a história do contrato social o que existe é um relato a respeito da esfera pública, colocando a esfera privada como irrelevante politicamente.

Tendo estes pontos apresentados por Pateman em mente, podemos perceber que as questões da esfera privada são escanteadas na sociedade contemporânea. Noutros termos, “É uma forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares.” (BIROLI, 2014, recurso eletrônico). A esfera pública - como a conhecemos - não possui valores abstratos e/ou universais, tampouco é impessoal. Pelo contrário, ela exclui, fazendo imperar questões de uma pequena parcela que não representa a sociedade. Podemos lembrar da Ágora, na Grécia Antiga. Só podiam participar dos encontros políticos os cidadãos gregos que, como dito anteriormente, não incluíam mulheres, escravos ou estrangeiros que não tinham direitos políticos e nenhuma participação nas tomadas de decisão.

Diferente do contexto passado, hoje todos temos os mesmos direitos constitucionais e a igualdade, incluindo a de gênero, costuma vir em primeiro lugar. Porém, como já estamos acostumadas (mas não conformadas), na prática contemporânea as relações de poder manifestam-se também no que é chamado de esfera privada. Temos um espaço ou esfera pública que abarca aqueles princípios universais, os quais se encontrariam no campo político, e a esfera privada que comporta as questões pessoais ou íntimas. A crença na separação entre as esferas, que apóia boa parte da teoria política contemporânea, diverge dos estudos feministas.

Susan M. Okin (2008) aborda esta questão no artigo **Gênero, o público e o privado**, ao analisar os significados do que é público e privado a partir de uma perspectiva de gênero e aponta para uma perpetuação da ideia de que estas esferas são separadas. O conceito de gênero, explica a autora, refere-se à institucionalização social das diferenças sexuais, ou seja, trata do entendimento de que a desigualdade sexual, nas suas variações, é uma construção social e, para além disso, “análises e descobertas feministas sobre gênero são de importância crucial para a teoria política, e afetam em particular sua contínua sustentação sobre a dicotomia público/doméstico” (OKIN, 2008, p. 312). A autora também aponta para a relação entre o liberalismo e a acentuação desta separação, o que foi combatido por estudiosos de esquerda que, a partir da perspectiva de classe, evidenciaram que a dicotomia público/privado atendia a funções ideológicas e que, portanto, são infundadas.

Ao se posicionar, teóricas feministas relacionaram o poder e as práticas políticas e econômicas às estruturas e práticas da esfera privada, “expuseram o quanto a dicotomia entre público e doméstico, também reificada e exagerada pela teoria liberal, serve igualmente a funções ideológicas. O slogan feminista correspondente é, obviamente, ‘o pessoal é político’” (OKIN, 2008, p. 312). Com este slogan as teóricas revelam as relações de poder existentes na esfera privada, no encadeamento entre os sexos que participa das relações de poder, “E nós também queremos dizer que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro.” (OKIN, 2008, p. 314). Entendemos que o Estado interfere na família e que, a partir de uma perspectiva de gênero, a divisão social do trabalho e a distribuição do poder devem ser analisadas em conjunto com a esfera privada.

Em uma sociedade patriarcal, a divisão público/privado é operada em benefício dos homens, brancos e de classe alta, que fazem a manutenção e preservação do poder, mantendo o outro, ou seja, as mulheres (especialmente, mas não só) na esfera doméstica, em que não é possível a discussão pública. De acordo com Biroli (2014, recurso eletrônico),

Nesse quadro, a preservação da esfera privada em relação à intervenção do Estado e mesmo às normas e aos valores majoritários na esfera pública significou, em larga medida, a preservação de relações de autoridade que limitaram a autonomia das mulheres. Em muitos casos, sua integridade individual esteve comprometida enquanto a entidade familiar era valorizada. [...] A garantia de privacidade para o domínio familiar e doméstico foi vista, por isso, como uma das ferramentas para a manutenção da dominação masculina.

Neste meandro, se encaixam a divisão do trabalho e a questão dos estereótipos masculino e feminino já que, sendo o lugar da mulher domínio da esfera doméstica/privada, existem estereótipos que naturalizam aspectos, supostamente naturais, que as colocam neste lugar, evitando que, por exemplo, exerçam cargos que exijam conhecimentos mais específicos (se ela cuida do lar, não tem tempo para cuidar da formação acadêmica) ou que exijam maior dedicação de tempo (como ela pode ser do alto escalão tendo família para cuidar) e assim por diante. Estas são questões relevantes na vida das brasileiras que exercem a política profissionalmente.

Como exemplo posso citar o caso da Deputada Maria do Rosário²³ (PT-RS) que em 2014, ao entrar num embate político com o, à época, também deputado, Jair Bolsonaro, ouviu que não merecia ser estuprada por ser muito feia. Ou o caso de Dilma Rousseff que, em vários momentos de seu governo, teve sua aparência e/ou suas decisões julgadas (especialmente pela mídia) por estereótipos misóginos²⁴.

Voltemo-nos para os aspectos históricos numa tentativa de compreensão do cenário atual. Remontando às lutas pelo sufrágio no Brasil, lembro que na Constituição de 1821 o voto para as mulheres ainda não era permitido, assim como para a maioria da população (analfabetos, soldados, clérigos, menores de 21 anos, e pessoas abaixo da linha da pobreza), o que revelava os interesses dos grandes ruralistas (SCHUMAHER; CEVA, 2015). Durante as primeiras décadas do século XX as mulheres começaram a conquistar o direito de votar pelo mundo. No Brasil, em 1927 a Lei Eleitoral do Rio Grande do Norte foi aprovada, dando direito ao voto para mulheres – dezenas de mulheres foram se alistar. A advogada Mietta Santiago impetrou um mandado de segurança com base na afirmação de que a proibição do voto para mulheres era inconstitucional já que ia de encontro com o Artigo nº 70 da Constituição de 1891, para o qual eram eleitores “os cidadãos maiores de 21 anos que se

²³ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/06/13/bolsonaro-pede-desculpas-a-maria-do-rosario.htm> Acesso em 19 set 2020.

²⁴ Para maiores informações recomendo: GERALDES, Elen Cristina; RAMOS, Tânia Regina Oliveira; SILVA, Juliano Domingues da; MACHADO, Liliane Maria Macedo; NEGRINI, Vanessa.(Orgs). Mídia, misoginia e golpe. Brasília, FAC-UnB, 2016.

alistarem na forma da lei.” A partir dessas ações, Alzira Soriano foi eleita prefeita da cidade de Lages (RN), pelo Partido do Rio Grande do Norte, tornando-se a primeira prefeita da América Latina, em 1928. Em 24 de fevereiro de 1932 o voto feminino foi introduzido no Código Eleitoral Provisório, por meio do Decreto n 21.076 (SCHUMAHER; CEVA, 2015), dando às mulheres o direito de votar e de serem votadas.

Após conquistarem o direito ao voto, as brasileiras obtiveram o direito à licença maternidade remunerada e acesso o à cargos públicos. Em 1934, a nova Constituição “consagrou o princípio da igualdade entre os sexos, o direito do voto feminino, bem como introduziu garantias de proteção ao trabalho da mulher. Em 1937, Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra aprovam nova Constituição sem participação política das mulheres. Já a Constituição de 1946 incorporou as novas leis trabalhistas que foram consolidadas no Estado Novo e restringiu a organização de partidos e sindicatos que contrariassem a democracia (SCHUMAHER; CEVA, 2015). Nas eleições de 1966 seis mulheres foram eleitas deputadas federais, mas apenas uma (Neci Novais-BA) concluiu o mandato. As demais foram cassadas por causa do Ato Institucional nº 5 - que definiu o momento mais duro da ditadura brasileira, concedendo plenos poderes ao presidente (SCHUMAHER; CEVA, 2015).

Ações de feministas norte-americanas e europeias difundiam o lema “O privado é político, nosso corpo nos pertence.” No Brasil a ditadura permanecia. Em 1974, Ernesto Geisel assumiu a presidência por meio de eleições indiretas, prometendo a redemocratização, o que não ocorreu de fato. No pleito de 1974 uma mulher, Lygia Lessa Bastos, é eleita deputada federal no Rio de Janeiro. Schumacher e Ceva (2015) apontam que nos anos 1970 o movimento feminista foi se estruturando no Brasil. A delegada Therezinha Zerbini fundou o Movimento Feminino pela Anistia que teve seu nome mudado em 1980 para Anistia e Liberdades Democráticas. Em 1978 Figueiredo assumiu a presidência (ainda com eleições indiretas) e, nas eleições para o Congresso Nacional, o número de mulheres na política aumentou, sendo eleitas 4 para a Câmara dos Deputados, e 5 como suplentes de senadores. Na mesma época, Eunice Michilles foi a primeira senadora do país e Laélia Alcântara a primeira negra no Senado Federal (SCHUMAHER; CEVA, 2015).

Com a redemocratização e término da ditadura, em 1985, apenas oito mulheres foram eleitas deputadas federais, apesar do significativo número de candidatas. Durante a constituinte (1985-1990), o presidente José Sarney encaminha para o Congresso projeto de lei que propunha a criação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), após pressões das feministas (1985). Entre as ações do CNDM estão as campanhas “Constituinte

sem mulher fica pela metade” e Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher” (SCHUMAHER; CEVA, 2015). Empresários e deputados, descontentes com a atuação do CNDM, colocaram um apelido pejorativo no movimento, “lobby do batom”. Porém, as mulheres não esmoreceram e transformaram o apelido em “instrumento de militância política e de luta pelos direitos das mulheres na Constituição” (SCHUMAHER; CEVA, 2015, p. 156).

Nas eleições municipais de 1985 tivemos a primeira prefeita eleita pós-ditadura, Maria Luiza Meneses Fontenele, em Fortaleza-CE. Nas municipais de 1988 são eleitas Vilma Maia para assumir a gestão de Natal e Luiza Erundina para prefeitura de São Paulo. Schumacher e Ceva (2015, p. 186) consideram a década de 1990 como a década das mulheres na política:

escolarizadas, trabalhadoras e com menor número de filhos, as mulheres invadiram a cena pública.

A autonomia e a independência se espalhavam, transformando as relações familiares, jogando no lixo velhos tabus, como o da virgindade, e enfrentando a cultura do patriarcado. Já não era preciso declarar-se feminista para aderir à causa dos direitos das mulheres.

No pleito de 1990 foram eleitas 30 deputadas federais e 4 senadoras (SCHUMAHER; CEVA, 2015). Porém, em termos de equiparação salarial, violência, escolaridade e número de filhos o quadro não se alterou no país. Tivemos algumas vitórias como, por exemplo, a criação de uma CPI para investigar a questão da violência contra a mulher em 1992, porém não foram apresentados resultados concretos.

Na entrada do século XXI, Schumacher e Ceva (2015) apontam que apesar do aumento da participação (em números) das mulheres na política, ainda continuávamos sub-representadas, o que caracterizava um desafio para países democráticos. Em 1994 Fernando Henrique Cardoso foi eleito. Naquele pleito fora 40 mulheres foram eleitas para a Câmara dos Deputados, 4 para o Senado e 4 suplentes de senadores. Roseana Sarney foi eleita governadora do Maranhão (dando continuidade ao patrimonialismo naquele Estado, visto que é filha de José Sarney, mandadário político local há décadas). Em 1995 tivemos a promulgação da Lei nº 9.100 que previa, para cada partido, um mínimo de 20% de candidatas (SCHUMAHER; CEVA, 2015). Dois anos depois esta lei foi ampliada para a Lei nº 9.505:

que estendeu a medida para os demais cargos eleitos por voto proporcional – na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas Estaduais e na Câmara Distrital – e alterou o texto do artigo, assegurando não mais uma cota mínima para as mulheres, mas uma cota mínima de 30% e uma cota máxima de 70% para qualquer um dos sexos, fortalecendo o debate sobre a paridade de gênero no âmbito da política, amplamente defendido pelo movimento feminista. (SCHUMAHER; CEVA, 2015, p. 216)

A paridade refere-se àquilo que é igual ou semelhante, assim, a paridade de gênero diz da igualdade de direitos, deveres e oportunidades para todos os gêneros e, na política, diz da representatividade dos gêneros naquele espaço específico.

Apesar de já possuímos uma bancada feminina no Congresso Nacional e a política de cotas estabelecida para os partidos, nas eleições de 1998 foram eleitas 34 deputadas federais, três senadoras (uma suplente); uma governadora e duas vice-governadoras (SCHUMAHER; CEVA, 2015), revelando assim uma estagnação no crescimento participativo das mulheres no âmbito político.

Em 2002, Lula venceu as eleições para presidência e um número mais expressivo de mulheres participa do nosso cenário político. Foram 47 eleitas para a Câmara Federal e 8 senadoras. Durante o governo Lula tivemos a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, ligada à Presidência, e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, criada em 2003. É importante ressaltar também a Lei nº 10.639 que inseriu o tema da história de cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares – lei que foi ampliada posteriormente para Lei nº 11.645 que incluiu a questão indígena. Ainda em 2003 tivemos a Lei Federal nº 10.714 que propôs a criação de um número telefônico para receber denúncias de violência contra mulher, que hoje é o Ligue 180 (SCHUMAHER; CEVA, 2015).

Nesse período, diversas mulheres assumiram o comando de ministérios, como Benedita da Silva no Ministério da Assistência e Promoção Social; Marina Silva no meio ambiente e Dilma Rousseff no Ministério de Minas e Energia, de 2003 a 2005 e, posteriormente, o Ministério da Casa Civil, no qual permaneceu até 2010. Em 2006 outra vitória das mulheres foi a criação da Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Essas leis representam um ganho enorme para os movimentos negro e feminista.

Em 2006 Luís Inácio Lula da Silva parte para o segundo mandato em eleições que colocaram 47 mulheres na Câmara dos Deputados, 5 no Senado e 4 governadoras. Já em 2009, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, em parceria com instituições públicas, organizações da sociedade civil e órgãos internacionais, criou o Observatório Brasil de Igualdade de Gênero para dar visibilidade às ações do Estado em relação à promoção da igualdade de gênero e direitos das mulheres (SCHUMAHER; CEVA, 2015). O ano de 2010 foi marcado pela indicação de Dilma Rousseff para a disputar as eleições à presidência da república por Lula.

2.2.1 A primeira presidenta do Brasil

Dilma Vana Rousseff tomou posse como presidenta do Brasil em 2011. Elegemos uma mulher ao mais alto cargo político do país. Se este fato fosse corriqueiro, não seria tão relevante, mas Dilma foi a primeira. Vimos, mais acima, que algumas brasileiras foram desbravadoras no campo político, abrindo caminho para chegarmos à presidência.

Mineira, nascida em 1947, filha de uma professora e de um advogado búlgaro, a trajetória política de Dilma Rousseff (amplamente julgada pelos discursos midiáticos) se inicia, segundo a própria²⁵, aos 15 anos ao ingressar no Colégio Estadual que a deixou “bem subversiva”. Daí para frente a ditadura militar se inicia e Dilma toma posição.

A primeira vez que fugiu da polícia foi em 1969, com seu ex-marido, Cláudio Galeno, aos 21 anos recém completados. Fugiram de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. Dilma foi presa e torturada em São Paulo, local em que cumpriu 3 anos de detenção no presídio Tiradentes (AMARAL, 2011, p. 13). De acordo com Amaral (2011, p. 72), em entrevista concedida ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho (2003) e publicada pela Folha de S. Paulo em 2005- quando Lula indicou Dilma para Casa Civil – ela contou alguns detalhes sobre sua prisão e tortura:

Rousseff: Entrei no pátio da Operação Bandeirante e começaram a gritar “mata!”, “tira a roupa”, “terrorista”, “filha da puta”, “deve ter matado gente”. (...) A pior coisa que tem na tortura é esperar, esperar para apanhar. Eu senti ali que a barra era pesada. E foi. Também estou lembrando muito bem do chão do banheiro, do azulejo branco. Porque vai formando crosta de sangue, sujeira, você fica com um cheiro... (AMARAL, 2011, p. 72)

Na obra **A vida quer é coragem**, o jornalista Ricardo Batista Amaral (2011) conta, com detalhes, a trajetória de Dilma Rousseff. Vai e volta no tempo, narrando as lutas que empreendeu (tanto durante a ditadura quanto, posteriormente, em 2009, quando passou pelo tratamento contra um linfoma), que se misturam às lutas políticas.

A trajetória de Dilma na política foi extensa. Participou da fundação do PDT no Rio Grande do Sul (1979) e ficou à frente da Ação da Mulher Trabalhista, elaborando políticas de gênero e inserção dos direitos da mulher na sociedade. Quando Alceu Colares foi eleito prefeito de Porto Alegre, escolheu Dilma para a Secretaria de Fazenda e, posteriormente, quando foi eleito governador, a indicou para assumir a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações do estado (SCHUMAHER; CEVA, 2015). Após o término do governo Colares, em 1995, Dilma só voltaria a ocupar um cargo político 4 anos mais tarde, como secretária de Minas e Energia do governador Olívio Dutra (PT) e dois anos depois, em 2001,

²⁵ Disponível em: https://istoe.com.br/15907_DILMA+ROUSSEFF/ Acesso em 10 set 2020.

Dilma ingressa no Partido dos Trabalhadores. Já em 2002, inicia sua carreira no governo federal como ministra de Minas e Energia, tomando posse em 1º de janeiro de 2003. Em 2005, após o escândalo do mensalão, Dilma substitui José Dirceu como ministra-chefe da Casa Civil (SCHUMAHER; CEVA, 2015).

Neste período, Dilma foi acusada pelo senador Agripino Maia (DEM-RN) de ter mentido durante o período militar para não entregar seus companheiros. Em 7 de maio de 2008, Dilma proferiu um depoimento histórico em que afirma:

[...] eu me orgulho imensamente de ter mentido. Porque eu salvei companheiros da mesma tortura e da morte. Não tenho nenhum compromisso com a ditadura de dizer a verdade. Eu estava num campo, eles estavam em outro e o que estava em questão era minha vida e as dos meus companheiros [...] (SCHUMAHER; CEVA, 2015, p. 390).

A campanha presidencial **Para o Brasil seguir mudando** (2010) foi apoiada por partidos de centro-esquerda, como PMDB, PCdoB, PDT, PRB, PR, PSB, PSC, PTC e PTN, sendo que a candidata Dilma Rousseff (PT) teve como vice Michel Temer (PMDB). No primeiro turno Dilma enfrentou candidatos como José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV). As pesquisas mostravam uma luta acirrada entre Dilma e José Serra no primeiro turno e, por fim, o resultado das urnas levou os dois candidatos para o segundo turno, no qual a petista ficou com 56,05% dos votos válidos, saindo eleita presidenta da república.

Em janeiro de 2011 Dilma tomou posse. Governou por 4 anos e foi reeleita em 2014 ao derrotar Aécio Neves (PSDB). Em dezembro de 2015, Eduardo Cunha (MDB) abriu processo de impeachment contra a presidenta em exercício. Em maio do ano seguinte a presidenta foi afastada e o golpe concretizou-se em 31 de agosto de 2016.

A respeito da eleição da primeira mulher à presidência, a mídia cobriu todos os acontecimentos e destacou, em poucos momentos, o fato histórico para a luta feminista. Schumacher e Ceva (2015, p. 389), esclarecem que a ascensão de Dilma “até o primeiro escalão do governo federal foi lenta, até que um dia foi uma das escolhidas do presidente Lula da Silva.” As autoras ainda apontam que “a vitória de Dilma Rousseff não foi a vitória de uma simples sucessão de mandato, em que o sucessor se beneficia da popularidade de seu antecessor. Foi um gesto democrático de uma nação sob a influência feminina [...]”.

As eleições de 2014 foram mais apertadas. O Brasil tinha passado por escândalos de corrupção, tivemos as jornadas de junho²⁶ em 2013 e a economia não ia bem. Dilma Rousseff

²⁶ A respeito das Jornadas de Junho: MENDONÇA, Ricardo Fabrino. DIMENSÕES DEMOCRÁTICAS NAS JORNADAS DE JUNHO: Reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. In: RBCS Vol. 33 n° 98 /2018.

enfrentou Aécio Neves (PSDB) no segundo turno e venceu com 51,64% dos votos válidos²⁷. A senadora, pelo Partido Comunista do Brasil (AM), Vanessa Grazziotin (2018) ao escrever sobre o golpe numa perspectiva de gênero, defende que a destituição de Dilma teve início um dia após as eleições de 2014, quando a tese do impeachment foi levantada por Aécio Neves, candidato derrotado em segundo turno, e assim, “ao longo de 2015, o golpe foi aglutinando vários setores da mídia, segmentos sociais com interesses contrariados, como a indústria petrolífera internacional, e políticos preocupados com o avanço da Operação Lava-Jato, como o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ)”(GRAZZIOTIN, 2018, p. 178).

Flávia Biroli (2018, p. 75), acrescenta que o “golpe parlamentar contou com o protagonismo dos meios de comunicação e do Judiciário” para depor “a primeira mulher a chegar à presidência da República no Brasil”. A autora ainda refere-se à questão do sexismo e misoginia durante o período de tempo que durou o processo de impeachment,

As narrativas enunciadas durante o processo de impeachment, no entanto, mostraram-nos que os discursos misóginos não estavam, de maneira alguma, neutralizados. Sexismo e misoginia participaram da construção de um ambiente político no qual uma mulher eleita foi contestada em sua competência e deposta. Em alguns casos, a construção da imagem de Rousseff e a configuração dos posicionamentos favoráveis a sua deposição podem ser descritos como formas de violência política contra as mulheres, como defendi em outro local. Atingem Rousseff, ao mesmo tempo em que colocam em xeque a condição das mulheres como atores políticos. (BIROLI, 2018, p. 79)

Já Luís Felipe Miguel (2018, p. 100), alerta sobre uma possível percepção, por parte da classe dominante, de que era preciso romper com a era do PT no governo e que a relação de Dilma com a elite política estava complicando-se:

[...]pelo perfil técnico, por traços de personalidade da presidente e mesmo pelo fato de ser mulher, dificultando a integração num ambiente tão marcado por um *éthos* masculino e sexista – de fato, junto às lideranças políticas, tanto quanto nas ruas, nas redes sociais e na mídia, houve um significativo traço misóginos na desqualificação da presidente.

Foram produzidos diversos artigos e livros que analisavam a relação da mídia com a deposição da ex-presidenta. Alguns outros trabalhos se voltaram para a representação de Dilma pela mídia durante as eleições ou crises específicas. Barbara e Gomes (2010), por exemplo, concentraram-se em responder: Como Dilma Rousseff é representada pela mídia

²⁷ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial> acesso em 05 fev 2021.

imprensa, com base nos processos verbais? o que Dilma Rousseff diz? e o que falam sobre Dilma Rousseff? Tudo isso no período em que Dilma ainda era pré-candidata a presidência. As autoras concluem que a representação de Dilma naquele período foi ambivalente, de um lado mostrando uma combatente suavizada e, de outro, alvo de diversas críticas e acusações.

Moritz e Rita (2020) apontam o olhar para o período de tempo relativo aos meses que precederam o afastamento definitivo da presidenta, analisando como a mídia impressa contribuiu para o desfecho dos acontecimentos e acabam concluindo que os jornais Folha de S. Paulo e O Globo tiveram postura favorável ao impeachment, apresentando sexismo na cobertura jornalística. As autoras apontam que,

Além da construção negativa da figura pública de Dilma, a cobertura jornalística produzida pela Folha de S. Paulo e O Globo apresenta traços de sexismo quando, de forma recorrente, promoverem o silenciamento²⁸ da voz da presidenta nas matérias publicadas nas semanas que antecederam seu afastamento (definitivo) da Presidência da República. (MORITZ, RITA, 2020, p. 221).

Neste capítulo passamos por aspectos históricos e diferentes posicionamentos do pensamento feminista. Vimos, mesmo que brevemente, que a participação das mulheres no parlamento brasileiro vem aumentando, chegando até a eleição de Dilma Rousseff, primeira mulher a exercer o cargo de presidenta do Brasil. É este o ponto crucial desta tese, analisar a representação de Dilma Rousseff pelo **CB**, durante todo o período em que Dilma exerceu o poder, ou seja, de janeiro de 2011 – quando assumiu a presidência – até 31 de agosto de 2016 – quando sofreu o golpe. Para tanto, precisávamos de um contexto não só histórico, mas também teórico, a respeito da participação das mulheres na construção da política, em especial, a brasileira.

²⁸ Para Eni Orlandi (2013) o silêncio, ou silenciamento, faz parte do discurso, sendo aquilo que não foi dito, mas que produz um sentido.

3 DISCURSO JORNALÍSTICO: A PRODUÇÃO DOS SENTIDOS

Já tratamos os campos político e jornalístico e as questões de gênero e teoria feminista. Neste momento, para compor as questões teóricas que interessam à tese, volto o olhar para o discurso jornalístico e sua participação na produção e manutenção da realidade na sociedade contemporânea. Desenvolvo, primeiramente, a questão do discurso, a partir da visão de Michel Foucault, Eni Orlandi e Maingueneau, principalmente (lembro que a consulta a estes autores para pesquisadores que trabalham com análise de discurso é impreterível, portanto, introduzo aqui, também, uma incursão inicial à conceitos que são base para a compreensão da AD e sua utilização teórico- metodológica). Posteriormente, abordo as questões específicas que concernem ao discurso jornalístico a partir de Pierre Bourdieu, Nelson Traquina, Eduardo Meditsch, entre outros.

Passarei também por duas teorias do campo jornalístico que têm o discurso como foco (ou um dos), a Teoria do Agendamento e o Enquadramento para, assim, poder aproximar-me de como o discurso jornalístico participa da formação e manutenção da realidade e das representações sociais que temos na sociedade contemporânea. Este tópico se faz importante para esclarecer que, a partir das representações de Dilma Rousseff e sua atuação na presidência – obtidas pela análise das estratégias discursivas do jornal **Correio Braziliense** durante o período em que esteve no poder – nos aproximaremos dos sentidos gerados pelo veículo, sentidos estes que pairam no imaginário social.

Por fim, chego à discussão a respeito do discurso jornalístico como uma tecnologia de gênero a partir de Teresa de Lauretis, ou seja, as produções jornalísticas acabam sendo um espaço generificado, carregando em seus sentidos representações que levam até a formação do imaginário social em relação aos gêneros.

3.1 O discurso

A partir de Michel Foucault (1995), entende-se o discurso como um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva. Já a formação discursiva, para o mesmo autor, é estabelecida por um conjunto de regularidades que determinam sua homogeneidade. São elas ordem, correlação, funcionamento e transformação. Para o autor,

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 1995, p. 43)

Foucault trabalha a formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos e das estratégias. Entre as observações e consequências da formação dos objetos (discursivos) o autor propõe que o objeto “existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações” (1995, p. 50). São relações estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, sistemas de normas, etc. que “não definem a constituição interna do objeto, mas o que lhe permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles, [...] ser colocado em um campo de exterioridade” (1995, p. 50/51).

A formação das modalidades enunciativas são maneiras de dizer, por meio de descrições qualitativas, deduções e/ou estimativas estatísticas. A explicação das regras das modalidades enunciativas não está no sujeito, mas nas regras do discurso. Já sobre a formação dos conceitos, Foucault aponta que estes não se sistematizam formando uma linha harmônica, mas podem até, muitas vezes, se opor. As escolhas estratégicas são olhadas como possibilidades dentro do discurso. Possibilidades que fazem parte da própria constituição do sujeito e de seu posicionamento frente ao discurso.

Michèle Riot-Sarcey (2014, p. 556) esclarece que Foucault chega “à obra de um poder através das práticas discursivas e as ações concretas”, os enunciados, explica Riot-Sarcey a partir das ideias de Foucault, são transmitidos naturalmente e acabam sendo apropriados pelos indivíduos. Eles se impõem e deixam de ser questionados atingindo uma naturalização, ou seja, tornam-se realidade e verdade.

Eni Orlandi (1995) observa que, quando se trata do discurso, não se tem a origem ou unidade definitiva. Para a autora, é o discurso que sustenta a palavra, pois é ele – o discurso - que dá um sentido possível a palavra, “Quando uma palavra significa é porque ela tem textualidade, ou seja, porque a sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa” (ORLANDI, 1995, p. 111).

Em outra obra, Orlandi (2020) aponta que, para a análise de discurso, o esquema que constitui emissor, receptor, código, referente e mensagem (processo de comunicação) deixa de ser linear e a mensagem não é mais um ‘produto em série’. Para a autora, “a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica etc” (ORLANDI, 2020, p. 21). Desconstruindo o processo de comunicação, a autora aponta que emissor e receptor realizam o processo de significação concomitantemente, ou seja, deixa-se de ter apenas transmissão de informação e passa-se a ter um “complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos” (2020, p. 21). Dessa forma, a autora chega a uma definição de discurso que é “efeito de sentidos entre locutores” (2020, p.21).

Dominique Maingueneau, na obra “Discurso e Análise de Discurso” (2015), afirma que existem 8 ideias-força quando se fala em discurso. São elas: 1) o discurso é uma organização além da frase – ele “mobiliza estruturas de outra ordem, diferentes das da frase” (2015, p. 25)-; 2) o discurso é uma força de ação – ou seja, toda enunciação constitui um ato -; 3) o discurso é interativo – “a atividade verbal é, na realidade, uma interatividade que envolve dois ou mais parceiros” (2015, p. 26) -; 4) é contextualizado – sem o contexto não se pode atribuir sentido -; 5) é assumido por um sujeito – “a fala é dominada pelo dispositivo de comunicação do qual ela provém” (2015, p. 27) -; 6) é regido por normas – qualquer comportamento social é regido por normas -; 7) é assumido no bojo de um interdiscurso – só adquire sentido no interior do interdiscurso, ou seja, em relação a outros discursos – e, 8) constrói socialmente o sentido – o sentido só pode ser dado socialmente (MAINGUENEAU, 2015).

Quando a palavra de vez é ‘discurso’ no “Dicionário de Análise do Discurso” (2006) Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, além de citarem as 8 ideias-força do discurso, apresentam os valores clássicos em linguística, opondo discurso e frase, discurso e língua, discurso e texto e discurso e enunciado. Sobre discurso e frase os autores propõem que o discurso é “uma unidade linguística constituída de uma sucessão de frases” (2006, p. 168). Ao opor discurso e língua os autores retomam Gardiner (1932), para quem o discurso é utilização, entre os homens, de signos sonoros articulados, para comunicar seus desejos e opiniões sobre as coisas.

Na distinção entre discurso e texto os autores apontam que “o discurso é concebido como a inclusão de um texto em seu contexto” (2006, p. 169) e contrapondo discurso e enunciado os autores esclarecem que “é esta diferenciação que, na França, serviu para atribuir um ponto de vista específico da análise de discurso” no qual “um olhar lançado sobre um texto do ponto de vista de sua estruturação em língua faz dele um enunciado; um estudo linguístico das condições de produção desse texto fará dele um discurso” (GUESPIN, 1971, p. 10 apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 169).

Tem-se então, que o discurso é o sentido anterior à palavra, aquilo que dá sentido a ela. No processo de construção das nossas falas e/ou textos, não nos damos conta, mas as construções linguísticas que fazemos para nos expressar já possuem sentidos anteriores, formalizados social e culturalmente.

3.2 O discurso jornalístico

Ao falar em discurso jornalístico adoto a ideia de discurso apresentada, ou seja, o discurso produzido pelo campo jornalístico não é apenas transmissão de informação, mas efeito de sentidos, sendo que as relações da linguagem são “relações de sujeitos e sentidos e seus efeitos são múltiplos” (ORLANDI, 2020, p. 21). Dessa forma, fica impossível não considerar, justamente, os efeitos que o discurso jornalístico produz na sociedade e em seus atores e vice-versa.

O discurso jornalístico consiste em relatos de acontecimentos recentes que, transformados em notícia, circulam no dia a dia. Baseado em regras e convenções próprias do seu campo, o jornalismo fornece uma visão da realidade para os sujeitos sociais. Ainda, se tratarmos o jornalismo como um tipo de conhecimento, como trabalha o autor Eduardo Meditsch (2002), tornamos mais relevante o papel desempenhado pelo jornalismo na sociedade contemporânea e, não menos importante, os cuidados que estes profissionais devem ter com os discursos que são produzidos e reproduzidos pelos jornais. Meditsch (2002, p. 12) propõe que:

o conhecimento da realidade é uma questão tão vital para os indivíduos e para as sociedades que, se o jornalista não é apenas quem o comunica, mas também quem o produz e o reproduz, deve estar submetido a um controle social e a uma avaliação técnica mais próxima e mais permanente. A questão do conhecimento que o jornalismo produz e reproduz e de seus efeitos pode ser demasiado estratégica para a vida de uma sociedade para ser controlada exclusivamente pelos jornalistas como grupo profissional ou pelas organizações onde trabalham.

Para corroborar com esta temática pode-se usar como exemplo a questão da regulação das comunicações que, de acordo com Machado e Domingos (2015), em análise da cobertura do jornal O Estado de S. Paulo acerca da Lei de Mídia na Argentina, apontam que “A ideia de regular as mídias é uma tentativa, diz a lei, de democratizar as comunicações, promover a desconcentração dos meios e também de baratear o aproveitamento das novas tecnologias de informação.” Porém, durante o estudo, as autoras concluem que “o exemplo analisado deixa claro o quão virulento em suas críticas pode tornar-se um oligopólio das comunicações quando em jogo a possibilidade de que seja regulado e de que seja proibido de práticas comerciais que ferem os interesses da maioria dos cidadãos bem como o que prevê a Constituição Brasileira. Além disso, para Venício Lima (2004, p. 113), há uma crescente relação entre informação e conhecimento (sendo o conhecimento fator de poder nas sociedades contemporâneas) e, por isso,

(...) o controle da informação – armazenagem, disponibilidade e acesso – é uma questão estratégica tanto para empresas quanto para Estados-nações. Por outro lado, é também conhecido o poder de longo prazo da mídia na construção da realidade por meio da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana.

Para construir e transmitir a realidade, o jornalismo possui um acordo tácito com seus leitores – o compromisso com a verdade. A verdade é subjetiva e o compromisso do jornalismo com ela também. No entanto, para se estabelecer a confiança neste relacionamento, é preciso que o receptor ou leitor tenha, entre suas crenças, aquela que diz que o jornalista tem um comprometimento com a objetividade, neutralidade e imparcialidade.

Estes são conceitos perigosos de se trabalhar. Por mais que a imagem do jornalismo (e dos jornalistas) carregue essas ideias, sabe-se que existe uma impossibilidade real de se alcançar tais características, que acabam ficando no polo ideológico. Nelson Traquina (2012) aponta que “a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa²⁹ utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não interessada e se protegem contra eventuais críticas ao seu trabalho” (TRAQUINA, 2012, p. 141).

Olhando por um ângulo diferente, pode-se marcar a impossibilidade de se alcançar essas características (objetividade, neutralidade e imparcialidade) se pensarmos nas exigências do mercado. Jornais e jornalistas seguem determinadas demandas de mercado que os impedem de tratar os acontecimentos de forma desinteressada. Como aponta Bourdieu (1997, p. 115), “o campo jornalístico está permanentemente à prova dos veredictos do mercado, através da sanção, direta, da clientela ou, indireta, do índice de audiência” (1997, p. 106) e ainda “a influência incessantemente ampliada de um campo jornalístico, ele próprio sujeito a uma influência crescente da lógica comercial [...]”.

Além dessas questões, tem-se a subjetividade do próprio jornalista. Todos somos atravessados por ideologias e histórias de vida que fazem parte de nós, dos discursos que produzimos e da forma pela qual compreendemos outros discursos. Orlandi (2020) aponta que a ideologia “é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (2020, p. 47). O sujeito – e os sentidos - é interpelado pela ideologia (para usar as palavras da autora) e, apesar dessa ideologia ser ‘esquecida’, não deixa de exercer sua função de relacionar a

²⁹ Barbie Zelizer (1993) aponta a noção de comunidade interpretativa como uma maneira de caracterizar a cultura jornalística e seus modos de interpretação das realidades sociais que são compostas de um conjunto de valores que definem padrões de como os jornalistas percebem sua atuação.

linguagem com o mundo. É uma relação simbólica que, para acontecer, faz-se necessário que os efeitos linguísticos se inscrevam na história, o que caracteriza a discursividade³⁰ (ORLANDI, 2020).

A respeito dos esquecimentos, Orlandi (2020) retoma Michel Pêcheux (1975) para abordar dois tipos. Começando pela segunda forma de esquecimento, a autora aponta que este é “da ordem da enunciação: ao falarmos o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro” (ORLANDI, 2020, p. 33). Outras palavras, frases diferentes, construções diversas daquelas que escolhemos poderiam ser utilizadas. Uma simples colocação como “está calor” poderia ser substituída por “está quente”, “o clima está quente”, “estou com calor” e assim por diante. Este esquecimento nos faz pensar que aquilo que dizemos não poderia ser dito de outra forma, o que é uma ilusão. Orlandi (2020) aponta que este é um esquecimento parcial ou semiconsciente e que “o modo de dizer não é indiferente aos sentidos” (ORLANDI, 2020, p. 33).

O primeiro esquecimento é o chamado de ideológico. Segundo Orlandi (2020, p. 33) “ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia”. É a partir deste esquecimento que achamos ser a fonte primária do que dizemos, mas, na verdade, estamos reproduzindo sentidos anteriores. Ou seja, os sentidos “são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isso que significam e não pela nossa vontade” (ORLANDI, 2020, p. 33). O importante em ressaltar estes esquecimentos está justamente em explicar a impossibilidade da produção de um discurso imparcial e neutro.

Na obra **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**, Orlandi (2017) destrincha ainda mais a questão do esquecimento. Para a autora, o esquecimento é constitutivo da memória, “[...] o esquecimento é estruturante do funcionamento da memória” (ORLANDI, 2017, p. 169). A respeito da memória, a autora aponta que “em análise de discurso, refere ao saber discursivo, ao fato de que todo dizer se produz sobre um já dito. Todo dizer é assim já um gesto de interpretação, uma posição, entre outras, em relação a uma memória” (ORLANDI, 2017, p. 171).

Os jornalistas, ao descreverem os acontecimentos, não fogem a esta lógica, mesmo seguindo todos os preceitos profissionais. São sujeitos históricos, carregados de ideologias que se manifestam, mesmo que de forma inconsciente, em seus textos e publicações. Sendo

³⁰ Pode-se compreender a discursividade como o discurso em uso, em contexto.

o dizer já um gesto de interpretação, entende-se que todo dizer poderia ser outro, o que impede a neutralidade e/ou imparcialidade de quaisquer discursos.

Nelson Traquina (2012), aponta dois polos dominantes no jornalismo moderno. O primeiro, econômico ou comercial que direciona para a mercantilização das notícias, e o segundo, o polo ideológico ou intelectual “com a identificação da imprensa como elemento fundamental da teoria democrática, o jornalismo é visto como um serviço público em que as notícias são o alimento de que os cidadãos precisam para exercer seus direitos democráticos” (TRAQUINA, 2012, P. 127/128). Percebe-se que o discurso jornalístico faz parte de uma comunidade interpretativa que o legitima, colocando-o “no cumprimento de papéis sociais bem precisos” (TRAQUINA, 2012, P. 130).

O autor esclarece que existe uma constelação de valores que formam o *ethos*³¹ jornalístico. O primeiro valor apontado é a liberdade, que está no centro da relação entre o jornalismo e a democracia. Este valor também está ligado à autonomia, independência e a verdade que são indispensáveis para garantir a credibilidade jornalística (TRAQUINA, 2012). Outro valor primordial ao jornalismo colocado pelo autor é a objetividade que, para Traquina, vai além da sua comparação com a subjetividade.

A objetividade, ou uma outra designação de uma noção de equilíbrio (balance), está associada pela esmagadora maioria dos cidadãos ao papel do jornalista, e é consagrada nas leis que estabelecem balizas ao comportamento dos profissionais, em particular os que trabalham nas empresas de comunicação social do setor público. Está presente, pelo menos de forma implícita, se não explicitamente, nos códigos deontológicos dos jornalistas nos países democráticos e está no centro de toda mitologia que representa os jornalistas em diversas narrativas que ocupam um papel central na cultura profissional. (TRAQUINA, 2012, p. 145)

A princípio, tem-se esses três motivos - a objetividade como um ideal profissional, a adaptação ao mercado e as questões ideológicas que são carregadas pelos discursos e sujeitos, - sejam eles de quais áreas forem - que impedem a objetividade, neutralidade e imparcialidade jornalística de serem alcançadas.

Sendo o jornalismo uma prática discursiva, ele se constitui a partir de regras e convenções interiorizadas pelos seus agentes (CHARRON; DE BONVILLE, 2016). Ao analisar o que chamam de “jornalismo de comunicação”³², Charron e De Bonville têm como

³¹ O *ethos* consiste no conjunto de costumes e hábitos de comportamento de determinado grupo.

³² Os autores Charron e De Bonville denominam jornalismo de comunicação aquele no qual, a partir das décadas de 1970 e 1980, “Os empresários da mídia e os investidores, em busca de novos mercados e estimulados pelas inovações técnicas e pelo movimento de desregulamentação e de liberalização dos mercados,

dimensões de análise o caráter realista do discurso jornalístico e seu modo de enunciação. Os autores apontam que, diferente de outras formas de expressão, o jornalismo é “por definição, uma prática realista sobre um referente real” (2016, p. 187) e deve dar a todos os agentes envolvidos no processo jornalístico esta convicção do real.

“Para se manter como grupo profissional, os jornalistas devem então negociar, discursivamente, com a conformidade à realidade e a verossimilhança do discurso” (CHARRON; DE BONVILLE, 2016, p. 188). Porém, o discurso jornalístico distingue-se de outros discursos que se aproximam do real por 4 motivos:

(a) Pelo quadro institucional ou midiático em que se produz e (b) pela relação que instaura com o tempo, devido à sua periodicidade. Ele se caracteriza também (c) pelo seu conteúdo, que diz respeito ao senso comum. Cada tipo de jornalismo, enfim, diferencia-se dos outros tipos por (d) uma adesão mais ou menos limitada às aparências do real que ele mesmo contribui para definir. (CHARRON; DE BONVILLE, 2016, p. 189)

O discurso jornalístico goza de uma liberdade relativa, já que é cerceado pelas regras do mercado e do tempo (as notícias têm ficado “velhas” cada vez mais rápido na sociedade contemporânea), se aproxima do senso comum, porém com especificidades do campo bem delimitadas e concretizadas nas regras e convenções internalizadas pelos agentes, e trabalha na construção do real a partir de discursos que buscam aproximar-se de uma realidade recente.

Esta aproximação com o real interessa no sentido em que, apesar de não ser o espelho do real, como propunha a teoria mais antiga do campo (Teoria do Espelho), o jornalismo constrói a realidade. Gaye Tuchman é quem apresenta esta ideia na obra **Making News: A study in the construction of reality** (1978). A partir de uma aproximação interpretativa das notícias a autora defende que a notícia está sempre “definindo e redefinindo, construindo e reconstruindo o fenômeno social” (1978, p.184).

As autoras Silveira e Marôpo (2014, p.14) apontam que:

O facto de o jornalismo estar vinculado ao uso da linguagem e, inevitavelmente, à própria comunicação, facilita a partilha, a sedimentação do conhecimento e a transformação da experiência subjetiva, interna aos agentes, numa realidade objetiva, que se transforma no acervo de conhecimentos exterior aos sujeitos, independentemente da aproximação, ou não, à experiência de cada indivíduo.

favorecem a multiplicação dos suportes midiáticos e dos serviços de informação (2016, p. 30). Neste cenário os jornalistas deixam transparecer mais a subjetividade e tentam estabelecer laços de convivência e intersubjetividade com o público.

Dessa maneira, pode-se compreender que o discurso jornalístico atua na formação da realidade social. Berger e Luckman (1967, apud TUCHMAN, 1978) também enfatizam como instituições objetificam sentidos. Elas sugerem sentidos sociais, constituídos em interação social, que são transformados em regras e procedimentos institucionais e organizacionais que podem ser colocados como recursos para justificar ações. Tuchman aponta ainda que os significados sociais são construções coletivas que reproduzem a estrutura social (1978, p. 206) e que os jornalistas são um grupo com mais poder que a maioria para construir a realidade social (1978, p. 208).

Cristina Ponte (2005), afirma que o discurso do jornalismo consiste em uma “contínua sustentação de legitimação do seu relato da experiência cotidiana” (2005, p. 101) e o faz a partir de uma,

Legitimação sustentada por um saber profissional de experiência feito (tarimba) e uma legitimação já teorizada, sustentada por códigos de conduta, como a reivindicação de um estatuto de autonomia no campo social, de um lugar de mediação pautado por regras deontológicas que asseguram processos de controle público sobre o conhecimento do acontecimento reportado. (PONTE, 2005, p. 101)

O discurso jornalístico é então legitimado tanto pela atuação do próprio jornalista que possui uma aura de credibilidade que o envolve, quanto pela crença na atuação dos códigos de conduta que rodeiam o fazer jornalístico. Essa dupla legitimação concede poder ao jornalismo. Para Nelson Traquina “o jornalismo, devido à sua ‘autonomia relativa’, tem ‘poder’, e, por consequência, os seus profissionais têm poder. Os jornalistas são participantes ativos na definição e na construção das notícias e, por consequência, na construção da realidade” (TRAQUINA, 2012, p. 26)

Para além dessas considerações, algumas teorias do jornalismo têm como foco o discurso jornalístico e seus impactos na sociedade. Em outros termos, como a realidade social tem como base a realidade transmitida pelos *mass media*. É o caso da Teoria do Agendamento (Agenda Setting) e o Enquadramento. Cada uma, a sua maneira, trabalha os impactos do discurso jornalístico na sociedade contemporânea, permeada pelos meios de comunicação de massa, de onde

É impossível escapar à presença, à representação da mídia. Passamos a depender da mídia, tanto impressa quanto eletrônica, para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança, para ver algum sentido nas continuidades da experiência e também, de quando em quando, para as intensidades da experiência (SILVERSTONE, 2005, p. 12).

3.2.1 Teoria do agendamento

A Teoria do agendamento surge no Estados Unidos do final de década de 1960 com as ideias de MacCombs e Shaw que, inspirados pelos pensamentos de Walter Lippman, jornalista norte-americano com forte atuação em pesquisas de opinião, apontam que os consumidores de notícias tendem a dar mais relevância aos temas que são veiculados pela mídia, o que pauta suas conversas, ou seja, é a agenda da mídia pautando a agenda pública.

Para Traquina, a teoria do agendamento,

sublinha uma forte mudança no paradigma dominante da teoria dos efeitos dos media e significa uma redescoberta do poder do jornalismo não só para selecionar os acontecimentos ou temas que são noticiáveis, mas também para enquadrar estes acontecimentos ou temas (2013, p. 16)

No artigo **The Agenda Setting Function of Mass Media**, MacCombs e Shaw (1972) realizam uma pesquisa no âmbito político dos Estados Unidos e percebem que os temas que permeiam a agenda pública são os mesmos presentes na mídia de massa. Dessa forma, a mídia diz aos seus receptores no que pensar, ou seja, a mídia atua na construção da realidade social ao apontar os temas que farão parte da agenda pública.

Mauro Wolf, que se refere ainda a uma hipótese e não teoria do agendamento, cita Shaw ao afirmar que “o pressuposto fundamental do agenda-setting é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos mass media” (WOLF, 1995, p. 130 apud SHAW, 1979)

Existem alguns pressupostos para o agendamento e Antônio Holdfieldt os elenca no artigo **Os estudos sobre a hipótese do agendamento** (1997). O primeiro consiste no fluxo contínuo da informação que gera o que MacCombs denomina de “efeito enciclopédia” já que, de acordo Holdfieldt, de forma consciente ou não, acabamos guardando boa parte do grande fluxo de informações que nos impactam durante o dia. Posteriormente, temos que os meios de comunicação nos afetam a médio e longo prazo, ou seja, as pesquisas que tomam por base o agendamento devem observar períodos de tempo maiores para que se possa determinar seus efeitos. O terceiro pressuposto determina que, embora os meios de comunicação não possam determinar o que pensamos sobre determinado tema, são capazes, a médio e longo prazo, de influenciar sobre o que pensar e falar, o que faz com que a agenda da mídia provoque influencia nas agendas pessoal e social. (HOLDFIELDT, 1997, p. 44).

Além desses pressupostos, Holdfieldt (1997) apresenta alguns conceitos básicos para se compreender e trabalhar com o agendamento. Entre eles, encontram-se a acumulação – que trata da capacidade que a mídia tem de dar relevância à determinado tema -; a consonância, ou seja, semelhança entre os mídia na forma de transformar um acontecimento

em notícia; onipresença, que consiste na capacidade da notícia de ultrapassar espaços determinados a ela; relevância – quando a mesma notícia é veiculada por diversos meios, independente do enfoque que é dado a ela -; frame-temporal, “quadro de informações que se forma ao longo de um determinado período de tempo da pesquisa e que nos permite a interpretação contextualizada do acontecimento” (1997, p. 49); time-leg que consiste no intervalo entre o período de levantamento da agenda da mídia e a agenda do receptor; centralidade – capacidade dos mídia de dar não apenas relevância a determinado assunto, mas também hierarquia e significado -; tematização – capacidade de dar o enfoque necessário para chamar atenção -; saliência que é a valorização dada pelo receptor a determinada notícia, o que exerce influência na maneira pela qual sua percepção manifeste-se perante a opinião pública e, por fim, a focalização, que consiste na “maneira pela qual a mídia aborda um determinado assunto, apoiando-o, contextualizando-o, assumindo determinada linguagem, tomando cuidados especiais para a sua editoração, inclusive mediante a utilização de chamadas especiais, chapéus, logotípias³³, etc.” (1997, p. 50).

A ideia de grande relevância para esta tese é que a mídia pode não ter a capacidade de impor aos sujeitos sociais como eles devem pensar ou agir, porém, ela é capaz de influenciar nos temas a serem pensados e discutidos na esfera pública. É como se os mídia nos oferecessem um cardápio de temas - aqueles acontecimentos que são selecionados para se transformarem em notícia - e nós levamos esses temas para nossas conversas. Porém, para além dos assuntos sobre os quais pensar e discutir, a mídia é uma vigorosa fonte de interpretações sobre o fato noticiado. O enfoque dado às notícias exerce papel relevante na forma como vemos e interpretamos o mundo. Neste ponto, é a teoria do enquadramento que pode nos ajudar.

2.2.2 Enquadramento (framing)

A concepção do enquadramento, framing do inglês, tem tido destaque em diversas pesquisas que tem como foco o discurso jornalístico e seus mecanismos de produção de sentido nas sociedades contemporâneas. Os primeiros trabalhos desta linha vieram com Gaye Tuchman (1978) e Todd Gitlin (1980). Ambos vão trabalhar a noção de frame (enquadramento) direcionada para os estudos em jornalismo.

³³ A chamada especial são pequenos textos introdutórios que convidam o leitor a aprofundar a leitura. O chapéu, no jargão jornalístico, constitui palavra acima do título da matéria para definir o assunto e a logotípi (logotipo) faz referência à identidade visual.

Esta noção aponta que, ao transformar um acontecimento em notícia, o jornalista faz um recorte do real. Tuchman (1978), afirma que existem influências estruturais que atuam neste enquadramento, como as organizações, as rotinas de produção e as ideologias dos jornalistas. Para a autora, a “notícia é um recurso social que constrói limites e compreensão analítica sobre a vida contemporânea” (1978, p. 215).

Já Gitlin, define que os enquadramentos “mediáticos são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, selecção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam rotineiramente o discurso, seja verbal ou visual (1978, p.7)

Outro autor relevante é Entman (1993), para quem enquadrar algo é seleccionar uma parte da realidade percebida e dar ênfase a ela no texto. Para o autor,

Enquadrar é seleccionar alguns aspectos da realidade percebida e fazer deles mais salientes em um texto de comunicação, de forma a promover a definição de um problema particular, interpretação causal, avaliação moral, e/ou recomendação de tratamento para o item descrito. (ENTMAN, 1993, p. 52)

Em outro momento, Entman ressalta que a compreensão dos enquadramentos ajuda a esclarecer muitas controvérsias empíricas e normativas já que o conceito de enquadramento direciona a atenção para os detalhes de como os textos comunicacionais exercem o seu poder (1993, p. 56).

Os jornalistas têm então uma função fundamental já que “no papel de narradores da realidade do mundo” eles teriam “o poder de influenciar como pensamos sobre os mais diversos assuntos do dia a dia.” (GUAZINA, 2011, p. 86). Guazina aponta para a existência de enquadramentos dominantes que, de acordo com a autora,

Em toda matéria jornalística é possível identificar o enquadramento dominante, isto é, mapear a ideia organizadora e os elementos que a constituem. Mas chamamos a atenção para dois aspectos: o primeiro diz respeito ao carácter de longo prazo na construção de um enquadramento dominante, pois somente no conjunto de uma cobertura é que podemos, efetivamente, verificá-lo. O segundo refere-se à aceção de dominante: ao dizermos que um enquadramento é dominante, está subentendido que outras interpretações também estão presentes na cobertura ou matéria sobre um tema. (GUAZINA, 2011, p. 90)

O enquadramento dominante pode não ser o único na cobertura jornalística, mas é aquele que está mais presente e a direciona. Dessa maneira, os enquadramentos atuam na construção da realidade, compondo as representações que constituem o imaginário social, que para Baczkó (1985) pode ser interpretado como representações coletivas ligadas ao poder. Conforme Baczkó (1985, p. 297):

Os antropólogos e os sociólogos, os historiadores e os psicólogos começaram a reconhecer, senão a descobrir, as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida colectiva e, em especial, no exercício do poder. As ciências humanas punham em destaque o facto de qualquer poder, designadamente o poder político, se rodear de representações colectivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico.

A teoria do enquadramento interessa-se em como os sujeitos interpretam o mundo e, já que vivemos a impossibilidade de escapar à presença da mídia (SILVERSTONE, 2002), ela participa ativamente da atribuição de sentido que fazemos em relação aos fatos. Fatos estes, que configuram os recortes da realidade apresentados pela mídia.

Tem-se pelo menos duas teorias do jornalismo que, direta ou indiretamente, trabalham como o discurso jornalístico pode interferir na percepção de mundo. Por mais que as teorias aproximem-se – e causem confusão em alguns analistas – elas distinguem-se dado que

Os estudos de agenda-setting representam uma continuação da pesquisa de media effects, enquanto a pesquisa do Framing tem origem na pesquisa sociológica de Goffman (1974) e a sociologia de mídia de Tuchman e Gitlin, que se focam nas formas como os enquadramentos formam a produção de notícias e nas suas implicações ideológicas. (ROSSETTO; SILVA, 2012, p. 109)

Mesmo tendo repassado essas teorias de forma breve, deixo claro que elas são fundamentais para o estudo já que, além de demonstrarem como teóricos de diversos campos buscam respostas para o papel desempenhado pelos mídia na construção das visões de mundo, são teorias que têm como foco central o discurso jornalístico, que também configura o foco desta pesquisa. Trabalhando juntamente com essas duas teorias, somos levados à teorias das representações sociais que, unida à análise de discurso de vertente francesa, proporcionará uma visão abrangente sobre o objeto em análise, já que as representações estão presentes, inclusive, no discurso midiático, conforme discuto a seguir.

3.3 As representações sociais

O conceito de representação social vem da sociologia a partir de Émile Durkheim. Em 1961, Serge Moscovici resgata este conceito “e busca designar fenômenos múltiplos, observados e estudados em termos de complexidades individuais e coletivas ou psicológicas e sociais” (SÊGA, 2000, p. 128). Sêga observa que, hoje, a teoria saiu da sociologia e foi para a psicologia social (2000). Já Robert M. Farr (2013), afirma que a representação social é “uma forma sociológica da psicologia social” (2013, p. 27). Fato é que, atualmente, a teoria

das representações sociais é utilizada em alguns outros campos do conhecimento, como a comunicação social e a história, por exemplo.

Moscovici (1961) considera, num contexto contemporâneo, mais adequado estudar representações sociais do que as coletivas, nomeadas por Durkheim (FARR, 2013). Para estabelecer a diferença entre o conceito de representação coletiva - de Durkheim - e representação social - de Moscovici - Gerard Duveen, na introdução à obra “Representações sociais” de Moscovici (2015), aponta que as representações coletivas são abordadas por Durkheim como “formas estáveis de compreensão coletiva, com o poder de obrigar que pode servir para integrar a sociedade como um todo” (2015, p. 15), já Moscovici, explorou “a variação e a diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas” (2015, p. 15). Tal diversidade, para o autor, reflete uma distribuição desigual de poder, o que gera a heterogeneidade nas representações, ou seja, é nos pontos de tensão, nos quais se releva aquilo que não é familiar, que as novas representações surgem já que “a cultura detesta a ausência de sentido” (2015, p.16).

Aqui, aproveito para abrir um parêntesis e trazer o exemplo desta pesquisa, que tem como foco algo novo, inédito, que não é familiar – a presença, pela primeira vez, de uma mulher na presidência da república do Brasil – e busca estabelecer o processo de sua representação a partir do estudo do discurso do **Correio Braziliense**. Essa que, por sua vez, tem participação inquestionável na formação das representações sociais contemporâneas dado que “à medida que a comunicação se acelera em nossa sociedade, a extensão da mídia (visual, escrita e áudio) no espaço social vai crescendo ininterruptamente” (MOSCOVICI, 2015, p. 211).

Moscovici chama de ancoragem o processo de transformação de algo novo/estranho em algo familiar, ou seja, a ancoragem é um dos processos que formam as representações sociais. O autor sintetiza que “classificar e dar nomes são dois aspectos dessa ancoragem das representações” (2015, p. 68) e, posteriormente, aponta que

Sistemas de classificação e de nomeação (classificar e dar nomes) não são, simplesmente, meios de graduar e de rotular pessoas ou objetos considerados como entidades discretas. Seu objetivo principal é facilitar a interpretação de características, a compreensão de intensões e motivos subjacentes às ações das pessoas, na realidade, formar opiniões. (MOSCOVICI, 2015, p.70)

Outra ideia importante para Moscovici é a objetivação, que consiste em transformar algo abstrato em algo ‘quase’ concreto, ou seja, faz um conceito se tornar realidade, se materializando a partir da alocação de uma imagem. É o que liga as palavras às coisas,

quando tentamos falar ou descrever algo até então desconhecido. Nas palavras de Moscovici “objetivação une a ideia de não familiaridade com a realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade” (2015, p. 71). Ancoragem e objetivação, para o autor, consistem nos dois processos geradores das representações sociais. É com essas ideias que tornamos familiar aquilo que não o é a partir de memórias. A ancoragem mantém a memória em movimento, e é a partir dela que classificamos (rotulando e dando nomes) coisas, pessoas e objetos. “A objetivação age a partir dessa classificação, tirando da memória conceitos e imagens que são reproduzidos no mundo exterior” (MOSCOVICI, 2015, p. 78).

Outra autora que contribui para a construção do conceito é Denise Jodelet, para quem criamos representações porque sempre há necessidade de estarmos informados sobre o mundo. “Além de nos ajustar a ele, precisamos saber como nos comportar, dominá-lo física ou intelectualmente, identificar e resolver os problemas que se apresentam” (2001, p. 17). As representações sociais estão presentes nos nossos discursos e veiculadas por mensagens midiáticas (JODELET, 2001).

Para a autora, a representação social:

é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. Entretanto, é tida como objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitado dos processos cognitivos e das interações sociais. (JODELET, 2001, p. 22)

A respeito do papel da comunicação, a autora afirma que Moscovici aponta sua incidência em três níveis: 1) ao nível da emergência das representações cujas condições afetam os aspectos cognitivos; 2) ao nível dos processos de formação das representações, a objetivação e a ancoragem que explicam a interdependência entre a atividade cognitiva e suas condições sociais de exercício, nos planos da organização dos conteúdos, das significações e da utilidade que lhe são conferidas e, 3) ao nível das dimensões das representações relacionadas à edificação da conduta: opinião, atitude e estereótipo, sobre os quais intervêm os sistemas de comunicação midiáticos. (JODELET, 2001, p. 30).

Dessa maneira, “a comunicação social, sob seus aspectos interindividuais, institucionais e midiáticos, aparece como condição de possibilidade e de determinação das representações e do pensamento sociais” (JODELET, 2001, p. 30).

O discurso jornalístico compõe esses discursos midiáticos e atua como “condição de possibilidade e de determinação das representações” (JODELET, 2001, p.30). Como vimos,

o jornalismo atua na construção da realidade social, ou seja, é um discurso que atua na formação das representações já que estas “tem a ver com conhecimento, com a construção do conhecimento, são conhecimentos socialmente construídos e partilhados” (GUARESHI, 2010, p. 78).

Sabe-se que as representações sociais “se apresentam como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana” (SÊGA, 2000, p. 128) e que sempre fazem referência a algo ou alguém, dessa forma a mídia “intervêm em sua elaboração, abrindo caminho a processos de influência e até mesmo manipulação social” (JODELET, 2001, p. 21). Os produtos midiáticos, em especial os jornalísticos, são feitos para um consumo espontâneo e rápido. Utilizamos estes discursos para nos inteirarmos dos acontecimentos e garantirmos participação social. Porém, estes discursos são carregados de ideologias e visões de mundo que atuam na construção das representações. Os discursos midiáticos nos auxiliam na interpretação daquilo que nos cerca e é neste ponto, nas interpretações, que se formam as representações.

No caso do discurso do **CB** sobre Dilma Rousseff, buscarei compreender as estratégias discursivas que atuam na formação dessas representações a respeito, principalmente, do lugar das mulheres na política. Moscovici (2015) alerta que as representações surgem daquilo que é novo, diverso. Quando não pode ser descartado precisa ser interpretado e devidamente representado. Dilma Rousseff, como já foi apontado, representa este ‘novo’ ao ser a primeira mulher a ocupar a presidência da república.

Existe, nos estudos voltados para o jornalismo e seus efeitos, uma corrente que aponta para a atuação deste campo como transmissão e reprodução da realidade. Esta é uma corrente geralmente orientada por aqueles que são defensores da objetividade, neutralidade e imparcialidade da atividade, ou seja, o jornalista deve deixar de lado sua subjetividade para narrar os fatos. Porém, aqui parto da ideia de que não é possível para o jornalista (ou qualquer outro sujeito) paralisar sua subjetividade (suas crenças, valores, história de vida, ideologias) ao exercer sua função.

Moulliaud e Tétu (2013) explicam que, pela linguística, há duas formas de se imitar uma realidade.

a linguagem pode reproduzir um outro enunciado; é o que acontece cada vez que se aborda um assunto, por ele mesmo ou por um outro. É o que poderíamos chamar de um realismo “textual”. O jornal não se priva disso; mas sabe-se também pelo fluxo característico do uso da citação, que se trata, sobretudo, de um modo de argumentação. A linguagem pode também reproduzir certos elementos do “real” (os barulhos, por exemplo) que, de certo modo, não podem ser reproduzidos pela escrita. Trata-se de um

realismo “simbólico”, muito utilizado em desenhos animados. A imprensa parece utilizar-se desse recurso somente como citação de um outro discurso, ou seja, na verdade como uma variante do realismo textual (MOULLIAUD; TETU, 2013, p. 84).

Dessa maneira, os autores apontam que o que é passado pelo jornalismo é aquilo que o jornalista sabe, mostrando ao leitor “uma verdade que ultrapassa em muito o que propõe” (MOULLIAUD; TETU, 2013, p.105). Uma verdade que não passa de uma assimilação do real pelo saber que se tem do objeto que está sendo descrito.

A linguagem sempre carrega sentidos múltiplos e, sendo a linguagem o foco da atuação jornalística, o discurso jornalístico carrega representações e conceitos que são difundidos diariamente. Tem-se então uma dimensão simbólica no jornalismo.

Entendemos que a construção da notícia não se reduz a uma mera técnica, a simples mobilização de regras e normas fornecidas pelos manuais de redação ou aprendidas no desempenho da atividade profissional. Acreditamos que tal ponto de vista desconhece a dimensão simbólica do trabalho jornalístico. (VIZEU, 2003, p. 108)

A dimensão simbólica citada por Vizeu (2003) pode ser traduzida por uma dimensão discursiva. Sabe-se que onde há discurso encontram-se produção de sentidos e ideologias, ou seja, encontram-se no discurso jornalístico tanto a produção de sentidos quanto as ideologias. Sendo o jornalismo o local de uma produção de sentidos, ele é “um discurso: (a) dialógico; (b) polifônico; (c) opaco; (d) ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; e (e) elaborado segundo condições de produção próprias e rotinas particulares” (LAGO; BENETTI, 2007, p. 107).

Além disso, o discurso jornalístico trabalha com certo “efeito de verdade³⁴” a partir de seu “lugar de fala, os sentidos produzidos, as referências e os temas que reverberam” (FRANZONI, LISBOA, 2017, p. 3). A partir das ideias de objetividade, imparcialidade e neutralidade, ainda presentes na compreensão do discurso jornalístico pelo senso comum, tal discurso é capaz de produzir estes efeitos que atuam na formação das representações sociais presentes na sociedade contemporânea.

Outro autor que se ocupa da questão das representações sociais é Stuart Hall (1932-2014) que, juntamente com Richard Hoggart e Raymond Williams, trabalhou no Centro de Estudos da Cultura Contemporânea na Universidade de Birmingham, chefiando-o entre 1968

³⁴ “a questão da verdade está marcada pela contradição: a verdade seria exterior ao homem, mas este só poderia atingi-la (finalmente construí-la) através de seu sistema de crenças”. (CHARAUDEAU, 2013, p.49).

a 1979. O autor atuou na ampliação dos Estudos Culturais³⁵ incluindo os estudos de questões de raça e gênero. As ideias de Hall são relevantes para a tese dado que o que impulsionava seus estudos era justamente analisar os efeitos da mídia na sociedade contemporânea. Para Arthur Ituassu (2016, p. 10), “Stuart Hall procurou entender o papel da mídia nas sociedades, posicionando os estudos culturais como uma epistemologia não positivista para os *media effects* e tendo a ‘representação’ como seu conceito central”. Ituassu (2016, p. 10) aponta ainda que a visão de Hall a respeito da representação é diferenciada, aproximando-se “de uma perspectiva mais ativa e constitutiva sobre o ato representativo, nos processos de construção da realidade social”.

Para entendermos melhor a visão do autor é preciso ressaltar que a representação, para ele, está conectada à cultura já que, de maneira mais ampla, Hall (2016) aponta que a cultura refere-se a “significados compartilhados”, ou seja, os significados são compartilhados por meio do acesso comum à linguagem - que é fundamental para a compreensão dos sentidos e da cultura. A partir da linguagem os sujeitos significam e dão sentido às coisas do mundo, compartilhando interpretações. Para Hall (2016, p. 21),

[...] nós concedemos sentido às coisas pela maneira como as representamos – as palavras que usamos para nos referir a elas, as histórias que narramos a seu respeito, as imagens que delas criamos, as emoções que associamos a elas, as maneiras como as classificamos e conceituamos, enfim, os valores que nelas embutimos.

Dessa maneira, podemos dizer que existe, para Hall, a tríade representação-linguagem-cultura, sendo que a representação é constituída através da linguagem, que produz significados partilhados pelos sujeitos. Os autores Santi e Santi (2008, p.2) apontam que é “a investigação sobre a forma como se constrói o significado” que impulsiona a análise de Hall (2016). Para Hall (2016), em quaisquer formações culturais existem sistemas de significados que culminam em representações diversas.

Na obra **Cultura e Representação**, Hall (2016) aborda as ligações entre discurso, poder e sujeito especialmente na visão de Michel Foucault que, de acordo com Hall (2016, p. 78) não estudou a linguagem (como a semiótica, por exemplo), mas o discurso “como um sistema de representação”. Em Foucault, aponta Hall (2016, p. 80), o conceito de discurso não é puramente linguístico, mas

Tem a ver com linguagem e prática, tenta superar a tradicional distinção entre o que uma diz (linguagem) e o que a outra faz (prática). O discurso,

³⁵ Os Estudos Culturais formam um campo de estudos interdisciplinar que “permitem a combinação da pesquisa textual com a social, na medida em que recuperam a aceção estruturalista sobre a relativa autonomia das formas culturais, situando-as num contexto de forças diversas, bem como do culturalismo, o valor da experiência dos sujeitos para a mudança social” (ESCOSTEGUY; JACKS, 2005, P. 38)

argumenta Foucault, constrói o assunto. Ele define e produz objetos do nosso conhecimento, governa a forma com que o assunto pode ser significativamente falado e debatido, e também influencia como ideias são postas em prática e usadas para regular a conduta dos outros. [...] O discurso, continua Foucault, nunca consiste em um pronunciamento, um texto, uma ação ou uma fonte. O mesmo discurso, característico do jeito de pensar ou do estado de conhecimento em qualquer tempo (o que o autor chamou de *episteme*), aparecerá em uma gama de textos, e como forma de conduta, em um número diferente de campos institucionais da sociedade.

Ao tomar como base para seu pensamento o discurso, a partir de Foucault, Hall (2016) aborda questões como poder/conhecimento, verdade e a importância da história para Foucault que historiciza o discurso, a representação, o conhecimento e a “verdade”. Daí vem a importância de se compreender o contexto no qual os discursos e as consequentes representações materializam-se.

Rabelo (2019, p. 213), destaca que Foucault não trabalha apenas o sentido estrito de representação, pois “é influenciado pela ‘virada da linguagem’³⁶, a qual marca as abordagens construcionistas”, contribuindo para uma “abordagem geral original e significativa desse tópico, pois reflete acerca da produção de conhecimento através do discurso, sobre as questões de poder e sobre o sujeito” (RABELO, 2019, p. 213). Este ponto é relevante para o presente estudo já que, ao buscarmos as representações acerca de Dilma em seu período como presidenta pelo jornal **Correio Braziliense**, trabalharemos um contexto em que as representações das mulheres ainda são direcionadas por uma visão masculina, ou, como coloca Rabelo (2019, p. 222) o processo de representação está ligado ao poder, portanto “os grupos na sociedade podem ser objeto ou sujeito de representação”. Aqui, abordaremos a forma que a mídia representou uma mulher, mas sendo esta mulher a presidenta da república à época em que a análise é feita, sua posição de poder pode nos dar pistas de como a mídia (que reflete e é refletida pelas representações) recebeu e disseminou este momento histórico.

Como representante dos Estudos Culturais, Hall (1997), apontou a mídia como disseminadora de representações sociais a partir de sua centralidade na contemporaneidade. Para o autor (1997), a mídia vem oferecendo representações hegemônicas ao problematizar as diferenças, determinando modelos no intuito de sustentar “os circuitos globais de trocas

³⁶ “Designa-se por “virada linguística” (*linguistic turn*) a esse novo, digamos, paradigma pelo qual a investigação dos problemas filosóficos é indissociável de um exame da estrutura lógica ou discursiva que os enuncia.” (SAMPAIO, 2017, p. 47)

econômicas dos quais depende todo o movimento mundial de informação, conhecimento, capital, investimento, produção de bens, comércio de matéria prima e marketing de produtos e ideias.” (1997, p. 17).

3.4. Discurso jornalístico como uma tecnologia de gênero

O discurso jornalístico, juntamente com os demais discursos midiáticos, faz parte desta arena em que a subjetividade do sujeito social está em disputa. No caso do discurso jornalístico temos ainda que levar em consideração a legitimidade do sujeito enunciativo. Um lugar de fala que traduz imparcialidade, neutralidade e objetividade, valores-guia da autoimagem do jornalismo e dos jornalistas³⁷ (MIGUEL; BIROLI, 2010). Um lugar de fala privilegiado e disputado por camadas e agentes sociais diversos.

Frente a uma sociedade permeada pela mídia, aponto o discurso jornalístico como uma tecnologia do gênero - a partir do conceito de tecnologia de gênero de Teresa de Lauretis (1994). Dessa forma, vejo o campo jornalístico e, em especial os discursos produzidos por ele, como um espaço gendrado atuante nas representações de gênero do corpo social.

As questões de gênero que circundam nossa sociedade vêm sendo trabalhadas por diversas autoras dos mais variados campos do conhecimento, no entanto, ainda temos poucas produções no campo da comunicação. Escosteguy e Messa (2008) apontam que apesar de tímidos, os estudos que entrelaçam comunicação e gênero vem ganhando força e destacam que,

O campo de investigação para aqueles que se interessam em estudar a comunicação sob uma perspectiva de gênero é, sem dúvida, um grande desafio. O tema permite inúmeras possibilidades e variações acerca das interações dos meios com seu público – na maioria das vezes - genericamente diferenciado. (2008, p. 28)

Ao apontar o discurso jornalístico como uma tecnologia de gênero³⁸, esclareço que pode-se trabalhar a variedade dos discursos midiáticos a partir desta visão, possibilitando novas pesquisas na área, além de contribuir pra um subcampo ainda jovem. É preciso lembrar que, como visto, o discurso produzido pelo campo jornalístico não é apenas transmissão de

³⁷ A autora e o autor entendem que tais adjetivos (imparcialidade, neutralidade e objetividade) são aplicados para explicar como o discurso jornalístico pode ser recebido pela sociedade, ou seja, fazem parte da imagem deste discurso e não que condizem com a realidade do discurso, sendo na realidade, uma construção ideológica, como já foi trabalhado durante o capítulo.

³⁸ Para mais exemplos do discurso midiáticos como uma tecnologia de gênero ver: MACHADO, Liliane Maria Macedo. **E a mídia criou a mulher: como a tv e o cinema constroem o sistema de sexo/gênero**. 2006. (Tese de Doutorado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

informação, mas efeito de sentidos, sendo que as relações da linguagem são relações de sujeitos e sentidos e seus efeitos são múltiplos (ORLANDI, 2009, p. 21). Dessa forma, fica impossível não considerar, justamente, os efeitos que este discurso produz na sociedade e seus atores e vice-versa.

O discurso midiático, muitas vezes, deixa de lado discussões que, para nós mulheres, estão tão escancaradas no campo social, silenciando-as, como as questões de gênero. Para Louro (1997) o conceito de gênero deve ser compreendido não como o exercício de assumir papéis sociais, mas sim como formador da identidade dos sujeitos. A partir disso “admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são construídas pelos gêneros e são, também, constituintes do gênero” (LOURO, 1997, p. 25). As identidades são, então, construídas pelas práticas sociais, não são fixas nem pré-determinadas biologicamente.

Se as identidades são socialmente construídas, como fica a questão do gênero? Podemos falar que as identidades de gênero seguem os mesmos rituais de construção de qualquer outra identidade (raça, classe, etc.). E é possível concluir também que estas identidades de gênero, de modo semelhante às demais, estão em constante transformação.

Ao trabalhar a discutida frase de Beauvoir “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, Judith Butler (2003, p. 58-59) aponta que “mulher é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e re-significações”.

Em **A tecnologia do gênero**, Teresa de Lauretis (1994) contextualiza o conceito de gênero como diferença sexual entre os anos 1960 e 70 e as consequências geradas, que foram as formações de espaços sociais “gendrados”, estereótipos e reducionismos. Lauretis (1994) defende a tese de que os discursos (institucionais, artísticos - como cinema e literatura -, entre outros), contribuem para perpetuar as diferenças estereotipadas impostas para diferenciar masculino e feminino. A autora então procura um conceito de gênero que desfaça e desconstrua a imbricação entre gênero e as diferenças sexuais:

[...] Para isso, pode-se começar a pensar o gênero a partir de uma visão teórica, que vê a sexualidade como uma “tecnologia sexual”; desta forma, propor-se-ia que também o gênero, como representação e como auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como as práticas da vida cotidiana. (p. 208)

Partindo da ideia de que o gênero é produto e processo de determinadas “tecnologias sociais” a autora trabalha quatro proposições, da mais simples a mais complexa. A primeira delas é que o gênero é uma representação, concretizando-se no comportamento dos sujeitos.

Assim, a divisão sexual do masculino e feminino elabora um sistema de gênero simbólico, que coloca o sexo no centro dos conteúdos culturais de uma sociedade interagindo com os valores e com a hierarquia, mesmo o significado mudando de acordo com a cultura. “Embora os significados possam variar de uma cultura para outra, qualquer sistema de sexo-gênero está sempre intimamente ligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade” (LAURETIS, 1994, p. 211).

A segunda proposição diz que a representação do gênero é a sua construção. O gênero é, para Lauretis (1994, p. 216), “um conjunto de relações sociais que se mantém por meio da existência social, então o gênero é efetivamente uma instância primária de ideologia, e obviamente não só para as mulheres”. A partir disso, Lauretis reformula a segunda proposição para: “A construção do gênero é o produto e o processo tanto da representação quanto da auto-representação.” (LAURETIS, 1994, p. 217)

Na terceira proposição, a autora aponta que a construção do gênero vem se efetuando hoje no mesmo ritmo de tempos passados. Para explicar como a representação é construída, aceita e absorvida a autora recorre à Michel Foucault que na obra **História da Sexualidade** propõe que a sexualidade é uma construção cultural com os preceitos das classes dominantes. Surge então o conceito de “tecnologia sexual”, que é “um conjunto de técnicas para maximizar a vida” (LAURETIS, 1994, p. 220) criadas pela burguesia a partir do século XVIII em favor da sua sobrevivência e hegemonia. As técnicas, observa o autor: estavam na elaboração dos discursos – classificação, mensuração, avaliação, etc. – sobre quatro “figuras”: 1. A sexualização das crianças; 2. A sexualização do corpo feminino; 3. Controle da procriação; 4. Psiquiatrização do comportamento sexual anômalo como perversão.

Trazendo o exemplo do cinema, Lauretis (1994) aponta que técnicas tais como iluminação, enquadramento e edição, ou ainda sobre códigos cinematográficos específicos - como a maneira de olhar, por exemplo – podem construir a mulher como imagem ou como objeto a ser observado e entende o cinema “como um uma tecnologia social, como ‘aparelho cinematográfico’ sendo ele, por fim, uma tecnologia de gênero”.

Na quarta e última proposição a autora aponta que a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução e propõe que há a necessidade de a teoria feminista criticar radicalmente os discursos dominantes sobre gênero. Desta forma, a autora reescreve sua proposição “[...] se a desconstrução do gênero inevitavelmente causa a (re)construção, a pergunta é, em que termos e no interesse de quem está sendo feita essa des-reconstrução?” (1994, p. 236).

Para a autora, a luta é agora entre os discursos hegemônicos e os das “minorias” em busca de um “[...] esforço para criar novos espaços de discurso, reescrever narrativas culturais e definir os termos de outra perspectiva – uma visão de ‘outro lugar’” (LAURETIS, 1994, p. 236). Este outro lugar consiste no “discurso do aqui e agora os pontos cegos, ou o space-off de suas representações.” (p. 237)

A partir das proposições de Lauretis, afirmo que o jornalismo, que também possui técnicas específicas - de redação, entrevistas, fontes e enquadramento das notícias -, pode ser considerado como uma tecnologia de gênero. Aliás, a publicidade, a fotografia e os diversos campos midiáticos possuem estas características, apresentando a capacidade de representar e de direcionar o olhar sobre as mulheres.

Tendo em mente que o jornalismo é uma instituição social que atua em nossas representações de mundo, existe a possibilidade de se trabalhar o discurso jornalístico como uma tecnologia de gênero. Entendo por tecnologia de gênero os aparatos presentes na sociedade contemporânea que, a partir de suas técnicas específicas, estabelecem as representações que usamos no cotidiano para compreender o mundo. Lauretis (1994) usa como exemplo maior o discurso cinematográfico, porém penso ser coerente trabalhar a totalidade dos discursos midiáticos a partir deste conceito.

No caso dos discursos que representam as mulheres, encontramos a inculcação de valores e ideias sexistas e misóginas que se refletem, por exemplo, nos índices de violência. Ao entendermos as representações como formas de conhecimento elaborados socialmente “podemos compreender que a auto-representação das mulheres submete-se aos saberes elaborados em lugares de autoridade que as reduzem a um corpo/sexo/matriz” (SWAIN, 2007, p. 218) o que concretiza o assujeitamento, ou seja, “uma resposta individual à interperação social” (SWAIN, 2007, p. 218). Swain (2007, p. 221) aponta ainda que

O “eterno feminino” se atualiza sem cessar nas “tecnologias de reprodução do gênero” (De LAURETIS, 1987): no senso comum, nos mídia (televisão, cinema, imprensa, música, etc.) nos discursos dotados de autoridade (religiosos, políticos, médicos, jurídicos, científicos) [...]

A naturalização de atitudes e discursos sexistas e/ou misóginas tem que ter uma origem ou um dispersor e, na atualidade, pode-se investigar a formação e as consequências do discurso midiático nesta empreitada, seja em forma de produção ou reprodução destes valores. Para Foucault (1972), os discursos dão lugar a certas organizações de conceitos, a certos reagrupamentos de objetos e tipos de enunciação que formam, de acordo com seu grau de coerência, estratégias. As estratégias discursivas da mídia formam, produzem e reproduzem representações sociais que são compartilhadas entre sujeitos sociais, formando

seus imaginários e tornando estes discursos realidade e naturalizando os diversos tipos de violência de gênero.

Neste capítulo, percorri a definição de discurso para a análise de discurso francesa, na qual percebemos que o discurso, diferente da linguagem, da palavra ou de uma frase, é o efeito de sentidos entre locutores (ORLANDI, 2020), ou seja, ao estudar o discurso aprofundamo-nos nos sentidos, nos seus significados para os sujeitos a partir de um determinado contexto. Vimos que o discurso jornalístico, apesar da aura de neutralidade e objetividade que possui efeitos relevantes para o campo jornalístico, não é neutro, imparcial ou objetivo, já que carrega as ideologias tanto do jornalista como sujeito social quanto da instituição da qual este sujeito faz parte. Passei por duas teorias do campo jornalístico que trabalham o discurso, Teoria do Agendamento e Enquadramento que, apesar de semelhantes, trabalham formas e momentos diferentes do discurso jornalístico. A primeira postula que o discurso midiático agenda o discurso da esfera pública e a segunda que o foco dado ao discurso jornalístico (o enquadramento da notícia) pode moldar a opinião pública, construindo a realidade e moldando as representações.

Trabalhei questões pertinentes às representações sociais, iniciando com Moscovici (2015) – a partir das ideias de ancoragem e objetivação - e Jodelet (2001), para quem as representações possuem um objetivo prático, contribuindo para a construção de uma realidade comum. Por este caminho cheguei ao autor Stuart Hall, que une representação, discurso e cultura numa busca pela atuação da mídia nas sociedades contemporâneas. Dessa forma, pude constatar que o discurso jornalístico atua (também) na construção e manutenção das representações, sendo um ator “privilegiado que propõe sua versão pública dos fatos” (SILVA, 2005, p.25). Por fim, me aproximei da autora Teresa de Lauretis e a discussão acerca das tecnologias de gênero, ou seja, aparatos que podem guiar o imaginário social a respeito do gênero, chegando até o discurso jornalístico como um desses aparatos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No intuito de compreender os sentidos que perpassam as formações discursivas do jornal **Correio Braziliense**, durante o período em que Dilma Rousseff esteve na presidência do Brasil, apresentarei a metodologia que será aplicada à pesquisa, detalhando os processos de escolha e recorte do *corpus* e apresentando, na sequência, a vertente francesa da análise do discurso.

Entendo que a escolha metodológica de uma investigação científica constitui um ato interessado e implica nos resultados obtidos, já que pesquisadores não são sujeitos neutros e participam do processo de pesquisa. Não há neutralidade nessas escolhas, apenas pesquisadores que – de acordo com seus conhecimentos e ideologias – seguem suas ideias (fundamentadas teórica e metodologicamente) a respeito da melhor forma de abordar seus objetos. A neutralidade ou imparcialidade científica constitui um ideal no qual o pesquisador não se envolveria no assunto ou tema pesquisado, ou seja, a pesquisa seria neutra, livre de ideologias, sendo esta a hipótese central do positivismo (CHAGAS, 2015).

No caminho contrário ao do positivismo, o marxismo propõe que a neutralidade do cientista social é inalcançável “na medida em que seu objeto de estudo, diferente das ciências naturais, situa-se no campo das relações sociais e é estudado sob concepções de sociedades diversas e até antagônicas. É impossível, ao pesquisador, ignorar os conflitos ideológicos, afastar suas (pré)noções.” (CHAGAS, 2015, p. 173).

Ressalto que, para a crítica feminista,

qualquer forma de ciência que seja considerada ou proposta como universal deve ser duramente criticada, uma vez que todas as categorias pretensamente universais acabam por fixar parâmetros permanentes, inclusive de poder. Ao contrário, parte-se de que as posturas teóricas se constroem como processo de conhecimento em um dado contexto social transitório. Processos e categorias universais correm riscos de se constituírem em núcleos e/ou redutos de um sistema de dominação, do qual justamente o pensamento feminista faz crítica. (BANDEIRA, 2008, p. 213)

Dessa maneira, parto do princípio de que o autor é sujeito ativo no processo da pesquisa. As opções teórico-metodológicas são vastas e sempre seremos questionados sobre as nossas escolhas, ao passo que ao optar por determinados métodos de investigação automaticamente diversos outros são excluídos e esta ação denota posições tomadas no campo científico.

Eu, além de pesquisadora do campo da comunicação (com a formação acadêmica nesta área de estudos), sou mulher e feminista. Sou brasileira e vivenciei todo o período em que Dilma Rousseff esteve no poder. Como eleitora de Dilma, fiz questão de acompanhar seus

governos e, ainda hoje, vivencio as consequências dos rumos que a democracia brasileira tomou.

A investigação proposta se embasará em uma metodologia qualitativa, da qual entendo que as condições materiais de abordagem do real fazem parte do resultado, ou seja, os resultados serão obtidos a partir da singularidade da abordagem (AMORIM, 2009). De acordo com Bourdieu (2003, p.604), “ainda que a relação de pesquisa se distinga da maioria das trocas da existência comum, já que tem por fim o mero conhecimento, ela continua, apesar de tudo, uma relação social que exerce efeitos sobre os resultados obtidos”. Tanto o pesquisador quanto o objeto pesquisado participam de um encontro único com o mundo e, por este motivo, admito que não pretendo obter resultados que possam ser universais.

Ao buscar uma diferença fundamental entre os métodos qualitativos e quantitativos encontra-se a categorização.

Na pesquisa quantitativa, a categorização é feita a priori. Criam-se categorias para encaixar o mundo nelas. Já na pesquisa qualitativa, o primeiro passo é a observação do fenômeno. Os questionários fechados, usados nas pesquisas quantitativas, fazem com que o pesquisado encaixe sua opinião ou pensamento em quatro ou cinco possibilidades. Sem mais nem porquês. Sem exceções. Já na pesquisa qualitativa, o pesquisado tem a possibilidade de explicar seus pontos, mostrar ao pesquisador o caminho que o levou a tais conclusões e/ou opiniões. A pesquisa qualitativa, então, nos auxilia a encontrar as singularidades do mundo (AMORIM, 2009, p. 39).

No entanto, as pesquisas qualitativas e quantitativas podem se fundir. As autoras Stéphane Beaud e Florence Weber afirmam que “seria um absurdo opor os diferentes métodos uns aos outros” (2007, p. 195), por isso o pesquisador deve aproveitar todos os dados disponíveis, sejam eles qualitativos ou quantitativos para a realização da pesquisa.

O papel do pesquisador é central numa reflexão qualitativa. Afinal, é ele “que inicia o jogo e estabelece a regra do jogo” (BOURDIEU, 2003, p. 695), sendo assim, o esforço para coordenar e compreender os efeitos existentes durante a realização da pesquisa devem partir do pesquisador.

Dessa forma, pretendo abordar as matrizes discursivas ou conjuntos representacionais³⁹ contidos no discurso jornalístico do **CB** a respeito de Dilma e sua gestão, buscando as representações de gênero geradas por elas. Parto da ideia de que os gêneros são construídos e que as mídias exercem um papel importante nesta construção na contemporaneidade, dado que, de acordo com Lauretis (1994, p. 209) o gênero é uma representação, representar o

³⁹ Matriz discursiva ou conjunto representacional dizem respeito às recorrências encontradas nos discursos analisados.

gênero é também construí-lo, esta construção é contínua e a desconstrução do gênero também o constrói.

Antônio Albino Canelas Rubim (2002) esclarece que, atualmente, concorda-se que não existe possibilidade de haver uma relação não mediada com a realidade já que as representações não só fazem parte da realidade como são essenciais à construção social, onde podemos encontrar um mundo midiático (RUBIM, 2002). Dessa forma, percebe-se a validade de um estudo interdisciplinar (que une teorias da comunicação e do jornalismo, representações sociais e teoria feminista e de gênero) que apreende os discursos midiáticos como uma ponte que une as questões de gênero e suas representações.

Segundo os princípios da AD francesa, passaríamos a caracterizar uma sociedade pelos gêneros de discurso que ela torna possível. Eni Orlandi (2020, p. 13), afirma que,

Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.

[...] A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

No caso desta pesquisa, abordo o discurso jornalístico online, produzido por uma mídia regional. O discurso jornalístico possui regras e está dividido nos gêneros informativos e opinativos. Trabalharei no âmbito informativo, contudo, ressalto que para a AD, o sujeito do discurso não é um espaço neutro, ao contrário, ele situa-se no espaço-tempo a que pertence, é atravessado por não-ditos, por assujeitamentos, por valores, pelos silenciamentos, enfim, pelas regras do discurso (FOUCAULT, 2014). Dessa forma, estarei em busca de tais questões, cujas teorias dos estudos feministas e de gênero auxiliarão na compreensão de possíveis valores patriarcais, misóginos e naturalizadores. Dessa forma, será possível perceber como a mídia abordou o fato do país ter a primeira mulher à frente da presidência.

Serge Moscovici (2015, p. 60-61) aponta que existem dois mecanismos que nos auxiliam na transformação de palavras, objetos e/ou seres não familiares em questões atuais e familiares: objetivação e ancoragem. A objetivação, para o autor, consiste em “...transformar algo abstrato em algo quase concreto; transferir o que está na mente em algo que exista no mundo.” E ancorar é “... classificar e dar nomes a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras.” A compreensão destes mecanismos nos levará a compreender as representações que a mídia jornalística - em específico, o espaço relacionado às questões

políticas do jornal Correio Braziliense – construiu a respeito da primeira mulher a ser presidenta do Brasil.

A partir das ponderações apresentadas, esclareço que, para a proposta que segue, será necessária uma divisão metodológica em momentos distintos. A primeira consta de uma pesquisa documental das notícias publicadas na página “Brasil/Política”, do site do **CB**.

4.1 O corpus de pesquisa

O espaço de tempo selecionado para a investigação inicia-se em 1 de janeiro de 2011 e finaliza-se em 31 de agosto de 2016. São 5 anos e 7 meses de cobertura massiva do **CB** sobre a presença e as ações de Dilma no poder, o que gerou 5.945 notícias. A busca foi realizada a partir da palavra chave “Dilma” no campo “busca” e da seleção do período de tempo a ser trabalhado na página do **CB** (<https://www.correio braziliense.com.br>). É um número expressivo de notícias, o que me fez adotar critérios de seleção que se embasaram na análise de momentos críticos e/ou decisivos do governo.

Dessa forma, a proposta consiste em analisar a cobertura realizada pelo **CB** durante três períodos (ou fases) relevantes do governo Dilma: (des)construção, (des)legitimação e golpe. Considero como fase de **(des)construção** do governo Dilma os seis primeiros meses do primeiro mandato - janeiro de 2011 a agosto de 2011- período de estabilização do governo e decisões iniciais que demonstrariam o que esperar da atuação da presidenta. A segunda fase, denominada **(des)legitimação**, se estende pelo período de janeiro a agosto de 2013. Este foi um momento significativo já que Dilma estava com 79% de aprovação em março de 2013, de acordo com pesquisa realizada pelo CNI (Confederação Nacional da Indústria) em parceria com o Ibope⁴⁰ e, posteriormente, o país passou pelas jornadas de junho⁴¹. Já a última fase, chamada de **Golpe**, corresponde aos últimos seis meses do segundo mandato de Dilma Rousseff, janeiro a agosto de 2016, quando das articulações para o impeachment da presidenta. As justificativas pelas nomenclaturas escolhidas para cada fase serão aprofundadas nos respectivos capítulos de análise. A partir destes recortes passo de um total de 5.945 notícias publicadas para 2.206.

Mesmo com a divisão do tempo dos dois mandatos de Dilma em fases representativas, ainda possuo um número expressivo de notícias, já que as fases selecionadas representam os períodos de maior cobertura jornalística do governo pelo veículo. Por este motivo, trabalho

⁴⁰ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm>> Acesso em 23/09/2017.

⁴¹ Denominação do período de protestos que acometeu o país em junho de 2013.

com o método da semana construída aplicada nas três fases selecionadas. Quem detalha este método (mas não o nomeia) é Jorge Pedro Sousa (2004) que, ao trabalhar a análise quantitativa dos discursos jornalísticos dos meios impressos cita três formas de seleção da amostra. A primeira é a amostragem aleatória que “constitui-se por seleção aleatória de um determinado número de unidades entre o universo” (SOUSA, 2004, p. 51). A segunda é a amostragem por quotas, estratificada ou probabilística que consiste “na constituição de uma amostra de unidades de análise baseada nas características de todo universo de análise” (2004, p. 52) e, por fim, a amostragem arbitrária que, segundo o autor, “é o método mais falível de amostragem e consiste na constituição arbitrária e intuitiva de uma amostra.” (2004, p.52). O método da semana construída consiste em iniciar o trabalho de seleção e análise das notícias a partir de um determinado dia da semana e dar sequência no dia posterior da semana seguinte, o que se encaixa no método de amostragem por quotas apresentado por Sousa (2004) e chamado de “método dos itinerários”. Segundo o autor:

Seleciona-se o jornal da segunda-feira da primeira semana completa do ano, o jornal de terça-feira da segunda semana completa do ano e assim sucessivamente. Registre-se, porém, que no caso apresentado a amostragem estratificada não é pura, mas sim complementada com o chamado “método dos itinerários”, que consiste precisamente na fixação de um “itinerário” para a seleção das unidades de amostra. (SOUSA, 2004, p. 52)

Ressalto que, como todos os métodos de seleção e recorte do corpus de pesquisa, a semana construída apresenta ganho ao reduzir a quantidade de notícias a ser analisada e a perda ao excluir material possivelmente relevante para a pesquisa. Porém, toda investigação é composta por escolhas e, neste caso, a escolha pelo método apresentado foi tomada a partir da necessidade de redução do *corpus* e da consciência de que, dentre as opções, a semana construída faz com que a seleção das notícias seja representativa do período proposto para análise, dado que perpassa todas as semanas do período de tempo analisado.

Com a aplicação da semana construída, penso ser possível realizar a pesquisa com um *corpus* adequado, que permitirá observar o panorama geral da cobertura. Os dias em que as notícias serão analisadas não serão escolhidos pela autora a partir de um critério subjetivo mas, seguirão uma regra específica de continuidade. São 94 dias a serem analisados frente a intensa cobertura da atuação política de Dilma Rousseff pelo **CB**. Tenho o total de 255 notícias, com ênfase na primeira fase, **(des)Construção**, período em que contabilizei 115 notícias já que, apenas no dia da cerimônia de posse (1 de janeiro de 2011) foram publicadas 42 notícias. Na fase **(des)Legitimação** foi obtido o total de 42 notícias e durante a fase **Golpe**, 98 notícias, conforme pode ser observado no apêndice A.

O quadro abaixo demonstra o período (fase) analisado e as matrizes discursivas encontradas. Nos capítulos que seguem, cada matriz discursiva será trabalhada e exemplificada adequadamente.

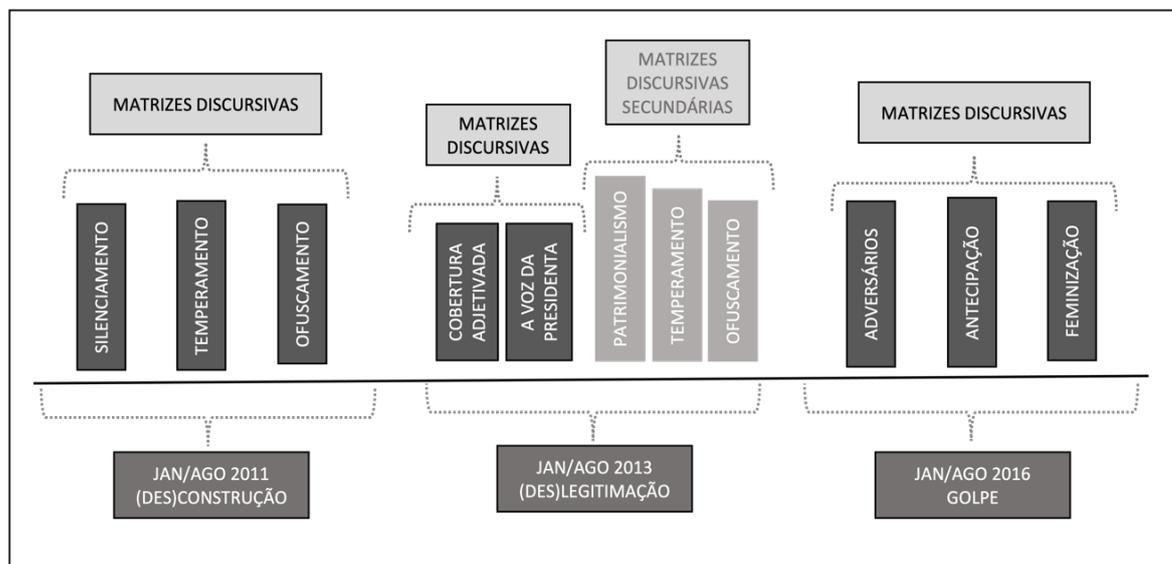


Imagem 1: produção da autora.

Por fim, acrescento que grande parte das notícias não possui assinatura e algumas advêm de agências de notícias (em especial a Agência Estado). As agências noticiosas brasileiras têm a especificidade de fazerem parte dos conglomerados de comunicação líderes de mercado no país. Hebe Maria G. Oliveira (2014, p. 510), realizou uma análise sobre a atuação das agências **Folhapress**, **Agência Estado** e **Agência O Globo** e aponta que:

Situadas no eixo Rio-São Paulo, as agências são parte das empresas que operam, ao mesmo tempo, em diversos segmentos do jornalismo, como impresso, rádio, televisão e online. Diferentes veículos integram um mesmo grupo de comunicação e, simultaneamente, compartilham informações entre si, bem como as repassam para suas próprias agências de notícias, que as distribuem a uma variedade de jornais, isto é, assinantes dos serviços noticiosos.

A autora tece considerações importantes acerca do funcionamento das agências bem como sobre a produção jornalística no país. Enquanto distribuidoras de informação jornalística, “as agências repassam conteúdos produzidos diariamente pelos seus próprios jornais de seus respectivos conglomerados, que representam os três maiores grupos empresariais de mídia no País, com estruturas e políticas editoriais consolidadas” (OLIVEIRA, 2014, p. 534). Os jornais regionais (como é o caso do **CB**), reproduzem informações elaboradas pelas mesmas empresas, que “mesmo com o argumento da regionalização das abordagens defendido por profissionais, as redações regionais acabam

repercutindo e corroborando interpretações e opiniões consolidadas pelos três principais grupos de comunicação do país” (OLIVEIRA, 2014, p.535). Dessa forma, o corpus de pesquisa vai além de uma cobertura regional, dado que apresenta também publicações de nível nacional.

A título de análise, decidi tratar todas as notícias como discurso do **CB** já que, estando no portal noticioso, entende-se que todas as matérias foram analisadas e autorizadas à publicação por um representante legítimo do jornal que, em consequência, também assume a responsabilidade pelo conteúdo publicado.

4.2 O Correio Braziliense

A partir do entendimento que o **CB** é a fonte dos conteúdos analisados, faz-se relevante a contextualização do periódico. Orlandi (2020, p. 74) afirma que

Sendo a autoria a função mais afetada pelo contato com o social e com as coerções, ela está mais submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares⁴². [...] É do autor que se exige: coerência, respeito às normas estabelecidas, explicitação, clareza, conhecimento das regras textuais, originalidade, relevância e, entre outras coisas, unidade, não-contradição, progressão e duração de seu discurso, ou melhor, de seu texto.

No intuito de fazer asserções sobre as representações criadas pela mídia a respeito de Dilma Rousseff, de seu governo e do fato de termos uma mulher na presidência, escolhi analisar o jornal **Correio Braziliense** em sua versão online, mais especificamente a página **Brasil/Política** deste jornal. A escolha deve-se ao fato de ser o maior veículo jornalístico de circulação local da Capital Federal e o de maior circulação no Centro-Oeste. Além disso, é o principal jornal da capital do país, sendo o mais próximo ao centro do poder do país.

O **CB** acumula 550 prêmios de jornalismo desde sua criação (por Assis Chateaubriand, em 21 de abril de 1960) e pertence ao grupo Diários Associados do qual também fazem parte o jornal **Aqui DF**, as rádios **Planalto** e **Clube FM**, bem como os portais **Correio Braziliense** e **Correio Web**. Atualmente, o **CB** possui uma circulação média, de segunda a domingo, de 57.290 exemplares⁴³. Em relação ao jornal online, o veículo já passa das 9.166.112 *pageviews* mensais⁴⁴.

⁴² Orlandi (2020, p. 73) utiliza Foucault (1971) para explicar que existem “processos internos de controle do discurso que se dão a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, visando domesticar a dimensão de acontecimento e de acaso do discurso.”

⁴³ Disponível em: < http://www.diariosassociados.com.br/home/veiculos.php?co_veiculo=25> Acesso em 16 fev 2020.

⁴⁴ Disponível em: < http://www.diariosassociados.com.br/home/veiculos.php?co_veiculo=25> Acesso em 19 mai 2020.

Partindo para as questões históricas que circundam o **CB**, é preciso compreender que o mesmo foi fundado juntamente com a Capital Federal e a TV Brasília, em 21 de abril de 1960, por Assis Chateaubriand, proprietário do grupo Diários Associados, maior conglomerado midiático do país à época. Chateaubriand trabalhou juntamente com Juscelino Kubistchek para concretizar o feito. O nome **Correio Braziliense** sugere fazer parte do grupo daqueles nascidos em Brasília com o detalhe da grafia (brasiliense com 'z'), fazendo referência ao **Correio Braziliense** (ou Armazém Literário) de José Hipólito da Costa, editado em Londres no ano de 1808.

Na cerimônia de lançamento da pedra fundamental do impresso, em 12 de setembro de 1959 (aniversário de Kubistchek), o presidente fez a seguinte declaração⁴⁵:

Quero, portanto, congratular-me calorosamente com Calmon por essa iniciativa notável e formulo votos para que o **Correio Braziliense**, acompanhando esta cidade desde o seu alvorecer, possa marcar dia a dia, hora a hora, o desenvolvimento e o progresso que ela irá trazer para o interior do Brasil. (...) Faço votos para que o **Correio Braziliense**, nas suas colunas, registre a partir de agora todos os passos que integrarão o Brasil na conquista de si mesmo e no seu crescente desenvolvimento.

A primeira grande reformulação do diário foi em 1976, conduzida pelo jornalista Evandro de Oliveira Bastos, que substituiu Ari Cunha como chefe de redação⁴⁶. Esta reforma foi impulsionada pelo crescimento do maior concorrente do **CB**, o **Jornal de Brasília**. Na década de 1980 a direção o Correio passou para o jornalista Ronaldo Junqueira (1982-1990). Em 1990 o cargo foi para o jornalista Luis Adolfo (até 1993), posteriormente para Ricardo Noblat que fica no cargo até 2002 quando assume Josemar Gimenez, após séria disputa entre Noblat e o ex-governador Joaquim Roriz (PMDB).

O desentendimento entre o jornal e o ex-governador teve início com a publicação de um editorial que continha críticas e denúncias ao político e seu governo, envolvendo o caso do empresário Pedro Passos, acusado pelo ministério público de grilagem de terras. O **CB** possuía o conteúdo de conversas telefônicas gravadas entre o ex-governador e Passos. Roriz conseguiu uma medida judicial proibindo a divulgação das conversas pelo jornal que retrucou estampando em sua capa a manchete **Censurado a pedido de Roriz**.⁴⁷

⁴⁵ Disponível em:

https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/09/08/interna_cidadesdf.781310/jornal-com-alma-brasiliense-a-historia-do-correio-e-da-capital.shtml Acesso em: 22 fev 2020.

⁴⁶ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-brasiliense> Acesso em 22 fev 2020

⁴⁷ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,correio-brasiliense-troca-comando,20021024p54084> acesso em 24 fev 2021

Na época, Roriz disputava a reeleição para o governo do DF com Geraldo Magela (PT). Além disso, o **CB** vendia espaço publicitário para o governo do DF. Para incrementar a situação, existia uma crise econômica que circundava o diário, dado que o herdeiro de Assis Chateaubriand movia um processo contra o conglomerado reivindicando uma indenização milionária por conta de um precatório de R\$ 248 milhões devido à Rádio Clube de Pernambuco, cujas ações pertenciam na proporção de 22% à família Chateaubriand e os outros 78% ao Condomínio⁴⁸.

O ex-governador, que contava com apoio de acionistas do Grupo Diários Associados, conseguiu retirar Ricardo Noblat e Paulo Cabral (Presidente dos Diários Associados por 22 anos) de suas funções no **CB**. Ari Cunha, vice-presidente do grupo, trabalhou em favor de Roriz (e próprio). Cunha chegou a presidir o banco oficial do governo do Distrito Federal e mantinha fortes relações com Roriz⁴⁹. Por voto da maioria dos acionistas do Condomínio, Cabral foi convocado para uma reunião, mas preferiu renunciar ao cargo. Noblat (que também era condômino e tinha bens bloqueados pela ação judicial) pediu demissão em apoio à Cabral.

A saída de Noblat e Cabral foi sentida pelo jornalismo, em especial na capital. A Federação Nacional dos Jornalistas chegou a publicar nota de repúdio. No Senado, o senador (e posteriormente governador do DF) José Roberto Arruda (PSDB-DF) criticou a atitude de Roriz afirmando que “No momento em que o **Correio Braziliense** é alvejado por tentativas de cerceamento de sua liberdade de imprensa, é preciso dizer a todo país que a nossa geração, que venceu a ditadura, que retomou a democracia, não aceita, em nenhuma hipótese, reviver os períodos negros da censura da imprensa no Brasil, sob qualquer argumento”⁵⁰. Já na Câmara dos Deputados, Agnelo Queiroz (PCdo B-DF – governador do DF entre 2011 e 2014), condenou, como disse, “o ataque baixo, autoritário, que o governador Joaquim Roriz disparou contra o Correio e seu diretor de redação Ricardo Noblat”⁵¹.

A respeito das reformas gráficas e editoriais realizadas a partir da década de 1990, destaca-se a de 1996, que rendeu visibilidade ao **Correio Braziliense** e o prêmio da Society

⁴⁸ Disponível em: https://www.conjur.com.br/2002-out-23/cai_direcao_correio_braziliense_roriz_festeja Acesso em 24 fev 2021.

⁴⁹ Disponível em: https://www.conjur.com.br/2002-out-23/cai_direcao_correio_braziliense_roriz_festeja Acesso em 24 fev 2020.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.senado.leg.br/noticias/OpiniaoPublica/inc/senamidia/historico/1999/9/zn092156.htm> Acesso em: 24 fev 2021

⁵¹ Disponível em: <http://www.senado.leg.br/noticias/OpiniaoPublica/inc/senamidia/historico/1999/9/zn092156.htm> Acesso em: 24 fev 2021

for News Design, o World's Best Designed Paper, no ano de 1998. Esta reforma introduziu novos cadernos, como os de Esportes, Veículos, Informática e Turismo, e modificou a identidade visual do jornal. Sobre a reforma de 2000, Adriana Chiarini (2002) aponta que, naquela época, a agilidade do **CB** era prejudicada pela falta de estrutura do jornal. De acordo com Chiarini (2002, p. 169) “O Correio está tentando ser um jornal planejado para independer cada vez mais dos acontecimentos imprevistos, até mesmo para ter um produto melhor, apesar da falta de infraestrutura”.

A autora aponta ainda que, nesta reforma, o jornal passou a proibir o *lead* clássico (quem, o que, onde, quando, porque e como), o primeiro parágrafo não poderia repetir a manchete, “que não pode ter verbo, e nem o subtítulo, ou *sutiã*.” (CHIARINI, 2002, p. 177). As mudanças concretizadas pelo **CB** naquela época, aponta Chiarini (2002, p. 177), eram conhecidas por jornalistas desde as décadas de 1960/70, o que, para a autora, pode indicar duas questões: a primeira é a de que os jornalistas tinham ideias sobre como deveria ser um bom jornal, mas não conseguiam executá-las, e a outra é que “o jornalismo passa por fases em que as novas ideias reaproveitam as que estavam abandonadas, assim como na moda de roupas.”(CHIARINI, 2002, p. 178).

Atualmente, o jornal vive uma séria crise financeira. Entre dezembro de 2020 e maio de 2021, os jornalistas realizaram três paralizações, por conta de atrasos em salários e décimo terceiro. O imóvel no qual funciona a sede do jornal foi à leilão, também por falta de pagamentos, porém a 21ª Vara Cível de Brasília considerou os impactos da pandemia no atraso do pagamento de dívidas e suspendeu o leilão em 10 de maio (o leilão teria como lance inicial R\$154,7 milhões)⁵².

4.3 Análise de Discurso

Os estudos em torno da Análise de Discurso (AD) têm início com Michel Pecheux ao final da década de 1960, na França e a partir do estruturalismo filosófico (ORLANDI, 2017). Unindo os campos da linguística, marxismo e psicanálise, a AD se insere hoje num campo de estudos proficiente no Brasil. Pretendo retomar aqui suas filiações teóricas e principais conceitos para que, durante a análise do discurso do **Correio Brasileiro** a respeito do percurso de Dilma Rousseff no poder, o leitor possa ter em mente suas principais características.

⁵² Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/correio-brasiliense-luta-na-justica-para-manter-sede-do-jornal/> Acesso em 30 mai 2021.

Como foi dito, a AD apoia-se em três vias principais: uma leitura do Marxismo, vinda de Althusser; na linguística, via Saussure — em que a língua só admite uma forma de interpretação, mas já na análise de discurso existe a união da língua com a história, o que proporciona a produção de sentidos; e na psicanálise, que contribui quando se trata do deslocamento da noção de homem para a de sujeito, que se forma na história (ORLANDI, 2007, p. 20). Sendo assim, é possível dizer que é na confluência entre ideologia, história, sujeito e discurso que se dá a análise de discurso de linha francesa⁵³. Orlandi (2009, p. 20) aponta que,

[...] se a Análise de Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso - que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

A AD constitui-se nos embates teóricos destes campos, produzindo um novo recorte para eles e constituindo o discurso como seu objeto (ORLANDI, 2009). Tal objeto “tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto” (ORLANDI, 2009, p. 22).

O discurso não pertence ao sujeito. Quando se expressa, o sujeito constrói a fala, o discurso está pré-construído. A fala não é original, não é uma criação do sujeito, ela já está em sua memória (ORLANDI, 2007). Para explicar de forma mais clara, podemos dizer que o sujeito tem a impressão de ser a origem de sua fala, mas não o é, processo denominado por Michel Pêcheux (2006) como “apagamento” ou “teoria dos dois esquecimentos”.

No “esquecimento número 1” o sujeito “esquece”, ou em outras palavras, recalca que o sentido se forma em um processo que lhe é exterior: a zona do “esquecimento número 1”, é por definição, inacessível ao sujeito. O “esquecimento número 2” designa a zona em que o sujeito enunciador se move, em que ele constitui seu enunciado, colocando as fronteiras entre o “dito” e o rejeitado, o “não-dito” (SILVA; RODRIGUES, 2017, p. 6 apud MALDIDIER, 2003 p. 42).

Nada é pronto e/ou transparente, mas se constitui na relação língua-história-ideologia. O que o analista deve buscar são os sentidos do discurso em sua materialidade linguística e histórica. Para isso é preciso ir além do enunciado.

⁵³ No Brasil alguns autores costumam nomear a AD dessa forma, Análise de Discurso de linha francesa ou de vertente francesa, como por exemplo as autoras Helena Nagamine Brandão (2015); Claudiana Narzetti (2010); Maria do Rosário Gregolin (1995), entre outros.

Para Foucault (2008), o enunciado não consiste em uma proposição, pois pode-se ter mais de um enunciado em uma mesma proposição; não pode ser uma frase, já que a estrutura linguística das frases exige uma certa rigidez que um enunciado pode não ter e não se define como um ato ilocutório dado já que “É preciso, frequentemente, mais de um enunciado para efetuar um *speech act*: juramento, prece, contrato, promessa [...]” (FOUCAULT, 1995, p. 94). Para o autor, a existência de um enunciado depende de sua relação com “outra coisa” “que lhe pode ser estranhamente semelhante [...] uma relação específica que se refira a ela mesma – e não à sua causa, nem a seus elementos” (1995, p. 100). Dessa forma, a relação do sujeito com o enunciado é singular, única.

Foucault (1995, 132/133) define que,

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema n`história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo.

Para se analisar um discurso, o analista deve levar em conta os aspectos socioideológicos da produção do discurso. Isso significa que deve-se associar o contexto com as condições de produção do discurso. Encontrar o lugar de onde o sujeito fala, qual o seu lugar histórico, a partir de quais tensões sociais tal discurso é materializado. Sobre as condições de produção, Orlandi (2009) aponta que constituem os sujeitos, a situação e a memória. A autora divide o contexto em imediato e amplo. O contexto imediato é aquele que configura o momento, já o amplo “é o que traz para a consideração dos efeitos de sentidos elementos que derivam da forma de nossa sociedade, com suas Instituições [...]” (ORLANDI, 2009, p. 31). É preciso lembrar que as condições de produção atuam de acordo com alguns fatores e um deles é a relação de sentidos. Para Orlandi “os sentidos resultam de relações” (2009, p. 39), ou seja, um discurso sempre irá apontar para outros que o sustentam e, dessa forma, temos uma verdadeira rede de relações de sentidos.

Assim, pode-se chegar à memória discursiva, que, segundo Charaudeau e Maingueneau (2006, p. 326), “se constitui em torno de saberes de conhecimento e de crença sobre o mundo e que forma comunidades discursivas”. Ou seja, é a base do dizível – aquilo que pode ser dito - sustentando o discurso. A memória discursiva diz respeito ao que se pode dizer - o já

dito - e ao que não se pode dizer, o que gera tensão e coerção, aquilo que o sujeito não expressa porque não pode, mas mesmo assim está no discurso. Então chegamos à tríplice sujeito-situação-memória e ao interdiscurso, que é um espaço discursivo, um conjunto de discursos, o que gera novos discursos. Orlandi (2009, p. 33) aponta que “o interdiscurso é todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”. Nossos enunciados só fazem sentido porque já fizeram sentido anteriormente e foram apagados, esquecidos.

Por exemplo, quando a mídia aponta para o temperamento de Dilma Rousseff, dando a entender que a presidenta não tinha controle sobre suas emoções e, por isso, seu perfil era inadequado ao exercício da presidência, podemos remontar à discursos anteriores que descrevem as mulheres como seres emocionais e não racionais, o que as impossibilita de atuar na esfera pública. Em artigo que busca mapear as crenças que baseiam a construção de um “conceito de mulher” pela mídia, a autora Branca Falabella Fabrício (2004, p. 240) aponta que,

O século XVIII incitou um enfoque obsessivo na sexualidade, produzindo toda uma rede de saberes em torno do corpo da mulher e de sua função na sociedade. Várias áreas da experiência corporal feminina tornaram-se progressivamente sujeitas ao constante escrutínio de técnicas médicas, processo catapultador de significados em rede. Faz parte dessa profusão de sentidos em formação a construção da mulher como grupo homogêneo cujos membros compartilham, entre muitas características, a histeria, o descontrole emocional, o comportamento obsessivo, a fragilidade corporal e mental e a infantilidade. O historiador Thomas Laqueur (2001) reconstrói a lógica que pode subjezer essa construção. A ideologia iluminista da igualdade, liberdade e progresso, presentes sobretudo no panorama revolucionário francês, precisava justificar retoricamente a tradicional desigualdade entre homens e mulheres, de modo a conciliá-la com os ideais igualitários propalados no período. Homens e mulheres eram iguais, mas a “natureza” feminina imputava a estas traços inerentes de certa irracionalidade, passionalidade e dependência emocional que as tornariam incapacitadas de atuar no domínio público da vida política, econômica, científica e intelectual, atributos identitários do mito da masculinidade hegemônica.

Dessa forma, pode-se perceber que o discurso que coloca Dilma como incapaz frente ao exercício da política por causa dos traços de seu temperamento/ comportamento, é propagado há séculos e embasa discursos atuais que utilizam as mesmas estratégias, mesmo sem fazer referências diretas aos discursos anteriores.

Ao abordar a oralidade e a interpretação, Orlandi (2017) parte de três pressupostos: interpretação, memória e discurso oral. Sobre a interpretação, a autora (ORLANDI, 2017, p. 170) afirma ser um gesto necessário ao passo que temos

A interpretação no nível do analista sendo trabalhada por um dispositivo teórico que permite que ele leve em conta – e não atravesse simplesmente – a materialidade do discurso. Esse dispositivo visa deslocar o olhar do leitor do atravessamento pela ideologia (em que os sentidos aparecem como já-lá na transparência da linguagem) para a posição do analista: não onipotente mas deslocada em que o efeito da exterioridade, o da alteridade do sentido, sua determinação histórica, seja tomado em conta. Isso redundaria em que esta forma de análise visa não interpretar o texto mas *compreender* como ele produz sentidos.

O destaque no termo **compreender** visa salientar que o analista deve se esforçar para “explicitar os gestos de interpretação feitos pelo sujeito” (ORLANDI, 2017, p. 171). Dessa maneira, compreende-se que, tanto a escrita quanto a oralidade são compostas pela interpretação e cabe ao analista trabalhá-las como gestos ou manifestações diversas constituídas pelas interpretações “que trabalham a relação entre o real da língua (com sua ordem própria) e o real da história (com sua necessidade específica)” (ORLANDI, 2017, p. 171).

Para abordar a memória, a autora aponta para os conceitos de arquivo e interdiscurso. Faz-se necessário compreender que a memória em AD diz respeito ao fato de que em todo dizer existe um já-dito que constitui o saber discursivo. Para Orlandi (2017, p. 171), “a essa memória constitutiva, discursiva, chamamos *interdiscurso*”. É no funcionamento do interdiscurso que encontramos o esquecimento. “Mas é também porque a memória discursiva é estruturada pelo esquecimento, que os sujeitos têm a ilusão de estar na origem dos sentidos: ele esquece como os sentidos se formam nele, se constituem e, desse modo, se pensa como origem deles.” (ORLANDI, 2017, p. 172).

Já o arquivo, a autora (2017, p. 172) trata como memória institucionalizada já que, “No arquivo o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito da relação de forças”. O arquivo encontra-se no realizado e no interdiscurso existe a possibilidade de se dizer o irrealizado, “menos sobre o que se pode e mais sobre o que deve ser dito” (ORLANDI, 2017, p. 172).

A respeito do discurso oral, a autora, primeiramente, o distingue do escrito, no qual existe a função autor⁵⁴, ou seja, a escrita é um “gesto simbólico que faz efeito no real produzindo um ‘artefato’” (ORLANDI, 2017, p. 173). Já a fala não precisa de autoria, diferente de quem escreve. Daí então, tem-se que, sem autoria, “o gesto de interpretação é antes inscrição no

⁵⁴ Para Orlandi (2020, p. 72) a autoria é uma função do sujeito, sendo a função-autor uma função discursiva do sujeito que envolve outras duas funções enunciativas, o locutor e o enunciador, definindo-as. Orlandi (2020, p. 74) afirma que “não basta falar para ser autor. A assunção da autoria implica numa inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico social.”

interdiscurso (historicidade) do que efeito de memória temporalizada, função de arquivo (memória institucionalizada)” (2017, p. 175).

Outro conceito importante para a AD é o de ideologia. Orlandi (2009) aponta que a ideologia é constitutiva dos sujeitos e dos sentidos, ou seja, “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (2009, p. 46). Porém, no processo discursivo as ideologias que são carregadas pelo discurso são esquecidas e, neste momento, aparece a questão da interpretação que, para a AD, não é apenas decodificação como colocado no processo linear da comunicação. A interpretação “é garantida pela memória” (ORLANDI, 2009, p. 47) que pode ser institucionalizada ou constitutiva. De acordo com Orlandi (2009), a memória institucionalizada é o arquivo. Para Foucault (2008), o arquivo inclui enunciados que tenham aparecido pelo jogo de relações que caracterizam o nível discursivo, nascidos segundo regularidades específicas; é a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares, ou seja, é o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados. Já a memória constitutiva, se concentra no interdiscurso, que já foi trabalhado. A ideologia aparece na AD como “prática significante” (ORLANDI, 2009, p. 48), relação do sujeito com a história e a língua para que se faça o sentido.

Para Maria do Rosário Gregolin (1995, p.18), “O discurso é um dos aspectos da materialidade ideológica, por isso, ele só tem sentido para um sujeito quando este o reconhece como pertencente a determinada formação discursiva”. Já a formação discursiva (que também chamo de matriz discursiva ou conjunto representacional) é aquilo que se pode descrever,

entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.” (FOUCAULT, 1995, p. 43)

Na busca das representações sociais apresentadas pelo **CB** a respeito de Dilma Rousseff no poder, concentro-me justamente na procura dessas regularidades de objetos, enunciados, conceitos e temas. É por meio das formações discursivas (matrizes discursivas e/ou conjuntos representacionais) que pretendo determinar as estratégias discursivas adotadas pelo jornal ao noticiar o governo durante as fases pré-selecionadas.

A análise do discurso é um campo que vem sendo usado em diversas áreas do conhecimento no Brasil. No que tange aos estudos da mídia, a união com a AD gera frutos

para os dois lados, já que são complementares, ou seja, “ambos têm como objeto as produções sociais de sentidos” (GREGOLIN, 2007, p. 13). Ao pesquisar a respeito do discurso do **Correio Braziliense** durante os governos Dilma, analisarei as produções sociais de sentido no que tange às relações de gênero e a formação das representações sociais. De acordo com Antônio Marcos Tisoli Gomes (2015, p. 16),

As representações sociais desempenham um importante papel de comunicação entre a ideologia e as formações discursivas, fornecendo uma explicação para a dinâmica destas relações ao preencher, com a comunicação cotidiana, a interação social, a construção da identidade grupal e as construções simbólicas [...]

No âmbito desta tese, a AD será usada tanto como caminho metodológico quanto teórico. O objetivo central é encontrar e analisar as principais matrizes discursivas (formações discursivas ou conjuntos representacionais) presentes nas notícias a respeito da atuação política de Dilma Rousseff publicadas pelo site do jornal **Correio Braziliense**.

De acordo com Michel Foucault (2008), as escolhas estratégicas precisam ser olhadas como possibilidades dentro do discurso, não como instrumentos conscientes ou inconscientes dos diferentes sujeitos.

A busca é por definir as estratégias discursivas midiáticas que proporcionam a construção das representações dos gêneros - já que parto da ideia de que os gêneros são construções sociais e a mídia em geral, e em particular o jornalismo, participa ativamente desta construção.

Tendo a mídia como um espaço gendrado, ou seja, “marcado por especificidades de gênero” (LAURETIS, 1994, p. 206) analisarei o discurso do **CB** a partir desta perspectiva, na qual a mídia apresenta representações das experiências de gênero. Buscarei, dessa maneira, pela “experiência do gênero, os efeitos de significado e as auto-representações produzidas no sujeito pelas práticas, discursos e instituições socioculturais dedicados à produção de homens e mulheres” (LAURETIS, 1994, p. 228/229).

No decorrer da pesquisa trabalharei dispositivos de análise da AD que serão explicados (ou retomados) e referenciados no momento oportuno. Ressalto que a realização da análise de discurso requer um trabalho árduo por parte do analista no sentido de buscar as estratégias discursivas do enunciador (no caso a página Brasil/Política do jornal **Correio Braziliense**) e que, apenas em contato com a materialidade discursiva serei capaz de definir os conjuntos representacionais utilizados pelo jornal.

Nos capítulos que seguem, as análises das fases previamente selecionadas e explicadas serão concretizadas. Para tanto, iniciarei cada capítulo de análise com a

explicação da fase e sua nomenclatura, seguida da contextualização de cada período de tempo, associando tal contexto às condições de produção dos discursos. Retomo Orlandi (2009) para explicar que trabalharei o contexto imediato, ou seja, a situação sociocultural (política e econômica) que circundava aquele período, podendo estabelecer na contextualização certa incursão à períodos anteriores e/ou posteriores ao período de tempo em que se encontram os discursos selecionados para que os acontecimentos façam sentido.

5 A (DES)CONSTRUÇÃO DO GOVERNO DILMA

"Em condições de poder, a mulher deixa de ser vista como objeto frágil e isso é imperdoável"
Dilma Rousseff, 2010

Primeiramente, explico o porquê de chamar o primeiro semestre do primeiro mandato de Dilma Rousseff de fase de '(des)construção'. O início de uma gestão costuma demarcar como será (ou como podemos esperar que seja a partir de indícios iniciais) seu desenvolvimento. Os primeiros passos são sempre relevantes para que o gestor construa sua maneira de chefiar. No caso da presidência da República isto não se modifica, sendo que os meios de comunicação tratam de informar e analisar as decisões advindas de seu representante. Contudo, com o caminhar da análise percebi que, a fase que se chamaria de "construção" - justamente por imaginar que representaria um momento de certa "lua de mel" entre governo e mídia -, foi sendo desconstruída pelo veículo. Ainda que os índices de aprovação popular fossem a favor de Dilma⁵⁵, o discurso midiático não seguiu o mesmo caminho. Dessa forma, passo a considerar que já no primeiro semestre de 2011, a mídia atuou na desconstrução da presidenta e de seu governo.

A análise da primeira fase selecionada – fase de (des)construção do governo Dilma, de janeiro a agosto de 2011 – foi antecedida de leituras exaustivas das 115 notícias publicadas na página do jornal **Correio Braziliense** durante o período e datas propostas. Este é o período com maior quantidade de notícias devido à cobertura intensa que o jornal fez da cerimônia de posse da presidenta. Apenas no dia 1º de janeiro tivemos 43 notícias.

Relembro que as notícias publicadas pelo site do jornal nem sempre são assinadas e nem sempre são do próprio jornal, podendo vir de agências de notícias. Para fins dessa pesquisa admitimos que, estando na página do **Correio Braziliense**, essas notícias podem ser estudadas como exemplos do discurso do próprio jornal, como afirmamos e explicamos anteriormente.

Início apresentando minhas expectativas sobre o que encontraria no corpus. Esperava ver, logo nas primeiras notícias a respeito da cerimônia de posse de Dilma, uma celebração por termos a primeira mulher na presidência do Brasil. Também supunha que, no decorrer

⁵⁵ O início do governo Dilma teve a melhor avaliação se comparado aos 12 anos anteriores, de acordo com pesquisa CNI/IBOPE (abril, 2011). Os dados apontavam que 56% das pessoas avaliavam o governo Dilma em ótimo ou bom. O índice era superior à aprovação do início do primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) – que em 2003 era de 51%. Dilma tinha ainda 73% de aprovação do governo. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/04/01/dilma-supera-lula-e-fhc-em-aprovacao-de-inicio-de-governo-diz-cniiboep.htm> Acesso em 12 set 2021.

do primeiro semestre de governo, estaria diante de notícias que falassem da postura e das decisões políticas de Dilma.

Não foi isso que encontrei, e devo admitir que minhas expectativas estavam fazendo uma enorme barreira frente à materialidade do discurso do jornal. O que encontrei, de fato, foi o silêncio. Uma voz silenciada. Um grande feito silenciado. Encontrei uma mulher de temperamento difícil, obscurecida pela presença de um homem.

Faz-se necessário apontar que o analista do discurso é um sujeito histórico e, como tal, suas análises são historicizadas. Aracy Ernst-Pereira e Regina Maria Varini Mutti (2011, p. 825) no texto “O Analista de Discurso em Formação: apontamentos à prática analítica” (2011) perguntam “o que pode o analista de discurso?”, e como resposta afirmam que

Pode retomar pressupostos da área em que se insere, a partir da utilização de elementos da teoria-análise, como uma ferramenta para responder à problemática de repensar a realidade vigente objetivada em sua pesquisa. E ao lidar com o heterogêneo do discurso, com as derivas do sentido, o resultado de cada análise não contorna exatamente o real, embora a ele aponte.

Entende-se, dessa forma, que o analista não irá capturar a essência do real, mas uma parte ou um direcionamento a ele. A parte que lhe é possível a partir de seu campo de atuação e experiências. O analista irá demonstrar, a partir da materialidade discursiva, como o discurso funciona e evidenciar - em sua análise - as relações do social com a linguagem (ERNEST-PEREIRA; MUTTI, 2011).

O passo inicial é fazer uma contextualização do momento histórico a ser analisado, o que nomeio de antecedentes. Compreender a situação política, econômica e cultural é essencial para a análise de cada fase proposta. Como já foi dito, a AD trabalha com o discurso em relação ao contexto e, durante a análise, este contexto é retomado várias vezes. Minha opção foi por antecipar a contextualização, de forma a realizar um panorama com os principais acontecimentos do período analisado, podendo retomar estes acontecimentos durante a análise.

Posteriormente, determe-ei sobre o material coletado, para analisar três aspectos que fundamentam o discurso do **CB** e configuram as formações discursivas desta primeira fase: **silenciamento**, **temperamento** e **ofuscamento**. O **silenciamento** se dá em relação ao feito da primeira mulher presidenta do Brasil praticamente não ter sido abordado pelo diário. A matriz **temperamento** diz respeito a referência constante a um modo de agir desproporcional ou inadequado de Dilma. Sua personalidade está sempre em cheque, e a mídia apresenta personagens aleatórios (homens) para conjecturar a este respeito, colocando-a como

inadequada para o exercício político. Já a matriz **ofuscamento**, aponta o direcionamento constante do discurso do **CB** para Lula, mesmo em matérias em que o foco deveria estar em Dilma, ou seja, o **CB**, a todo momento, aponta Lula como uma espécie de “padrinho” da ex-presidenta, responsável pela sua posição de poder, como um fiador/legitimador da sua atuação política. Na cultura patriarcal entende-se que homens valem mais do que mulheres, dessa maneira, se Lula está em cena, o foco midiático vai para ele.

Outras questões foram encontradas, mas abordarei as que tiveram maior repetição/presença no discurso do **CB**, pois assim se formam as matrizes discursivas. Lembro que a análise de discurso é feita a partir das escolhas da analista e que, consiste em uma metodologia que

não segue critérios empíricos ou positivistas (...) os estudiosos partilham a ideia de que nada existe preestabelecido entre os diversos objetos de estudo dessa disciplina e os recursos que a linguística oferece, uma vez que cada *corpus* instaura questões específicas e, em função dessas questões, são mobilizados diferentes conceitos. (ERNEST-PEREIRA; MUTTI, 2011, p. 826)

5.1- Antecedentes

O Brasil mostrava boas taxas econômicas durante o segundo mandato de Lula, ou, pelo menos, até a crise de 2008. A inflação estava controlada e com níveis baixos e a redução da desigualdade avançava. Nobre (2013, p. 129) aponta que no “primeiro momento da segunda fase de Lula – de 2005 a 2008 -, a taxa média de crescimento chegou a algo em torno de 4,5% e veio somada a uma significativa redução da desigualdade.” A crise econômica que assolou o mundo em 2008 iniciou-se com a falência do banco de investimentos norte-americano Lehman Brothers. O mundo sentiu os efeitos da Crise do Subprime ou “bolha imobiliária americana”, como foi chamada. No caso do Brasil, houve uma baixa na cotação das ações em bolsas de valores e uma alta no preço do dólar, porém o país não foi significativamente afetado, naquele momento.

O pacto do governo Lula com a sociedade foi o de manter o crescimento no maior patamar possível e com a inflação sob controle (NOBRE, 2013). Nesse meio tempo a oposição é silenciada ou ‘desaparece’, como observa Nobre (2013, p. 133), “Por importante que sejam, crescimento econômico, melhora dos padrões de vida e diminuição das desigualdades não explicam por si sós o desaparecimento da oposição.” O autor explica que o governo Lula “resolveu ocupar o pemedebismo pela esquerda” e controlou os governadores e prefeitos de oposição.

Com o terreno preparado, era preciso escolher um sucessor para Lula. José Dirceu (PT) era um dos principais nomes, mas o mensalão⁵⁶ foi mais rápido. O ex-ministro foi apontado como mentor do esquema de compra de apoio parlamentar ao governo. O governo escolhe então Dilma Rousseff (PT) para representar a legenda nas eleições de 2010. Ministra da Casa Civil à época, pois antes havia sido Ministra de Minas e Energia - também durante o governo Lula. Tales Ab'Saber (2015, p. 12) a descreve da seguinte maneira:

Dilma Rousseff jamais teve nenhum tipo de poder parecido, nenhum poder da atração e de sedução ligado ao seu corpo e ao seu estilo duro de fazer política. Bem ao contrário, ela muitas e muitas vezes afastou e criou dissenso, até mesmo entre os próprios homens de seu governo, quanto mais frente aos seus inimigos. Muitas outras vezes ela apareceu no espaço público com pequenos, mas bem nítidos sinais de arrogância e impaciência e ainda em muitas outras oportunidades – o que para mim sempre foi o mais difícil em minha própria relação com a Presidente – teve muitas dificuldades em tornar apenas claras as próprias declarações. Os poderes do carisma político nunca estiveram entre as maiores qualidades da Presidente petista.

Em 2010 tínhamos Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV) como os principais nomes da corrida presidencial. O governo Lula tinha 85% de aprovação, o que impulsiona a candidatura de Dilma. Aquele foi o primeiro ano em que tivemos a Lei da Ficha Limpa⁵⁷ em vigor, após mobilização popular, durante as eleições, ou seja, o candidato que foi cassado, que renunciou para evitar a cassação ou que foi condenado por órgão colegiado fica inelegível por oito anos.

No mês de julho do mesmo ano, Dilma e Serra têm empate técnico em pesquisa publicada pelo Datafolha⁵⁸, já o Ibope marca a subida de Dilma nas pesquisas, com 5 pontos à frente de Serra (MORENO, 2017). O primeiro turno das eleições (outubro) marca a liderança de Dilma, porém o pleito se direcionou para o segundo turno, dado que Dilma ficou com 46,91% dos votos e José Serra com 32,61%. A candidata do PT foi vencedora no segundo turno das eleições com 56,05% dos votos válidos. Além de Dilma para a

⁵⁶ Mensalão foi o nome dado para o esquema de corrupção que envolvia a compra de votos de deputados e senadores e ameaçou o governo Lula em 2005.

⁵⁷ Lei Complementar nº 135, de 2010, também chamada Lei da Ficha Limpa, é uma lei infraconstitucional que regulamenta restrições à elegibilidade. Foi resultado de um projeto de lei de iniciativa popular, encabeçado por entidades que fazem parte do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCCE), e mobilizou vários setores da sociedade brasileira. O propósito da Lei foi alterar a Lei Complementar nº 64, de 1990, atendendo ao disposto no art. 14, § 9º, da Constituição Federal, que autoriza o legislador infraconstitucional a estabelecer novas hipóteses de inelegibilidade, objetivando proteger a probidade administrativa e a moralidade para exercício de mandato, considerando a vida pregressa do candidato. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-4-ano-5/digressoes-sobre-as-doacoes-de-campanha-oriundas-de-pessoas-juridicas> Acesso em 30 abr 2021.

⁵⁸ Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2010/07/1131325-serra-e-dilma-continuam-empatados.shtml> Acesso em 26 ago 2019.

presidência, o Partido dos Trabalhadores elegeu cinco governadores, assim como o PMDB. Já o PSDB, elegeu oito governadores e o PSB seis.

Durante a transição de governo, o vice-presidente eleito, Michel Temer é incluído no processo, mas sem uma atribuição específica. Enquanto isso, José Alencar – vice de Lula – sofreu infarto agudo. Ao deixar a presidência, Lula foi o presidente mais popular da história brasileira. Palocci (ex-PT) ocupou a Casa Civil, José Eduardo Cardozo (PT) ficou com a Justiça e Guido Mantega (PT) como ministro da Fazenda.

Em janeiro de 2011, Dilma Vana Rousseff assumiu com a promessa de concretizar as reformas política e tributária. Nobre (2013) aponta o governo Dilma como uma continuidade da era Lula, porém com a tarefa de ajustar o modelo econômico que operava no limite de capacidade. O governo Dilma foi tido como de transição já que, como aponta Nobre (2013, p. 135), “o estímulo ao crédito e o aumento da renda têm de ser substituídos por uma mudança estrutural do aumento da taxa de investimento.”

Sobre as questões econômicas, Safatle, Borges e Oliveira (2016, p. 85) apontam que “Quem conhecia Dilma sabia que os meses iniciais de ortodoxia na política monetária e fiscal teriam vida breve. Ela nunca acreditou nesse receituário, e seu objetivo era levar a taxa de juros reais no país para 2% ao ano, como disse em várias ocasiões durante a campanha eleitoral”. Os autores contam ainda que, em 19 de janeiro de 2011, o Comitê de Política Monetária (Copom) teve sua primeira reunião (no governo Dilma) com o Banco Central que, por sua vez, decidiu retomar o aperto nos juros. Já em meados de fevereiro veio a notícia de que Dilma “não reagiria mal se o Banco Central fosse mais duro no combate a inflação” (SAFATLE; BORGES; OLIVEIRA, 2016, p. 82). O resultado foi que em março de 2011 o Copom elevou os juros e a taxa Selic⁵⁹ passou de 11,5% para 11,75% ao ano. Este ciclo de alta chegou em julho de 2011 com a Selic a 12,5% ao ano.

Moreno (2017) aponta para a primeira crise ministerial da presidência, que ocorreu no Ministério da Cultura quando Ana de Hollanda deixou o ministério após várias crises. Em uma delas, a ministra foi chamada de “meio autista” por Emir Sader, sociólogo que assumiria a **Casa de Rui Barbosa** e acabou substituído por Wanderley Guilherme dos Santos⁶⁰. Antônio Palocci (PT) deixou a Casa Civil e foi substituído por Gleisi Hoffmann (PT). O ex-ministro Palocci aumentou seu patrimônio em 20 vezes entre 2006 a 2010 e foi

⁵⁹ A taxa Selic é uma taxa básica de juros da economia brasileira e exerce influência em todas as outras taxas do país.

⁶⁰ Cientista político brasileiro, fundador do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj), da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e editor da Revista *Dados*.

pressionado a deixar o cargo. Mesmo com as crises, o governo Dilma continuava popular, sendo considerado como bom ou ótimo por 49% da população em junho de 2011.⁶¹

No mês de julho Dilma demitiu o petista Hideraldo Caron do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e afirmou, em entrevista, que a faxina não está limitada por nada (MORENO, 2017, p. 59). Nesta “faxina ética” Dilma afastou sete ministros, sendo cinco deles herança do governo Lula.

Nesse período, alguns programas relevantes foram lançados ou aprimorados, como o Brasil Carinhoso⁶²; o Água para Todos⁶³; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)⁶⁴; o Bolsa Família⁶⁵; o Minha Casa, Minha Vida⁶⁶; o Mais Médicos⁶⁷; e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)⁶⁸.

Sobre a popularidade da presidenta durante o primeiro semestre de 2011 o Datafolha⁶⁹ apresenta os seguintes dados: No mês de março Dilma teve a melhor avaliação no início do governo em relação aos presidentes anteriores no mesmo período. Com 3 meses de governo Dilma teve aprovação de 47% dos brasileiros e 7% a consideraram ruim ou péssima. Lula, no mesmo período, teve aprovação de 43% e reprovação de 10%, por exemplo. Em junho a popularidade da presidenta se manteve estável (mesmo com o escândalo e saída de Palocci do governo) com 49% de aprovação e 10% de reprovação (levando em consideração a margem de erro de 2% para mais ou para menos).

⁶¹ Disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2011/06/1211070-popularidade-do-governo-dilma-fica-estavel.shtml> Acesso em 26 set 2019.

⁶² O Programa Brasil Carinhoso consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, além de garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil. Disponível em: <https://www.fn.de.gov.br/programas/brasil-carinhoso> Acesso em 26 set 2019.

⁶³ Programa que busca garantir o acesso à água para populações rurais dos municípios do Semiárido brasileiro que vivem em situação de extrema pobreza, seja para o consumo próprio ou para a produção de alimentos e a criação de animais. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve/agua-para-todos> Acesso em 26 set 2019.

⁶⁴ O Pronaf financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa> Acesso em 26 set 2019.

⁶⁵ É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx> Acesso em 26/09/2019.

⁶⁶ Iniciativa do Governo Federal que oferece condições atrativas para o financiamento de moradias nas áreas urbanas para famílias de baixa renda. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx> Acesso em 26 set 2019.

⁶⁷ Programa lançado pelo Governo Dilma, cujo objetivo é suprir a carência de médicos nos municípios do interior e nas periferias das grandes cidades do Brasil. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mais_M%C3%A9dicos Acesso em 26 set 2019.

⁶⁸ criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec> Acesso em 26 set 2019.

⁶⁹ Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2011/03/1211069-dilma-e-aprovada-por-47-dos-brasileiros.shtml> Acesso em 15 fev 2021

5.2 Matrizes Discursivas

Entre as 115 notícias selecionadas neste período foram encontradas três matrizes discursivas de maior relevância. O silenciamento de um acontecimento histórico no dia da cerimônia de posse de Dilma, a primeira mulher a ser presidenta do Brasil, ficou marcado entre as notícias do dia primeiro de janeiro, assim como no restante do semestre. Além disso, a presença do ex-presidente Lula – como razão única da eleição de Dilma – também ficou marcado com a matriz **Ofuscamento**. Por último, a matriz **Temperamento** que diz respeito à estratégia do jornal em recorrer às características de personalidade de Dilma Rousseff a todo momento.

5.2.1 Silenciamento/desvalorização no dia histórico para as mulheres do Brasil

Desde a instauração do regime republicano, no final do século XIX, apenas homens tornaram-se presidentes da república. Na Primeira República Brasileira (ou República Velha - 15 de novembro de 1889 à 24 de outubro de 1930) passamos por treze presidentes, sendo que o décimo quarto (Júlio Prestes) não chegou a assumir o cargo por conta do golpe da Revolução de 1930. A Era Vargas (24 de outubro de 1930 à 31 de janeiro de 1946) começou com uma Junta Governativa Provisória que durou 10 dias até que Getúlio Vargas assumisse por quase 15 anos, sendo sucedido por José Linhares.

A partir de 31 de janeiro de 1946, tivemos mais nove presidentes, finalizando com João Goulart, em 2 de abril de 1964. Entre 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985, tivemos oito presidentes. De 1985 até os dias atuais, estamos no oitavo presidente.

Dilma Vana Rousseff foi a única mulher a integrar este quadro até o momento. A presidenta assumiu no dia 1 de janeiro de 2011 e sofreu o impeachment em 31 de agosto de 2016, em seu segundo mandato. A primeira mulher a assumir a presidência do Brasil deveria ser um fato de suma importância, principalmente no que diz respeito às conquistas das mulheres, na cobertura realizada pelo **CB**. Uso o termo “deveria” porque não foi o que encontrei, pelo menos não no discurso do jornal **Correio Braziliense**.

Dentre as 43 notícias publicadas no dia da posse, apenas três fazem menção ao fato de Dilma ser a primeira mulher a alcançar a presidência da república no Brasil. Ao observarmos outros veículos, numa breve busca pelas capas dos principais jornais brasileiros do dia da posse de Dilma, temos que o fato também não foi mencionado. A **Folha de S. Paulo**, por exemplo, trazia a manchete “Dilma lançará plano para erradicar miséria”⁷⁰, o

⁷⁰ Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=18529&anchor=5525608&origem=busca> acesso em 01/11/2018

jornal **O Estado de São Paulo** apresentou em sua capa “Começa o governo Dilma”⁷¹ acompanhada de uma foto de Lula (e não de Dilma). Já **O Globo**, apresentou em seu primeiro caderno como matéria principal “O Réveillon da retomada”⁷² e como segunda matéria “No adeus, Lula deixa para Dilma crise diplomática com a Itália”⁷³.

Quando detemo-nos nas avaliações feitas por mulheres sobre a conquista de 2011 temos o oposto (lembrando que de um lado temos jornalistas e de outro pesquisadoras, ou seja, são lugares de fala diferentes). Argolo e Rubim (2018, p. 10), por exemplo, apontam que “[...] a eleição da mulher Dilma Rousseff, com 55.752.483 votos dos brasileiros em 2010, representou uma mudança significativa para a história das mulheres e, particularmente para o perfil presidencial do país, até então, exclusivamente, dominado por homens”.

O silêncio faz parte do enunciado já que, sempre há o que não está dito. Ao produzirmos textos ou falas existe o processo de escolha. Agora mesmo faço isso, optando por alguns termos e expressões e deixando outros de lado. Sabe-se que todo processo de explicação dos acontecimentos se dá por meio da linguagem e estas explicações iluminam um ponto e apagam diversos outros, ou seja, o silêncio está no dizer e os sujeitos constituem-se por meio destes dizeres, que expõem suas crenças, valores e ideologias. O discurso serve, então, como parâmetro para as identidades, tanto para os sujeitos do discurso quanto para as sociedades em que estão inseridos.

Eni P. Orlandi na obra **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos** (2007), esclarece que há no silêncio um sentido que é diferente daquilo que está implícito. O implícito deixa marcas, não é manifestado em palavras, mas pode ser deduzido. Se eu disser a frase “a seca continua” não estou dizendo de forma explícita que há muito não chove, mas esta ideia está implícita. De outra maneira, o silêncio movimenta-se nos entremeios da linguagem de forma diversa. Está presente nas escolhas dos termos usados e não usados.

Ao afirmar que o silêncio é fundante, Orlandi (2007, p. 29) aponta que “o real da significação é o silêncio” e completa seu pensamento ao afirmar que “o silêncio é o real do discurso” e “tem primazia sobre as palavras” (2007, p.31), sendo a linguagem a categorização do silêncio. A linguagem serve então para dar forma, para simbolizar o silêncio.

⁷¹ Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110101-42809-nac-1-pri-a1-not> acesso em 01 de nov 2018

⁷² Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020110101> acesso em 01 de nov 2018

⁷³ Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020110101> acesso em 01 de nov 2018

Em outra obra, a autora aponta que “há sempre no dizer um não dizer necessário” (ORLANDI, 2009, p. 82). Orlandi (2009) coloca o silêncio como uma das formas de se trabalhar o não-dito e diferencia o silêncio fundador do silenciamento. O primeiro é aquele que faz com que o dizer signifique, que o sentido sempre pode ser outro. Já o silenciamento – ou política do silêncio - se divide em constitutivo (ao dizer de uma forma não digo de outra) e o silêncio local que é o proibido, a censura (2009, p. 83). A autora ainda dá uma dica preciosa ao apontar que a partir das relações de poder existentes em nossa sociedade sempre teremos a censura, dessa forma “na análise, devemos observar o que não está sendo dito, o que não pode ser dito, etc.” (ORLANDI, 2009, p. 83).

Orlandi (2007, p. 40) aponta que o silêncio tem aspectos cultural, político e histórico quando questiona: “Teria pois o silêncio um aspecto cultural? Com toda a evidência. Mas a cultura não é o único fator que conta. Determinações políticas e históricas estão igualmente inscritas aí.”

A escolha de silenciar o fato de termos a primeira mulher a portar a faixa presidencial no Brasil, pode ser interpretada como uma tentativa de diminuir este fato não só política, histórica e socialmente, mas também, e principalmente, ideologicamente. Lembro aqui que o jornalismo atua diretamente na construção da história das sociedades contemporâneas e, como aponta Bourdieu (2010, p. 101-102):

O verdadeiro objeto de uma história das relações entre os sexos é portanto, a história das combinações sucessivas (...) de mecanismos estruturais (como os que asseguram a reprodução da divisão sexual do trabalho) e de estratégias que, por meio das instituições e dos agentes singulares, perpetuaram, no curso de uma história bastante longa, e por vezes à custa de mudanças reais ou aparentes, a estruturas das relações de dominação entre os sexos; a subordinação da mulher podendo vir expressa em sua entrada no trabalho, como na maior parte das sociedades pré-industriais, ou ao contrário, em sua exclusão do trabalho como se deu depois da Revolução Industrial (...) Em suma, ao trazer à luz invariantes trans-históricas da relação entre os “gêneros”, a história se obriga a tornar como objeto o trabalho histórico de des-historicização que as produziu e reproduziu, continuamente (...)

Entendo que, ao ocultar a relevância do fato, tenta-se diminuí-lo, apagá-lo, promovendo a manutenção do patriarcado e, em consequência, excluindo a participação das mulheres na construção histórico social. Também aconteceu dessa maneira (e ainda acontece) na história das ciências. Lourdes Bandeira, no texto “A contribuição da crítica feminista à ciência” (2008, p. 209), aponta que “A ausência das mulheres e o respectivo silêncio em torno de sua presença na história e, por extensão na história da ciência, acabam por revelar, eles próprios, a associação hegemônica entre masculinidade e pensamento

científico.” Não podemos ignorar que a ausência de comemoração sobre o feito obtido por Dilma é bastante eloquente e diz muito sobre a percepção do veículo sobre a associação entre mulheres e política. Assim como Bandeira apontou, a associação hegemônica entre ciência e masculinidade, observamos no **CB** um menosprezo pela atuação das mulheres na política. A atitude retoma uma visão patriarcal que nega às mulheres o espaço público, o lugar das decisões e, conseqüentemente, da cidadania.

Como um movimento inconsciente, pois já naturalizado na sociedade, a não inclusão das mulheres e seus feitos tanto na história quanto na ciência fazem com que o sujeito feminino não seja visto e/ou valorizado. Como aponta Bandeira (2008, p. 222) “a ciência não tem um gênero em seu *ethos* e substância”, e nem a política.

Passemos agora à análise das 3 únicas matérias que aludem ao pioneirismo de Dilma. Das 43 notícias publicadas no dia da posse de Dilma Rousseff, uma fez menção direta ao fato de Dilma ser a primeira mulher a assumir a presidência da República no Brasil e outras duas tangenciaram o fato. A matéria intitulada **Dilma toma posse como primeira mulher presidente da República**⁷⁴, publicada no dia da cerimônia, apresenta três parágrafos nos quais, o primeiro afirma que Dilma e Temer acabam de ser empossados e que Dilma fará seu discurso. O segundo cita o juramento de Dilma no Congresso Nacional e ao fim a aponta como “a primeira mulher na história do país a ocupar a Presidência da República.” O terceiro parágrafo informa que do Congresso Dilma se encaminhará para o Palácio do Planalto para receber a faixa presidencial do ex-presidente Lula.

Isto é o que o jornal oferece-nos em torno do tema da primeira mulher a assumir a presidência: O título e uma frase. Sem dar continuidade ao assunto apresentado no título da matéria, o **CB** usa do silenciamento como estratégia discursiva, ou seja, não explora o tema numa possível tentativa de retirar a grandeza de um fato histórico e de todas as ações das lutas feministas para que isso fosse possível em um país que apresenta uma das menores taxas de representação de mulheres no parlamento nacional⁷⁵.

⁷⁴ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/01/01/interna_politica.230424/dilma-toma-posse-como-primeira-mulher-presidente-da-republica.shtml Acesso em: 17 set 2018

⁷⁵ Maioria da população brasileira e do eleitorado nacional, as mulheres sequer alcançam 15% nos cargos eletivos do país. São exatos 12,32% em 70 mil cargos eletivos, segundo o Mapa da Política de 2019, elaborado pela Procuradoria da Mulher no Senado. Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/03/08/internas_opiniao.832829/artigo-por-mais-mulheres-na-politica.shtml Acesso em 30 mai 2021.

Outras duas matérias tangenciam a questão. A primeira é **Eleição de Dilma soma-se a outros feitos de mulheres na política mundial**⁷⁶. Matéria composta por apenas um parágrafo, cita outras mulheres que chegaram a cargos de chefia começando por Cleópatra e indo direto para a escolha de primeiras-ministras e chefes de Estado na Europa e Ásia (sem citar nomes) e chegando até as “primeiras representantes com cargos eletivos no governo brasileiro”. Ao afirmar que “Ao subir a rampa do Palácio do Planalto e receber a faixa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a petista entra de vez para a história” o jornal aponta para a importância do momento, pela primeira vez, mesmo que brevemente.

A notícia segue citando o nome de mulheres como Heloísa Helena e Marina Silva para afirmar que, desde 2006, a presença de mulheres nas disputas eleitorais tornou-se constante, e cita o discurso de Dilma, em 31 de outubro de 2010, que ressaltou a importância do momento para as conquistas das mulheres ao afirmar que “Este fato, para além de minha pessoa, é uma demonstração do avanço democrático do nosso país: pela primeira vez uma mulher presidirá o Brasil.”

Oras, as conquistas das mulheres na política se resumem ao exposto? Mesmo que o texto faça referência apenas à questão da participação das mulheres na política brasileira, a história nos mostra que a atuação destas na política começa antes mesmo do direito ao voto ser conquistado. Sabe-se que, desde 1932, durante a era Vargas, as mulheres conquistaram não só o direito de voto, mas também o direito de se candidatar aos cargos políticos. Antes desta decisão, Alzira Soriano tornou-se a primeira mulher prefeita em Lages (RN), em 1929 (SCHUMACHER; CEVA, 2015).

O movimento sufragista no Brasil atingiu sua principal conquista em 1932 quando Getúlio Vargas assinou o decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, o qual determinava que era eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo. O Brasil foi pioneiro na América Latina a conceder o voto às mulheres e discutir sobre sua participação no parlamento (KARAWCZYK, 2014). Vale ressaltar que a luta pelo sufrágio teve início no final dos anos 1800, quando se deu a primeira onda do movimento feminista, marcado pelas demandas de emancipação política e cidadania das mulheres (SHUMACHER; CEVA, 2015), conforme discutido no capítulo 2.

Em 2010, ano em que Dilma venceu as eleições, 1.007 mulheres candidataram-se para a Câmara dos Deputados, sendo que 45 foram eleitas. Para o Senado foram eleitas 8

⁷⁶ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/01/01/interna_politica.230329/eleicao-de-dilma-soma-se-a-outros-feitos-de-mulheres-na-politica-mundial.shtml Acesso em: 17 set 2018

mulheres, das quais duas foram indicadas para assumir Ministérios - Marta Suplicy no Ministério da Cultura e Gleise Hoffman na Casa Civil (SCHUMAHER; CEVA, 2015). “Logo que assumiu a presidência, Dilma indicou nove mulheres para os ministérios [...]”, além disso, “Nessa linha de pioneirismos, a Câmara dos Deputados também elegeu pela primeira vez uma mulher, a Deputada Rose de Freitas do PMDB (ES), para titular da mesa, em fevereiro de 2011, no cargo de vice-presidente” (SCHUMAHER; CEVA, 2015, p. 384).

Sobre as cotas de gênero, Salgado, Guimarães e Monte-Alto (2015, p. 169), no artigo **Cotas de gênero na política: entre a história, as urnas e o parlamento**, apontam que:

Temos ainda no Brasil as cotas de gênero que determinam o percentual mínimo de 30% e máximo de 70% para candidaturas de cada sexo, estabelecido pela Lei 9.504/97 que foi alterada com a reforma eleitoral de 2009 para o seguinte texto: “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação **preencherá** o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”⁷⁷ alterando da reserva de vagas para o preenchimento delas. “Embora se tenha aumentado o percentual de reserva das vagas para as mulheres de 20% para 30%, não houve um efetivo aumento das candidaturas femininas.”

Os autores apontam também que as cotas político-eleitorais constituem ferramenta essencial para a promoção da participação política, e elemento fundamental para a inclusão política das mulheres, atuando na superação das desigualdades de gênero (SALGADO, GUIMARÃES, MONTE-ALTO, 2015).

Dessa maneira, a notícia “Eleição de Dilma soma-se a outros feitos de mulheres na política mundial” ignora todo um contexto histórico de lutas ao citar nomes dispersos de mulheres que chegaram ao poder. Orlandi (2007, p. 29) aponta que o silêncio na linguagem tem sua face política, mas vai além disso, ele é fundante, ou seja, “o real da significação é o silêncio” (ORLANDI, 2007, p. 29). Dessa forma, entende-se que, ao suprimir ou menosprezar as conquistas das mulheres no campo político, o discurso do **CB** aponta para uma relação direta com o discurso dominante e opressor, no qual não se quer valorar os avanços e conquistas das mulheres.

A segunda matéria que faz referência à importância histórica do acontecimento é **Brasiliense dá “ajudinha” a seguranças do neto da presidente Dilma Rousseff**⁷⁸. Esta notícia conta um breve fato no qual uma mulher ajuda os seguranças do neto de Dilma a desmontar o carrinho de bebê. A notícia começa com “No dia histórico para as mulheres de

⁷⁷ Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/cotas-de-genero-e-a-participacao-feminina-na-politica/> acesso em 02 out 2018.

⁷⁸ Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/01/01/interna_politica,230471/brasiliense-da-ajudinha-a-seguranças-do-neto-da-presidente-dilma-rousseff.shtml Acesso em 25 fev 2010

todos Brasil” e conta a história de Raissa Cortez, que ofereceu ajuda aos homens para fechar um carrinho de bebê. O que chama atenção nessa notícia é a naturalização do lugar das mulheres e dos homens. Elas são aquelas que sabem fechar o carrinho de bebê e que “no dia histórico” são colocadas em seu lugar.

Um dos discursos mais repetidos e naturalizados em nossa sociedade é o que diz que toda mulher “nasce para maternidade” ou possui um “instinto materno”. Tânia Navarro Swain (2007, p. 207), aponta que a “verdadeira mulher”, de acordo com “as premissas da heterossexualidade e nas matrizes institucionais do patriarcado” seria a mãe, pois “a maternidade seria seu destino e sua única forma de transcendência, a prostituição, a imanência na impureza de seu sexo”.

Considero que o **CB**, ao anunciar o “dia histórico para as mulheres de todo Brasil” teve como estratégia demarcar o “verdadeiro” lugar dessa mulher ao discorrer, logo após a primeira frase de impacto, sobre como foi necessário que uma mãe ajudasse alguns homens a fechar um carrinho de bebê, dessa forma, o **CB** reforça a representação de que as mulheres se fazem importantes de fato como mães e não na política. Swain (2007, p. 212) aponta que:

A grade de interpretação que nomeia e delimita a realidade é composta de uma gama extensa de valores e significações sociais, que institui representações do ser humano de forma binária; estas investem os corpos e os definem pelo biológico, dando-lhes um lugar e funções – esposa e mãe para as mulheres – segundo valores determinados pelas significações do social.

Dessa forma, pode-se entender que, no imaginário social⁷⁹, é esta a visão dominante, a visão de mulheres como mães, e não uma visão que denota a pluralidade, que integra a categoria mulheres. O **CB** reitera uma representação social das mulheres. De acordo com Jodelet (2001, p. 22) as representações sociais consistem em “sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros”. Na busca pelos sentidos e pelos “regimes de verdade que circulam nos discursos midiáticos, os quais operam em uma via de mão dupla, já que, ao mesmo tempo que instituem valores, por meio das representações sociais, revestem-nos de um essencialismo, como se o que é oferecido não passasse da mais pura verdade acerca do que se representa.” (MACHADO, 2006, p. 19), entende-se o lugar

⁷⁹ De acordo com Dênis de Moraes (2002, recurso digital) “O imaginário social é composto por um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade. Trata-se de uma produção coletiva, já que é o depositário da memória que a família e os grupos recolhem de seus contatos com o cotidiano. Nessa dimensão, identificamos as diferentes percepções dos atores em relação a si mesmos e de uns em relação aos outros, ou seja, como eles se visualizam como partes de uma coletividade.”

proposto socialmente para as mulheres como a maternidade, a casa, a família, o privado. As representações sociais estão associadas aos preconceitos e à desvalorização de um segmento social, como pode-se perceber, neste caso, ao apagamento da participação das mulheres na política.

Há também um redirecionamento do fato. Com a ausência de notícias que fazem referência real à conquista de Dilma Rousseff, o leitor é instigado a pensar não na conquista das mulheres, mas no seu lugar naturalizado.

Temas como a constante violência contra a mulher (não só a física), salários mais baixos que dos homens, dupla ou tripla jornada de trabalho, que poderiam atuar na disseminação de uma consciência a favor da atuação e das conquistas das mulheres também não são abordados pelo jornal que se concentra em descrever os ritos de passagem como se não houvesse algo novo e relevante histórica, política e socialmente acontecendo no dia 1º de janeiro de 2011. Nenhuma pesquisadora da área de história, política e/ou feminismo foi fonte para as matérias, no entanto, encontramos na cobertura política do **CB** o *faits divers* (no que tange a matéria **Brasiliense dá “ajudinha” a seguranças do neto da presidente Dilma Rousseff**), termo trabalhado por Roland Barthes (1964), que denota a cobertura de escândalos, curiosidades e eventos bizarros. Para Albuquerque (2000, p. 4),

As concepções de noticiabilidade que enfatizam o elemento inesperado, não-rotineiro como atributo fundamental da notícia desestimulam o recurso à explicação no jornalismo e, ao mesmo tempo, abrem espaço para os *faits-divers*. Tais notícias, referentes a eventos bizarros, imprevisíveis, extraordinários, dão conta dos aspectos inexplicáveis da nossa existência e retiram o seu poder de atração do fato de proporcionarem acesso a fenômenos perturbadores a uma distância segura visto que, devido à sua excepcionalidade mesma, não estamos envolvidos neles. O mesmo não se dá, porém, em relação ao noticiário sobre a política e a economia, domínios nos quais a nossa própria existência está em jogo.

No decorrer do semestre analisado nenhuma outra matéria abordou a relevância do feito de Dilma Rousseff, dado que aponta para o silenciamento/desqualificação de um fato e o realce de outros, distantes das conquistas das mulheres no campo da política. Sendo a mídia um fator central da vida política contemporânea (MIGUEL; BIROLI, 2010), este silêncio cala a conquista histórica daquela data.

5.2.2 O temperamento de Dilma

A antropóloga Margaret Mead, na obra **Sexo e temperamento em três sociedades primitivas** (2000), busca estabelecer se as diferenças comportamentais entre homens e

mulheres são apenas biológicas, a partir da observação em três tribos culturalmente diversas. Entre suas conclusões está o fato de que as características de homens e mulheres refletem as influências culturais e sociais, não se limitando à biologia. Mead (2000, p. 273) propõe que,

Os traços que ocorrem em alguns membros de cada sexo são especialmente consignados a um sexo e negados a outro. A história da definição social das diferenças de sexo está cheia de tais arranjos arbitrários no campo intelectual e artístico, mas, em virtude da suposta congruência entre sexo fisiológico e dotação emocional, temos sido menos capazes de reconhecer que uma similar seleção arbitrária é feita também entre os traços emocionais. Admitimos que, por convir a uma mãe o desejo de cuidar da sua criança, se trata de um traço com que as mulheres foram mais prodigamente dotadas por um cuidadoso processo teleológico de evolução.

Entende-se que as atuações de homens e mulheres em sociedade não são biologicamente determinadas, mas que existe a forte influência social e cultural. Apesar disso, ainda hoje apontam-se determinados comportamentos como sendo femininos ou masculinos. Swain (2007, p. 214), observa que:

As composições de gênero determinam os valores e modelos desse corpo sexuado, suas aptidões e possibilidades, e criam paradigmas físicos, morais, mentais, cujas associações tendem a homogeneizar o “ser mulher”, desenhando em múltiplos registros o perfil da “verdadeira mulher”. Se o masculino também é submetido a modelos de performance e comportamento, a hierarquia que funda sua instituição no social desnuda o solo sobre o qual se apóia a construção dos estereótipos: o exercício de um poder que se exprime em todos os níveis sociais.

Assim, observa-se que os temperamentos ou a personalidade são definidos socialmente e, aqueles que escapam a “regra” são, geralmente, de alguma forma, punidos ou excluídos. Em nossa sociedade, valores e comportamentos que denotam feminilidade são impostos às mulheres, ou seja, uma regra para o que é, ser ou parecer uma mulher.

Os estereótipos formados pela ideia de que os comportamentos são biologicamente determinantes geram violências diversas na sociedade contemporânea. As roupas, os gestos, o corpo e as atitudes das mulheres são moldadas socialmente. Liliane Machado (2006, p. 170) aponta que “Mulheres românticas, destinadas ao casamento devem dispor de qualidades físicas e morais, dentre as quais se incluem beleza, bondade e meiguice [...]”. Estas são algumas das representações que permeiam o imaginário social.

Temos a mídia veiculando, a todo momento, modelos de atitudes e identidades a serem seguidos. Para Machado (2006, p. 24) “As imagens que as mídias geram acerca das mulheres têm que ser entendidas no bojo das produções imaginárias contemporâneas. Caso contrário, se tentarmos desligá-las do resto da realidade, elas parecem um amontoado de

contradições sem nexos”. Já Rosa Maria Fisher (2001, p. 588), propõe que “a mídia não apenas veicula, mas também constrói discursos e produz significados, identidades e sujeitos”. A feminilidade da qual estamos falando é uma construção social, apresentada aos sujeitos sociais desde a mais tenra idade.

Nas publicações do **CB** a respeito de Dilma Rousseff são apresentadas questões sobre seu temperamento que fogem às representações de feminilidades dóceis. Trago como exemplos sete notícias que fazem referência à personalidade ou temperamento de Dilma, entre elas: “Dilma nomeará 13 mulheres que trabalharão diretamente com ela”, a primeira notícia do dia da posse; “Secretária da Igualdade Racial de Dilma é conhecida pelo perfil rigoroso”, do dia 09 de janeiro de 2011; “Para especialistas, estilo de governar de Dilma só aparecerá em 3 meses”, também do dia 9 de janeiro; “Com triunfo na Câmara Dilma escala tropa para articulações no Senado”, do dia 18 de fevereiro de 2011; “Aécio Neves critica “autoritarismo” de Dilma na discussão do mínimo”, também do dia 18 de fevereiro; “Economistas elogiam pragmatismo de Dilma”, do dia 07 de abril; “Dilma está certa sobre afastamentos, diz líder do PR” de 20 de julho de 2011.

Uma a uma, vou analisar o que essas notícias apresentam como material discursivo. Começando por **Dilma nomeará 13 mulheres que trabalharão diretamente com ela**⁸⁰ temos a primeira notícia apresentada pelo **CB** no dia 1º de janeiro de 2011. A primeira frase da matéria afirma que “Se toda mulher tem um pouco de Leila Diniz pela vontade de quebrar padrões de comportamento, Cléo, Marly, Jane têm ainda um pouco de “Dilma” em suas personalidades”.

O primeiro perfil analisado é de Cléo, principal assessora de Dilma, diz a notícia. O texto segue falando da atuação de Cléo (policia federal), sua disposição para assessorar Dilma, seus quatro filhos e marido. “Casada com um agente especial da PF e mãe de quatro filhos, a pernambucana está maquiada até nos treinos. O batom rosa destaca os traços finos. E os cabelos longos e lisos estão arrumados mesmo depois de muita chuva.” A partir da fala de Humberto Costa, eleito Senador pelo PT-PE, Cléo é definida como “jeitosa”, tendo muito “traquejo político”.

Observe-se o fato de o veículo ressaltar que a assessora é casada e mãe de 4 filhos e, em seguida, falar sobre os cuidados que ela tem com a aparência, descrevendo a cor de seu batom e o penteado impecável. A/o jornalista remete a profissional a valores ligados à

⁸⁰ Disponível em: <
https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/01/01/interna_politica,230319/dilma-nomeara-13-mullheres-que-trabalharao-diretamente-com-ela.shtml> acesso em 17 set 2018

família, à maternidade e à aparência física, todos eles atributos considerados femininos e que compõem a noção da verdadeira mulher⁸¹. Qual o valor disso para alguém que faz a segurança da maior figura pública do país? A insistência em ressaltar o lado pessoal da assessora de Dilma e dar menos importância às questões profissionais remete-nos novamente ao lugar que é concedido às mulheres em nossa sociedade. Já a parte em que o **CB** destaca a maquiagem e os cabelos de Cléo nos remete à objetificação da mulher e de seu corpo (tratados como objetos, destinados ao consumo).

O segundo perfil é o de Jane Peres, que também trabalha na segurança da presidenta, definida pelo jornal como avessa às câmeras e extremamente concentrada no trabalho. A última é Marly, eficiente, rápida e dedicada, além de discreta. A matéria é fechada com a colocação da antropóloga Miriam Goldemberg “A equipe é mais feminina porque Dilma deve escolher as pessoas que ela considera mais preparadas para aquele trabalho e isso (a escolha de mulheres) parece uma grande novidade”

Se, como foi colocado no começo da matéria, essas mulheres têm características que se assemelham a Dilma, podemos dizer que os adjetivos usados para defini-las podem ser transportados para presidenta: jeitosa, com traquejo político, concentrada no trabalho, eficiente, rápida, dedicada e discreta. Será que essas características serão conservadas nas próximas matérias?

A notícia seguinte é **Secretária da Igualdade Racial de Dilma é conhecida pelo perfil rigoroso**⁸² e começa afirmando que “Escoltada por imponentes políticos no Salão Negro do Ministério da Justiça, na solenidade de posse da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), a nova ministra Luiza Bairros parecia uma respeitável intelectual, porém inofensiva.” Atenção para os termos “parecia” e “inofensiva”. Quando se parece, não se é. Tem-se o aspecto, a aparência, mas de fato, não é. Ao afirmar que alguém é um intelectual concedemos-lhe atributos diversos como estudioso, alguém que lê muito, conhecedor de determinados temas, possuidor de títulos acadêmicos, porém ao usar “parecia uma respeitável intelectual” esses atributos são excluídos e o entendimento gira em torno de alguém que apenas aparenta a competência, mas de fato não a possui. Ao completar

⁸¹ Tânia Navarro Swain (2000, p. 50) afirma que “o binômio sexo/ gênero se traduz de maneira implícita e natural em sexualidade reprodutiva, heterossexual e instala então a imagem da "verdadeira mulher", cuja função materna desenha os contornos e as funções sociais de um corpo sexuado.”

⁸² Disponível em: <

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/01/09/interna_politica.231487/secretaria-da-igualdade-racial-de-dilma-e-conhecida-pelo-perfil-rigoroso.shtml> acesso em 17 set 2018

a frase com o adjetivo “inofensiva” não restam dúvidas do descrédito, é apenas o simulacro, a imitação de algo.

Além do mais, o **CB** não justifica a afirmação de que a ministra “parecia uma respeitável intelectual, porém inofensiva, o que caracteriza um juízo de valor, não atendendo aos parâmetros de uma notícia informativa que, de acordo com Medina (2001, p. 49), consiste numa

Reprodução do real, através da qual o jornalista comunica os fatos noticiosos (jornalismo informativo), o que significa descrevê-los jornalisticamente a partir de dois parâmetros – o atual e o novo, ou seja, a observação da realidade e a descrição do que é apreensível à instituição jornalística.

Já a notícia **Para especialistas, estilo de governar de Dilma só aparecerá em 3 meses**⁸³ apresenta a falas de Antônio Flávio Testa, cientista político, que, entre suas afirmações diz que Dilma “Vai ser mais pragmática e cobrar resultados” – fazendo uma comparação com Lula - e que “vai ter que aprender a ser política no sentido de 'negociar'. Ela tem fama de ser boa gestora, mas se em três meses não aparecerem resultados, a imagem [dela] começa a ser arranhada.” Percebe-se que o pragmatismo, ou seja, o que presa pela prática e não a teoria, é citado como um atributo de Dilma, mas, ao mesmo tempo, de forma implícita, coloca a presidenta como alguém que não sabe “ser política” no sentido de não saber participar do jogo político ou ter o *habitus* necessário para o jogo político.

Orlandi (2020, p. 80), ao discorrer sobre o Dito e o Não Dito, aponta que o dizer tem relação com o não dizer (implícito), ou seja, se ao realizar a análise o analista toma como base a materialidade do discurso, dentro deste corpus estão o dito e o não dito, então cabe ao analista acolher metodologicamente também o não dizer. No caso exposto temos que, na fala de Testa, encontra-se o trecho “vai ter que aprender a ser política”. O que está dito é que Dilma tem algo a ser apreendido – ser política -, o pressuposto (aquilo que procede da instância da linguagem) é que a presidenta não tem este conhecimento. “O posto (o dito) traz consigo necessariamente esse pressuposto (não dito mas presente)” (ORLANDI, 2020, p. 80).

Na notícia **Com triunfo na Câmara Dilma escala tropa para articulações no Senado**⁸⁴ encontram-se termos que ligam o exercício presidencial de Dilma às forças

⁸³ Disponível em:<

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/01/09/interna_politica,231514/para-especialistas-estilo-de-governar-de-dilma-so-aparecera-em-3-meses.shtml> acesso em 17 set 2018

⁸⁴ Disponível em: <

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/02/18/interna_politica,238402/com-o-triunfo-na-camara-dilma-escala-tropa-para-articulacoes-no-senado.shtml> acesso em 18 set 2018

armadas: “tropa”, “batalhão de choque” e “punição aos rebeldes”. Sem fazer menção direta à personalidade da presidenta, a notícia sugere, devido aos termos destacados, que sua atuação é similar a de um general em campo de batalha. Dessa maneira, reafirma-se a representação da presidenta como alguém masculinizado, pois não dialoga, não sabe lidar com opiniões diferentes das suas, ao contrário, manda e exige obediência.

Além disso, é preciso ressaltar a história recente do país (Ditadura Militar, 1964-1985) e a conhecida atuação de Dilma Rousseff naquele período. A presidenta, durante a ditadura, lutou contra a repressão e em prol da democracia. Foi presa e torturada, assim como tantas e tantos outros brasileiros.

Diante disto, faz-se necessário apontar que,

Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isso é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o ‘anonimato’ possa fazer sentido em ‘minhas’ palavras” (ORLANDI, 2020, p. 32).

Charaudeau e Maingueneau (2006, p. 286), apontam o interdiscurso como “espaço discursivo, um conjunto de discursos que mantêm relação de delimitação recíproca uns com os outros”. Já Eni Orlandi (2009, p. 54), aponta que o interdiscurso, ou memória discursiva, “sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas, mas esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos”. Para aprofundarmos a questão é preciso retomar também a ideia de esquecimentos que, para Orlandi (2009), são duas. Uma é da ordem da enunciação na qual tem-se que, ao produzirmos um discurso o fazemos de uma maneira e não de outra sem termos a consciência disto. Orlandi (2009, p. 35) denomina essa impressão de “ilusão referencial” que “nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim”. Este é o esquecimento enunciativo que demonstra que o modo como produzimos os discursos “não é indiferente aos sentidos” (ORLANDI, 2009, p. 35).

O outro esquecimento é o ideológico. Este tipo de esquecimento nos faz acreditar que somos a fonte primeira dos discursos que produzimos, que o discurso é inaugural quando, na realidade, trata-se de uma ilusão. A autora coloca que, por este motivo, o esquecimento é estruturante, ou seja,

Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. As ilusões não são “defeitos”, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos. Os sujeitos “esquecem” que já foi dito – e este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se construírem em sujeitos. É assim que suas palavras

adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. (ORLANDI, 2009, p. 36)

Ao usar termos que remetem às forças armadas, entende-se que o **CB** está ligando o estilo de governar de Dilma ao de um oficial do exército ou combinando as suas ações na presidência àquelas estratégias de guerra adotadas pelos militares, o que direciona o discurso ao esquecimento enunciativo, ou seja, apesar de acharmos que o que dissemos só poderia ser dito daquela maneira, a forma com a qual o discurso é montado indica que o dizer poderia ser outro. Ao escolher os termos “tropa”, “batalhão de choque” e “punição aos rebeldes” o discurso jornalístico aponta para um imaginário acerca de guerras ou, mais próximo da nossa realidade, à época da ditadura militar. Orlandi (2020, p. 34), afirma que:

Os sujeitos ‘esquecem’ que já foi dito – e este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas, mas, ao mesmo tempo, sempre outras.

O que causa estranheza nessa estratégia discursiva adotada pelo **CB** é o passado militante de Dilma que, sem dúvida alguma se afasta de quaisquer comparações com a ligação que os termos usados têm com um estilo militar de autoridade e/ou governança. Porém, se os significados são os mesmos, mas, ao mesmo tempo, sempre outros, como apontou Orlandi (2020), a estratégia discursiva é a de atribuir características autoritárias às tomadas de decisão de Dilma. Dessa forma, aos poucos vai se delineando uma objetificação acerca da presidenta. Como trabalhado em capítulo anterior, de acordo com Moscovici (2015) a objetificação torna familiar algo desconhecido, ligando as palavras às coisas, ou seja, neste caso, ligando a imagem de Dilma a este estilo militar de autoridade.

A matéria **Aécio Neves critica ‘autoritarismo’ de Dilma na discussão do mínimo**⁸⁵ denuncia o temperamento de Dilma já no título e reforça as representações da análise da matéria anterior. Colocando o termo **autoritarismo** entre aspas, o jornal tenta isentar-se do julgamento de valor, ou seja, marcar que determinada frase ou palavra foi dito por outro

⁸⁵ Disponível em <

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/02/18/interna_politica.238565/aecio-neves-critica-autoritarismo-de-dilma-na-discussao-do-minimo.shtml> acesso em 18 set 2018

(uma fonte ou um entrevistado, por exemplo). O Manual de Redação do Estadão⁸⁶ apresenta as seguintes condições para o uso de aspas:

- 1 - Servem principalmente para indicar a reprodução literal de um período, oração, trecho de frase, palavra, lema ou slogan: *Foi Euclides da Cunha quem escreveu: "O sertanejo é antes de tudo um forte." [...]*
- 2 - As aspas podem ser empregadas também para ressaltar o valor de uma palavra ou expressão ou para indicar o seu uso fora do contexto habitual: *Circunlóquio significa "rodeio de palavras". [...]*

Dessa forma, o termo autoritarismo pode estar aspeado para indicar o termo exato utilizado por Aécio Neves e/ou para ressaltar o valor da palavra. No primeiro caso o jornal se abstém do julgamento de valor, pois está reproduzindo uma fala, no segundo caso não se pode afirmar o mesmo. O que temos como fato a ser analisado, a partir da materialidade do discurso, é que entre as diversas possibilidades de escolha para o título da notícia a opção foi ligar o autoritarismo ao comportamento da presidenta já no título da matéria.

Para Maingueneau (1997, p. 91), a expressão ou palavra aspeada acumula tanto a menção (à fala de outro) quanto o uso (próprio). Para o autor:

ao mesmo tempo usada e mencionada, dependendo, conseqüentemente, da "conotação autonímica. Os lógicos distinguem, em textos já clássicos, a menção de um termo que consiste em uma remissão autonímica e seu uso. A palavra entre aspas apresenta a particularidade de acumular menção e uso. (MAINGUENEAU, 1997, p. 91)

Percebe-se que, neste momento, em fevereiro de 2011, a personalidade da ex-presidenta já passou de discreta, jeitosa e rápida – como colocado na primeira notícia analisada – para autoritária. Além disso, temos que o autoritarismo - uma característica geralmente aplicada a homens, quando mulheres são tidas como dóceis, a partir das representações de feminilidade – foi explorado pelo diário como característica da presidenta. O autoritarismo é característico daquela pessoa que conserva todo o poder em suas próprias mãos e, assim, vai sendo construído o temperamento de Dilma já em seu segundo mês do primeiro mandato.

Na notícia de 7 de abril, **Economistas elogiam pragmatismo de Dilma**⁸⁷ a chefe de Estado volta a ser apresentada como discreta quando a matéria aponta que “A forma discreta e prática com que a presidenta da República, Dilma Rousseff, dirige o país tem agradado economistas”. Ao elogiarem o pragmatismo da presidenta estão colocando-na como alguém

⁸⁶ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/manualredacao/esclareca/aspas> Acesso em 22 jun 2021.

⁸⁷ Disponível em:<

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/04/07/interna_politica.246754/economistas-elogiam-pragmatismo-de-dilma.shtml> acesso em 18 set 2018

que é prático e segue as regras. A notícia também ressalta uma “postura técnica de Dilma”, colocando este como um ponto positivo. Apesar dos elogios prestados pelos economistas, pode-se perceber que Dilma precisa se mostrar capaz a todo momento e que sua aprovação depende sempre de outros, neste caso de economistas - já que a matéria cita quatro deles (todos homens).

Por último, temos a notícia “Dilma está certa sobre afastamentos, diz líder do PR”⁸⁸ que apresenta o posicionamento de Lincoln Portela (Líder do PR na Câmara) sobre a atitude de afastar do Ministério dos Transportes aqueles que estavam envolvidos em casos de corrupção. O interessante (pelo menos para esta análise) nessa matéria é a parte que gira em torno do temperamento de Dilma.

Perguntado se o temperamento da presidenta e a forma como ela atuou nas demissões no Ministério dos Transportes, contribuiria para um isolamento em relação à base, o líder do governo no Congresso, Mendes Ribeiro (PMDB-RS), disse que “não vê nada disso”. Ele acrescentou que “respeita quem pensa assim”, mas não pode partir do princípio que o Congresso está distante da presidenta. ‘Isso não ajuda o Brasil’. (CORREIO BRAZILIENSE, 2011)

Este trecho configura um parágrafo (e uma pergunta) um tanto fora do contexto da matéria, além de não citar de que temperamento está se falando. Cabe ao leitor elucubrar a este respeito, ou seja, deixar seu imaginário fluir acerca do temperamento de Dilma que, frente às matérias analisadas anteriormente, pode não ser representado como positivo. Há uma clara tentativa por parte do jornal de carimbar em Dilma a representação da mulher mandona, irascível e, por consequência, incapaz de comandar o país. Para a compreensão mais adequada deste ponto faz-se necessário retornar às questões relativas ao patriarcado e à imagem das mulheres. Daniela L. Rezende, no artigo **Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda** (2015) discute a relação entre o patriarcado e a formação do Brasil a partir de uma visão feminista. Ao tomar como referência o pensamento de Sylvia Walby (1990), Rezende (2015, p. 21) aponta que Walby distingue duas formas de patriarcado, o privado e o público e que cada um possui estratégias patriarcais diferentes – baseada em mecanismos de exclusão no patriarcado privado e em iniciativas segregacionistas no patriarcado público. Rezende (2015, p. 21) resume da seguinte maneira:

⁸⁸ Disponível em:<

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/07/20/internas_polbraeco,262023/dilma-esta-certa-sobre-afastamentos-diz-lider-do-pr.shtml> acesso em 18 set 2018

No patriarcado privado, por um lado, o homem, como pai ou marido, encontra-se na posição de opressor e de beneficiário da subordinação das mulheres, sendo seu principal mecanismo a exclusão das mulheres da esfera pública. No patriarcado público, por outro lado, as mulheres têm acesso às esferas pública e privada, ou seja, sua participação política não é impedida formalmente, como no patriarcado privado; entretanto, a subordinação das mulheres persiste em ambas as esferas, havendo apenas a passagem de uma relação de subordinação privada, como a que ocorre no âmbito doméstico, para uma subordinação coletiva, realizada no espaço público e manifestada pelas diferentes formas institucionais assumidas por esses modelos.

Os meios de comunicação contemporâneos atuam como um dos propagadores (no sentido de produção e reprodução dos significados) do patriarcado (ALCANTARA, PEIXOTO, SILVA, 2017). Dilma Rousseff teve acesso à esfera pública, porém ainda existia a subordinação coletiva para a sua aprovação e legitimação. Ao construir a imagem de Dilma como uma mulher fora dos padrões estabelecidos pelo patriarcado ela era nitidamente inadequada para o cargo que assumiu. Dilma estava mais para Eva do que para Maria.

Ao longo da história, a imagem do feminino esteve ligada a ambigüidades. Os homens, aqueles a quem cabiam os relatos à posteridade, expressavam seus sentimentos e opiniões de forma dupla, ora demonstrando amor e admiração às mulheres, ora demonstrando ódio e repulsa. O olhar masculino reservava às mulheres imagens diferentes, sendo em determinados momentos um ser frágil, vitimizado e santo, e, em outros, uma mulher forte, perigosa e pecadora. Essas características levaram a dois papéis impostos às mulheres: o de Eva, que servia para denegrir a imagem da mulher por ele maculada; e o de Maria, santa mãe zelosa e obediente, que deveria ser alcançado por toda mulher honrada. (FOLLADOR, 2009, p. 6)

Tem-se aqui demonstrado um apanhado de notícias que fazem referência direta ou indiretamente ao temperamento de Dilma Rousseff. A princípio, o jornal apresenta Dilma, de forma geral, como eficiente e discreta e, do meio para o fim do período analisado, a ex-presidenta é apresentada como alguém de temperamento difícil, autoritário. Ao pensar as representações sociais que os aspectos aqui levantados podem produzir temos que, ainda hoje, o papel da mulher na política é inferiorizado pela mídia. Flávia Biroli (2010, p. 53), ao estudar as representações de gênero – em torno da política - presentes na mídia, aponta que

Entende-se, como já foi dito, que a “mera presença” de vozes femininas nos noticiários não garante deslocamentos em relação a práticas políticas e a discursos convencionais sobre a política e sobre as relações de gênero. Sua exclusão ou sua presença reduzida, marcada por estereótipos, indica, no entanto, que os filtros que definem *quem* estará presente nos noticiários, e *como* estará presente, incidem diferentemente sobre homens e mulheres. (2010, p. 53)

O foco recai sobre o “como” Dilma Rousseff é representada pela mídia e pode-se concluir que, como aponta Biroli (2010), a presença de mulheres na mídia encontra-se entre a invisibilidade e os estereótipos.

5.2.3 Ofuscamento

Fruto de uma construção social, a dependência da mulher em relação ao homem é demonstrada de diversas formas. Pode-se apontar a dependência emocional ou romântica que se manifesta no desejo pelo casamento ou espera do príncipe encantado. Dependência financeira que, por mais que as pesquisas comprovem que em nosso país as famílias encabeçadas por mulheres são maioria, tem-se no imaginário o homem como provedor. Essas são algumas manifestações do sexismo em nossa sociedade. Manifestações que ocupam não só o nosso dia a dia, mas também nosso imaginário, ou seja, são questões expressas por ideologias e/ou utopias, símbolos que adequam visões de mundo e conduzem estilos de vida.

A submissão da mulher ao homem vem sendo materializada em nossa sociedade há tempos. As relações de gênero são relações de poder que mantêm a mulher subjulgada ao homem na sociedade patriarcal. Ao falar em patriarcado refiro-me a uma “formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é propriedade dos homens.” (DELPHY, 2009, p. 173). Dessa forma, tem-se o poder como uma dimensão central na concepção de patriarcado. As formas de poder são extensamente discutidas por teóricas do feminismo.

Guacira Lopes Louro (2014), aponta que esse poder exercido pelos homens em nossa sociedade vem encontrando formas de resistência feminina, e não só, também com o movimento gay e racial. Neste ponto faz-se relevante lembrar os estudos de Michel Foucault a respeito do poder. Foucault (1993), enfatiza que o poder é uma prática social e histórica que está em toda parte, ou seja, constitui-se em um conjunto de relações que se concretiza de baixo para cima, sustentando os poderes do Estado (FOUCAULT, 1993). Para Louro (2014, p. 44), as referências foucaultianas podem ser úteis para os estudos feministas já que “homens e mulheres, através das mais diversas práticas sociais, constituem relações em que há constantemente, negociações, avanços, recuos, consentimentos, revoltas, alianças”.

É neste cenário que se deram as eleições de 2010, em que Dilma foi a indicada do então presidente Lula para sua sucessão. Durante o período eleitoral foram diversas as vezes que Dilma foi colocada apenas como uma figurante e, quem teria o poder de fato seria Lula.

Durante os seis primeiros meses de mandato, aqui analisados, o cenário não muda e a presença de Lula se torna uma constante de forma a ofuscar a presidência de Dilma Rousseff, que é colocada como um apêndice de Lula.

Na notícia publicada pelo **CB** no dia da posse, “Dezoito dos 27 governadores eleitos confirmaram presença na posse de Dilma”⁸⁹, Lula é colocado como o responsável por Dilma assumir o cargo. No início da matéria o jornal deixa claro que “Eleita para seu primeiro mandato, a petista mostra que assumirá com influência, alavancada pelo peso político de Luiz Inácio Lula da Silva.” Fica explícito que a conquista de Dilma só foi possibilitada pelo “peso político” de Lula.

A mesma ideia é rerepresentada na notícia “Dilma tem o desafio de manter a satisfação do brasileiro com o governo”⁹⁰ na qual encontramos a seguinte colocação:

Ela assume com o desejo de se mostrar como algo novo dentro de um governo com cara de velho, porém, querido por mais de 80% dos brasileiros, conforme demonstram as pesquisas de opinião. O maior desafio, ninguém duvida: manter a popularidade nos níveis atuais, sem a presença do maior comunicador do Planalto, o próprio Luiz Inácio Lula da Silva. (CORREIO BRAZILIENSE, 2011)

Neste trecho faz-se necessário analisar o que está implícito. Como já foi apontado, os implícitos dividem-se em subentendido e pressuposto. Aquilo que está pressuposto é o que se supõe de forma antecipada, ou seja, não deixa marcações no texto. Já o subentendido, como aponta Maingueneau (2002, p. 33), “é um tipo de implícito que se evidencia pelo confronto do enunciado com o contexto de enunciação”.

Fica claro que os sentidos se completam a partir do contexto e o analista precisa levar em consideração este mesmo contexto para desvendar as tessituras do discurso analisado. No trecho apresentado tem-se “mostrar como algo novo dentro de um governo com cara de velho”, oras, se está velho, ou seja, o mandato de Lula – de 8 anos - que naquele momento tinha seu fim, como mostrar o novo? Além disso, o trecho nos mostra que a presidência de Dilma seria nada mais do que uma continuidade do período presidencial de Lula. Em seguida a escolha do termo “porém”, ou seja, mesmo sendo um governo velho, que deveria ficar no passado, tem 80% de aprovação da população.

⁸⁹ Disponível em: <
https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/01/01/interna_politica,230321/dezoito-dos-27-governadores-eleitos-confirmaram-presenca-na-posse-de-dilma.shtml> acesso em 20 set 2018

⁹⁰ Disponível em <
https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/01/01/interna_politica,230336/dilma-tem-o-desafio-de-manter-a-satisfacao-do-brasileiro-com-o-governo.shtml> acesso em 20 set 2018

Na continuação do trecho selecionado o jornal aponta que “O maior desafio, ninguém duvida: manter a popularidade nos níveis atuais, sem a presença do maior comunicador do Planalto, o próprio Luiz Inácio Lula da Silva.” Aqui cabe a pergunta: Dilma conseguirá seguir os passos do seu mentor? Como se sua única opção fosse a de fazer exatamente como Lula, o que apresenta certa contrariedade ao discurso já que, ao mesmo tempo que clama por novas práticas políticas aponta para um cenário político velho.

Em outro trecho desta mesma notícia, o jornal considera que “Hoje a imagem de criador e criatura terá um só corpo, o de Dilma”. Aqui chamo de volta o interdiscurso para lembrar que quando se fala em “criador e criatura” pensa-se logo na passagem do livro Gênesis “Então disse Deus: ‘Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança’ [...] Criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou” (Gn, 1.26-17). Compreende-se que Dilma não tem uma existência independente, ou seja, depende de Lula já que foi criada por ele. Para além disso, se Dilma é criação de Lula, temos aí um título de propriedade. O discurso do jornal tira toda independência de ação de Dilma, toda sua autonomia.

Em outra matéria, do mesmo dia 1º de janeiro de 2011, “Posse de Dilma ganha destaque internacional”⁹¹ o jornal cita o periódico argentino Clarín “O argentino Clarín aponta, na capa da edição eletrônica, o desafio da presidente eleita em suceder a Luiz Inácio Lula da Silva, que conta com 87% de aprovação da população.” e o estadunidense The New York Times, “Nova líder do Brasil começa à sombra do predecessor”. Aqui, usando fontes diversas, a decisão do jornal é por reafirmar que Dilma depende de Lula, está à sua sombra, e que seu governo será a todo momento comparado ao de seu antecessor.

Ainda no dia da cerimônia de posse o jornal apresenta a notícia “Lula é assediado por autoridades internacionais na posse de Dilma”⁹². A matéria descreve um tumulto ocorrido por causa do assédio ao ex-presidente e aponta que “Enquanto a presidenta da República, Dilma Rousseff, e o vice-presidente, Michel Temer, recebem os cumprimentos de autoridades internacionais, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é assediado por ministros e convidados antes de deixar o Palácio do Planalto.” Neste ponto percebe-se que o discurso está inferiorizando o que acontece com Dilma e Temer para dar maior destaque à

⁹¹ Disponível em: <
https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/01/01/interna_politica.230430/posse-de-dilma-ganha-destaque-internacional.shtml> Acesso em 20 set 2018

⁹² Disponível em: <
https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/01/01/interna_politica.230457/lula-e-assediado-por-autoridades-internacionais-na-posse-de-dilma.shtml> acesso em 20 set 2018

Lula. E a matéria completa que “No salão do Palácio do Planalto, o assédio dos convidados causa tumulto no local” (referindo-se ao assédio à Lula) deixando transparecer que Dilma é personagem secundária em sua posse.

Passada a cerimônia de posse, a próxima matéria relevante que retoma a matriz discursiva aqui trabalhada data de 25 de janeiro de 2011: “Dilma e Lula confirmaram presença no aniversário de São Paulo”⁹³. A notícia, escrita pelo jornalista Ulisses Campbell, descreve que os dois irão se encontrar pela primeira vez desde a posse para homenagear José Alencar (ex-vice-presidente) e informa que “Quem vai unir criador e criatura será o ex-vice-presidente José Alencar, que sairá do Hospital Sírio-Libanês para receber a medalha”. Tem-se aqui a mesma questão já apresentada e analisada sobre a expressão “criador e criatura”, ou seja, o **CB** insiste na mesma representação de Dilma como algo criado, pertencente à Lula, o que faz da ex-presidenta um objeto, não como objeto sexual do homem, como frequentemente vemos difundido pelas representações midiáticas, mas como propriedade política de um homem.

Tem-se que, no estado patrimonialista brasileiro, a política se constitui em um espaço detido por ‘proprietários’ que articulam os diversos aparelhos de estado em causa própria. Raymundo Faoro (2012, p. 834), aponta que:

Na peculiaridade histórica brasileira, todavia, a camada dirigente atua em nome próprio, servida dos instrumentos políticos derivados de sua posse do aparelho estatal. Ao receber o impacto de novas forças sociais, a categoria estamental as amacia, domestica, embotando-lhes a agressividade transformadora, para incorporá-las a valores próprios, muitas vezes mediante a adoção de uma ideologia diversa, se compatível com o esquema de domínio. As respostas às exigências assumem caráter transacional, de compromisso, até que o eventual antagonismo se dilua, perdendo a cor própria e viva, numa mistura de tintas que apaga os tons ardentes. As classes servem ao padrão de domínio, sem que orientem a mudança, refreadas ou combatidas, quando o ameaçam, estimuladas, se o favorecem. O sistema compatibiliza-se, ao imobilizar as classes, os partidos e as elites, aos grupos de pressão, com a tendência de oficializá-los.

Pode-se compreender que o discurso da camada dirigente – como nomeia Faoro – age de forma a amaciar e domesticar forças sociais que podem, de alguma maneira, desviar o esquema de domínio estabelecido, como poderia ser o caso da primeira mulher a ocupar o cargo de presidenta da República.

⁹³ Disponível em:<

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/01/25/internas_polbraeco,234072/dilma-e-lula-confirmaram-presenca-no-aniversario-de-sao-paulo.shtml> acesso em 21 set 2018

Já no dia 14 de março, a matéria selecionada é “Para diretor de Itaipú, Dilma é mais compreensiva com Paraguai do que Lula”⁹⁴, disponibilizada pela agência France Press. É natural que haja uma comparação entre os presidentes, porém, no caso de Lula e Dilma isso se torna um feito intencional, visto que comparar é julgar, desmerecer os méritos próprios de alguém. Já em 09 de maio o **CB** apresenta a notícia “Dilma vai honrar compromisso de Lula de pagar mais ao Paraguai pela energia”⁹⁵. O ponto central da matéria é a viagem de Dilma aos países do Mercosul e apenas no final do texto tem-se “No caso do Paraguai, a presidenta resolveu intensificar a campanha para cumprir a promessa, feita pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de reajustar o valor pago pelo Brasil ao Paraguai pela cessão de energia da hidrelétrica binacional.” Vale ressaltar que a todo momento o discurso do **CB** retoma o vínculo de Dilma com Lula, como uma dependência, ou seja, refazendo a ideia de ‘criador e criatura’.

Esses foram alguns exemplos entre os diversos encontrados no *corpus* sobre como o **CB** ofusca a primeira mulher presidenta do Brasil, direcionando o foco para Lula. A inferiorização da mulher em relação ao homem toma corpo quando apoiada pela mídia. Não obstante, no caso de Dilma, temos uma mulher que se consagra chegando ao cargo máximo de poder no país e, ainda assim, é representada à exaustão como um apêndice de Lula. Observa-se que o **CB** busca a autolegitimação do que afirma, representando Dilma como dependente de Lula e desqualificando as ações e decisões da presidenta.

Ao falar de gênero, sexualidade e poder, Louro (2014, p. 41) aponta que os estudos feministas sempre estiveram preocupados com as relações de poder produzindo “estudos (que) procuraram demonstrar as formas de silenciamento, submetimento e opressão das mulheres”. Hoje, pode-se perceber que essas formas de opressão das mulheres estão nos discursos que carregam esse ‘silenciamento, submetimento e opressão’. Tais discursos estão presentes no dia a dia, mas não somente. Estão nos discursos políticos, religiosos, midiáticos e assim por diante. São discursos naturalizados de tal forma em nossa sociedade que se tornam verdadeiros, representando e construindo imaginários a respeito das mulheres.

O fato do nome de Dilma estar constantemente ligado ao de Lula tem consequências políticas, mas não só. Insiste na representação de que uma mulher só chega a algum lugar,

⁹⁴ Disponível em: <
https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/03/14/interna_politica,242543/para-diretor-de-itaipu-dilma-e-mais-compreensiva-com-paraguai-do-que-lula.shtml> acesso em 21 set 2018

⁹⁵ Disponível em: <
https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/05/09/interna_politica,251427/dilma-vai-honar-compromisso-de-lula-de-pagar-mais-ao-paraguai-pela-energia.shtml> Acesso em 21/09/2018

no caso o mais alto posto de poder do país, se apoiada e guiada por um homem – o que faz dessa mulher incapaz e incompetente.

Dilma Rousseff tem uma história de vida na política. Ocupou diversos cargos de relevância e possui formação acadêmica adequada para tanto. Em nenhum momento essas características são levantadas pelo **CB**. Mas Lula está sempre presente nos discursos do jornal que compara as ações e o temperamento da presidenta ao do ex-presidente repetidamente. O discurso jornalístico do **CB** deixa claro que uma mulher não chegaria a esta posição sem que estivesse à sombra de um homem. Toda trajetória política e administrativa de Dilma é silenciada.

No artigo “Dilma – uma mulher política” a autora, Céli Regina Jardim Pinto (2018, p. 25), professora do departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aponta que quando Lula indicou Dilma Rousseff para concorrer a presidência as primeiras reações foram de que, naquele momento, com a popularidade nas alturas, Lula elegeria qualquer pessoa, uma mulher ou um poste. A autora ressalta que “não é preciso uma observação muito atenta para entender que as pessoas podem ser tecnicamente competentes ou não, mas não existe possibilidade de cargos políticos, da importância dos assumidos por Dilma, serem preenchidos por pessoas não envolvidas na política” (PINTO, 2018, p. 25).

Aqui, penso eu, tem início o trabalho de deslegitimação da mulher Dilma Rousseff e sua atuação como presidenta, a partir do apagamento do seu grande feito – ser a primeira mulher a chegar à presidência da República - e do seu passado. Além disso, o **CB** a inferioriza ao ressaltar um temperamento que não é adequado para política (e nem para uma mulher) e tira sua autonomia, ofuscando a mulher e suas ações, ao colocá-la à sombra de Lula.

6 A (DES)LEGITIMAÇÃO DO GOVERNO DILMA

*"Não estamos alegres, é certo,
Mas também por que razão haveríamos de ficar tristes?
O mar da história é agitado
As ameaças e as guerras, haveremos de atravessá-las,
Rompê-las ao meio,
Cortando-as como uma quilha corta."
Vladimir Maiakóvski (1893-1930)*

Neste momento da pesquisa, aplico à fase de (des)legitimação o mesmo filtro da fase anterior, a semana construída. Foram selecionadas notícias de datas específicas que formaram as semanas analisadas no período de janeiro a agosto de 2013, das quais foram contabilizadas e analisadas 42 notícias. Chamo de (des)legitimação porque este foi um período em que o governo de Dilma Rousseff teve os maiores índices de aprovação pública, chegando 79% de aprovação pessoal de acordo com a pesquisa da CNI (Confederação Nacional da Indústria) em parceria com o Ibope, divulgada em 19 de março de 2013. De acordo com a pesquisa, o governo teve aprovação de 63% dos brasileiros. Estes índices superam os números alcançados por FHC e Lula, se compararmos o mesmo período de governo⁹⁶.

Em junho do mesmo ano, aconteceu as Jornadas de Junho, manifestações que tiveram início com o aumento das passagens de ônibus em São Paulo e tomaram o país com protestos gigantescos e motes de reivindicação diversos, em especial a questão da corrupção. O cenário mudou para o governo, providências precisaram ser tomadas e a grande mídia cobriu todo o processo. No momento em que o governo se legitima frente à sociedade, com aprovação de 63% da população em março, os acontecimentos se desenvolvem (e são noticiados) de forma que em 29 de junho de 2013, pesquisa do Datafolha apontou queda de 27 pontos na popularidade da presidenta⁹⁷.

Jessé Souza (2016, p. 87) afirma que “As manifestações de junho de 2013 marcam o ponto de virada da hegemonia ideológica até então dominante e das altas taxas de aprovação aos presidentes dos governos petistas” e aponta para um direcionamento da grande mídia no sentido de minar o governo Dilma e o Partido dos Trabalhadores. A partir da Teoria do Agendamento, pode-se compreender que existe a “influência da imprensa profissional no modo de hierarquizar os acontecimentos importantes e agendar nossos assuntos e concepções sobre eles” (PENA, 2019, p. 2). Outra teoria do jornalismo que pode auxiliar-

⁹⁶ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm>
Acesso em 26 out 2019.

⁹⁷ Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml> Acesso em 22 jun 2021.

nos é o Enquadramento (framing) que tem como um de seus precursores Robert M. Entman (1993) que, de acordo com Liziane Guazina (2017, p.5), “se notabilizou como autor que procura compreender como os meios de comunicação orientam a percepção pública acerca dos acontecimentos da vida social, por meio de um processo cotidiano de discursivização do real”. Estas duas teorias do jornalismo apoiam as ideias de Souza (2016), porém com uma ressalva em relação ao termo ‘manipulação’, intensamente utilizado por Souza (2016).

Estas teorias (agendamento e enquadramento), apesar de objetivamente diferentes, compreendem que os mídia exercem influência e/ou orientam a percepção do público. Ressalto que Souza (2016) utiliza o termo ‘manipulação’ ao se referir ao tratamento concedido pela mídia às manifestações, como nos seguintes exemplos: “A grande questão é como protestos localizados com foco em políticas municipais foram manipulados de tal modo a se ‘federalizarem’ e atingirem a popularidade da presidente Dilma, que àquela altura gozava dos mais altos índices de aprovação no seu governo” (SOUZA, 2016, p. 87); “Trata-se de um tema (corrupção) que não oferece nenhuma reflexão e compreensão real do mundo, mas que possibilita todo tipo de distorção, seletividade e manipulação emotiva de um público cativo” (Souza, 2017, p. 89); “Estes (partidos políticos) seriam vistos com desconfiança, já que se começa aqui a criminalizar a política enquanto tal, o que só aumentaria com a manipulação midiática da operação Lava Jato” (SOUZA, 2016, P. 92) e, “[...] a habilidade de distorcer pautas populares espontâneas e conseguir manipulá-las para enfraquecer o executivo, que gozava de amplo apoio popular até então, foi extraordinária” (SOUZA, 2016, p. 96).

Dessa maneira, esclareço que, no âmbito desta pesquisa, o que Souza (2016) entende por manipulação será tratado como influência e/ou orientação (em relação à recepção dos discursos midiáticos), já que o termo manipulação se aproxima de controle e não entendo que os receptores das mensagens midiáticas sejam controlados/manipulados, mas sim influenciados, ou seja, o receptor é ativo, como apontam, em especial, as contribuições de Martin-Barbero (modelo das mediações - 1987) e Guillermo Orozco (modelo das multimediasções – 1997).

Durante a análise, tendo em mente a participação dos conteúdos midiáticos em nossa visão de mundo, percebi o uso de vários adjetivos nas matérias selecionadas que podem direcionar o “o como e o que pensar” dos leitores. Também constatei que a voz da presidenta foi bastante usada, em matérias que a citam direta ou indiretamente. Essas são as principais

matrizes discursivas encontradas na análise do período: **cobertura jornalística adjetivada**⁹⁸ e **a voz da presidenta**⁹⁹. Como matrizes secundárias percebi a questão do foco na personalidade da presidenta (temperamento) e o ofuscamento, que remetem à fase anterior, (des)construção, além da questão do patrimonialismo que se apresenta pela primeira vez na análise. Assim como no capítulo anterior passaremos por alguns fatos marcantes do período analisado para, posteriormente, concretizarmos a análise das matérias selecionadas.

6.1 Antecedentes

O ano de 2013 foi iniciado no cenário político e midiático com a divulgação da balança comercial brasileira apresentando o pior resultado dos últimos dez anos. A “contabilidade criativa” foi usada pelo governo para maquiagem R\$ 200 bilhões nas contas públicas, o que garantiu um superávit fiscal de 3,1% do produto interno bruto (MORENO, 2017). Mas este, apesar de ser o início da queda de Dilma, não foi o ponto alto de 2013. Ano pré-eleitoral, 2013 marcou o governo de diferentes maneiras.

Em março daquele ano, a aprovação de Dilma chegava a 79% e caiu para 31% em julho de 2013.¹⁰⁰ A aprovação da presidenta caiu 27 pontos nas três semanas que coincidiram com os protestos de junho de 2013, iniciados pelo aumento das passagens de ônibus em São Paulo. As manifestações foram tomando corpo e acontecendo em diversas cidades pelo país. Inicialmente pacíficas, as manifestações tinham a presença majoritária de jovens e se apresentavam como apartidárias, apesar da participação, por exemplo, do MBL¹⁰¹ (Movimento Brasil Livre) que direcionou as manifestações para a direita. De acordo com Betânia de Moraes Alfonsin (2015, p. 74), “setores ligados à direita mais conservadora não tardaram a se fazer presentes nas manifestações, tornando o cenário perigoso em termos políticos, já que o rechaço a partidos políticos, pauta manifestamente fascista, passou a

⁹⁸ Chamo de **cobertura jornalística adjetivada** esta matriz discursiva, dado que foram encontrados diversos adjetivos e/ou palavras adjetivadas (substantivos e advérbios transformados em adjetivos) nos textos que compõem a amostra.

⁹⁹ A matriz nomeada de **a voz da presidenta** deve-se ao fato de diversas matérias terem utilizado, direta ou indiretamente, falas da presidenta.

¹⁰⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/aprovacao-do-governo-dilma-cai-de-55-para-31-aponta-ibope.html> Acesso em 15 jan 2021.

¹⁰¹ O Movimento Brasil Livre – iniciado em 2014 - é um movimento político que atua em prol do liberalismo econômico e o republicanismo. Para o jornal El País, o MBL “nasceu com o objetivo de mobilizar as ruas a favor do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), de pregar o liberalismo econômico e exigir o combate à corrupção”. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/26/politica/1506459691_598049.html Acesso em 22 jun 2021.

frequentar cartazes com a mesma naturalidade que as reivindicações originais pela redução do preço da passagem.”

A agenda das manifestações era diversa, tendo seu ponto alto no combate à corrupção e uma onda de insatisfação com a organização da Copa do Mundo, que aconteceria em 2014. As redes sociais foram utilizadas massivamente para o planejamento das manifestações e a grande mídia cobriu os acontecimentos amplamente.

Manifestações esquizofrênicas, livres da agenda dos partidos políticos, sem uma definição específica de reivindicações, com grande diversidade ideológica e violência por parte de manifestantes e, principalmente, policiais, as jornadas de junho podem ser apontadas como um ponta pé inicial para a tão falada “mudança” política, ou, em outros termos, a retirada do PT do poder. Tudo em nome da democracia, como aponta Ricardo Fabrino Mendonça (2018, p. 18), “sustenta-se um culto ao individualismo e à auto expressão, cujas consequências são o apagamento da própria comunidade política. Em nome dela, criam-se mitos personificadores de uma salvação que há de vir carregada pelos braços do povo na rua”. Em seu estudo, que buscou os diferentes significados do termo democracia a partir da concepção dos participantes das jornadas de junho, Mendonça (2018, p. 18) aponta também para o que chama de “agonismo da política brasileira” que resulta em uma democracia “frágil e descartável”.

De certo, o grande marco do ano de 2013 foram as manifestações populares. Marcos Nobre (2013, p. 144), que nomeia as manifestações de junho de 2013 como **Revoltas de Junho**, aponta que elas “produziram um incontável número de grupos de discussão, presenciais e virtuais. Não produziram apenas manifestações de massa, mas abriram caminho para que uma impressionante quantidade de protestos menores, localizados, se espalhasse pelo país”. Para Nobre (2013, p. 145), numa visão oposta à de Mendonça (2018),

Toda essa vitalidade democrática só cabe mesmo em uma sociedade inteiramente auto-organizada. Não cabe em um sistema político separado da sociedade. Nem no Brasil nem em lugar algum. E, no entanto, apesar do impressionante ímpeto auto-organizativo dos novos grupos políticos que deram início às manifestações, as Revoltas de Junho não tiveram no seu horizonte uma abolição da fronteira entre sociedade e sistema político. Sua visada foi a de uma reforma radical desse sistema.

Nobre (2013) enxergou um objetivo nas manifestações de 2013, a “reforma radical desse sistema”. Do que se trata esta reforma e a qual sistema o autor está se referindo não ficam claros no texto. Enquanto Mendonça (2018) coloca a política brasileira em luta, resultando em uma democracia frágil e Nobre (2013) fala em vitalidade democrática, Jessé

Souza (2016, p. 87) faz a correlação entre “as manifestações de junho de 2013 e a construção da ‘base popular’ do golpe” apontando que:

Existe uma linha clara de continuidade entre as glorificadas e midiaticamente manipuladas manifestações de junho de 2013, as assim chamadas ‘jornadas de junho’, e o golpe de abril de 2016. Neste intervalo de quase três anos, o ataque ao governo federal foi realizado sem tréguas até a vitória final do processo de impeachment. As manifestações de junho de 2013 marcam o ponto de virada da hegemonia ideológica até então dominante e das altas taxas de aprovação aos presidentes dos governos petistas. Na verdade, representam o início do cerco ideológico até hoje mal compreendido pela enorme maioria da população.

O questionamento de Souza (2016 p. 87), gira em torno de como protestos localizados (os que se iniciaram com o aumento das passagens de ônibus) cresceram (no tamanho e nos motes) de forma a atingirem a presidenta que, até então, possuía os mais altos índices de aprovação. Souza (2016) reflete sobre as jornadas de junho pontuando que, a princípio, a mídia jornalística (o autor cita, como exemplo, o Jornal Nacional em 10 de junho de 2013) fazia referências negativas aos protestos, enfatizando “o ‘tumulto’, o prejuízo ao trânsito e o incômodo à população” (SOUZA, 2016, p. 89). A respeito das manifestações do dia 12 de junho, Souza (2016, p. 89) aponta que “a palavra ‘vandalismo’ tornou-se recorrente como modo de designar o movimento”. Neste entremeio acontecia a votação, na Câmara dos Deputados, da PEC 37¹⁰² – que também era alvo dos manifestantes das jornadas de junho e passou a ser referida pelo Jornal Nacional. Souza (2016, p. 90) aponta que:

A cobertura do dia 17 de junho mudou o panorama completamente. O protesto passou a ser definido como pacífico, e a bandeira brasileira se tornou seu símbolo. Agora os protestos eram tidos como ‘expressão democrática’ e já não se dizia que causavam tumulto ou prejuízo ao trânsito. O sentido mudou de negativo para positivo. A ênfase em bandeiras específicas, como os protestos contra os gastos da copa do mundo, a PEC 37 e, em sentido ainda abstrato, contra a corrupção, se iniciam e consolidam a federalização aberta do movimento. Os apresentadores do jornal passavam a dizer com rosto feliz e sorriso aberto que tudo era pacífico. Os tumultos agora eram produto de uma ‘minoria de vândalos’.

Souza (2016, p. 89), aponta neste momento o início de um “conluio entre o aparato jurídico-policial do Estado e a imprensa.” Para o autor, o jornal passa a se referir à PEC 37 como uma demanda das ruas, e não uma vontade de grupos específicos para evitar que o

¹⁰² A PEC 37 sugeria a inclusão de novo parágrafo ao Artigo 144 da Constituição Federal, que trata da Segurança Pública. O item adicional seria: "A apuração das infrações penais de que tratam os §§ 1º e 4º deste artigo, incumbem privativamente às polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente". Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/entenda-o-que-e-a-pec-37> acesso em 1 mai 2021.

Ministério Público também conduzisse investigações (além das polícias federal e civil). De acordo com Souza (2016, p. 90), “A ideia aqui é que haja controles recíprocos e nenhum órgão possa monopolizar todas as ações e momentos processuais.”

Dilma Rousseff afirmou a legitimidade das manifestações e propôs cinco pactos nacionais sobre saúde, educação, transporte, responsabilidade fiscal e reforma política (combate à corrupção). Entre as ações, Dilma recomendou a punição da corrupção como crime hediondo e um plebiscito para convocar uma Constituinte para a votação da reforma política (MORENO, 2017). Para Souza (2016, p. 94) a reação do governo deu-se no sentido de colocar em votação projetos de interesse popular que estavam parados no Congresso, porém o autor aponta que “a resposta foi inteligente, mas tardia e pouco efetiva”, não obtendo interesse da mídia ou reação por parte do Congresso.

O plebiscito para a reforma política foi discutido pelos poderes Legislativo e Judiciário em julho, já que a presidenta desejava que fosse realizado ainda em 2013 para valer nas eleições de 2014. O vice-presidente, Michel Temer, declarou que a realização seria impossível e os partidos aliados pressionaram o governo para que desistisse da ideia. O plebiscito acabou sendo adiado para o ano seguinte¹⁰³. Ao final, o plebiscito não foi realizado.

Paralelo a tentativas do governo federal em reverter o descontentamento popular, a mídia continuava com uma cobertura negativa em relação à presidenta e seu partido e caminhando para o positivo em relação às manifestações populares. Feres Júnior, Miguel e Barbarela (2014, p. 12-13) no artigo **A mídia impressa na cobertura das manifestações de junho** analisaram a cobertura dos jornais **O Globo**, **Folha de S. Paulo** e **Estado de S. Paulo** a respeito das manifestações de 2013 e, entre os achados, apontam que a cobertura dos jornais,

Do dia 18 de junho em diante, à medida que as manifestações se generalizavam e o foco deixava de ser o MPL, a linha editorial começa a mudar. O enquadramento violência e vandalismo está presente, mas ao mesmo tempo surge também outra maneira de interpretar as manifestações identificando uma conexão profunda entre protesto e negação da política e dos políticos. O tom da cobertura é agora titubeante, apontando o vandalismo mas, ao mesmo tempo, dando destaque às vitórias do MPL, nos dias 19 e 20. No dia 21 há ainda outra mudança. O enquadramento continua o mesmo, bifronte, condenando a violência e apontando para a negação da política. A posição editorial do jornal, contudo, agora torna-se clara: estratégia dupla, bater nos Black Blocs e no vandalismo, por um lado, e ressaltar as potenciais promessas de corrosão da popularidade do

¹⁰³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1306508-rejeicao-de-aliados-forca-dilma-a-adiar-plebiscito.shtml> Acesso em 22 jun 2021.

governo, trazidas pelas manifestações. O foco agora recai sobre a presidenta Dilma Rousseff. As imagens veiculadas também mudam: agora não somente violência e depredações, mas também o gigantismo das manifestações.

Em estudo comparativo dos editoriais dos jornais **Folha de S. Paulo** e **O Estado de S. Paulo** à época das manifestações, Maria Elisabete Antonioli (2015, p. 145) também encontrou mudança no posicionamento dos jornais que, a princípio “Condenaram veementemente a manifestação ocorrida na avenida Paulista, no dia 12 de junho, com fortes acusações aos membros do Movimento Passe Livre [...]”, e com o passar do tempo,

[...] os dois jornais, por meio de seus editoriais, que inicialmente se posicionaram contrariamente ao protesto do MPL na av. Paulista, acabaram por discutir as reivindicações presentes nas manifestações, distanciando -se do que tinham publicado anteriormente. As apurações foram mais detalhadas, foi concedido um maior espaço para matérias, com diversas primeiras páginas e, conseqüentemente, houve uma aproximação dos veículos com os temas pautados durante as manifestações. Os jornais passaram a ouvir as ruas, e seus editoriais também se apropriaram do clamor dos cidadãos para discutir os pleitos desencadeados nas passeatas. (ANTONIOLI, 2015, p. 146)

Para Souza (2016, p. 95), o resultado dessas ações foi,

o sucesso absoluto da campanha midiática pela federalização das manifestações e pela personalização do descontentamento na pessoa da presidente da República: ocorreria queda de 35 pontos na popularidade de Dilma se a comparação se der com o mês de março de 2013, quando a presidenta gozava de sua maior taxa de aprovação popular. A rejeição também aumentou de inexpressivos 7% para 25%. Sucesso total da violência simbólica. Esse foi o efetivo começo do golpe.

A respeito das mudanças econômicas atingidas em 2013, Tales Ab`Sáber (2015, p. 27), aponta a manutenção da taxa Selic, baixa dos juros no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e afirma que, no momento em que “o governo Dilma Rousseff afirmava com muita força uma concepção de política econômica, e modo de funcionar [...] emergiu com força a oposição a este modo do terceiro governo petista de entender as coisas no Brasil”.

Ainda em novembro daquele ano, o ex-Ministro da Casa Civil José Dirceu, o ex-presidente do PT, José Genoíno, e o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, se entregaram à Polícia Federal. Todos condenados pelo **mensalão**, que configurou um processo de corrupção iniciado em 2002 no qual o PT desviava uma mesada aos congressistas com objetivo de garantir apoio político. O escândalo também envolvia o publicitário Marcos Valério, indiciado por desviar quantias através de agências de publicidade. Em 2005 houve uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que não gerou resultados. Posteriormente, em

2007, o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou a Ação Penal 470¹⁰⁴ e deu-se início à investigação pelos Ministros¹⁰⁵. Joaquim Barbosa (presidente do STF entre 2012 e 2014) foi quem deu sequência às prisões do mensalão em 2013.

O país fechou o ano de 2013 com avanço de 2,3% na economia, com forte participação da agropecuária, que teve expansão de 7%. Os dados do IBGE apontam o Brasil como o 3º maior crescimento econômico de 2013, atrás da China e da Coreia do Sul¹⁰⁶. Sobre o cenário econômico, o Sebrae¹⁰⁷ resume que o crédito estava em ascensão e a inflação sob controle. Os aumentos reais da renda da população e o crescimento do emprego contribuíram para a elevação do consumo das famílias, sustentando a alta do PIB¹⁰⁸. Por fim, a migração de 32 milhões de consumidores, das classes D/E para a classe C, entre 2003 e 2011, fez com que os consumidores desta classe (C) passassem a representar mais da metade da população (54%) em 2013¹⁰⁹.

6.2 Matrizes discursivas

Como dito anteriormente, na análise das notícias pertencentes à fase de (des)legitimação foram encontradas duas matrizes discursivas principais: **Cobertura jornalística adjetivada** e **A voz da presidenta**, e três matrizes secundárias, ou seja, que tiveram menor ocorrência, mas que ainda assim são relevantes: **Ofuscamento** e **Temperamento**, que são uma continuação da fase de (des)construção, além da matriz secundária **Patrimonialismo**.

6.2.1 Cobertura jornalística adjetivada

Entre as 42 notícias que fazem parte do corpus na fase de (des)legitimação, 17 utilizavam adjetivos e/ou termos adjetivados. O uso de adjetivos ou a adjetivação de termos não é usual ou recomendado para o texto jornalístico informativo. A partir da divisão de Luiz

¹⁰⁴ Ação Penal 470 foi o julgamento do caso do mensalão pelo STF.

¹⁰⁵ Disponível em: <https://www.politize.com.br/mensalao-o-que-aconteceu/> Acesso em: 25/02/2021

¹⁰⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/02/economia-brasileira-avancou-23-em-2013-diz-ibge.html> Acesso em 15 jan 2021.

¹⁰⁷ Disponível em

https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/CES_março%202013.pdf Acesso em 25 fev 2021.

¹⁰⁸ Disponível em:

https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/CES_junho%202013.pdf Acesso em 25 fev 2021.

¹⁰⁹ Disponível em:

https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/CES_junho%202013.pdf Acesso em 25 fev 2021.

Beltrão (1980), temos o jornalismo informativo, opinativo e interpretativo. Para o autor, entram na classificação de jornalismo informativo: notícia reportagem, história de interesse humano e informação pela imagem. Já José Marques de Melo (2016), aponta como constituintes do gênero informativo a notícia, a nota, a reportagem e a entrevista. Para Ana Carolina Temer (2009), os gêneros jornalísticos apontam para um contrato simbólico entre emissor e receptor, adequando os conteúdos aos meios, aos leitores e às empresas jornalísticas. A autora acrescenta que “O gênero torna-se então um conceito chave, uma vez que é a partir dele que o emissor pode agir em função de um quadro semântico – ou um conjunto de possibilidades linguístico-visuais delimitados e previamente conhecidos pelos receptores” (TEMER, 2009, p. 180). Adjetivos, advérbios e figuras de linguagem, por exemplo, são característicos de artigos de opinião e/ou do jornalismo literário, e não do texto informativo. Para Luiz Gonzaga Motta (2005, p. 10-11),

Tal como os efeitos de real, recursos da retórica jornalística induzem os leitores, ouvintes e telespectadores a diversos tipos e graus de comoção. Esses recursos abundam nas manchetes e títulos tanto quanto nos textos, tanto nas ilustrações e charges como nas fotografias e imagens televisivas. Estão nas escolhas léxicas, no uso de verbos prospectivos, verbos de sentimento, verbos negativos, verbos de conselho, de advertência, etc.; no uso de adjetivos afetivos, potenciais ou adjetivos de possessão; no uso de substantivos estigmatizados como terroristas, radicais, pivetes, etc. Estão nas exclamações, interrogações, comparações, ênfases, repetições e reticências, mais comuns no noticiário que se pensa. Estão nas figuras de linguagem (metáforas, sinédoques, sinonímia, hipérbolés). Estão nas ironias e paródias, que abrem âmbitos de significação. Estão nos conteúdos implícitos, nas implicaturas de advérbios como “apenas”, “de novo”, “só”, “ainda”, comuns nas manchetes. Estão nas pressuposições e tantos outros recursos linguísticos e extra linguísticos que proliferam na linguagem jornalística verbal e audiovisual. É impossível enumerá-los ou classificá-los, tal a sua abundância no noticiário.

Todas essas questões apontadas por Motta (2005) são repetidamente negadas pelos manuais de redação jornalística no intuito de aproximar o texto à realidade ou verdade dos fatos. É fato que existe uma dimensão narrativa no jornalismo já que, de acordo com Cremilda Medina (2006, p. 67), a narrativa vem da “capacidade de produzir sentidos, ao narrar o mundo, o *sapiens* organiza o caos em um cosmos. O que se diz da realidade constitui uma outra realidade, a simbólica.”

O jornalismo informativo, que compõe o corpus desta pesquisa, também se insere na luta diária do mercado, ou seja, precisa atrair os leitores e conservar (no mínimo) anunciantes – o que se manifesta também no discurso produzido. Na visão de Patrick Charaudeau (2007, p. 63), o discurso do jornalismo informativo está localizado entre os imaginários do poder e

do saber já que informar “é possuir um saber que o outro ignora (“saber”), ter a aptidão que permite transmiti-lo a esse outro (“poder dizer”), ser legitimado nessa atividade de transmissão (“poder de dizer”)”. Dessa maneira, o autor prossegue afirmando que “Toda instancia de informação, quer queira, quer não, exerce um poder de fato sobre o outro. Considerando a escala coletiva das mídias, isso nos leva a dizer que as mídias constituem uma instancia que detém uma parte do poder social” (CHARAUDEAU, 2007, p. 63).

A busca pela objetividade é exigência básica do texto informativo, porém, como já visto, estas são questões difíceis para o campo jornalístico. Sobre este aspecto, Nelson Traquina (2012, p. 143), aponta que:

Até certo ponto, as dificuldades do jornalista são mitigadas pela fórmula familiar de que a notícia se preocupa com o ‘quem’, o ‘que’, o ‘quando’, o ‘onde’, o ‘porque’ e o ‘como’, isto é, os chamados ‘seis servidores’ de um *lead*. Assim, se o jornalista puder afirmar que foi atrás das ‘coisas mais materiais’, explica Tuchman, ele ou ela podem dizer que foram objetivos.

Outro fato importante a ser destacado é o *ethos* jornalístico que, de acordo com Traquina (2012) implica na crença – compartilhada por esta comunidade interpretativa – em valores como a liberdade e a objetividade. A respeito da liberdade Traquina (2012, p. 133), aponta que “os jornalistas estiveram e estão na frente da luta pela liberdade e na luta pela defesa da liberdade perante qualquer tentativa de limitar essa liberdade [...]”. Sobre a objetividade o autor aponta que, no campo jornalístico, a objetividade é “objeto de muita discussão, crítica e má compreensão” (TRAQUINA, 2012, p. 137). É uma questão que acompanha historicamente a profissão e na qual os jornalistas se apoiam para a realização de suas tarefas. Para Traquina, (2012, p. 144), “Apesar de todas as críticas à objetividade, o jornalismo moderno está indiscutivelmente associado a uma noção de equidistância entre o profissional do campo jornalístico e os diversos agentes sociais, atuando com justiça, ouvindo as diversas perspectivas, mantendo a sua independência.” Além da crença dos próprios jornalistas nesses valores, aponta traquina (2012, p. 145), existe a sociedade que “com base na aceitação consensual da teoria democrática, influencia fortemente a definição da postura profissional dos membros desta comunidade”. Outra questão são os códigos deontológicos que também reafirmam tais crenças.

Diante disso temos que, nas notícias coletadas e analisadas, foi encontrado um grande número de adjetivos e/ou termos adjetivados, o que desqualifica as notícias como objetivas

e, além de embasar a posição inicial de que a objetividade jornalística faz parte da *illusio*¹¹⁰ do campo, permite que a analista do discurso tenha em mãos um material riquíssimo para análise - pois foge à “essência de uma notícia tal como é enunciada nos manuais de jornalismo” (PONTE, 2005, p. 31).

Iniciando pela notícia de 25 de janeiro de 2013, **Com clima tenso entre PT e oposição, Dilma se encontra com Haddad e Alckmin**¹¹¹ tem-se já no título uma descrição dos humores do PT e de seus opositores. No primeiro parágrafo a notícia apresenta:

Depois de fazer *críticas veladas* à oposição por conta da polêmica sobre a redução das contas de energia elétrica, a presidente Dilma Rousseff participa, hoje à tarde, de dois eventos ao lado do governador de São Paulo, o tucano Geraldo Alckmin, e do prefeito petista Fernando Haddad. (CORREIO BRAZILIENSE, 2013)

O breve trecho traz o conjunto “críticas veladas”. Temos que uma crítica feita de forma velada não é evidente, ou seja, o discurso está fazendo uma suposição já que em momento algum descreve o que entende constituir tais críticas. Apenas fica marcado que a presidenta, de alguma forma, criticou o posicionamento da oposição (também sem definir quem ou o que configura esta oposição) a respeito da redução nas contas de energia.

No mesmo dia, a notícia **Oposição crítica viés eleitoreiro de Dilma em redução da conta de luz**¹¹², trata do pronunciamento da presidenta em rede nacional a respeito da redução da conta de luz, o que, de acordo com o jornal, irritou a oposição, já que Dilma usou um espaço de utilidade pública pela terceira vez para falar do mesmo assunto. Entre travessões, a notícia apresenta a seguinte afirmação: “vestida de vermelho e com tom nítido de campanha eleitoral antecipada ao criticar os ‘pessimistas que falam em racionamento de energia’”. Em um texto, aquilo que vem entre vírgulas e/ou travessões costumeiramente constitui um adendo, algo que se retirado do texto não fará diferença para o conjunto. Neste caso, aquilo que está entre travessões dita o engajamento do discurso jornalístico com a oposição à Dilma Rousseff. Além disso, ao justificar o porquê de a oposição estar irritada

¹¹⁰ Pierre Bourdieu (2004, p. 30) determina o conceito do *illusio* como “[...] a crença científica como interesse desinteressado e interesse pelo desinteresse [...]”. Dessa forma, os interesses dos agentes dos diversos campos devem ser vistos como relevantes a partir de um senso compartilhado de participação.

¹¹¹ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/01/25/interna_politica,345881/com-clima-tenso-entre-pt-e-oposicao-dilma-se-encontra-com-haddad-e-alckmin.shtml Acesso em 10 abr 2021.

¹¹² Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/01/25/interna_politica,345879/oposicao-critica-vies-eleitoreiro-de-dilma-em-reducao-da-conta-de-luz.shtml Acesso em 10 abr 2021.

(termo usado na notícia) o diário utiliza a fala de Aécio Neves, classificando-a como enfática, ou seja, o discurso jornalístico qualifica a fala de Aécio Neves, opositor de Dilma.

Outro exemplo é a notícia **Insatisfeitos com Dilma, peemedebistas se aproximam de Eduardo Campos**¹¹³, publicada em 30 de março. A começar pelo título temos o adjetivo “insatisfeitos”. O subtítulo aponta que: “PMDB é ninho de rebeldes dispostos a levantar voo da bancada governista”, mais um adjetivo: “rebeldes”. A partir do primeiro parágrafo, temos:

Apesar dos recentes afagos dispensados ao PMDB pela presidente Dilma Rousseff, que turbinou a legenda na Esplanada com a Secretaria de Aviação Civil e aquietou a bancada mineira da sigla com o Ministério da Agricultura, o segundo maior partido da base aliada é hospedeiro de um ninho de *rebeldes* dispostos a levantar voo da bancada governista. É nesse cenário que o empenho do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, em prospectar buracos na base de sustentação de Dilma Rousseff está prestes a ser brindado com um alento do PMDB. Uma caravana de cerca de 30 parlamentares, entre deputados e senadores, deve ir ao encontro de Campos no Palácio das Princesas, sede do governo estadual, dispostos a oferecer trincheiras dentro de um dos *principais* partidos da base aliada ao pré-candidato ao Palácio do Planalto em 2014.

O encontro deve ocorrer logo após a semana santa. A *insatisfação* com o tratamento dispensado pelo Planalto e também pela cúpula do PMDB aos parlamentares, a maior parte pertencente ao chamado “baixo clero” do Congresso, é o principal motor da rebelião pública ensaiada pela ala mais *periférica* da legenda.

“A verdade é que o PMDB é um partido de muitos, comandado por poucos”, diz o deputado Genecias Noronha (PMDB-CE), que lidera o grupo de *insurgentes* dentro da sigla. (CORREIO BRAZILIENSE, 2013)

Como pode ser observado, o corpo da matéria jornalística apresentada trabalha adjetivos (rebeldes, principal/is, insatisfação, insurgentes) e verbos (ou participios) ocupando valor de adjetivos (dispensados, brindado, ensaiado e comandado), ou seja, dando características aos substantivos que os seguem ou precedem. Para além da ausência de objetividade, existe o uso de uma linguagem que promove o acirramento da rivalidade político-eleitoral em um ano eleitoral, podendo prejudicar (ou auxiliar) possíveis alianças. Naquele momento o governo Dilma contava com uma base de apoio na Câmara que ultrapassava 350 deputados federais, de um total de 513, contando partidos aliados e “independentes”, mas que costumavam votar com o governo¹¹⁴, por exemplo.

¹¹³ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/03/30/interna_politica.357539/insatisfeitos-com-dilma-peemedebistas-se-aproximam-de-eduardo-campos.shtml Acesso em 10 abr 2021.

¹¹⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2013/12/o-ideal-e-fazer-chapa-puro-sangue-mas-pt-precisa-de-aliancas-diz-lula.html> Acesso em 15 jul 2021.

Os autores Motta e Guazina (2008, p. 5), propõem o conflito como uma meta-categoria dramática estruturante do jornalismo político e apontam a mídia como “agente acirrador de conflitos”. O acontecimento jornalístico é narrado de maneira a colocar os atores uns contra os outros, promovendo o “conflito que necessita estimular para manter a narrativa jornalística sempre ‘aquecida’ e atraente para o destinatário.” (MOTTA, GUAZINA, 2008, p. 5). No entanto, os autores afirmam que “o conflito não é criado pelo jornalismo, mas inerente ao jogo político. O que acontece é que a linguagem jornalística apropria-se desse jogo, relegando, transformando a política num jogo de tensões” (2008, p. 15). Já Flávia Biroli (2012, p. 13), afirma que:

o jornalismo desempenha seu papel de gestor de consensos. Não se trata de mediação entre partes ou posições, mas de uma atuação política que define o mínimo denominador comum entre os segmentos das elites que estão em disputa. Em outras palavras, colabora para definir o que está em disputa ou o que pode estar legitimamente em disputa.

Todas essas características discursivas afastam o discurso jornalístico de sua pretensão de objetividade, enfatizando e/ou minimizando acontecimentos e estimulando o leitor a utilizar seu imaginário durante a interpretação. Além disso, o uso da metáfora “ninho de rebeldes” (no subtítulo e no corpo do texto), que remete à um agrupamento de pares insatisfeitos, mas não só, prontos para agir, já que o termo *rebelde* remete àqueles que não se submetem, não acatam ordens e que não se pode controlar. Dessa forma, a crítica da notícia pode ser encontrada também em relação a ausência de controle de Dilma e seu governo.

A notícia: **Em clima de campanha, Dilma e Lula vão em evento no quintal de Aécio**¹¹⁵ (15 de abril), segue o mesmo caminho da anterior, com destaque para o início do primeiro parágrafo:

Em ritmo de campanha fora de época, a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva são as estrelas de eventos em Belo Horizonte, quintal do provável candidato do PSDB ao Planalto em 2014, senador Aécio Neves. Dilma empurrou para amanhã a agenda de compromissos oficiais. Hoje, apenas a informalidade da pajelança ao lado de Lula. (CORREIO BRAZILIENSE, 2013)

O tom irônico é perceptível no trecho já que, ao mesmo tempo em que chama Dilma e Lula de *estrelas* aponta que a presidenta *empurrou* compromissos oficiais, insinuando certa irresponsabilidade e/ou falta de compromisso de uma das “estrelas”. Ida Lúcia Machado (2014, p. 117), ao trabalhar o uso da ironia como uma estratégia discursiva, aponta que

¹¹⁵ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/04/15/interna_politica,360378/em-clima-de-campanha-dilma-e-lula-vao-em-evento-no-quintal-de-aecio.shtml Acesso em 10 abr 2021.

“Quando inserida na comunicação, a ironia faz parte de um jogo lúdico, jogo de gato e rato – por vezes cruel – entre os sujeitos da comunicação”. A autora inclui o uso da ironia no “mundo da argumentação”. Este mundo da argumentação faz ponte com as características do texto argumentativo que difere do texto informativo, já que na argumentação o autor expõe pontos de vista e os defende.

Outra questão relevante encontra-se na escolha do termo *pajelança* para descrever o evento que Dilma participaria. Este termo, de acordo com o dicionário Michaelis¹¹⁶, significa “cerimônia ritual que envolve sincretismo de cultos e religiões, durante a qual há cantos e danças, com finalidade de cura, vaticinação de acontecimentos futuros e rezas aos seres espirituais, pedindo suas intervenções”. Dessa forma, em “Hoje, apenas a informalidade da pajelança ao lado de Lula”, percebe-se o tratamento da política, ou de um evento político, com tom jocoso, um espaço cheio de personagens excêntricos e motivo de chacota.

Outro exemplar desta matriz discursiva, é a notícia de 18 de junho: **Antes de protestos, Dilma banca a tiete em comemoração ao Dia do Diplomata**¹¹⁷. A matéria discorre sobre a comemoração, que ocorreu no Palácio do Itamaraty, apontando duas questões centrais: a) com os protestos populares (Jornadas de Junho) prestes a iniciar – no dia 17 de junho- a presidenta estava em uma comemoração e, b) Dilma “tietava” o ator Marcos Caruso (enquanto os protestos estavam para começar). A crítica à ação da presidenta fica explícita quando, tanto no título quanto no corpo do texto, aponta que, enquanto o país se preparava para os protestos, a presidenta estava “bancando a tiete”. Lembro que o termo *tiete* remete à um admirador fanático. Frente à relevância dos acontecimentos naquele momento, o jornal optou por publicar uma notícia desnecessária, do ponto de vista da responsabilidade social do jornalismo se tomarmos como base os critérios de noticiabilidade. Ao ressaltar a “tietagem” da presidenta, o diário tira a atenção da crise vivida no país. Os sentidos que surgem desta escolha também giram em torno de certa frivolidade da presidenta.

Como último exemplo do conjunto representacional **adjetivação**, trago a matéria: **Após manifestações, Dilma e governistas tentam consolidar base aliada**¹¹⁸, de julho de

¹¹⁶ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=pajelança> Acesso em 15 jul 2021.

¹¹⁷ Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/06/18/interna_politica,371906/antes-de-protestos-dilma-banca-tiete-em-comemoracao-ao-dia-do-diplomata.shtml Acesso em 10 abr 2021.

¹¹⁸ Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/07/12/interna_politica,376638/amp/apos-manifestacoes-dilma-e-governistas-tentam-consolidar-base-aliada.shtml Acesso em 10 abr 2021.

2013. No mesmo caminho dos exemplos anteriores, a matéria abusa dos adjetivos ao manifestar críticas à presidenta. Como subtítulo o **CB** apresenta: “A iniciativa da presidente é provocada pelos protestos nas principais cidades do país e uma ameaça de rebelião no parlamento.” O termo “provocada” (verbo trabalhando como adjetivo) propõe que Dilma só age após estímulo (no caso as manifestações, a oposição e a possível ação dos parlamentares). Além disso, temos a utilização do termo “rebelião”, retomando características apresentadas anteriormente. O corpo do texto é iniciado da seguinte forma:

Atordoado diante de uma rebelião em curso no Congresso Nacional e com um racha na base aliada que começou com o PMDB e contaminou partidos menores, o governo da presidente Dilma Rousseff viu a zona de turbulência ser ampliada ontem após manifestações por todo o país comandadas pelas centrais sindicais. O PT, que prometeu ir às ruas em grande número na semana passada, apareceu de forma tímida. Na prática, o país viveu mais um dia de caos. O preço, novamente, foi debitado na conta da presidente. (CORREIO BRAZILIENSE, 2013)

O adjetivo *atordoado* faz referência ao “governo da presidente Dilma Rousseff”. Entende-se por este adjetivo alguém que não está usando perfeitamente as faculdades mentais e, isso se dá - no caso do governo - em consequência à uma rebelião (causada pelos rebeldes citados na notícia de 30 de março – PMDB). Se em março os rebeldes (que eram aliados) estavam se organizando, em julho já estavam preparados. Além disso, o atordoamento também foi causado pelas manifestações contra o governo e a *timidez* do partido da presidenta, ou seja, naquele momento o PT estava sendo apontado como fraco e acanhado, o que não é uma imagem positiva para opinião pública que guia sua intenção de voto e avaliação dos governos a partir (também) da midiaticização¹¹⁹ da política e seus reflexos na opinião pública.

6.2.2 A voz da presidenta

A matriz discursiva **A voz da presidenta** faz referência à utilização, pelo discurso do **CB**, de referências diretas e indiretas às falas de Dilma. Na análise da fase de (des)construção estas referências não saltaram aos olhos, o que pode ser classificado como silenciamento. Porém, na fase de (des)legitimação, frente às 42 publicações, 15 utilizaram falas de Dilma.

¹¹⁹ O termo midiaticização ressalta os processos comunicacionais envolvidos numa sociedade midiaticizada (BRAGA, 2004), ou, como aponta Verón (1997), o termo está relacionado a trocas sociais das sociedades pós-industriais, que, a partir das mudanças no comportamento social, por conta de uma nova configuração, fez com que ocorressem transformações nos processos sociais entre as instituições, as mídias e os agentes sociais.

Tomando por base o conceito de forma-sujeito, que, de acordo com Pecheux (1995, p. 183), foi uma expressão introduzida por Althusser ao propor que “Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma de sujeito.”, entende-se que “A forma-sujeito, de fato é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais.” (PECHEUX, 1995, p. 183). Pecheux (1995, p. 163) propõe ainda que:

a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito: essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito.

Eni Orlandi (2020, p. 48), fazendo referência à C. Haroche (1987), aponta para certa ambiguidade na formação/atuação do sujeito, que se baseia na determinação de si naquilo que diz, porém, “é determinado pela exterioridade na sua relação com os sentidos”. Orlandi (2020) também aponta para a forma-sujeito contemporânea, que nomeia de sujeito-de-direito ou jurídico, que é aquele que possui um tipo de subordinação menos explícita que o sujeito religioso da Idade Média. Este, subordinado às leis, possui direitos e deveres, de onde vem a ideia “de um sujeito livre em suas escolhas, o sujeito do capitalismo” (ORLANDI, 2020, p. 49). A crença muda de posição, passa de Deus para as leis, o que significa uma submissão que conserva um assujeitamento menos explícito, ou seja, concede ao sujeito uma aparência de liberdade e reponsabilidade. Orlandi (2020, p. 49), aponta que,

Na transparência da linguagem, é a ideologia que fornece evidências que apagam o caráter material do sentido e do sujeito. É aí que se sustenta a noção de liberdade: o sentido literal, na concepção linguística imanente, é aquele que uma palavra tem independentemente de seu uso em qualquer contexto. Daí seu caráter básico, discreto, inerente, abstrato e geral. No entanto, se levamos em conta, como na Análise de Discurso, a ideologia, somos capazes de apreender, de forma crítica, a ilusão que está na base do estatuto primitivo da literalidade: o fato de que ele é produto histórico, efeito de discurso que sofre as determinações dos modos de assujeitamento das diferentes formas-sujeito na sua historicidade e em relação às diferentes formas de poder.

Esta matriz discursiva aponta para a forma pela qual o **CB** utilizou a voz da presidenta. Porém, vale ressaltar que, o que está sendo analisado é o discurso do **CB** e não o da presidenta. Isto significa que, a partir de seu discurso, relativamente autônomo – como diz Bourdieu em relação aos campos – o jornal concede espaço para as falas de Dilma, mas esta não é uma ação totalmente livre de amarras. Está presa às condições históricas, ideológicas e aos poderes que agem, a todo momento, e fazem parte das condições de

produção do discurso. Dessa maneira, ao utilizar as falas da presidenta, o diário o faz de uma forma e não de outras diversas que poderiam ser feitas. O que a forma escolhida pelo jornal nos apresenta?

Na notícia **Pressionada por partidos, Dilma Rousseff protela reforma ministerial**¹²⁰ o **CB** fala sobre a espera dos partidos pela reforma ministerial e apresenta no primeiro parágrafo: “Diante da ansiedade dos partidos políticos pela reforma ministerial, a presidente Dilma Rousseff sinalizou ontem que a espera pode arrastar-se por mais tempo. ‘Eu não vou falar sobre isso, porque não é meu tema esta semana’, disse Dilma a jornalistas ontem, ao sair de solenidade no Palácio do Planalto.” Neste trecho (que também é exemplo da matriz adjetivação a partir do uso do termo ‘ansiedade’), a escolha do **CB** foi por citar uma fala da presidenta que retorna à matriz discursiva discutida anteriormente, relativa ao **temperamento**. A fala apresenta autoritarismo por parte de Dilma (ela decide sobre o que vai falar para os jornalistas), distanciando-a de características tidas como femininas e também daquelas ligadas à ideia de um exercício adequado da política.

Em estudo sobre as mulheres na política, Míriam Pillar Grossi e Sônia Malheiros Miguel (2001) analisaram falas de políticas durante o Seminário Mulheres na Política – Mulheres no Poder (que teve como proposta avaliar as experiências iniciais com as políticas de cotas implantadas em 1996). As autoras apontam que,

Um dos pontos levantados, quando se pensa no exercício da política representativa, é a falta de referenciais sociais para as mulheres eleitas. Estas ainda são tratadas pelo masculino, nos remetendo para a recente entrada das mulheres neste campo. Um exemplo disso foi a inexistência de diplomas e carteiras com os cargos eletivos no feminino, demonstrando que a falta de apenas uma letra, o “a”, pode significar muito no reconhecimento destas novas mulheres. (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 180)

Em suas conclusões, as autoras retomam o pensamento de Judith Butler (1998) que ao refletir a respeito da constituição do sujeito político aponta para a existência de um “sujeito ocidental masculinizado” – tanto homens quanto mulheres que atuassem “dentro dos parâmetros da política reproduziriam os mesmos atos codificados como políticos, que seriam portanto masculinos” (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 192). Dessa maneira, ao ressaltar características autoritárias à fala da presidenta, o discurso do **CB** aproxima Dilma de um temperamento mais voltado ao masculino, porém sem a destreza do diálogo político.

¹²⁰ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/03/14/interna_politica.354628/pressionada-por-partidos-dilma-rousseff-protela-reforma-ministerial.shtml Acesso em 3 abr 2021.

A publicação: **Na TV, Dilma pressiona aprovação de recursos do pré-sal para educação**¹²¹ apresenta duas falas de Dilma que, a princípio, parecem colocar a presidenta em uma posição assertiva:

‘Um governo só pode cumprir bem o seu papel se tiver vontade política e se contar com verba suficiente. Por isso, é importante que o Congresso Nacional aprove nossa proposta de destinar os recursos do petróleo para a educação. Peço a vocês que incentivem o seu deputado e o seu senador para que eles apoiem esta iniciativa’, disse. (CORREIO BRAZILIENSE, 2013)

‘É mais do que óbvio que um governo que age assim e uma presidenta que pensa desta maneira não vão descuidar nunca do controle da inflação. Esta é uma luta constante, imutável, permanente. Não abandonaremos jamais os pilares da nossa política econômica, que têm por base o crescimento sustentado e a estabilidade’, afirmou. (CORREIO BRAZILIENSE, 2013)

Colocando frente a frente as afirmações de Dilma e o título da notícia, percebemos o retorno à ideia sobre o possível autoritarismo de Dilma já que, de acordo com o **CB**, Dilma estava *pressionando* a aprovação de suas medidas pelo Congresso. É interessante observamos que enquanto o título usa o adjetivo pressionar, a presidenta faz uso da palavra incentivar, as quais possuem sentidos bem diferentes. Apesar disso, o lugar de fala da presidenta é reconhecido pelo jornal que reproduz suas falas a respeito da educação, economia e petróleo, todas questões de extrema relevância para o país.

Dilma também se autodenomina como presidenta, apesar de os veículos de comunicação brasileiros terem lhe negado esse tratamento desde o primeiro mandato. Mesmo após a Lei 12.605/12, que decretava que as “instituições de ensino públicas e privadas expedirão diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido” (Art. 1º), sancionada em abril de 2011 e com a preferência – declarada publicamente - de Dilma por ser chamada de presidenta, os veículos de comunicação (em sua maioria) se recusavam a atender à demanda, mas Dilma, como pode ser visto, não desistiu – o que resultou em algumas notícias confusas já que a própria Dilma e muitos de seus aliados usavam a nomenclatura presidenta em suas falas. Em maio de 2016, após assumir a presidência de forma interina, Temer vetou o uso da palavra presidenta em publicações da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC)¹²². Este fato nos dá um vislumbre da relevância do uso do termo.

¹²¹ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/05/01/interna_politica,363849/na-tv-dilma-pressiona-aprovacao-de-recursos-do-pre-sal-para-a-educacao.shtml Acesso em 3 abr 2021.

¹²² Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/05/31/interna_politica,767923/palavra-presidenta-e-vetada-na-ebc.shtml Acesso em 15 jul 2021.

Em **Presidente Dilma diz que será democrática em relação com base aliada**¹²³ o jornal volta a noticiar a política como espaço de conflito. O trecho destacado reproduz falas de Dilma:

“Vamos ser democráticos, acho que a diferença de opiniões é possível. Acredito que vamos construir um caminho muito seguro para o Brasil”, disse a presidente ao responder pergunta sobre uma possível insatisfação na base aliada. “Eu tenho a impressão que a base só é brava com você, comigo não é brava”, declarou Dilma a uma jornalista que indagou sobre sua relação com os parlamentares aliados. (CORREIO BRAZILIENSE, 2013)

Esta notícia é do início do mês de agosto de 2013, logo após as jornadas de junho, e a queda na aprovação popular da presidenta. Diversos autores apontam para este período como momento que marca o início da queda do governo como, por exemplo, Jessé Souza (2016, p. 95), que afirma: “Já temos aqui, em junho de 2013, o delineamento geral de todas as forças que se articulariam mais tarde no golpe de abril de 2016. Algumas alianças se consolidaram durante o processo e outras começaram aqui a se desenvolver.” O que está posto no recurso à fala de Dilma é o racha do governo com a base aliada e o consequente isolamento de Dilma.

A notícia **Presidente Dilma volta a defender a realização da reforma política**¹²⁴ apresenta um grande trecho com a fala da presidenta, mas deixando claro que Dilma estava insistindo em um tema passado, que deveria ter sido esquecido. O **CB** deixa isso claro ao indicar, já no título, o retorno da presidenta aos temas com a expressão “volta a defender”. A respeito da reforma política, o jornal apresenta falas de Dilma com destaque para o posicionamento da presidenta em relação à realização de um plebiscito para orientar a reforma política.

A presidente Dilma Rousseff voltou a defender nesta segunda-feira (5/8) a realização de uma reforma política, durante cerimônia de sanção do Estatuto da Juventude. Em junho, após uma onda de manifestações pelo país, o governo sugeriu a realização de um plebiscito para orientar a reforma política, mas a ideia foi descartada pelo Congresso Nacional, responsável por levar a consulta adiante.

“A reforma diz respeito à melhoria e ao aperfeiçoamento do sistema político. Quando propus, propus uma reforma antecedida de um plebiscito. Considero que consultar o povo nunca é demais, consultar o povo é democrático e é necessário para que instituições tornem-se cada vez mais

¹²³ Disponível em:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/08/05/interna_politica,380801/presidente-dilma-diz-que-sera-democratica-em-relacao-com-a-base-aliada.shtml Acesso em 3 abr 2021

¹²⁴ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/08/05/interna_politica,380800/presidente-dilma-volta-a-defender-a-realizacao-da-reforma-politica.shtml Acesso em 4 mai 2021.

permeáveis as demandas da sociedade, das redes e das ruas; mais abertas, ao controle e, sobretudo, mais eficazes”, disse.

Dilma disse que “sempre é tempo” para participação popular e democrática. “Sou da época em que se a gente se manifestasse, ia preso, ia para a cadeia. Hoje no Brasil é tão bom e é tão forte essa questão, é possível participar, é possível falar, é possível externar sua opinião. E só tem um jeito de avançar, de melhorar: mais democracia exige democracia, mais inclusão exige mais inclusão; melhoria de vida requer mais melhoria de vida. Por isso, sempre é tempo e sempre é hora”, acrescentou, em entrevista no fim da cerimônia. (CORREIO BRAZILIENSE, 2013)

Apesar de reproduzir um trecho corpulento da fala da presidenta a respeito do tema, o **CB**, antes disso, tratou de deslegitimar todo o discurso ao afirmar que “a ideia foi descartada pelo Congresso Nacional, responsável por levar a consulta adiante” no primeiro parágrafo. Dessa maneira, o discurso jornalístico deixa clara certa inutilidade e/ou perda de tempo da presidenta em insistir em um tema já encerrado.

6.3 Matrizes secundárias

Como matrizes secundárias temos três questões: 1) patrimonialismo; 2) temperamento e 3) ofuscamento. As duas últimas já foram abordadas no capítulo anterior, porém considero relevante demarcar que o discurso do **CB** continuou apostando nessas estratégias discursivas. A questão do patrimonialismo, concepção de poder em que há confusão entre as esferas pública e privada - tema que foi trabalhado no primeiro capítulo da tese -, não é diretamente abordada nas notícias analisadas. Contudo, percebe-se o patrimonialismo como matriz discursiva secundária no momento em que as publicações focam atitudes políticas de Dilma direcionadas para as eleições de 2014.

6.3.1 Patrimonialismo

Começando pelo patrimonialismo, temos as matérias: **Oposição crítica viés eleitoreiro de Dilma em redução da conta de Luz** (citada anteriormente); **Em clima de campanha, Dilma e Lula vão em evento no quintal de Aécio**¹²⁵ e, **Dilma pede reunião com Morales para discutir caso de senador boliviano**¹²⁶. As duas primeiras carregam a questão da campanha eleitoral antecipada que, frente à Lei Eleitoral, diversas são as regras

¹²⁵ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/04/15/interna_politica,360378/em-clima-de-campanha-dilma-e-lula-va-em-evento-no-quintal-de-aecio.shtml Acesso em 3 mai 2021.

¹²⁶ Disponível em

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/08/29/interna_politica,385270/dilma-pede-reuniao-com-morales-para-discutir-caso-de-senador-boliviano.shtml Acesso em 3 mai 2021.

para a atuação de um político, em exercício do cargo ou não, para fazer campanha eleitoral, incluindo o respeito às datas de início e fim, a composição dos textos de propaganda e a questão dos gastos com as campanhas. Por vezes, o jornal fala em “campanha eleitoral antecipada” (ou termos similares) referindo-se a certas atitudes, falas e até mesmo às vestes da presidenta. A propaganda antecipada¹²⁷, fora do prazo legal estipulado pelo TSE, é ilegal e passível de multa.

Entendo que, quando o **CB** representa a presidenta em exercício do mandato fazendo campanha fora de hora, demonstra que existe justamente esta confusão entre interesses públicos e privados. A campanha eleitoral é de interesse público apenas quando realizada dentro do prazo legal pré-estabelecido. Na matéria **Oposição crítica viés eleitoreiro de Dilma em redução da conta de Luz** o jornal tenta se abster da acusação ao apontar no título que quem critica Dilma é a oposição, no entanto, apresenta no primeiro parágrafo e entre travessões: “vestida de vermelho e com um tom nítido de campanha eleitoral antecipada ao criticar os ‘pessimistas que falam em racionamento de energia’”. O parágrafo prossegue da seguinte forma: “Tucanos e demistas protestaram pela presidente utilizar, em apenas seis meses, o espaço considerado de utilidade pública para falar, pela terceira vez, do mesmo assunto: a redução da conta de energia elétrica.” No segundo parágrafo, a notícia apresenta a fala do Senador Aécio Neves: “Falou à Nação não a presidente da República, mas um partido político, evidenciando, como nunca antes neste país, a mistura entre o público e o particular, o institucional e o partidário. Registro meu pesar por este triste marco de quebra do princípio da impessoalidade no exercício da Presidência da República”.

Contrapondo o que está entre travessões (discurso do **CB**) e a fala de Aécio Neves, temos a concordância entre os discursos, ou seja, o discurso do **CB** corrobora com a fala do senador, que acusa Dilma de fazer campanha eleitoral fora do tempo estipulado pela lei e confundir poder público e privado.

A publicação **Em clima de campanha, Dilma e Lula vão em evento no quintal de Aécio** apresenta o mesmo mote da notícia acima, utilizando termos como “clima de campanha” e “ritmo de campanha fora de época” ao detalhar que a presidenta adiou

¹²⁷ Tem-se como campanha antecipada fazer referência ao processo eleitoral, exaltar suas próprias qualidades ou pedir votos fora do tempo estipulado pelo Tribunal Superior Eleitoral. A consequência jurídica pela divulgação irregular é uma multa que pode variar entre cinco e vinte e cinco mil reais ou equivaler ao custo da propaganda, se este for maior. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-1-ano-4/propaganda-eleitoral-antecipada> Acesso em 3 mai 2021.

compromissos oficiais para comemorar os dez anos do Partido dos Trabalhadores à frente do governo ao lado de Lula.

Já a matéria **Dilma pede reunião com Morales para discutir caso de senador boliviano**, de agosto de 2013, trata do caso do senador da oposição boliviana que fugiu para o Brasil, protegido por funcionários da embaixada brasileira em La Paz. Novamente utilizando o recurso do ‘entre vírgulas’ o **CB** afirma que “Dilma Rousseff, pediu ao seu colega da Bolívia, Evo Morales, uma reunião para abordar o caso do senador [...]”. A primeira questão a ser levantada é o fato de o **CB** acrescentar em seu discurso “seu colega da Bolívia”. A questão do patrimonialismo nesta notícia aparece no discurso que une a vida pessoal de Dilma (quem são seus amigos) referindo-se a uma ação política da presidenta. Dessa forma, o jornal imputa o patrimonialismo à presidenta. Além disso, pouco antes dessa notícia, em julho daquele ano, o blog do jornalista Reinaldo Azevedo pela revista Veja, publicou o texto intitulado **Dilma, ao lado de Evo, que mantém sequestrados 12 brasileiros, saúda o ditador Maduro**¹²⁸ que faz referência a uma fotografia que registra a presença de Dilma, Evo e Maduro durante a cerimônia de posse deste último. O jornalista chama Evo Morales de “índio de araque que comanda seu próprio regime de força na Bolívia” e Maduro de “novo ditador venezuelano”. A partir desta referência percebemos que não era apenas o **CB** que apontava para o relacionamento de Dilma com outros governantes sul-americanos chamados, pela mídia hegemônica, de ditadores.

6.3.2 Temperamento

As notícias que fazem parte desta matriz secundária são: **Com viagem de Dilma, Temer e Calheiros, Henrique Alves assume a presidência**¹²⁹; **Dilma ficou satisfeita com manutenção de vetos e vai manter negociação**¹³⁰ e, **Dilma pede reunião com Morales para discutir caso de senador boliviano** (citada anteriormente).

Em relação ao temperamento de Dilma Rousseff, relembro que, a primeira fase analisada apresentou o afastamento da personalidade de Dilma à um ideal de feminilidade e/ou governança. Como aponta Miguel (2014, recurso eletrônico),

¹²⁸ Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/dilma-ao-lado-de-evo-que-mantem-sequestrados-12-brasileiros-sauda-o-ditador-maduro/> acesso em 3 mai 2021.

¹²⁹ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/06/10/interna_politica,370703/com-viagem-de-dilma-temer-e-calheiros-henrique-alves-assume-a-presidencia.shtml Acesso em 6 mai 2021

¹³⁰ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/08/21/interna_politica,383776/dilma-ficou-satisfeita-com-manutencao-de-vetos-e-vai-manter-negociacao.shtml Acesso em 6 de mai 2021.

Numa sociedade estruturada pela dominação masculina, a posição das mulheres não é apenas ‘diferente’ da dos homens. É uma posição social marcada pela subalternidade. Mulheres possuem menos acesso às posições de poder e de controle dos bens materiais. Estão mais sujeitas à violência e à humilhação. O feminino transita na sociedade como inferior, frágil, pouco racional; é o ‘outro’ do universal masculino, como a reflexão feminista aponta desde Simone de Beauvoir.

A questão da historicidade é de suma importância para compreender o interdiscurso, já que “o saber discursivo que foi-se constituindo ao longo da história foi produzindo dizeres, a memória que tornou possível esse dizer para esses sujeitos num determinado momento e que representa o eixo de sua constituição (interdiscurso)” (ORLANDI, 2020, p. 31).

O ‘normal’, ‘natural’, ou, para melhor dizer, o que foi historicamente naturalizado em nossa sociedade, é a posição de inferioridade, fragilidade e subalternidade das mulheres. No momento em que Dilma Rousseff assumiu a presidência esta mesma sociedade (e todos os seus aparatos sociais) ficou diante de algo totalmente diferente, nunca antes visto. Como representar essa singularidade? A estratégia do **CB**, como visto na análise da fase de (des)construção do governo Dilma, foi, num primeiro momento, afastar Dilma de um ideal de feminino ou feminilidade, aproximando seu temperamento a características naturalmente (ou de forma naturalizada) atribuídas ao comportamento masculino (autoridade, assertividade e autoritarismo, por exemplo) numa tentativa de interpretar ou aproximar o acontecimento a algo já conhecido, adequando aquela nova realidade. Num segundo momento, especialmente a questão do autoritarismo de Dilma foi ressaltada, o que resultou numa personalidade ou temperamento inadequado para um governante, que precisa dialogar e ceder para bem governar.

Esta estratégia permaneceu na fase de (des)legitimação, não com tanta força como na fase anterior, mas ainda relevante. Trago, como primeiro exemplo, a notícia **Com viagem de Dilma, Temer e Calheiros, Henrique Alves assume a presidência**, de junho de 2013. O subtítulo e primeiro parágrafo dedicam-se à explicação de que Dilma e Calheiros estavam em Portugal e Temer na Inglaterra, o que fez com que o presidente da Câmara assumisse a presidência. O segundo parágrafo detalha a agenda de Henrique Alves e o terceiro, e último, apresenta a seguinte construção:

A recepção de Alves agradou aos parlamentares. “A maneira como fomos recebidos hoje e o comportamento do presidente com todos nós líderes é algo que sinaliza aquilo que nós temos que evoluir: a abertura do diálogo”, disse o líder do partido Democratas (DEM) na Câmara dos Deputados, Ronaldo Caiado. (CORREIO BRAZILIENSE, 2013)

Como pode-se perceber, a notícia não faz uma crítica direta ao comportamento de Dilma, porém, deixa claro que os líderes estão satisfeitos com a forma que Alves os recebeu e, a partir da fala de Ronaldo Caiado, fica clara a comparação e a crítica. O autoritarismo imputado à presidenta é retomado de maneira implícita: existe um aspecto que precisa ser melhorado (evoluir) – a abertura do diálogo. Pela lógica, se é preciso ‘evoluir’ a ‘abertura do diálogo’ é porque este diálogo não existe ou, no mínimo, é difícil, não é ‘aberto’ com a presidenta, o que remete ao possível autoritarismo de Dilma.

Neste mesmo sentido, a notícia **Dilma ficou satisfeita com manutenção de vetos e vai manter negociação** apresenta falas da ministra da Secretaria de Relações Internacionais, Ideli Salvatti, afirmando que a aproximação com a base aliada seria mantida pela presidenta. Tais falas foram apresentadas pelo **CB** da seguinte maneira:

“Foi uma vitória da harmonia entre os poderes. A presidente ficou muito satisfeita, porque isso foi fruto de um processo de muita conversação, de negociação em pontos onde era possível.” Avaliou. Nas últimas semanas, Dilma mudou de postura em relação aos parlamentares e recebeu líderes da base aliada em pelo menos cinco reuniões no Palácio do Planalto.

“Não tenho a menor dúvida de que essa postura da presidente, as reuniões, as conversações, as mesas de negociação, em que foram estabelecidas de forma intensiva nesse último período, foi fator determinante para o resultado que tivemos no dia de ontem”, disse. (CORREIO BRAZILIENSE, 2013)

O destaque vai para a colocação do **CB** entre as falas da secretária: “Dilma mudou de postura em relação aos parlamentares e recebeu líderes da base aliada em pelo menos cinco reuniões[...]”. O que está dito é que houve uma mudança de postura por parte da presidenta e o que não está dito, é como era a postura de Dilma antes da mudança. O que se pode inferir é que não havia diálogo da presidenta com a base aliada.

A centralização do poder nas mãos da presidenta também é demonstrada na notícia **Dilma pede reunião com Morales para discutir caso de senador boliviano** na qual encontra-se a seguinte fala do ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo: “Dilma é quem ‘conduz tudo o que está relacionado’ com o caso Pinto”. É possível imaginar que o caso que envolvia um senador boliviano refugiado no Brasil envolveria o ministro das Relações Exteriores brasileiro, porém fica claro que este não tem o que acrescentar visto que Dilma centraliza as decisões em si.

O carimbo de autoritária, intransigente e incapaz de diálogo é representado pelo veículo mesmo quando a presidenta age de forma contrária ao rótulo. É uma ação recorrente por parte do veículo. Se a representação social acerca das mulheres no senso comum é que elas são dóceis, afáveis e prontas ao diálogo, observamos que no discurso do **CB** a presidenta

é o avesso de tal representação, mas isso não é tratado em um sentido positivo, ao contrário, alimenta a sua deslegitimação.

6.3.3 Ofuscamento

A respeito da matriz secundária **Ofuscamento**, que trata da presença realçada do ex-presidente Lula em notícias que dizem respeito à Dilma Rousseff, lembrando um posicionamento em que Dilma só se tornou presidenta por causa do apadrinhamento de Lula e a dependência de suas ações e decisões ao aval do ex-presidente, o **CB** também persiste nesta estratégia discursiva no primeiro semestre de 2013. Assim como a matriz secundária **Temperamento**, esta também possui uma escala menor nesta segunda fase.

Como exemplos, as notícias **Evento de dez anos do PT pode ser largada para campanha eleitoral de Dilma** (citada anteriormente), **Em clima de campanha, Dilma e Lula vão em evento no quintal de Aécio** (citada anteriormente) e **Presidente da República, Dilma Rousseff, se reúne com Lula em São Paulo**¹³¹. As duas primeiras notícias fazem a conexão entre Dilma, Lula e eleições, reafirmando que o **CB** imputa à Lula a vitória de Dilma nas eleições de 2010 e que pode se repetir em 2014. A terceira notícia trata de uma reunião entre Dilma e Lula em que o tema não foi divulgado e nenhum dos participantes falou com a imprensa. Dessa forma, a notícia apresenta que houve a reunião, o local da reunião e quem participou. Ao final da notícia o **CB** apresenta:

Em nota divulgada hoje (18/06) no Instituto Lula, o ex-presidente disse que as manifestações e o movimento social não são coisa de polícia, mas sim de mesa de negociação. “Ninguém em sã consciência pode ser contra manifestações da sociedade civil, porque a democracia não é um pacto de silêncio, mas sim a sociedade em movimentação em busca de novas conquistas” (CORREIO BRAZILIENSE, 2013).

Numa notícia que trata de uma reunião da qual a presidenta participou, mas que não se sabe nada, o jornal optou por apresentar o posicionamento do ex-presidente em relação às manifestações sociais ocorridas naquele período, ou seja, o **CB** supõe que a reunião tratou das manifestações e, portando, publicou o posicionamento de Lula e não de Dilma.

Neste capítulo foram apresentadas as matrizes discursivas encontradas no período entre janeiro e agosto de 2013, o qual chamo de (des)legitimação. A partir do contexto apresentado, pode-se perceber que enquanto a presidenta encabeçava altos índices de aprovação popular, o discurso jornalístico, representado aqui pelo **Correio Braziliense**,

¹³¹ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/aoo/noticia/politica/2013/06/18/interna_politica.372102/presidente-da-republica-dilma-rousseff-se-reune-com-lula-em-sao-paulo.shtml Acesso em 6 mai 2021.

acentuava as críticas à atuação da presidenta abusando do uso de adjetivos em suas notícias informativas. Ao mesmo tempo, faz parte da estratégia discursiva do **CB** a utilização e referência às falas da presidenta, porém a forma pela qual o **CB** se apodera dessas falas é que nos chama atenção. São menções que remetem ao temperamento de Dilma (autoritarismo e assertividade), que usam uma ironia feita pela presidenta de forma reversa, e tratam de certa insistência de Dilma na aprovação de ações das quais ela tiraria proveito nas eleições do ano seguinte ou que não dependem dela. Vimos também o retorno do jornal a matrizes discursivas encontradas em 2011, que tratam do temperamento de Dilma e do ofuscamento de sua atuação a partir da presença de Lula. Além disso, vimos referências ao patrimonialismo, notícias em que o **CB** trata de campanhas eleitorais fora de época feitas pela presidenta e sua proximidade com Evo Morales.

7. O GOLPE E O GÊNERO

*“Este é o segundo julgamento a que sou submetida em que a democracia tem assento, junto comigo, no banco dos réus.”
Dilma Rousseff, 2016*

A última fase analisada compreende os seis meses que antecederam a concretização do impeachment de Dilma Rousseff, janeiro a agosto de 2016. Tenho um total de 98 notícias submetidas a análise de discurso no intuito de compreender a forma pela qual o **CB** representou a presidenta nesse período.

Dilma Rousseff viveu momentos diferentes de ameaça à democracia brasileira. O primeiro, escancarado, e o segundo, camuflado. Nos dois momentos sofreu por, além de estar ao lado da democracia, ser mulher. No Brasil, a história da participação das mulheres na política é recente e nem um pouco atraente. Dilma foi presa e torturada durante a ditadura militar. Anos mais tarde, em 2016, a tortura pela qual passou foi de outro tipo.

A fase de **Golpe** recebeu esta denominação após muitas reflexões. A princípio, chamaria de **Queda**. Apesar de, pessoalmente, ter clareza de que o impeachment foi sim um golpe sofrido por Dilma e pela democracia, ainda hoje, persiste uma guerra de narrativas em diversos setores da sociedade – como na imprensa e na academia – que argumentam, por um lado, que foi golpe e, por outro, que foi impeachment. Aos poucos, compreendi – como feminista e estudiosa das teorias feministas e de gênero – que, diante destas questões faz-se necessário um posicionamento e, uma denominação pode auxiliar na transformação ou na reprodução da realidade.

Sabe-se que o feminismo, ao mesmo tempo em que desconstruía a universalidade do sujeito (masculino, branco e heterossexual), imputava certa universalidade ao feminino. Isso foi se transformando (especialmente a partir dos estudos pós-modernos e pós-estruturalistas) e a mulher, tratada como universal, saiu do singular e foi para o plural (assim como fomos de feminismo para feminismos), porque somos plurais. Negras, brancas, orientais, indígenas. Heterossexuais, homossexuais, bissexuais, pansexuais. Do norte, do sul, casadas, solteiras, mães, tias, professoras, donas de casa. Enfim, a diversidade de classes, origens, culturas e realidades é gigantesca e, por isso, não quero me encaixar em um sujeito universal, seja ele no masculino ou no feminino.

Com a desconstrução da categoria mulher, a teoria e o movimento passam a incluir ao invés de excluir. Joan Scott (1994, p. 14), no prefácio à obra **Gender and Politics of History** (1988), discorre brevemente sobre sua motivação apontando que esta,

(...) era e é compartilhada com outras feministas e é abertamente política: apontar e modificar as desigualdades entre homens e mulheres. Mais do que isso, é uma motivação que as feministas compartilham com os que estão preocupados em modificar a representação de outros grupos deixados fora da história em razão da raça, etnicidade e classe, tanto quanto em razão do gênero. Ainda que sejam fáceis de fazer, essas afirmações são difíceis de implementar, especialmente se nos falta uma análise de como as hierarquias de gênero são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas.

Seguindo aquilo que motiva Scott – não só apontar, mas modificar as desigualdades – internalizei o caráter também político desta pesquisa e, assim, não seria adequado evitar a parcialidade a qualquer custo. Dilma não sofreu uma queda e, muito menos, um impeachment nos termos adequados à lei. Dilma Rousseff, juntamente com a ainda jovem democracia brasileira, sofreram um Golpe com características misóginas, conforme será demonstrado no decorrer da análise das formações discursivas.

Jessé Souza, sociólogo, historiador, professor e pesquisador, foi, inicialmente, citado nesta tese ao tratar do tema patrimonialismo. O autor, além de outras, também escreveu a obra **A Radiografia do Golpe** (2016) - já citada em capítulo anterior -, na qual aponta que neste último golpe, assim como nos anteriores, a motivação foi política e financeira, atendendo aos interesses da elite¹³². Numa primeira parte, a obra trata de duas questões centrais: 1) as pré-condições do golpe, colocando a “elite do dinheiro” como mandante do golpe, que foi “realizado por outros em seu nome – sem que essa elite seja sequer mencionada na trama” (SOUZA, 2016, p. 11), e 2) os novos conflitos de classe que, de acordo com Souza (2016, p. 11), são “fruto da recente ascensão social de setores populares, que serviram de pano de fundo para viabilizar o golpe”. O autor aponta que somada a estas duas questões - que configuram as razões do golpe -, tem-se ainda a “viciada e distorcida cobertura midiática” (2016, p. 11). Numa segunda parte o autor apresenta uma reconstrução do dia a dia do golpe na busca pela compreensão da “complexa articulação de interesses – sempre encobertos e nunca admitidos - que permitiu a ação concertada de diversos atores sociais que terminaram na derrubada, por um pretexto ridículo e descabido, de um governo eleito democraticamente” (SOUZA, 2016, p. 14).

Joan Scott (1994, p. 14) assumiu motivações políticas e partiu para análise “de como as hierarquias de gênero são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas” no intuito de “modificar a representação de outros grupos deixados fora da história em razão da raça,

¹³² Importante ressaltar que Souza nomeia o grupo que detém o exercício da exploração e da dominação no Brasil (exercício do poder) como elite, elites, elite do atraso, elite do dinheiro, como pode ser observado na obra **A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato** (2017).

etnicidade e classe, tanto quanto em razão do gênero”. Jessé Souza (2016, p. 17) aponta seu interesse em “forjar uma compreensão alternativa da realidade brasileira que permita uma intervenção prática na realidade também distinta de tudo que tivemos”. Entendo por “intervenção prática” ação, transformação, e percebo que Souza intenta (também) a modificação – termo usado por Scott - a partir da contraposição a uma “leitura dominante e superficial do mundo, que é reproduzida em praticamente todos os nossos jornais e canais de televisão” (SOUZA, 2016, p. 11).

Também movida pela vontade de mudança assumo e reverbero o golpe de 2016, contra a presidenta e contra a democracia. As possibilidades apresentadas pela democracia estavam no caminho de pequenos grupos de elite, no caminho do patrimonialismo e do patriarcado, atrapalhando a manutenção da riqueza e dando papéis essenciais a atores sociais que deviam permanecer como dominados e subalternos. Dessa maneira, mantenho a nomenclatura **Golpe** para a fase que compreende os últimos 6 meses de Dilma Rousseff no poder – janeiro a agosto de 2016. Apesar de afastada do exercício da presidência em 12 de maio, apenas em 31 de agosto seu mandato foi oficialmente cassado.

As questões que, de acordo com Jessé Souza (2016), formam o pano de fundo para o golpe, tiveram as pedaladas fiscais como justificativa legal para a efetivação da instalação do processo de impeachment contra a presidenta. As pedaladas constituem operações utilizadas para maquiar o resultado das contas públicas¹³³. O Tesouro Nacional atrasa o repasse de verbas para os bancos a fim de melhorar, de forma artificial, as contas federais¹³⁴. No Brasil existe a Lei de Responsabilidade Fiscal – que estabelece normas para as finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal – que proíbe, em seu artigo 36¹³⁵, que um banco público financie os gastos do governo que o controla.¹³⁶

Apesar de parecer recente, o termo ‘pedaladas fiscais’ já foi usado em outros momentos. João Villaverde na obra **Perigosas Pedaladas** (2016, p. 103-105) aponta que o termo,

Foi cunhado por um grupo restrito de técnicos da área orçamentária e fiscal do governo e também das assessorias legislativas do Congresso, em especial aqueles que atendiam por outro apelido, os “siafeiros”. Eram

¹³³ Disponível em: <https://mercadopopular.jusbrasil.com.br/artigos/241550408/o-que-e-pedalada-fiscal-um-manual-para-nao-economistas> Acesso em 10 mai 2021.

¹³⁴ Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/economia/pedaladas-fiscais/> Acesso em 10 mai 2021.

¹³⁵ **Art. 36.** É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11241704/artigo-36-lc-n-101-de-04-de-maio-de-2000> Acesso em 10 mai 2021.

¹³⁶ Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/102628/lei-de-responsabilidade-fiscal-lei-complementar-101-00> Acesso em 10 mai 2021.

os especialistas em operar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

O sistema foi criado em 1987 no bojo das reformas que modernizaram a gestão orçamentária e fiscal do Brasil após a grave crise econômica que acelerou o fim da ditadura e quebrou o estado.

[...]

Desde o fim dos anos 1980, uma manobra contábil com o intuito de fingir a realização de uma operação passou a ser, então, também chamada de “pedalada” tanto no setor público quanto no setor privado. Até operações de antecipação de receitas passaram a ganhar o apelido, entre contadores de empresas privadas, de “pedalada”.

Tanto o termo quanto a ação que ele designa não são novidades no contexto político-econômico. Em julho de 2015 o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, ao prestar esclarecimentos sobre as pedaladas na Câmara, afirmou que os atrasos em repasses aos bancos, as pedaladas, também ocorreram em gestões anteriores à de Dilma Rousseff e vinham acontecendo desde 2000¹³⁷. Em março de 2016, Dilma Rousseff – durante encontro com artistas e intelectuais em Brasília – fez a seguinte afirmação¹³⁸: "Meu impeachment baseado nisso (pedaladas fiscais) significa que todos os governos anteriores ao meu teriam que ter sofrido impeachment. Porque todos, sem exceção, praticaram atos iguais aos que eu pratiquei, e com respaldo legal" (ROUSSEFF, 2016). Já em maio de 2016, a página Senado Notícias, por meio da Agência Senado, publicou a notícia **Presidente Dilma não cometeu qualquer crime que justifique o impeachment, afirmam juristas**¹³⁹. A notícia afirma que:

Se acolhido, o processo de impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff, seria uma condenação sem crime, afirmaram os três juristas ouvidos nesta terça-feira (3) na Comissão Especial. A denúncia em exame, disseram os especialistas, fere a ordem jurídica estabelecida.

[...]

Os juristas contestaram ainda a ideia de que haveria ilegalidade nos atrasos, pelo governo, de repasses de recursos para bancos públicos encarregados de executar políticas públicas, apelidados de pedaladas fiscais. Como afirmaram, não há base jurídica no entendimento mais recente do TCU de que, quando o poder público se torna devedor de um banco público ou privado, isso se traduz em operação de crédito, o que é proibido pela LRF. (AGÊNCIA SENADO, 2016)

Retornando à utilização do termo ‘pedalada fiscal’, Villaverde (2016, p. 105) afirma que “nos jornais o termo tem sido empregado com significados semelhantes a esse há trinta anos”. Como exemplos o autor apresenta a notícia da **Folha de S. Paulo**, publicada em 3 de

¹³⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/agu-diz-que-pedaladas-fiscais-foram-adoptadas-por-governos-anteriores.html> Acesso em 10 mai 2021.

¹³⁸ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/31/dilma-se-encontra-com-artistas-em-brasilia.htm> Acesso em 10 mai 2021.

¹³⁹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/03/presidente-dilma-nao-cometeu-qualquer-crime-que-justifique-o-impeachment-afirmam-juristas> Acesso em 10 mai 2021.

outubro de 1990: “Juros sobem e BC não vende LTN no leilão” que utiliza o termo ‘pedalada’ como apelido para ‘manobra’ (VILLAVERDE, 2016, p. 106). Villaverde apresenta outros exemplos (2016, p. 107-107):

Em reportagem de 6 de fevereiro de 1998 no jornal O Globo, os repórteres Sheila D’Amorim, Marcelo Aguiar e Geraldo Magella descreveram as diferentes formas com que investidores internacionais e empresas brasileiras aproveitavam a enorme taxa de juros oferecida pelo governo FHC nos títulos públicos [...]. Na matéria “País atriu US\$ 2 bi em uma semana” os jornalistas apontam que ‘as empresas brasileiras que haviam captado no exterior também vêm ajudando a manter o fluxo positivo. Muitas vêm buscando empréstimo-ponte para pagar bônus que estão vencendo. Essa pedalada evita que saia dinheiro do país, para o pagamento dos bônus que vencem”.

Com este exemplo de 1998, o autor demonstra que o termo “pedalada” foi utilizado pelos jornalistas do jornal **O Globo** ao explicarem uma manobra financeira durante o governo FHC. Dez anos depois, o mesmo termo foi utilizado na **Folha de S. Paulo** fazendo referência a uma manobra feita por George W. Bush, presidente dos Estados Unidos à época.

Durante o estouro da crise mundial, o economista Paulo Rabello de Castro anotou em sua coluna “A crise financeira se alastra”, publicada na Folha de S. Paulo em 27 de agosto de 2008, que “em meados do ano 2000, rompera-se a bolha das ações de tecnologia na Bolsa Nasdaq. E ao final daquele ano, véspera da posse de George W. Bush, eram evidentes os sinais recessivos. Em seguida, vieram as quebras da Enron e da WordCom e o atentado de 11 de setembro. Greenspan tinha a opção de administrar ‘aquele osso, uma dura crise recessiva bem ao final de seu longo e ‘mágico’ mandato ou tentar, de novo, a pedalada que já usara antes – inflar o meio circulante, aumentando fortemente o incentivo ao gasto entre os americanos. Entre a glória e a crítica, não teve dúvida”.

Juntamente com Villaverde (2016), percebe-se que o termo já era usado pela mídia antes dos acontecimentos que rodearam o governo Dilma. Contudo, a partir da hipótese do impeachment de Dilma, as ‘pedaladas fiscais’ passaram a ocupar generosamente os noticiários e, em consequência, o imaginário social.

Em junho de 2016 os jornais **Folha de S. Paulo**, **Estadão** e **Valor Econômico** estamparam em suas manchetes que a presidenta não teve responsabilidade sobre as “pedaladas fiscais” de acordo com a perícia do Senado¹⁴⁰. A revista **Exame** também publicou a matéria: **Junho/2016: Laudo mostra que Dilma não participou de irregularidades**¹⁴¹ também apontando para a perícia realizada pelo Senado, assim como o

¹⁴⁰ Disponível em: <https://contrafeut.com.br/noticias/pericia-do-senado-comprovou-que-dilma-e-inocente-e-agora-61b0/> Acesso em 11 mai 2021.

¹⁴¹ Disponível em: <https://exame.com/brasil/laudo-mostra-que-dilma-nao-participou-de-irregularidades/> Acesso em 11 mai 2021.

site G1, com a notícia **Perícia concluiu que Dilma não participou de pedaladas fiscais**¹⁴². Contudo, em 31 de agosto de 2016 foi finalizado o processo de impeachment e concretizado o golpe.

Os autores Pedro Fassoni Arruda (2018) e Maria Beatriz C. Abramides (2018), em artigos diferentes, abordam a questão do golpe de 2016 e suas relações com a classe trabalhadora e a reforma trabalhista (materializada durante o governo Bolsonaro). Arruda (2018, p. 160) aponta que a contrarreforma trabalhista constitui um aspecto da luta de classes no país e os direitos trabalhistas – conquistados através de anos de luta por parte dos trabalhadores – são tratados pelos empresários como encargos e/ou privilégios que devem ser abolidos. Na visão do autor (2018, p. 160),

Essa reforma só foi possível como desdobramento de um Golpe de Estado, no qual a palavra *impeachment* foi utilizada para dar uma aparência de legalidade à destituição de uma presidenta sem crime de responsabilidade. De fato, nenhum candidato à presidência seria eleito pelo voto popular apresentando uma proposta de retrocesso como essa. As medidas são claramente impopulares e só foram aprovadas no Congresso porque os próprios representantes eleitos – latifundiários, comerciantes, industriais, barões da mídia, coronéis ou seus lacaios – agiram em nome de seus interesses particulares, legislando em causa própria.

Já a autora Abramides (2018, p. 180), aponta para um cenário de profunda crise político-econômica no país, no qual as medidas tomadas iam no sentido de atacar direitos e conquistas dos trabalhadores, o que representa “um retrocesso brutal em relação aos direitos trabalhistas, que têm retornado a patamares da fase pré-capitalista”. A autora aponta ainda para o que chama de “falácia dos governos no sentido de conciliação de classes em toda América Latina, que se autodesignaram ‘democrático-populares’ [...]”. Abramides (2018, p. 160) ressalta que existe o avanço da direita em todo continente, contudo, este aspecto foi agravado no Brasil,

por um Golpe institucional que se configurou em uma ditadura civil a serviço do capital internacional de financeirização da economia. É preciso ampliar o combate contra o governo usurpador de Michel Temer, continuar na luta para a revogação da terceirização da contrarreforma trabalhista, da PEC da morte, dos ajustes fiscais, dos projetos contra os trabalhadores que tramitam no Congresso Nacional [...].

Tendo explicado estas questões iniciais, parto para apresentação das matrizes discursivas encontradas na análise das matérias publicadas pelo **CB** entre janeiro e agosto

¹⁴² Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/06/pericia-conclui-que-dilma-nao-participou-de-pedaladas-fiscais.html> Acesso em 11 mai 2021.

de 2016. A partir da análise do discurso das matérias, percebe-se o isolamento de Dilma com a matriz **Adversários**. Do início ao fim do semestre diversos são os oponentes de Dilma apresentados pelo jornal. Oposição, PMDB, base política, Aécio Neves, Eduardo Cunha e o próprio tempo são colocados num campo de batalha frente à presidenta. Outra matriz é a **Antecipação**. O impeachment estava sendo tratado como um fato, antes mesmo do afastamento da presidenta, em 12 de maio, ou do parecer favorável ao impeachment em 6 de abril de 2016.

As notícias que circundavam a presidenta também passam a tirar de Dilma uma posição e/ou atuação política, reservando à presidenta o papel de coadjuvante nas notícias (e acontecimentos políticos) e, simultaneamente, colocando-a no papel de mãe e avó, não de presidenta. Nomeio esta matriz de **Feminização**, utilizando o entendimento de que Dilma, ao assumir a presidência em 2011, ocupou uma posição até então desconhecida para uma mulher em nossa sociedade (o que foi apontado na análise da fase de (des)construção, na qual foram atribuídas características naturalizadas como masculinas ao temperamento de Dilma) e, a partir das estratégias discursivas utilizadas pelo jornal, Dilma passou a ocupar já em 2016 – no discurso do **CB** - um lugar conhecido e naturalizado para as mulheres em nossa sociedade: o lugar de mãe.

Assim como nos capítulos anteriores de análise, passarei por uma breve apresentação dos antecedentes do semestre trabalhado para, posteriormente, destrinchar as matrizes discursivas elencadas.

7.1 Antecedentes

Para compreendermos os acontecimentos de 2016 é preciso voltar um pouco mais no tempo. Derrotado nas urnas em 2014, Aécio Neves (PSDB), prometeu oposição “incansável e intransigente”¹⁴³ ao governo recém-eleito. Rodrigo de Almeida (2016, p. 31), secretário de Imprensa de Dilma, chama Aécio de “o candidato que não soube perder” e também de “moralistas sem moral”¹⁴⁴ Aécio Neves, Eduardo Cunha e Michel Temer (todos envolvidos diretamente no golpe), na obra **À sombra do poder** (2016).

Em 2015 deu-se início ao segundo mandato de Dilma Rousseff após eleições extremamente concorridas e turbulentas. Eduardo Cunha (PMDB-RJ) foi eleito presidente da Câmara sem o apoio do governo, que apoiou Arlindo Chinaglia (PT-SP), quando começou

¹⁴³ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/05/aecio-neves-promete-oposicao-201cincansavel-e-intransigente201d> Acesso em: 21/01/2021.

¹⁴⁴ Retomando o discurso de Dilma na CUT em outubro de 2015.

a ruptura entre Cunha e o governo. Com a crise econômica, Dilma cortou oito ministérios, 30 secretarias nacionais - que eram apêndices desses ministérios - e 3 mil cargos comissionados. Presidenta, vice e ministros sofreram redução de 10% nos salários¹⁴⁵. Protestos (contra e a favor da presidenta) voltaram a tomar o Brasil.

O Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou ao Congresso Nacional a rejeição das contas do governo referentes ao ano de 2014, em outubro de 2015 e, para os ministros, a presidenta havia descumprido a Lei de Responsabilidade Fiscal. No mesmo mês, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reabriu ação para investigar a campanha de Dilma e Temer de 2014 a partir de ação proposta pela coligação Muda Brasil¹⁴⁶.

A investigação de Eduardo Cunha pela Lava Jato teve início também em 2015. O presidente da Câmara era suspeito de envolvimento no esquema de corrupção da Petrobrás. Cunha acusou o governo de orquestrar as denúncias, negou ter quantias no exterior em depoimento e, posteriormente, o STF sequestrou R\$ 9 milhões pertencentes a Cunha em contas na Suíça.

Em novembro de 2015, o senador petista Delcídio do Amaral foi preso pela operação Lava Jato por tentativa de obstrução das investigações. Em 3 de dezembro, Cunha aceitou o pedido de impeachment¹⁴⁷ da presidenta, horas após o PT votar contra ele no Conselho de Ética. Cinco dias após o acolhimento do pedido de impeachment, Michel Temer enviou carta à Dilma apontando episódios que demonstrariam certa desconfiança do governo em relação ao PMDB¹⁴⁸. A carta foi vazada na mídia e Temer culpou à Presidência da República pelo vazamento.

Já em janeiro de 2016, o ex-presidente Lula e sua esposa, Marisa Letícia, foram citados na Operação Lava Jato por crime de ocultação de patrimônio (referente ao sítio de Atibaia e ao triplex no Guarujá, que posteriormente levaram Lula à prisão e ao seu impedimento em participar das eleições de 2018). Dilma e Temer tiveram uma reunião na qual o vice-presidente aconselhou Dilma a falar menos e ouvir mais nas reuniões e que o governo precisaria ser “mais servo” (MORENO, 2017, p. 222).

¹⁴⁵ Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/politica/2015/12/relembre-quinze-fatos-politicos-que-marcaram-2015> Acesso em 27 abr 2021

¹⁴⁶ Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/politica/2015/12/relembre-quinze-fatos-politicos-que-marcaram-2015> Acesso em 27 abr 2021

¹⁴⁷ Eduardo Cunha deu prosseguimento ao pedido de impeachment dos juristas Helio Bicudo e Miguel Reale Júnior, tendo como base as pedaladas fiscais e edição de decretos.

¹⁴⁸ Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html> acesso em 27 abr 2021

Em março daquele ano, voltaram a acontecer manifestações pró e contra governo, além da exaltação e homenagens à Sérgio Moro (juiz federal em Curitiba que comandou as operações da Lava Jato entre março de 2014 e outubro de 2018). No entremeio das manifestações, Dilma nomeou o ex-presidente Lula como ministro da Casa Civil e foi acusada de tentar conceder foro privilegiado à Lula. Com isso, Moro divulgou gravações do ex-presidente, incluindo sua conversa com a presidenta a respeito da nomeação. Gilmar Mendes, ministro do STF suspendeu a nomeação de Lula e Eugênio Araújo, ministro da justiça à época, declarou estar estudando medidas judiciais contra a ação de Moro (MORENO, 2017).

Em abril, o Datafolha¹⁴⁹ divulgou pesquisa que indicava que 61% dos entrevistados eram a favor do impedimento de Dilma (em março eram 68%). O PMDB rompeu com o governo e começou a deixar os ministérios dos quais era responsável. No dia 11 de abril, a Comissão de Impeachment da Câmara decidiu pela aprovação do relatório favorável ao impeachment, redigido pelo deputado Jovair Arantes (PMDB), com 367 votos a favor e 137 contra (MORENO, 2017). A respeito da votação, Moreno (2017, p. 235), afirma que “A votação, aberta, é um evento midiático e político sem precedentes no Brasil, com direito a transmissão televisiva ao vivo.” Após o evento, Dilma discursou e afirmou que seu afastamento era um golpe de Estado.

Em seguida ao afastamento da presidenta houve o vazamento do áudio de Temer discursando como se fosse o presidente empossado, Moreno (2017, p. 236), afirma que o vice começou “a revelar alguns de seus planos futuros para a presidência, como a proposição de idade mínima de 65 anos para aposentadoria e a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)”.

No mês de maio o ex-presidente Lula sofreu a denúncia de Rodrigo Janot ao STF por tentar comprar o silêncio de Nestor Cerveró junto à Lava Jato (MORENO, 2017). Michel Temer assumiu a presidência de forma interina e anunciou 23 ministérios, extinguiu a pasta da cultura e, após repercussão negativa, tentou criar a Secretaria Nacional da Cultura, mas acabou recriando o ministério por meio de uma medida provisória. Villaverde (2016, p. 239-240) afirma que,

Dilma foi então afastada da presidência e Michel Temer assumiu no início da tarde. Por mais de três meses, Dilma passaria a lutar do Palácio da Alvorada para voltar ao poder. Nesse período, Temer foi o presidente interino, despachando do Palácio do Planalto. Logo dez dias depois de

¹⁴⁹ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/04/09/interna_politica.526561/apoio-a-impeachment-de-dilma-cai-de-68-para-61-aponta-pesquisa.shtml Acesso em 10 jul 2021.

tomar posse, um dos ministros mais próximos da nova gestão, o senador Romero Jucá, do PMDB de Roraima, que tinha acabado de começar a comandar o Ministério do Planejamento, deixou o cargo após revelação de um áudio gravado no âmbito da Operação Lava-Jato em que Jucá dizia a Sérgio Machado, afilhado do partido e ex-presidente da Transpetro (2003-2014), que somente a posse de Temer poderia acabar com as investigações e “salvar todo mundo”.

Villaverde (2016, p. 240) aponta ainda que, em 27 de junho, técnicos do Senado que realizaram uma perícia do caso das pedaladas fiscais solicitada pela defesa da presidenta no processo de impeachment, divulgaram relatoria afirmando que:

não havia registro de que a presidente fora responsável pelas pedaladas, mas somente pela edição dos decretos orçamentários. As pedaladas eram atos do Tesouro Nacional, vinculado ao Ministério da Fazenda, mas não havia qualquer peça documental que apontasse Dilma como autora ou mesmo ciente das operações. Nos decretos, por outro lado, a perícia verificou o que já era evidente: por serem assinados pela própria presidente, não havia como afastar sua responsabilidade. A defesa aproveitou os resultados da perícia para voltar a reforçar o discurso de golpe, mas continuou negando que a edição de decretos tivesse sido um atentado às leis orçamentárias.

Também em junho de 2016 o relator do Conselho de Ética da Câmara – Marcos Rogério (DEM) - pediu a cassação de Eduardo Cunha. Rodrigo Janot lançou um pedido de prisão para o presidente da Câmara, além dos senadores Romero Jucá e Renan Calheiros e do ex-presidente José Sarney. Teori Zavaski negou os pedidos. Com a delação do ex-presidente da Transpetro – Sérgio Machado – o presidente interino e 22 políticos de partidos diversos foram acusados de pedir propina (MORENO, 2017).

Eduardo Cunha pediu renúncia do cargo em julho de 2016 com intuito de preservar o mandato e Rodrigo Maia (DEM) foi eleito para ocupar sua posição. Pela primeira vez a Justiça Federal aceitou denúncia contra Lula, tornando o ex-presidente réu – acusado de obstruir as investigações da Lava-Jato na tentativa de comprar o silêncio de Cerveró (MORENO, 2017).

O mês de agosto foi um período agitado. Rodrigo Maia marcou para 12 de setembro a votação para a cassação de Eduardo Cunha e o Senado decidiu, na madrugada do dia 10, levar Dilma ao julgamento final do processo de impeachment – pelas acusações embasadas na edição de um decreto de crédito suplementar incompatível com a meta fiscal (entre outros decretos) e pelas pedaladas fiscais (MORENO, 2017).

A polícia federal indiciou Lula e sua esposa na Lava-Jato, com base na suspeita de corrupção passiva e lavagem de dinheiro (tríplex do Guarujá). No dia 25 daquele mês, deu-se início ao julgamento final de Dilma e no dia 29 de agosto a presidenta fez sua defesa,

respondendo a questionamentos. Em seu discurso inicial, Dilma fez, entre outras, a seguinte afirmação¹⁵⁰:

Sei que, em breve e mais uma vez na vida, serei julgada. E é por ter a minha consciência absolutamente tranquila em relação ao que fiz, no exercício da presidência da república, que venho pessoalmente à presença dos que me julgarão. Venho para olhar diretamente nos olhos de vossas excelências e dizer, com a serenidade dos que nada têm a esconder, que não cometi nenhum crime de responsabilidade. Não cometi os crimes dos quais sou acusada injusta e arbitrariamente. (ROUSSEFF, 2016)

A presidenta passou por 14 horas de questionamentos feitos por 48 senadores. Na manhã do dia 31, deu-se início a votação dos senadores e, por 61 votos a favor do impedimento e 20 contra, Dilma Rousseff foi afastada da presidência de forma definitiva. A presidenta foi afastada em nome de Deus e da família, de acordo com o voto de diversos senadores e, também em memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, como constou no discurso do atual presidente da república Jair Bolsonaro: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim”.¹⁵¹

7.2 Matrizes Discursivas

Como disse anteriormente, entre as 98 notícias publicadas pelo **CB** na editoria política e analisadas por meio da Análise de Discurso durante o período proposto, encontrei três matrizes discursivas principais: **Adversários**, **Antecipação** e **Feminização**. É importante ressaltar que, após o afastamento da presidenta, em 12 de maio, as matrizes se mantiveram, apenas mudando a intensidade - como no caso da matriz **Adversários** que obteve 16 ocorrências antes do afastamento e apenas duas após o fato. Já as matrizes **Antecipação** e **Feminização** foram mais contínuas durante o semestre analisado.

7.2.1 Adversários

Durante o primeiro semestre de 2016, o discurso do **CB** nos apresentou os diversos adversários de Dilma Rousseff. Em alguns momentos, exatamente este termo foi utilizado: adversário(s). Em outros, apenas apontou situações e/ou atores sociais que se colocavam contra a presidenta. Ao apontar - majoritariamente - aqueles que são contra Dilma, pode-se apreender que o discurso direciona para o entendimento de que a presidenta estava isolada.

¹⁵⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/veja-e-leia-integra-do-discurso-de-dilma-no-senado.html> Acesso em 14 mai 2021.

¹⁵¹ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb Acesso em 18 mai 2021.

Podemos iniciar com a notícia: **Sob a sombra de 2015, novo ano será complicado para o governo federal**¹⁵², publicada no dia primeiro de janeiro. O título já nos mostra o primeiro adversário de Dilma: o ano de 2015, que é apresentado como um ano que acabou apenas no calendário, mas que as questões político-econômicas permanecerão em 2016. Além disso, o tema do impeachment fica exposto no subtítulo: ‘As pendências políticas e econômicas não ficaram para trás e prometem voltar com força. Para a oposição, a única solução para o país é a saída de Dilma Rousseff do poder.’ Naquele momento o impeachment da presidenta ainda era uma hipótese, já que a abertura do processo havia sido aceita e muitos outros passos para a sua concretização ainda seriam necessários, mas o teor apresentado dá indícios de injunção quanto a isso. As escolhas na escrita jornalística não são aleatórias, especialmente no título das matérias, que visam resumir o conteúdo de forma a atrair atenção e despertar o desejo do leitor de conhecer a íntegra da notícia. Certamente, privilegia-se a pressão da oposição para com o governo, alimentando que a ingovernabilidade do país exige solução e esta passa pela “saída de Dilma Rousseff do poder” ao final do subtítulo.

Outro ponto relevante na matéria é que, em seu desenvolvimento, os planos de mudança nos campos econômico e político por parte do governo são apontados como sonhos, como no trecho: “Enquanto o Planalto sonha com uma mudança gradativa de cenário e humor, a oposição aposta no confronto para promover a transição de poder em Brasília”. O termo ‘sonho’ é entendido como algo irreal ou distante da realidade, ou seja, o que é apresentado como a vontade do governo não passa de algo intangível. Posteriormente, o texto apresenta o trecho “Estes são os dois objetivos a curto prazo imaginados pelo governo”, fazendo referência às questões econômicas e políticas que o governo pretendia mudar. Assim como o termo ‘sonha’ o termo ‘imaginados’ faz referência a algo que está fora de alcance. O governo, naquele momento, estava sendo retratado como um conto, algo que fazia sentido apenas em cenários imaginários. O real e palpável eram os acontecimentos de 2015 que impediriam quaisquer pretensões do governo, mas não só. As pretensões da oposição também estavam sendo tratadas como algo real e palpável, como percebe-se no trecho “a oposição aposta no confronto para promover a transição de poder em Brasília”. O verbo ‘promover’ no infinitivo transmite a ideia de ação, algo que está em curso.

Eduardo Cunha (MDB) - também é apontado como adversário de Dilma. Ressalto que foi Cunha quem deu prosseguimento ao pedido de impeachment apresentado pelos

¹⁵² Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/01/01/interna_politica,512514/sob-a-sombra-de-2015-novo-ano-sera-complicado-para-o-governo-federal.shtml Acesso em 18 mai 2021.

juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Junior em dezembro de 2015. Cito duas notícias para demonstrar a maneira inusitada como esta matriz discursiva apresenta Cunha como adversário de Dilma. A primeira é **Dilma teve gesto correto ao enfrentar vaias no Congresso, diz Eduardo Cunha**¹⁵³ que no início do primeiro parágrafo relembra que Cunha foi quem abriu o processo de impeachment e, logo depois coloca-o como defensor de Dilma.

Responsável por ter admitido a abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), saiu nesta terça-feira (2/2) em defesa da petista, que foi alvo de vaias durante discurso na abertura do ano no Congresso. O peemedebista disse que a presidente teve um ‘gesto correto’ ao enfrentar protestos, afirmou que os parlamentares deveriam respeitá-la ‘institucionalmente’ e destacou ser ‘muito difícil’ a aprovação na Câmara da CPMF, uma das principais matérias que a presidente apelou por apoio no pronunciamento. (CORREIO BRAZILIENSE, 2016).

Temos uma contraposição importante no trecho apresentado. Aquele que deu prosseguimento ao processo de impeachment da presidenta saiu em sua defesa. Percebe-se a tentativa do veículo em apontar Cunha como um agente neutro, ou seja, suas ações têm como base aquilo que é correto, não envolvendo interesses pessoais. Porém, como já foi ressaltado, Eduardo Cunha deu prosseguimento ao processo de impeachment logo após o PT ter decidido votar a favor da cassação do seu mandato como Presidente da Câmara (era alvo das investigações da Lava Jato em 2015), no Conselho de Ética da casa, como uma retaliação à ação dos petistas. O capítulo **Jogo Político e discurso midiático: as estrelinhas do caso Cunha versus Dilma** (2021), que compõe a obra **Comunicação e discursividade: teoria e dispositivos analíticos da AD**, apresenta as entrelinhas deste caso ao analisar a cobertura jornalística política do **CB** no dia 2 de dezembro de 2015 – data em que o PT votou a favor da cassação de Cunha e esse, por sua vez, acatou o pedido de impeachment de Dilma – no intuito de compreender como o **CB** noticiou a decisão de Eduardo Cunha, bem como as reações de Rousseff e seu partido à abertura do inquérito. A partir da análise das 12 notícias publicadas em torno do tema naquela data, as autoras encontraram duas matrizes discursivas, o conflito e a retaliação, caracterizando tanto o jogo político quanto a intenção do jornal de atizar os ânimos entre governo e oposição. As autoras, Machado e Amorim (2021, p.340), afirmam que foram observados no corpus analisado,

títulos, frases aspeadas, adjetivos todos utilizados com a intenção de atizar os ânimos entre governistas e opositores. Palavras como guerra, vingança, olho por olho, etc. são usadas à exaustão, tornando o discurso

¹⁵³ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/02/02/interna_politica.516362/dilma-teve-gesto-correto-ao-enfrentar-vaias-no-congresso-diz-eduardo.shtml Acesso em 3 jun 2019.

jornalístico repetitivo, raso, tanto do ponto de vista da linguagem quanto dos temas discutidos. Ressaltamos, por fim, que nenhuma das notícias aprofundou o tema com explicações sobre a ideia de democracia, de ética na conduta política e de responsabilidades para com o cargo exercido pelas personagens em questão.

Em outro trecho, tratando da questão da CPMF, o texto coloca que Cunha “até elogiou a sugestão de Dilma de estender a medida para Estados e municípios”. O uso da expressão ‘até’ demonstra o espanto, a surpresa que o fato gera, ou seja, é espantoso que Cunha tenha elogiado Dilma. Além disso, ao demonstrar o elogio de Cunha à Dilma, a matéria ressalta (novamente) Cunha como um agente neutro e desinteressado.

Já a notícia, do mesmo dia, **Em abertura do ano legislativo, Dilma conversa com Renan e evita Cunha**¹⁵⁴ demonstra a presidenta com ressentimento em relação à Cunha, justamente o oposto do posicionamento do presidente da Câmara, de acordo com o jornal. Um dos trechos que pode demonstrar o posicionamento de Dilma (além do título da matéria) é o seguinte: “No trajeto da Mesa Diretora da câmara, para a execução do Hino Nacional, Dilma subiu as escadas em direção ao Salão Verde conversando com Renan e ignorando Cunha”. Enquanto Cunha e Dilma são apresentados como adversários pelo discurso jornalístico, também fica claro o realce às atitudes de Dilma para com o presidente da Câmara (evitar e ignorar) o que induz mais uma vez a uma caracterização da presidenta como carrancuda, sem capacidade para o diálogo e, portanto, inapta para o jogo político.

Além disso, percebe-se uma notícia da editoria política tratando agentes políticos como integrantes de um espetáculo. De acordo com Antônio Albino Canelas Rubim (2004, p. 199), “a espetacularização aciona, simultaneamente, uma multiplicidade de dimensões – emocionais, sensoriais, valorativas e também cognitivas – para fabricar e dar sentido ao espetáculo. Nessa perspectiva, o espetacular deve ser sempre encarado como construção social e discursiva [...]”. A matéria retrata Dilma e Cunha protagonizando um caso de fofoca, deixando escapar ao discurso jornalístico o fato de que, como aponta Beltrão (1969, p. 293), a reportagem política “diz respeito aos interesses transcendentais do Estado” e ligando o espaço político ao espetáculo.

Motta e Guazina (2010, p. 147), em artigo que propõe o conflito como uma categoria estruturante da narrativa política, apontam que,

¹⁵⁴ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/02/02/interna_politica,516305/dilma-chega-ao-congresso-para-abertura-do-ano-legislativo.shtml Acesso em 3 jun 2019

É cômodo para os jornalistas utilizar o conflito como uma pré-categoria porque assim enquadram com relativa facilidade a complexa realidade política como disputa, enfrentamento, oposição entre amigos e inimigos. Isso facilita a tarefa da reportagem e a rápida comunicação com os receptores.

No caso de Cunha e Dilma o conflito foi extremamente explorado, como demonstra também o capítulo **Jogo Político e discurso midiático: as estrelinhas do caso Cunha versus Dilma**, citado anteriormente. Para Motta e Guazina (2010, p. 147), esta oposição acirrada pela narrativa jornalística acaba “reduzindo a política ao drama individual, teatralizando a cobertura e repassando à audiência uma visão excessivamente romanceada da política.”

O próximo adversário da presidenta apresentado pelo discurso do **CB** é o tempo. A notícia que exemplifica como este fator subjetivo é colocado frente a frente com Dilma é **Com Olimpíadas e eleições, Dilma tem poucos meses para aprovar medidas**¹⁵⁵ que inicia o primeiro parágrafo da seguinte maneira: “Num contexto de paralisia política, o tempo é o principal adversário do governo federal para aprovar no Congresso a agenda anunciada como indispensável à estabilidade fiscal e retomada do crescimento econômico”. Não bastasse o curto prazo para aprovar medidas, a matéria relembra a questão do impeachment:

A agilidade necessária para aprovar as medidas de ajustes esbarra também na travessia de um mar revolto, que volta a balançar o cenário político agora, com o fim do carnaval. Nesse barco, estão os debates em torno do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff, o processo de cassação e o pedido de afastamento do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). (CORREIO BRAZILIENSE, 2016).

A notícia aponta uma “agenda anunciada como indispensável à estabilidade fiscal e retomada do crescimento econômico”, que pode não ser cumprida por causa do tempo, ou seja, o governo deixou para depois algo primordial para o país, e agora não haverá tempo para ser aprovado. Irresponsabilidade do governo. Mas, além da falta de tempo, o governo enfrenta o pedido de impeachment da presidenta e o de cassação de Cunha.

O Partido dos Trabalhadores (partido de Dilma) e a base política da presidenta também são apresentados pelo discurso do **CB** como seus adversários. Na matéria **Clima de**

¹⁵⁵ Disponível em:

https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/02/10/interna_politica.517217/com-olimpiadas-e-eleicoes-dilma-tem-poucos-meses-para-aprovar-medidas.shtml Acesso em 20 mai 2021.

desentendimento deve custar presença de Dilma na festa do PT¹⁵⁶ o jornal detalha data, hora, local e atrações da festa de 36 anos do PT e acrescenta:

Anfitrião da festa, o presidente do PT fluminense, Washington Quaquá, disse ontem não fazer questão da presença de Dilma na festa. No Planalto as opiniões estão mais que divididas. ‘Ela não vai, dirá que se atrasou na viagem que fez ao Chile’, disse um interlocutor da presidente. No sábado, ela vai se encontrar com a presidente Michelle Bachelet, em horário ainda não definido. ‘Veja a que situação chegamos. A presidente está fraca, o PT está ruindo e a economia patinando. E ninguém quer conversar sobre isso’, acrescentou o petista. (CORREIO BRAZILIENSE, 2016)

O isolamento de Dilma, base da matriz discursiva **Adversários**, é posto às claras pelo discurso jornalístico através da fala do petista Washington Quaquá. Ao não fazer questão da presença da presidenta na festa do partido, corrobora com a ideia da fragilidade de Dilma até mesmo para com seu partido. Ademais, a escolha da fonte pelo jornal, um integrante do PT, corrobora com avaliações anteriores do **CB** sobre Dilma, o PT e o contexto político à época, delineando um cenário irrecuperável, próximo do desastre total.

No mesmo dia, 26 de fevereiro, o jornal divulga a matéria **‘Tenho consciência tranquila’, diz Dilma a jornal chileno sobre impeachment**¹⁵⁷. Após apresentar os questionamentos do jornal **El Mercurio** feitos à presidenta no primeiro parágrafo, a notícia aponta que “Diante de um meio estrangeiro, ela sentiu-se à vontade para defender o ajuste fiscal criticado por boa parte de sua base política”. Dessa forma, fica claro que, também a base política está se afastando da presidenta. Ainda em 26 de fevereiro foi publicada a notícia **PT aprova plano econômico paralelo ao plano do governo Dilma**¹⁵⁸ que seguiu o mesmo caminho da notícia anterior, apontando que “O programa deixa claro o distanciamento do PT em relação ao governo da presidente Dilma Rousseff, propondo um novo eixo para o segundo mandato.”

A população e alguns movimentos sociais também são colocados como adversários da presidenta como, por exemplo, nas notícias **Manifestantes pedem impeachment de**

¹⁵⁶ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/02/26/interna_politica,519493/clima-de-desentendimento-deve-custar-presenca-de-dilma-na-festa-do-pt.shtml Acesso em 3 jun 2019.

¹⁵⁷ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/02/26/interna_politica,519490/tenho-consciencia-tranquila-diz-dilma-a-jornal-chileno-sobre-impeac.shtml Acesso em 3 jun 2019.

¹⁵⁸ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/02/26/interna_politica,519525/pt-aprova-plano-economico-paralelo-ao-plano-do-governo-dilma.shtml Acesso em 3 jun 2019.

Dilma e fim da corrupção no país¹⁵⁹, Movimentos contra Dilma saem às ruas da capital paulista¹⁶⁰, Grupo pede impeachment de Dilma em Londres¹⁶¹, Paródias ironizam Dilma e Lula na manifestação em frente ao Congresso¹⁶², todas do dia 13 de março. Apesar do conteúdo das matérias apontar para movimentos específicos – Movimento Brasil contra Corrupção, Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre – e lideranças da oposição – Geraldo Alckmin (governador de SP à época), Aécio Neves, presidentes de líderes dos partidos Democratas (DEM) Solidariedade e PPS (Partido Popular Socialista, que em 2019 mudou para Cidadania) – ao expor em seus títulos “manifestantes” a referência é para a população e não para movimentos que estão especificados no corpo das matérias. Toma-se a parte pelo todo, e assim o veículo tenta escamotear o que pensa. Há um ar de neutralidade que não resiste à uma análise atenta, visto que não se detém ao fato de que são grupos opositoristas que não aceitaram o resultado das eleições de 2014.

Algumas destas notícias acabam naturalizando a violência, especialmente a violência contra a mulher. Duas notícias deste grupo são claras nesta questão: **Grupo pede impeachment de Dilma em Londres e, Paródias ironizam Dilma e Lula na manifestação em frente ao Congresso**. A primeira apresenta o seguinte trecho: “Um dos momentos de maior entusiasmo foi quando um casal de manifestantes chegou segurando dois bonecos infláveis do ex-presidente Luíz Inácio Lula da Silva, o pixuleco. Manifestantes comemoraram e brincavam de bater em Lula.” Já a segunda matéria aponta no primeiro parágrafo:

Ao lado de um boneco gigante do Pixuleco, inflado diante do Congresso Nacional, um trio elétrico com a faixa "Impeachment já" executa músicas que ridicularizam a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A frase da "saudação à mandioca", feita por Dilma na abertura dos jogos indígenas no ano passado, é entoada, em ritmo de funk, repetidamente. Também o funk "Baile de favela" é executado com o refrão "O Lula é baile de propina". Há também uma paródia do "Funk do Muriçoca" com a frase "Quem pica é a mosquita", em referência a uma declaração da presidente Dilma em "aula" para crianças sobre a transmissão do vírus da zika. (CORREIO BRAZILIENSE, 2016)

¹⁵⁹ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/03/13/interna-politica,521842/manifestantes-pedem-impeachment-de-dilma-e-fim-da-corrupcao-no-pais.shtml> Acesso em 3 jun 2019.

¹⁶⁰ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/03/13/interna-brasil,521904/movimentos-contradilma-saem-as-ruas-da-capital-paulista.shtml> Acesso em 3 jun 2019.

¹⁶¹ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/03/13/interna-brasil,521873/grupo-pede-impeachment-de-dilma-em-londres.shtml> Acesso em 24 mai 2021.

¹⁶² Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/03/13/interna-brasil,521866/parodias-ironizam-dilma-e-lula-na-manifestacao-em-frente-ao-congresso.shtml> Acesso em 24 mai 2021.

Ao chamar de “momento de maior entusiasmo” o fato de manifestantes baterem nos bonecos e ao apontar que músicas ridicularizavam a presidenta, sem fazer nenhum tipo de ressalva a respeito dessas ações, o **CB** resvala nas violências de gênero que tornam-se recorrentes nas manifestações contra a presidenta¹⁶³. Ao pensarmos a respeito da naturalização da violência é preciso compreender que esta é uma questão construída socialmente. Santos e Bussinguer (2017, p. 3) apontam que:

Desde cedo a sociedade passa a tratar meninas e meninos de forma diferente, atribuindo valores e desafios diferentes para cada um, diferenciações sustentadas em razão do sexo, o que é feito de uma forma bastante naturalizada, a fim de criar na sociedade a cultura de que homens e mulheres, em razão de suas diferenças biológicas, possuem comportamentos e características sociais diferentes. Constrói-se, então, a ideia de que os meninos – e, conseqüentemente, os homens – são mais fortes, mais práticos, menos emocionais, menos cuidados, mais violentos e impulsivos (e tudo isso é retirado arbitrariamente das características femininas).

Os tipos de violência contra as mulheres são diversos, mas as de cunho sexual são, geralmente, as que ganham maior visibilidade. A respeito do assédio sexual, Simone Alves Santos (2015, p. 29) aponta que “Beijos roubados, assobios, olhares e comentários são comportamentos que, mesmo sem denotar ato sexual, configuram uma forma de exercer o poder e a virilidade moral dos homens sobre os corpos femininos. E, ao silêncio da mulher, a manutenção do *status quo* é perpetuada.”

Durante sua estada no poder, Dilma Rousseff foi alvo constante de violência, um tipo de violência que, dizem alguns, vem junto com a função, como o juiz de futebol, por exemplo. Porém, o fato de ser mulher acrescentou o cunho misógino à violência recebida por Dilma. O músico João do Morro¹⁶⁴, por exemplo, compôs uma música criticando Dilma e seu governo em que fazia referência à orientação sexual da presidenta e insinuava que ela precisaria de um homem. Alvo constante de misoginia, Dilma Rousseff sofria não apenas nas mãos dos eleitores enraivecidos, mas também com o discurso midiático e de seus pares políticos. A revista **ISTOÉ** publicou, em abril de 2016, a matéria de capa **As explosões nervosas da presidente** na qual afirmava que “Em surtos de descontrole com a iminência

¹⁶³ Em março de 2016 a ONU Mulheres Brasil divulgou uma nota que condenava a violência de ordem sexista que vinha sendo praticada contra a presidenta. “Nenhuma discordância política ou protesto pode abrir margem e/ou justificar a banalização da violência de gênero.” Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/onu-mulheres-condena-violencia-sexista-praticada-contra-dilma> Acesso em 15 ago 2021.

¹⁶⁴ Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jamildo/2015/11/30/joao-do-morro-faz-musica-polemica-contra-dilma-e-e-repudiado-pelo-pt/index.html> Acesso em 15 jul 2021.

de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País”.

O artigo **“Tchau, querida”**: **Leitura do impeachment – Revista** escrito por Antônio Fausto neto (2016) analisa capas de revistas semanais (**IstoÉ, Veja, Época, Exame e Carta Capital**) durante o processo de impeachment de Dilma. A respeito da capa da revista **IstoÉ** citada acima (6/4/2016) o autor aponta que (2016, p. 74),

Lembrada como uma mulher dura, inflexível e agressiva, o perfil emocional da presidente não poderia estar ausente desta complexa narrativa sobre o processo de impeachment. Seu estado emocional é retratado e anunciado em matéria de capa, mas se apoia em imagens retiradas de um contexto no qual a presidente estaria festejando o resultado de uma competição esportiva. Este fato, inclusive, gerou comentários sobre a performance da publicação, cujo processo observacional enunciado conforme título, não só qualifica as explosões da presidente (nervosas), mas as descreve com detalhes e atribuindo as causas desencadeadoras: a “surto de descontrole”.

A revista utilizou de um preconceito contra as mulheres antigo (e naturalizado) para deslegitimar a presidenta - a partir da pressuposição de que ela estaria histérica. A reprodução deste estereótipo baseia-se numa concepção binária do mundo em que mulheres não são capazes de exercer funções tipicamente masculinas (como a política, por exemplo). Para Flávia Biroli (2009, p. 274), “os estereótipos de gênero presentes na mídia devem ser entendidos como produtos de uma dinâmica social mais ampla, que envolve a determinação de papéis diferenciados, e hierarquicamente distintos, para homens e mulheres.”

Outro exemplo é o adesivo que foi produzido com montagem de Dilma com as pernas abertas para ser colocado na abertura do tanque de combustível dos automóveis, simulando uma penetração. O adesivo foi motivo de matéria da revista *Veja* São Paulo¹⁶⁵ em 2015.

Por fim, a declaração de Jair Bolsonaro na votação do impeachment de Dilma, que fez homenagem à Ustra¹⁶⁶, torturador de Dilma à época da ditadura militar e chefe do DOI-Codi do Exército de São Paulo, órgão de repressão política do governo militar. Sob o comando de Ustra, ao menos 50 pessoas foram assassinadas ou desapareceram e outras 500 foram torturadas, de acordo com a Comissão Nacional da Verdade¹⁶⁷. Nada aconteceu com

¹⁶⁵ Disponível em: <http://vejasp.abril.com.br/blogs/cidade/adesivo-com-montagem-de-presidente-dilma-causa-revolta-na-internet/> Acesso em 15 jul 2015.

¹⁶⁶ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb Acesso em 15 jul 2021.

¹⁶⁷ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb Acesso em 15 ago 2021.

Bolsonaro após sua apologia à ditadura, pelo contrário, anos mais tarde tornou-se presidente da república.

Voltando aos adversários da presidenta, a notícia em questão incluiu um de seus maiores aliados, o PMDB de Michel Temer. A aliança entre PT/PMDB teve início em 2002, quando Lula venceu as eleições presidenciais e foi fortalecida pela escolha de Michel Temer como vice de Dilma nas eleições de 2010. Este relacionamento foi se deteriorando, e o PMDB foi também apontado como adversário de Dilma. Um exemplo deste posicionamento do veículo é a notícia **PMDB do Espírito Santo formaliza saída do governo da presidente Dilma**¹⁶⁸ que apresenta como subtítulo “Com a decisão de hoje, o diretório do ES é o segundo a formalizar o afastamento do governo. O primeiro a tomar tal iniciativa foi o diretório de Santa Catarina”. O diretório do PMDB do ES não foi o primeiro, como está dado no subtítulo, e não será o último, como aponta o corpo da notícia:

No final deste mês, integrantes do Diretório Nacional do PMDB devem se reunir para tomar uma decisão oficial a respeito de um possível desembarque da legenda do governo Dilma. A data do encontro foi antecipada pelo vice-presidente e presidente nacional do PMDB, Michel Temer, após a presidente Dilma Rousseff convidar o deputado federal Mauro Lopes (PMDB-MG) para assumir a Secretaria de Aviação Civil. O convite foi considerado pela cúpula do PMDB como uma ‘afronta’, uma vez que ocorreu logo após a Executiva Nacional proibir, em convenção, o ingresso de qualquer correligionário em cargos do governo federal (CORREIO BRAZILIENSE, 2016)

Dessa maneira fica claro, também, que além do início da saída do PMDB do governo, os participantes do partido tinham uma ordem de não assumir cargos no governo de Dilma. Lembro que o mês de março de 2016 foi repleto de manifestações contrárias ao governo. A debandada do PMDB (entre outros) da base aliada reforçava a demanda popular em prol da saída de Dilma da presidência.

Em **Imprensa internacional destaca saída do PMDB do governo Dilma**¹⁶⁹ o caminho é o mesmo, apresentar um forte aliado de Dilma saindo do governo. O impeachment é apresentado no subtítulo “O jornal Britânico The Guardian afirmou que com a decisão do PMDB, impeachment de Dilma está mais próximo”. A notícia estampa imagens do The Guardian, The Wall Street Journal e CNBC, reproduzindo também partes das notícias em inglês, sem tradução. Com 3 pequenos parágrafos em português, o **CB** resumiu o que

¹⁶⁸ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/03/21/interna_politica.523304/pmdb-do-espírito-santo-formaliza-saída-do-governo-da-presidente-dilma.shtml Acesso em 24 mai 2021.

¹⁶⁹ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/03/29/interna_politica.524682/imprensa-internacional-destaca-saída-do-pmdb-do-governo-dilma.shtml Acesso em 24 mai 2021.

tudo aquilo apresentado em inglês queria dizer. Num país colonizado aquilo que vem de fora é sempre de suma importância, então, não importa a tradução. O que importa é que jornais internacionais repercutiram o fato da saída do PMDB e noticiaram a possibilidade de impeachment de Dilma.

A respeito da grande valoração daquilo que vem de fora no Brasil, temos que, como aponta Sérgio Buarque de Holanda (2014), nossa herança cultural advém da colonização por uma nação Ibérica fazendo com que, na origem da sociedade brasileira, tenha havido uma tentativa de implantação dessa cultura europeia – fato que acarreta em diversas consequências para o país como a exaltação das culturas americana e europeia, em detrimento na cultura nacional.

Com a concentração maior de notícias no mês de março de 2016, a matriz **adversários** ainda persistiu com as notícias **Desembarque do PP reforça movimento pró-impeachment de Dilma**¹⁷⁰; **Comissão do Senado tem 70% a favor do impeachment de Dilma**¹⁷¹ - publicadas em abril de 2016 -, e **Ação popular pede 'fim das regalias' a Dilma**¹⁷², publicada em maio.

Os adversários da presidenta apresentados pelo discurso jornalístico são diversos, colocando-a num isolamento total. Outros veículos foram no mesmo caminho do **CB**, como por exemplo, a revista *Época* que publicou em abril de 2016 a reportagem **Derrotada e isolada, Dilma tenta agora armar resistência no Senado**¹⁷³ que detalha a convocação, por Dilma, de uma reunião emergencial para discutir as ações para os dias seguintes.

Para além do isolamento político de Dilma, esta matriz nos mostra uma outra questão: a referência constante ao impeachment. A partir da relação entre paráfrase e polissemia podemos compreender melhor este movimento. Eni Orlandi (2020, p. 34) afirma que

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização.

¹⁷⁰ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/04/14/interna_politica.527242/desembarque-do-pp-reforca-movimento-pro-impeachment-de-dilma.shtml Acesso em 24 mai 2021.

¹⁷¹ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/04/22/interna_politica.528690/comissao-do-senado-tem-70-a-favor-do-impeachment-de-dilma.shtml Acesso em 24 mai 2021.

¹⁷² Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/05/16/interna_politica.532145/acao-popular-pede-fim-das-regalias-a-dilma.shtml?ref=yfp Acesso em 24 mai 2021.

¹⁷³ Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2016/04/derrotada-e-isolada-dilma-tenta-agora-armar-resistencia-no-senado.html> Acesso em: 15 jul 2021.

Este é o movimento, a estratégia discursiva do **CB**. Ao passo que os adversários de Dilma e seu isolamento político vão sendo apresentados, a questão do impeachment é reapresentada, reafirmada. Orlandi (2020, p.34), trabalha a paráfrase juntamente com a polissemia. Para a autora, “na polissemia, o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco.” É dessa maneira que os sujeitos e os sentidos se movimentam, entre o que já foi dito e o que ainda está por dizer. A autora faz a diferenciação entre produtividade e criatividade para explicar este percurso: “A criação em sua dimensão técnica é produtividade, reiteração de processos já cristalizados” (ORLANDI, 2020, p. 35), e utiliza a mídia como exemplo, afirmando que, ao considerarmos a produção de sentidos, o que vemos com mais frequência é a produtividade – “assistimos a mesma novela contada muitas e muitas vezes, com algumas variações” (ORLANDI, 2020, p. 36). No caso das notícias produzidas e reproduzidas pelo **CB**, lemos a mesma notícia, com algumas variações, e o que as notícias nos diziam naquele momento era sobre a inevitabilidade do impeachment de Dilma.

Algumas poucas matérias apontaram atores que defendiam Dilma, portanto, vamos começar por estas, que são três. A primeira, do dia 13 de março, tem os seguintes título e subtítulo: **Apoiadores de Dilma e Lula também foram às ruas neste domingo**¹⁷⁴; Pelo menos três cidades registraram manifestações favoráveis aos petistas; outros atos de apoio ao governo devem acontecer nesta semana. A matéria possui quatro parágrafos que explicam o motivo – apoio a Dilma e Lula – o horário, as cidades e a quantidade de pessoas que compareceram às manifestações. No último parágrafo o jornal apresenta a agenda para novas manifestações nos dias 14 e 18 de março. Além disso, ao utilizar o termo ‘também’ no título, a notícia relembra a questão das manifestações contra o governo que, no caso do **CB**, foram muito mais exploradas. Dessa forma, a sombra do movimento que queria tirar Dilma do poder impõe-se ao fato positivo à presidenta noticiado pelo veículo. Configura-se o agendamento da questão do impeachment também através de notícias que abordam os apoiadores da presidenta. De acordo com a teoria do agendamento a mídia determina pautas, dando ênfase a certos conteúdos e deixando outros de lado. Mendonça e Temer (2015, p. 198), apontam que “A compreensão da realidade social é aquela ofertada pelos meios de comunicação de massa, que não dizem às pessoas o que elas devem pensar, mas os temas sobre os quais elas devem pensar, algo que também configura uma forma de controle.”

¹⁷⁴ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/03/13/interna-brasil,521915/apoiadores-de-dilma-e-lula-tambem-foram-as-ruas-neste-domingo.shtml> Acesso em 18 mai 2021.

No mesmo dia o jornal divulgou a matéria **Manifestantes se mobilizam no Rio em defesa do governo Dilma**¹⁷⁵, com o subtítulo: Integrante do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação Orlando Guilhon convocou os manifestantes a participarem dos atos marcados e disse que os protestos serão ‘em defesa da cidadania e do estado democrático’. Orlando Guilhon é ativista do Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, da Frente Brasil Popular RJ, do Coletivo Fernando Santa Cruz, do movimento Torcedores e Torcedoras pela Democracia e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Além disso, foi diretor de Rádios da Empresa Brasileira de Comunicação e figura atuante nos movimentos contra o impeachment de Dilma Rousseff. Esta matéria é mais encorpada, possuindo a fala de Cláudia Lecocq - Presidenta da 1ª Zonal do PT no Rio de Janeiro – “Vamos para as ruas defender a Dilma, eleita democraticamente. Vamos defender nosso ex-presidente Lula que vem em 2018”. Já sobre Orlando Guilhon a matéria também reproduz sua fala: “Defendemos o respeito às eleições e ao Estado democrático de direito. Se o governo não está sendo do jeito que se quer, vamos lutar para muda-lo. Mas não se pode chegar ao ponto de a direita, apoiada pela mídia, interrompar o processo democrático.” O jornal apresentou ainda as falas de duas populares que participavam da manifestação, Georgia Belo (advogada “Estamos vendo uma movimentação da direita tentando tirá-la de maneira arbitrária. Isso não existe” e Maria de Fátima da Silva (enfermeira aposentada) “Eu vivi a época da ditadura. Em 1964, eu tinha 9 anos de idade, e vi as pessoas mais velhas sumirem, e ninguém podia explicar por que.” Apesar das variadas aspas, o jornal não se ocupa com explicações a respeito das circunstâncias que geraram a manifestação, ou mesmo a respeito de questões como cidadania e democracia.

A terceira publicação que indica algum apoio à Dilma foi publicada no dia 21 de março: **Acredito na honestidade de Dilma até prova em contrário, diz Kátia Abreu**¹⁷⁶ com o subtítulo: ‘Na semana passada, surgiram rumores de que a ministra teria decidido sair do governo antes mesmo da decisão oficial do PMDB, prevista para o fim do mês’. A notícia discorre sobre a ministra da Agricultura que anunciou, em sua conta do Twitter, que não sairia do governo e continuaria trabalhando e, como um complemento deste posicionamento, a deputada postou “Continuarei escrevendo que acredito na honestidade da presidente

¹⁷⁵ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/03/13/interna-brasil.521900/manifestantes-se-mobilizam-no-rio-em-defesa-do-governo-dilma.shtml> Acesso em 18 mai 2021

¹⁷⁶ Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/03/21/interna_politica.523243/acredito-na-honestidade-de-dilma-ate-prova-em-contrario-diz-katia-abr.shtml Acesso em 18 mai 2021.

Dilma. Até que me provem o contrário. Pedalada não é argumento”. Kátia Abreu é senadora desde 2007 e foi ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento durante o segundo mandato de Dilma. Filiada ao MDB em 2016, a senadora permaneceu fiel à Dilma durante o processo de impeachment e se recusou a entregar o cargo. Após votar contra o impeachment a senadora foi afastada do partido e, posteriormente, expulsa em 2017.

Como pode ser notado, as três notícias se concentram no mês de março de 2016. Em contrapartida, as notícias que apontam os adversários de Dilma se estendem do início ao fim do semestre analisado, com maior concentração entre fevereiro e abril (a quantidade das notícias dessa matriz diminuiu após o afastamento de Dilma em abril e o discurso do jornal passou a ser direcionado pela matriz feminização).

7.2.2 Antecipação

A matriz **Antecipação** refere-se ao tratamento dado pelo **CB** à possibilidade do impeachment de Dilma Rousseff durante o primeiro semestre de 2016. Na matriz anterior percebemos que o **CB** trazia à tona a questão do impeachment constantemente. Agora, veremos que em diversos momentos o **CB** tratou esta questão como se já fosse um fato consolidado antes mesmo de sua concretização. A primeira matéria postada no site do **CB** que uso como exemplo desta matriz discursiva é de 13 de março: **Manifestações deste domingo colocam governo Dilma em estado de alerta**¹⁷⁷ que traz a seguinte colocação: “Na sexta-feira, Dilma convocou uma entrevista coletiva para falar que não renuncia. Quando um presidente da República chega a esse extremo, é sinal de que seu governo acabou”. A notícia **Serra e Temer negociam pacto para um novo governo caso Dilma seja impedida**¹⁷⁸ apresenta o complemento “caso Dilma seja impedida” no título, mas no corpo do texto temos a fala de Serra: “o novo governo não deve realizar nenhum tipo de retaliação a nenhuma força política”. A primeira observação é se o termo ‘deve’ é empregado no sentido de ter a obrigação ou no sentido de haver possibilidade (o que fica a cargo do leitor). A segunda é que, de qualquer maneira, fala-se em um ‘novo governo’ sem que o atual tenha sido finalizado. Estas duas notícias deixam escapar o impeachment como um fato ainda em março.

¹⁷⁷ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/03/13/interna_politica,521846/manifestacoes-s-deste-domingo-colocam-governo-dilma-em-estado-de-alerta.shtml Acesso em jun 2019.

¹⁷⁸ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/03/21/interna_politica,523161/serra-e-temer-negociam-pacto-para-um-novo-governo-caso-dilma-seja-impe.shtml Acesso em jun 2019.

Um outro dado relevante desta matriz é a opção do jornal por, após o afastamento de Dilma em 12 de maio, chamar o governo interino de ‘governo Temer’ ou o vice-presidente que assumiu de forma interina de ‘presidente Temer’, ou mesmo a presidenta afastada de ‘ex-presidente’. É certo que, a partir do dia 12 de maio deu-se início ao governo Temer mas, a princípio de forma interina, apenas após da confirmação do impeachment seria possível afirmar que Temer era o presidente e não presidente interino. A presidenta estava afastada naquele momento, já que o impeachment não havia sido concretizado. Mas a certeza da concretização era tanta que ultrapassava os filtros da neutralidade, o que pôde ser percebido na escolha dos termos.

Orlandi (2020, p. 37) aborda as formações imaginárias que têm como base as relações de força, relações de sentido e a antecipação. As relações de sentido assentam-se no fato de que todo discurso se relaciona com outros, não havendo um discurso inaugural. Para Orlandi (2020, p. 37) “um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. A antecipação se baseia em um mecanismo em que os sujeitos têm a capacidade de “colocar-se no lugar em que o seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras”, ou seja, o sujeito se antecipa em relação ao sentido que suas palavras produzem (ORLANDI, 2020, p. 37) e pode regular sua argumentação. Já as relações de força dizem respeito ao lugar de fala, ou seja, numa sociedade hierarquizada como a nossa, a posição social do falante é levada em consideração. Orlandi (2020, p. 38) afirma que:

[...] todos esses mecanismos de funcionamento do discurso repousam no que chamamos formações imaginárias. Assim não são os sujeitos físicos em seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso. Essa é a distinção entre lugar e posição.

Dessa maneira, temos que o discurso da mídia hegemônica (da qual participa o **Correio Braziliense**) já intitulava Michel Temer de presidente e Dilma Rousseff de ex-presidente antes mesmo da finalização do processo, que ocorreu em 31 de agosto de 2016. A a notícia **Comissão vota relatório que defende que ex-presidente Dilma vá a julgamento**¹⁷⁹, produzida pela Agência Estado e reproduzida pelo **CB** em 4 de agosto, é um

¹⁷⁹ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/08/04/interna_politica.543067/comeca-reuniao-para-votar-relatorio-que-defende-que-dilma-va-a-julgamento.shtml Acesso em: 24 mai 2021.

exemplo. No título o fato está concretizado: ex-presidente Dilma. No corpo da matéria a confusão:

Depois de 100 dias, os trabalhos da Comissão Especial do Impeachment do Senado terminam hoje (4) com a votação do relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), que defende o prosseguimento da acusação e o julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff por crime de responsabilidade. (CORREIO BRAZILIENSE, 2016)

Outro caso é a matéria “**Todo dia nos perguntamos: quem vai cair hoje**”, diz **Dilma**¹⁸⁰, que no primeiro parágrafo relata que Dilma ao ser “Questionada sobre a saída do terceiro ministro do governo Temer por causa das investigações da Operação Lava-Jato [...]”. A utilização dos termos ‘governo Temer’ e/ou ex-presidente Dilma, não está errada, porém demonstra o posicionamento do discurso, guiando a interpretação que, de acordo com Orlandi (2020, p. 45)

[...] é necessariamente regulada em suas possibilidades, em suas condições. Ela não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. A interpretação não é livre de determinações: não é qualquer uma e é desigualmente distribuída na formação social. Ela é ‘garantida’ pela memória, sob dois aspectos: a. a memória institucionalizada (o arquivo), o trabalho social da interpretação onde se separa quem tem e quem não tem direito a ela; b. a memória constitutiva (o interdiscurso), o trabalho histórico da constituição do sentido (o dizível, o interpretável, o saber discursivo). O gesto de interpretação se faz entre a memória institucional (o arquivo) e os efeitos de memória (interdiscurso), podendo assim tanto estabilizar como deslocar sentidos.

Nas ocasiões em que o **CB** escolhe utilizar as expressões presidente Temer, governo Temer e ex-presidente Dilma – antes da finalização do processo de impeachment – o que fica é que Dilma sofrerá o impeachment de qualquer forma. A escolha lexical perpassa as ideologias do produtor do discurso antes de se materializar.

7.2.3 Feminização

A matriz discursiva **Feminização** faz referência a uma mudança no discurso do **CB**. Durante a fase de (des)construção (janeiro a agosto de 2011), ficou clara a estratégia do diário para lidar com o novo (primeira mulher presidenta do Brasil): tirar de Dilma características comumente ligadas ao feminino e dar a ela características naturalizadas como masculinas em relação ao seu temperamento (rigidez, pragmatismo, seriedade, autoridade).

¹⁸⁰ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/08/04/interna_politica.536788/todo-dia-nos-perguntamos-quem-vai-cair-hoje-diz-dilma.shtml Acesso em 3 jun 2019.

Já em 2016, o jornal faz a volta contrária, colocando Dilma na posição de mulher, mãe e avó. Tânia Suely Brabo - na obra **Gênero e poder local** (2008) que aborda o caso da participação das mulheres na eleição de 2000 em Marília (SP) – afirma que:

A associação da imagem política da mulher à maternidade e à prestação de serviço, ideia que já estava presente no conceber da cidadania e democracia, justificava a exclusão delas da vida pública. Verifica-se que permanece no imaginário coletivo as características atribuídas às mulheres na construção histórica da sua identidade (pouca competitividade e ênfase na sua condição primeira de esposa e mãe responsável pela família), e só secundariamente de mulheres políticas. (BRABO, 2008, p. 36)

O lugar social culturalmente concedido às mulheres difere dos homens e este fato tem como base características imputadas aos gêneros a partir, por exemplo, da visão do determinismo biológico. Mulheres estariam biologicamente preparadas para carregar os filhos, e estes dependem das mães até certa idade. Esta é uma das questões que assenta as mulheres no âmbito privado. Há muito os determinismos foram execrados do pensamento social, porém deixaram suas marcas, que se manifestam no senso comum até os tempos atuais.

O pensamento de Simone de Beauvoir é fundamental para a reflexão feminista, no sentido de tirar a ‘mulher’ deste lugar biológico. Beauvoir (1970, p. 25) começa a trabalhar o tema da seguinte maneira:

A MULHER? É muito simples, dizem os amadores de fórmulas simples: é uma matriz, um ovário; é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la. Na boca do homem o epíteto "fêmea" soa como um insulto; no entanto, ele não se envergonha de sua animalidade, sente-se, ao contrário, orgulhoso se dele dizem: "É um macho!" O termo "fêmea" é pejorativo, não porque enraíza a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo.

A dualidade homem/mulher ou macho/fêmea permeia o imaginário social, estabelecendo lugares específicos (e opostos) para cada um. No momento em que uma mulher assume a presidência do país o inédito se instaura, ou seja, foi a primeira vez que tal fato aconteceu no Brasil e seria preciso significar este acontecimento. A estratégia inicial do discurso jornalístico analisado foi assemelhar aquela mulher a um homem, já que o lugar que estava ocupando era comumente (e talvez naturalmente, pensassem eles) conhecido por ser um lugar masculino.

A matriz discursiva **Temperamento** da fase de (des)construção, deixou este processo de “masculinização” da presidenta claro. Mas, o fato é que Dilma Rousseff estabeleceu um novo lugar para as mulheres, mas este acontecimento não foi ressaltado e, no caminhar de seu percurso, foi ressignificado, como podemos perceber nesta matriz discursiva

(Feminização), na qual o discurso do **CB** passa a ligar Dilma à maternidade e à família. Esta matriz discursiva tem início em janeiro de 2016, quando o segundo neto da presidenta nasceu. A matéria *Filha e neto de Dilma já deixaram o hospital em Porto Alegre*¹⁸¹ anuncia, com uma imagem de Dilma sorridente ao segurar seu neto recém-nascido, que as coisas estão voltando para seus lugares devidos. Como subtítulo o jornal nomeia, personifica a família da presidenta: “A presidenta já é avó de Gabriel, de 4 anos, também filho de Paula Rousseff” e finaliza com a seguinte afirmação: “Dilma está passando o fim de semana com a família em Porto Alegre e só volta a ter compromissos oficiais na segunda-feira (11).” Esta receita, de aproximar a presidenta de sua família, é repetida durante todo o semestre. Enquanto o processo de impeachment vai se desenvolvendo, as notícias publicadas pelo **CB** anunciaram de maneira recorrente que Dilma estava com a família em Porto Alegre.

Em maio (mês em que se comemora o dia das Mães), uma semana antes do afastamento de Dilma, o teor da matéria de janeiro é retomado nas matérias: **Presidente Dilma deseja um feliz Dia das Mães pelas redes sociais**¹⁸²; **No Dia das Mães, Dilma Rousseff pedala pelas ruas de Porto Alegre**¹⁸³; **No Dia das Mães Dilma recebe homenagem de simpatizantes em Porto Alegre**¹⁸⁴ e **Dilma retorna a Brasília após passar dia das mães em Porto Alegre**¹⁸⁵. Neste dia foram publicadas cinco notícias que circundavam a presidenta na editoria política, dessas apenas uma não tinha como foco o dia das mães. Contudo, pode-se entender que o Dia das Mães é uma data especial e que o **CB** apenas explorou o dia da presidenta.

Porém, o tempo vai passando e o discurso do Dia das Mães permanece. Um ponto um pouco fora da curva foi a matéria (produzida pela agência Estado) publicada em junho: **Dilma: opinião de secretária sobre aborto não pode desrespeitar a lei**¹⁸⁶, que fazia

¹⁸¹ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/01/09/interna_politica.513415/filha-e-neto-de-dilma-ja-deixaram-hospital-em-porto-alegre.shtml Acesso em 25 mai 2021.

¹⁸² Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/05/08/interna_politica.530951/presidente-dilma-deseja-um-feliz-dia-das-maes-pelas-redes-socais.shtml Acesso em 25 mai 2021.

¹⁸³ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/05/08/interna_politica.530891/no-dia-das-maes-dilma-rousseff-pedala-pelas-ruas-de-porto-alegra.shtml Acesso em jun 2019.

¹⁸⁴ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/05/08/interna_politica.530936/no-dia-das-maes-dilma-recebe-homenagem-de-simpatizantes-em-porto-alegre.shtml Acesso em 25 mai 2021.

¹⁸⁵ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/05/08/interna_politica.530949/dilma-retorna-a-brasil-apos-passar-dia-das-maes-em-porto-alegre.shtml Acesso em jun 2019.

¹⁸⁶ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/06/01/interna_politica.534480/dilma-opiniao-de-secretaria-sobre-aborto-nao-pode-desrespeitar-lei.shtml Acesso em 25 mai 2021.

referência à Fátima Pelaes, nova gestora da Secretaria das Mulheres (nomeada por Michel Temer, presidente interino à época), que havia se manifestado contra o aborto inclusive nos casos de estupro. A notícia relata sobre um bate-papo de Dilma com internautas a respeito de políticas para mulheres, em que a presidenta se coloca a respeito da violência contra mulheres, cultura do estupro e descriminalização do aborto. Apesar de apresentar o posicionamento da presidenta, a matéria não explora os temas no sentido de explicar as leis e/ou anunciar formas de denúncia.

Os pontos voltam para a curva em julho, com a matéria **Dilma volta a andar de bicicleta em Porto alegre**¹⁸⁷. No primeiro parágrafo a rotina de Dilma é destacada:

A presidente da República afastada, Dilma Rousseff, aproveitou o tempo bom, com sol e temperatura amena, e voltou a andar de bicicleta neste domingo na capital gaúcha, onde passa o fim de semana com a família. Ela já havia pedalado no sábado (2/7), e repetiu o exercício matinal neste domingo. (CORREIO BRAZILIENSE, 2016)

O dia anterior também é abordado: “No sábado, ela almoçou com a filha e os netos na casa do ex-marido, Carlos Araújo.” E finaliza com a seguinte afirmação: “Este é o terceiro fim de semana seguido de Dilma em Porto Alegre.” Quase dois meses afastada do cargo e o que o CB tem a dizer é que a presidenta aproveitou o final de semana com a família. Onde está a Dilma Rousseff que, em fevereiro de 2016, foi foco da notícia **Dilma promete “trabalhar incansavelmente” para que o ano seja de retomada**¹⁸⁸, e em abril, **Dilma diz que governo trabalha “diuturnamente” para reverter cenário fiscal**¹⁸⁹. A respeito deste mesmo período, Rodrigo de Almeida (2016, p. 199), Secretário de Imprensa de Dilma, aponta que “Foram quase três meses em que a presidente Dilma Rousseff esteve praticamente reclusa no Palácio do Planalto no início de 2016. Viagens eventuais intercalaram incontáveis reuniões de trabalho em seu gabinete” e, posteriormente:

Dilma lutou até o fim- mesmo quando passou a considerar o resultado como inevitável, ainda em abril de 2016. Entre abril e maio – quando seu governo acabou de fato – os dias foram tão erráticos quanto melancólicos. Enquanto prosseguia com sua agenda incansável de viagens – entregando casas do programa Minha Casa Minha Vida, inaugurando trechos de obras inacabadas, como o do São Francisco, ou visitando grandes empreendimentos do governo, como o gigantismo exibido na usina de Belo

¹⁸⁷ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/07/03/interna_politica,538839/dilma-volta-a-andar-de-bicicleta-em-porto-alegre.shtml Acesso em 25 mai 2021.

¹⁸⁸ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/02/02/interna_politica,516336/dilma-promete-trabalhar-incansavelmente-para-que-o-ano-seja-de-retom.shtml Acesso em 3 jun 2019.

¹⁸⁹ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/02/02/interna_politica,526026/dilma-diz-que-governo-trabalha-diuturnamente-para-reverter-cenário-f.shtml Acesso em 3 jun 2019.

Monte – deu uma derrapada no fim de uma entrevista a dez jornalistas, em seu gabinete: ‘Se ganhar, vou propor um pacto. Se eu perder sou carta fora do baralho.’ Estava a quatro dias da votação na Câmara. (ALMEIDA, 2016, p. 209)

Percebe-se que o repetido “sem compromissos oficiais” das notícias do **CB** não faz muito sentido, ou então, faz sentido para os que gostariam de ver Dilma Rousseff como coadjuvante em seu governo e processo de impeachment. Esta coparticipação ou até mesmo a não-participação, de Dilma nas notícias que realmente se referiam à questões políticas implica numa tentativa de retirar a presidenta do enredo antes mesmo do final do último ato. A repetição do “sem compromissos oficiais” e “com a família” tira de Dilma o protagonismo durante o impeachment, dando a entender também que, apesar de não ter chegado no fim, acabou para Dilma.

Outra notícia que pode exemplificar esta matriz é **Dilma passa final de semana em Porto Alegre ao lado da filha e netos**¹⁹⁰, de 20 de agosto, que tem como subtítulo: “De acordo com assessores, ela chegou na noite de sexta-feira, 19. A petista não tem compromissos oficiais em Porto Alegre e aproveitará o tempo ao lado da filha, Paula Araújo, e dos netos, Gabriel e Guilherme, que moram na cidade.” O discurso usa de forma repetida os termos: família, filha e netos, sempre nomeando-os, e também o trecho: “Quase todos os finais de semana, nos últimos meses, foram dedicados à família.” Afasta Dilma da função de presidenta, chefe de Estado.

Uma maneira de demonstrar que os meses em que Dilma esteve afastada da presidência foram de trabalho extremo é o filme **Alvorada – É tudo verdade**, lançado em 2020, produzido por Anna Muylaert e Lô Politi, que demonstra o cotidiano da presidenta – de dentro do Palácio da Alvorada – durante o desenrolar do processo de impeachment. O filme foi rodado entre julho e setembro de 2016 e testemunha a “tensão e a perplexidade que escalavam no círculo da presidente, em reuniões, telefonemas intermináveis e sussurros ouvidos da cozinha à guarda do palácio”¹⁹¹, além de demonstrar o ritmo de trabalho e dedicação da presidenta e sua equipe durante aquele período.

A matriz **Feminização** não só representa Dilma como mãe e avó. Ela tira de Dilma o status de presidenta, de política, colocando-a numa posição de inércia, dedicando-se à família e sem compromissos oficiais enquanto, as demais notícias, apontam o presidente

¹⁹⁰ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/08/20/interna_politica.545206/dilma-passa-o-final-de-semana-em-porto-alegre-ao-lado-da-filha-e-netos.shtml Acesso em 25 mai 2021.

¹⁹¹ Disponível em: <http://etudoverdade.com.br/br/filme/48181-ALVORADA> Acesso em 10 setembro 2021.

interino, deputados, senadores, advogados e até Sérgio Moro, trabalhando incansavelmente. As peças do jogo político tinham saído do lugar, uma mulher estava na presidência, mas agora parecem estar sendo reorganizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tripé gênero, mídia e política perpassou a pesquisa apresentando-se como uma interface atual e relevante. Apesar de o governo Dilma ter sido finalizado em 2016, há cinco anos, as representações sociais que envolveram o discurso jornalístico e a presidenta são significativas para começarmos a compreender questões mais amplas como o papel desempenhado pela mídia durante o golpe de 2016, a função destes acontecimentos nos cenários político e econômico atuais e as injunções de gênero perpetradas por um veículo de imprensa.

O objeto guia o estudo, mostra, aos poucos, suas especificidades, necessidades e prioridades. Por mais que o pesquisador tenha em mente alguns resultados/expectativas no início da pesquisa (o que gera imenso conflito no início das análises), o objeto impõe-se e é aí que encontram-se sentimentos inéditos na relação pesquisador *versus* objeto. O ponto alto (pelo menos para mim) é aquele em que o pesquisador aceita, permite ao seu objeto manifestar-se e os caminhos para análise se abrem.

A busca pela construção do discurso do **Correio Braziliense** a respeito da primeira mulher presidenta do Brasil foi assim, excitante. Não que os resultados sejam de alguma forma positivos para a democracia e/ou para as questões de gênero, mas no momento que deixei o discurso do **CB** falar, os achados foram, sim, surpreendentes. A princípio, a razão me fez pensar que a violência contra Dilma Rousseff seria aberta, clara e direta. Mas, existia uma pontinha de esperança que tentava abrir espaço dizendo que não, a mídia e seus agentes - os sujeitos produtores daqueles discursos - seriam discretos em relação às questões de gênero, afinal, é uma luta antiga e significativa para a história.

A materialidade do discurso permitiu-nos encontrar suas matrizes discursivas de forma a construir uma história que foi contada aos brasileiros e brasileiras entre 2011 e 2016 e, o resultado desta história, para mim, imagino que para Dilma Rousseff e para a democracia, não foi o melhor. Não aprendemos com o passado. Insistimos em fórmulas equivocadas, tal como a do golpe perpetrado à presidenta.

Em relação à tese e seus resultados, vou detalhá-los unindo as matrizes discursivas - encontradas em cada fase aplicada à gestão Dilma e representada a partir do discurso do **CB** - às condições de produção dos discursos analisados. A construção representacional de Dilma Rousseff pelo jornal **Correio Braziliense** foi coerente, do início ao fim, mantendo o discurso de oposição ao governo, o que fazia desde os governos Lula, mas com o acréscimo de algumas questões relevantes para os estudos feministas e de gênero.

O **CB** ditou o tom que abordaria o governo Dilma no dia 1 de janeiro de 2011, dia da posse do primeiro mandato da presidenta. A opção foi por não ressaltar a conquista histórica das mulheres, em especial as brasileiras, tendo a primeira mulher a ocupar o cargo máximo de poder no país. O fato histórico foi silenciado. Sua relevância sócio-histórica estrategicamente menosprezada. Um dia, frente a cinco anos e meio no poder, pode parecer irrelevante, mas o desprezo do discurso jornalístico representou séculos de violência contra as mulheres.

O primeiro semestre do governo Dilma, visto a partir do discurso do **CB**, foi desconstruído com uma mulher de temperamento difícil, que só chegou ao poder por ter sido apadrinhada por Lula. O temperamento de Dilma, como representado pelo jornal, caberia bem a um homem, mas numa mulher formou um conjunto de características que a tornaram inadequada ao exercício do poder e perpetuou um discurso antigo, naturalizado em relação às mulheres: o descontrole emocional. Além disso, as ações da presidenta estavam sempre sendo comparadas às de seu antecessor, e ele, Lula, estava sempre ali, brilhando mais em um evento ou outro.

Estas duas matrizes (temperamento e ofuscamento) mantiveram-se no primeiro semestre de 2013 – (des)legitimação -, ainda que de maneira mais amena. O ofuscamento de Dilma ultrapassou Lula e outros homens começaram a ter mais relevância que a presidenta. Porém, o interesse maior daquele momento era tirar de Dilma uma popularidade nunca conquistada por seus antecessores recentes (Lula e FHC). Para tanto, a estratégia foi escancarada. Os adjetivos pularam feito confete no carnaval para demarcar as críticas ao governo e à presidenta. Aliada a esta matriz, o jornal estrategicamente deu voz à presidenta, fazendo referências às suas falas de maneira direta e indireta. Esta seria uma matriz positiva se o discurso não tivesse utilizado a voz da presidenta no sentido de demonstrar um temperamento inadequado (especialmente a partir do autoritarismo) e falas/posicionamentos da presidenta que estariam fora do tempo ou ultrapassados, ou seja, também inadequados.

Estas estratégias trabalharam durante todo o semestre no sentido de deslegitimar o governo e, com as jornadas de junho, a popularidade da presidenta despencou em junho de 2013. Pareceu que, para o jornal, a população não estava entendendo nada até aquele momento e, para explicar melhor, o **CB** decidiu deixar claro que aquele governo - que tinha 63% de aprovação dos brasileiros em março - na verdade não era bom. O caminho foi a deslegitimação da presidenta, principalmente a partir do apoio (para não utilizar o termo manipulação, tão empregado por Jessé Sousa) midiático às Jornadas de Junho - que iniciaram

como apartidárias, mas acabaram dominadas pela direita - e em junho de 2013 Dilma tinha perdido 27 pontos em popularidade.

Já na fase de Golpe (janeiro/agosto de 2016) as matrizes discursivas passaram a ser totalmente direcionadas para a necessidade e premência do golpe, finalizado em 31 de agosto. Primeiro, foi observado uma lista de adversários da presidenta, que a deixou isolada e sem condições de exercício de poder. Aliado a isso, estava a antecipação do impeachment que, a partir de diversas estratégias discursivas, deixava transparecer que o impeachment era um fato e não uma possibilidade. Para fechar o ciclo, todo aquele temperamento opressivo e autoritário de Dilma foi deixado de lado dado que ela, naquele momento, era ex-presidente – como a nomeou o jornal tantas vezes antes da finalização do processo e impeachment – e passaria o tempo sem compromissos oficiais, visitando a filha e os netos em Porto Alegre. Dilma Rousseff, uma mulher de 69 anos, estava finalmente ocupando o lugar que cabia a ela (de acordo com os estereótipos naturalizados em uma sociedade patriarcal), o de mãe e avó.

É interessante perceber que no início do governo a estratégia discursiva para representar a presidenta foi apoiada na ancoragem, que para Moscovici (2015), consiste no processo de transformar algo novo em familiar, formando as representações sociais. Uma mulher como presidenta da República era um fato totalmente novo, então a estratégia foi atribuir traços naturalizados como masculinos à Dilma, aproximando a presidenta daquilo que já era conhecido, ou seja, um homem no poder. No caminhar de sua atuação, esta mesma estratégia foi utilizada para deslegitimar a presidenta, visto que ela era descrita como uma pessoa incapaz de dialogar com seus oponentes, sem maleabilidade para o exercício de um cargo público, sobressaindo o autoritarismo. Dilma não tinha um perfil adequado para presidir o país. Autoritária ao extremo, chegando a não ter perfil psicológico, ou seja, uma mulher descontrolada emocionalmente. Esta estratégia deslegitima mulheres como, no mínimo, seres pensantes, há séculos. Rousseau, por exemplo, na obra **Emílio ou Da Educação**, publicado em 1762, que trata da natureza do homem (não o homem de forma genérica, que engloba os seres humanos, mas do homem masculino unicamente) aponta que existe certa “natureza da mulher” que está diretamente ligada à composição do seu corpo – útero e seios – que determinam o destino feminino: procriar e proteger. Nada mais.

No último semestre analisado, o discurso jornalístico apostou em identificar a presidenta com a posição socialmente naturalizada para as mulheres. Dilma estava sendo retratada como mãe e avó – no sentido de procriar e proteger de Rousseau. A impressão é que em 2011 as coisas estavam fora de lugar e em 2016 tudo voltou ao normal, com Dilma perto da filha e dos netos, Michel Temer exercendo a presidência e Marcela Temer, como

esposa de Temer e mãe de Michelzinho, bela recatada e do lar, como foi retratada a “quase primeira dama”¹⁹² na edição de 18 de abril de 2016 da revista *Veja*. O detalhe é que Dilma tinha sido afastada no dia 12 daquele mês, quando Temer assumiu como presidente interino.

Olhando para uma linha do tempo, pode-se perceber que a estratégia discursiva adotada pelo jornal **Correio Braziliense** trabalhou questões de gênero já naturalizadas – como a inadequação do temperamento feminino para a atuação pública; a superioridade masculina; a relevância da mulher naquilo que é privado e não público; o direcionamento da mulher para a maternidade, entre outros – durante todo o percurso de Dilma no poder, tirando da presidenta sua história de lutas políticas, de atuação política profissional, seus conhecimentos no campo político, econômico e administrativo. Dilma foi representada como um fantoche, alguém sem perfil e/ou estrutura para governar. Uma mulher que ocupava um lugar totalmente inadequado. Porém, estas questões só puderam ser observadas a partir do conjunto de notícias que formou o corpus desta pesquisa. De forma isolada, as notícias pareciam mais ou menos neutras, pelo menos no que tange às relações de gênero.

O intuito maior desta pesquisa foi analisar se a cobertura do **Correio Braziliense** usou de sexismo e/ou misoginia ao representar Dilma Rousseff à frente do governo. A resposta curta é: sim, usou. Porém, também é necessário entender como isto ocorreu. O fato de Dilma ser mulher não foi diretamente abordado e criticado. Com o olhar direcionado para as entrelinhas do discurso, ou seja, como foi construída a estratégia discursiva, é que pude perceber a naturalidade com que as questões de gênero foram trabalhadas.

A partir da Análise de Discurso tem-se ciência de que nenhum discurso é inaugural, dessa forma, os discursos que produzimos refletem outros discursos já produzidos e esquecidos, mas que, de maneira mais ou menos clara e direta, retornam. Vivemos em uma sociedade machista, sexista e misógina, mas a luta pela construção e preservação dos direitos das mulheres e a equidade é foco dos movimentos feministas há décadas no Brasil. Qual destes discursos, já produzidos, fariam parte do arsenal discursivo do **CB**? No momento em que o jornal decide simplesmente não abordar a conquista histórica das mulheres, representada em Dilma Rousseff recebendo a faixa presidencial, fica transparente que a estratégia discursiva será a de não dar este poder às mulheres, preservando valores patriarcais.

A história é contada pelos dominantes. Foi assim quando da chegada dos portugueses ao Brasil. Mesmo o território tendo aproximadamente oito milhões de habitantes divididos

¹⁹² Referência à revista *Veja*, publicada em abril de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/> Acesso em 20 jul 2021.

em mais de mil povos indígenas em 1500¹⁹³, o feito foi denominado historicamente de “descoberta do Brasil” e foi assim que aprendi na escola. No caso da ocupação do Brasil pelos portugueses os povos indígenas foram apagados pelo discurso dominante. Com Dilma Rousseff, o seu feito histórico sofreu uma tentativa de apagamento. Digo tentativa porque, milhões de mulheres (como eu) não deixarão de ressaltar o acontecimento e sua importância.

Entende-se por sexismo uma atitude discriminatória baseada no sexo. Uma atitude que parece inofensiva, como uma piada sobre loiras ou comparar o temperamento de Dilma Rousseff ao de um comandante do exército, mas pode crescer e criar um clima de ameaça e intimidação, seguido da aceitação da violência. A violência contra a mulher aparece majoritariamente como física e/ou sexual. Porém, sabe-se que ameaças, humilhação, desvalorização, observações ou imposições sobre aparência, exclusão, invisibilização, linguagem e comentários jocosos, entre diversas outras atitudes, também configuram-se como violência e discriminação. O sexismo atinge principalmente as mulheres, mas todas as pessoas que não seguem à risca os papéis de gênero impostos socialmente podem sofrer com este tipo de violência.

O discurso do **CB** foi sexista quando desvalorizou o feito histórico de Dilma Rousseff, ser a primeira presidenta do país, quando atribuiu características masculinas à sua personalidade e modos de governar, quando a excluiu ou invisibilizou sua presença/função/qualificações, quando caprichou nos adjetivos para desmerecer suas ações e falas, quando silenciou sobre suas ações e estratégias no momento em que mais lutou por sua permanência na presidência e conservação da democracia. Quando deu voz (e se absteve de críticas) à discursos misóginos durante a votação do impeachment no dia 31 de agosto de 2016.

Outro objetivo desta pesquisa foi o de caracterizar o discurso jornalístico como uma tecnologia de gênero. Teresa de Lauretis trabalha o discurso cinematográfico como uma tecnologia de gênero, ou seja, um espaço gendrado que atua nas representações sociais de gênero. O discurso jornalístico, no caso analisado, também revelou-se uma tecnologia de gênero, visto que ressignificou as diferenças estereotipadas impostas socialmente para distinguir o masculino do feminino. A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa pode-se considerar o discurso do **CB** como um eficaz aparato social, que utilizou técnicas específicas, para conservar o discurso sexista.

¹⁹³ Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quantos-habitantes-havia-no-brasil-na-epoca-do-descobrimento/>. Acesso em 20 jul 2021.

A luta dos feminismos é profunda já que precisa modificar um pensamento (que se materializa em atitudes e discursos) que está inculcido, naturalizado na sociedade contemporânea. Não é tarefa fácil. Mas ser a primeira mulher a chegar à presidência, imagino que também não tenha sido. Espero, contudo, ter gerado, no mínimo, inquietação em mais algumas ao desconstruir o discurso jornalístico a respeito de Dilma Rousseff, já que este caso representa a vivência de milhares de mulheres que têm suas lutas e conquistas diárias desprezadas. Se a tarefa era provocar algum tipo de transformação no triângulo gênero, mídia e política, espero ter lançado uma semente. Que o retorno seja ao discurso de luta e não mais ao “bela, recatada e do lar”.

Pretendo dar continuidade à pesquisa direcionando o olhar para o receptor do discurso jornalístico. Qual impacto do discurso jornalístico nas percepções de gênero? Sim, ainda é uma questão muito ampla, mas vai ser amadurecida e se tornar um excelente projeto de pesquisa. Como disse Dilma durante discurso no dia 31 de agosto de 2016 “Esta história não acaba assim. Estou certa de que a interrupção deste processo pelo golpe de estado não é definitiva. Nós voltaremos. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano.” E, acrescento, que as mulheres não sofram discriminações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB-SABER, Tales. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. Desafios da resistência – As lutas de enfrentamento da classe trabalhadora no Brasil. In: DIAS, Luiz Antonio, Org.; SEGURADO, Rosemary, Org. **O golpe de 2016: razões, atores e consequências**. São Paulo: Intermeios; PUC-SP-PIPEq, 2018.

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Soc. estado.**, Brasília, v. 15, n.2, p.303-330, dez. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 jun. 2020.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

ALBUQUERQUE, Afonso de. A narrativa jornalística para além dos faits-divers. In: **Lumina** - Facom/UFJF - v.3, n.2, p.69-91, jul./dez. 2000.

ALCANTARA, P. P. T; PEIXOTO, C. L.; SILVA, A. M. S. As relações patriarcais de gênero na família: influência da mídia televisiva. In: **HOLOS**, Ano 33, Vol. 07, 2017.

ALFONSIN, Betânia Moraes. As manifestações de junho de 2013, o processo de construção dos direitos de cidadania no brasil e o direito à cidade. In: **Revista de Direito da Cidade**, vol.07, no01, 2015.

ALMEIDA, Rodrigo de. **À sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff**. São Paulo: LeYa, 2016.

AMARAL, Ricardo Batista. **A vida quer é coragem**. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

AMORIM, T. Aspectos éticos e identitários do consumo cultural: a Casa do Saber e suas relações com a mídia. **Dissertação de mestrado**. São Paulo, ESPM, 2009.

ANTONIOLI, Maria Elisabete. Novos movimentos sociais no brasil e a cobertura midiática: um estudo comparativo entre os editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo sobre as manifestações de junho de 2013. In: **Revista ALTEJOR**, Ano 06, Vol. 02, Ed. 12. Jun-Dez. 2015. P. 135-148.

ARRUDA, Pedro Fassoni. O Golpe de 2016 e a contrarreforma trabalhista. In: DIAS, Luiz Antonio, Org.; SEGURADO, Rosemary, Org. **O golpe de 2016: razões, atores e consequências**. São Paulo: Intermeios; PUC-SP-PIPEq, 2018.

BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social**. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/24456502/baczko-bronislaw-imaginacao-social-in-leach-edmund-et-alii-anthropos-homem-lisbo> Acesso em 27 de abr de 2021.

BANDEIRA, Lourdes. **A contribuição da crítica feminista à ciência**. In: Estudos Feministas, Florianópolis, janeiro-abril/2008.

BARBARA, Leila; GOMES, Maria Carmen Aires. A representação de Dilma Rousseff pela mídia brasileira: analisando os processos verbais. In: **Letras**, Santa Maria, v. 20, n. 40, p. 67–92, jan./jun. 2010

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Aitêntica Editora, 2018.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Aitêntica Editora, 2018.

BIROLI, Flávia, O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política** [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2014.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Jornalismo, conflito e objetividade. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017.

BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 90, 2010.

BIROLI, Flávia. O jornalismo como gestor de consensos: limites do conflito na política e na mídia. In: **XXI Encontro Anual da Compós**, Juiz de Fora, 2012.

BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda (orgs). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. O campo político. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo**, preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1990.

BOURDIEU, P.; DARBEL, Alain. **O amor pela arte**: os museus de arte na Europa e seu público. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216.

BRAGA, José Luiz. Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação. **Revista Contracampo**, vol. 10/11, fascículo 2004/2, p. 219-235, Niterói: UFF, 2004.

BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. **Os dilemas do patrimonialismo brasileiro**: as interpretações de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman. São Paulo: Alameda, 2016.

BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. Raymundo Faoro: intérprete do Brasil em ação. In: **Estud. av.**, São Paulo, v. 33, n. 95, p. 287-290, Jan. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142019000100287&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 de julho de 2020.

BRUNHS, Hinnerk. O conceito de patrimonialismo e suas interpretações contemporâneas. In: **Revista Estudos Políticos**. Nº 4, 2012/1. P. 61-77.

BRUSCINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/> Acesso em: 25 de agosto de 2020.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/> Acesso em: 25 de agosto de 2020.

CHAGAS, Bárbara da Rocha Figueiredo. Positivismo e marxismo: o debate sobre a neutralidade científica e a construção do projeto profissional do Serviço Social brasileiro. In: **SERV. SOC. REV.**, LONDRINA, V. 17, N.2, P.169 - 186, JAN. /JUN. 2015.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2013

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

CHIARINI, Adriana. As reformas de O Globo e do Correio Braziliense. In: MOTA, Luiz Gonzaga (org). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CISNE, Mirla. Feminismo e Marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. In: **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018.

CISNE, Mirla. Feminismo e Marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018.

COLLINS, Patrícia Hills. Epistemologia feminista negra. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. P. 154 – 191.

COLLINS, Patrícia Hills. Epistemologia feminista negra. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. P. 154 – 191.

COOK, Timothy E. O jornalismo político. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 203-247.

COOK, Timothy E. O jornalismo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 203-247.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2008. Disponível em:http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In: **Descolonizar o feminismo** [recurso eletrônico]: VII Sernegra / Paula Balduino de Melo [et al.], organizadora. – Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2019.

DELPHY, Christine. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ENTMAN, R. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. In: **Journal of Communication**, vol. 43, nº 4, 1993.

ERNST-PEREIRA, Aracy; MUTTI, Regina Maria Varini. O Analista de Discurso em Formação: apontamentos à prática analítica. In: **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 817-833, set./dez. 2011.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D.; MESSA, Márcia Rejane. Os estudos de gênero na pesquisa em comunicação no Brasil. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. (Org). **Comunicação e gênero** [recurso eletrônico]: a aventura da pesquisa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; JACKS, Nilda. **Comunicação e recepção**. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Mulheres emocionalmente descontroladas: identidades generificadas na mídia contemporânea. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada** [online]. 2004, v. 20, n. 2 [Acessado 16 setembro 2021], pp. 235-263. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-44502004000200003>>. Epub 13 Jul 2005. ISSN 1678-460X. <https://doi.org/10.1590/S0102-44502004000200003>.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2012.

FARR, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho.; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FEDERICI, S. Notas sobre gênero em O Capital de Marx. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, n. 10, p. 83–111, 2018. DOI: 10.20396/cemarx.v0i10.10922. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10922>. Acesso em: 13 set. 2021.

FERES JUNIOR, João; MIGUEL, Lorena; BARBABELA, Eduardo. A mídia impressa na cobertura das manifestações de junho. In: **Anais do 38º Encontro Anual da Anpocs**, de 27 a 31 de outubro de 2014, em Caxambu - MG.

FERNANDES, Florestan. A família patriarcal e suas funções econômicas. In: **Revista USP**, São Paulo (29): março/maio 1996. P. 74-81.

FERREIRA, Giovandro Marcus. Apontamentos sobre as propriedades do campo de produção jornalístico. In: **Pauta Geral**, Salvador, ano 9, n. 4, 2002, p. 243-258.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. In: **Estudos Feministas**, Ano 9, 2º semestre de 2001.

FOLLADOR, Kelen Jacobsen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. In: **Revista Fatos & Versões**, n. 2, vol. 1, p. 3-16, 2009.

FONSECA, Francisco C. P. Mídia e democracia: falsas confluências. In: **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 22, p. 13-24, jun. 2004.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Indústria de notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2008

FONTENLA, Marta. ¿Qué es el patriarcado? In: GAMBÁ, S. B. (Org.). **Diccionario de estudios de género y feminismos**. [s.l.]: Biblos, 2008.

FOUCAULT, M. **El sujeto y el poder**, 2007. Disponível em: <<http://www.campogrupal.com/poder.html>>. Acesso em: 12 setembro 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 4a. Ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Petrópolis: Vozes, Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2014.

FRANÇA, V.; SIMÕES, P.; OLIVEIRA, A.; LIMA, L.; BARROSO, L.; AFONSO, M.; LOPES, S.; BONTEMPO, C.; PEREIRA, S. Comunicação e Política: mapeando autores/as e teorias mobilizados no Brasil. **Compólitica**, v. 8, n. 2, p. 5-40, 11 dez. 2018.

FRANZONI, Sabrina; LISBOA, Silvia. Aproximações teóricas entre Jornalismo e Discurso: as noções de função enunciativa e efeito de verdade. In: **15o Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor)**, ECA/USP – São Paulo – Novembro de 2017.

FREUD, S. (1925). **Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica**. In: Strachey (Ed.), **ESB (Vol. XIX)**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

GANDINI, Raquel. Características patrimonialistas do Estado brasileiro: anotações para estudos de política educacional. In: **RBPAAE** – v.24, n.2, p. 197-213, mai./ago. 2008.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo** [recurso eletrônico]. São Paulo: Claridade, 2015.

GERALDES, Elen Cristina; RAMOS, Tânia Reguna Oliveira; SILVA, Juliano Domingues; MACHADO, Liliane Maria Macedo; NEGRINI, Vanessa (ORGs). **Mídia, Misoginia e Golpe**. Brasília: FAC – UnB, 2016.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left**. Berkeley: University of Califórnia Press, 1980.

GOMES, Antonio Marcos Tisoli. Análise de discurso francesa e teoria das representações sociais: algumas interfaces teórico-metodológicas. In: **Psicologia e Saber Social**, 4(1), 3-18, 2015.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GOUGES, Olympe de. Declaração dos direitos da mulher cidadã. Tradução de Selvino José Assmann. In: **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**. Florianópolis. vol. 4. n. 1. Janeiro/Junho, 2007. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/10852> >. Acesso em: 28 jul. 2020.

GRAZZIOTIN, Vanessa. Dilma: símbolo para a participação política feminina. In: RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda (orgs). *O Golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso: conceitos e aplicações. In: **Alfa**, São Paulo, 39: 13-21,1995.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: As mulheres na política. In: **Estudos Feministas**, Ano 9, 2 semestre de 2001, p. 167 – 206.

GUARESCHI, Pedrinho A. Mídia e democracia: o quarto versus o quinto poder. In: **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 6-25, jul.-dez. 2007.

GUARESCHI, Pedrinho A. Mídia e política: estratégias para a construção do “capital simbólico” dos políticos. In: **Revista FAMECOS**, v. 21, n.3, setembro-dezembro 2014, p. 830-859.

GUARESCHI, Pedrinho. Representações sociais, Mídia e Movimentos Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; HERNANDEZ, Aline; CÁDERNAS, Manuel. In: **Representações sociais em movimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

GUAZINA, Liziane Soares; PRIOR, Helder; ARAUJO, Bruno. Enquadramentos de uma crise: o *impeachment* de Dilma Rousseff em editoriais nacionais e internacionais. In: **COMPOLÍTICA**, Porto Alegre, 2017.

GUAZINA, Liziane Soares. *Jornalismo em busca da credibilidade: A cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão*. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de Brasília, 2011.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Educação & Realidade**. jul/dez. 1997. p. 15-46.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HEWITT, Nancy A. (ed.). **No permanent waves: recasting histories of U.S. feminism**. New Brunswick; New Jersey; London: Rutgers, 2010.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARE, Helene; SENOTIER, Daniele (orgs) **Dicionário crítico do feminismo**. Ed. UNESP: São Paulo, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOLDFIELDT, Antônio. Os estudos sobre a hipótese do agendamento. In: **Revista Famecos**, n. 7, Porto Alegre, 1997.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista** [recurso eletrônico]: da margem ao centro. Tradução Rainer Patriota. - 1. ed. - São Paulo: Perspectiva, 2019.

ITUASSU, Arthur. Hall, comunicação e a política do real. In: HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Ed.), **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

JUNIOR, A. E. V. P. Jornalismo e representações sociais: algumas considerações. **E-Compós**, [S. l.], v. 1, 2004. DOI: 10.30962/ec.18. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/18>. Acesso em: 1 ago. 2021.

JUNIOR, Aristeu Portela. Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil. In: **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.19.2, 2012, pFp.9-27.

KARAWEJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. In: **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan.-jun. 2014

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

KUHN, Tomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LAHIRE, B. **O homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2002.

LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do Gênero. In: **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Org.: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Rio de janeiro, Rocco, 1994.

LIMA, Venício Artur de. **Mídia**: crise política e poder no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

LOCKE, John. **Dois Tratados Sobre o Governo**. Martins Fontes: São Paulo, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LUGONES, María. Colonialidad y género. In: **Tabula Rasa** , n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.

MACHADO, Ida Lucia. A ironia como estratégia comunicativa e argumentativa. In: **Bakhtiniana**, São Paulo, Número 9 (1): 108-128, Jan./Jul. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bak/v9n1/08.pdf> Acesso em 10 de abr. de 2021.

MACHADO, Liliane Maria Macedo. **E a mídia criou a mulher**: como a tv e o cinema constroem o sistema de sexo/gênero. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MACHADO, Liliane; DOMINGOS, Marina. A Lei de Mídia da Argentina vista pelo jornal O Estado de S. Paulo. In: **RAZÓN Y PALABRA**, N. 90, JUNIO – AGOSTO 2015 (p. 595-609).

MACHADO, Marcia Benetti; JACKS, Nilda. **O Discurso jornalístico**. Brasília: Compós, 2001. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1217.pdf. Acesso em 16 jun. 2020. 11 p.

MAGALHÃES, Suzana Marli da Costa. Patrimonialismo e educação: uma abordagem histórica. In: **Educação em debate** – Fortaleza – Ano 17/18 – nº 29, 30, 31 e 32 de 1995, p. 55-64.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos em comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes; Ed. Da Unicamp, 1997.

MARTINO, Luis Mauro Sá. **Mídia e poder simbólico**: um ensaio sobre comunicação e campo religioso. São Paulo, Paulus, 2003.

MATTOS, E. I. O discurso feminista no cartesianismo de Poulain de la Barre: Array. **Griot : Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 338-349, 2019. DOI: 10.31977/grirfi.v19i3.1304. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/1304>. Acesso em: 23 set. 2021.

MATTOS, Elizângela Inocência. **O discurso feminista no cartesianismo de Poulain de La Barre**. Griot: Revista de Filosofia, Amargosa – BA, v.19, n.3, p.338-349, outubro, 2019.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald L. **The Agenda-Setting Function of Mass Media**. Public Opinion Quarterly.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

MEDINA, C. **O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos**. São Paulo: Paulus, 2006.

MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. In: **Revista Syposium**, Ano 5 • no 1 • janeiro-junho 2001.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento?. In: **Media & jornalismo**, Revista do Centro de Investigação de Media e Jornalismo, n. 1, 9-22, 2002.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

MELO, José Marques de. **História do jornalismo: Itinerário crítico, mosaico contextual**. São Paulo: Paulus, 2012.

MELO, José Marques de. Jornalismo político: democracia, cidadania, anomia. In: **Revista FAMECOS**, N 35, Porto Alegre – abril de 2008, p. 90-94.

MELO, José Marques. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. In: **Intercom - RBCC São Paulo**, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016 . Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf> Acesso em 10 abr. 2021.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. DIMENSÕES DEMOCRÁTICAS NAS JORNADAS DE JUNHO: Reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. In: **RBCS Vol. 33 n° 98 /2018**.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Gênero e política no jornalismo brasileiro. **Revista FAMECOS**, v. 15, n. 36, p. 24-39, 20 nov. 2008.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Comunicação e política: um campo de estudos e seus desdobramentos no Brasil. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (orgs). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: HUCITEC, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política** [recurso eletrônico]: São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. A produção do golpe no Brasil. In: GONZÁLES, Maria Victoria Espiñeira; CRUZ, Danilo Uzêda (Orgs). **Democracia na América Latina: Democratização, tensões e aprendizados**. Buenos Aires: CLACSO; Feira de Santana: Editora Zarte, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: Territórios em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Djenane Arraes; MALCORPS, Sylvain; VITORINO, Maíra Moraes. Quando jornalistas e profissionais do marketing negociam: uma análise baseada em competências nos processos de negociações em organizações midiáticas brasileira e belga. In: **Braz.journal.res.** - Brasília-DF-Vol.15-N.1-agosto-2019. P. 308 - 335

MORENO, Jorge Bastos. **Ascensão e queda de Dilma Rousseff: tuítes sobre os bastidores do governo petista e o diário da crise que levou à sua ruína**. São Paulo: GloboLivros, 2017.

MORITZ, Maria Lúcia; RITA, Mayara Bacelar. Mídia Impressa e gênero na construção do impeachment de Dilma Rousseff. In: **Intercom** - RBCC São Paulo, v. 43, n. 2, p.203-223, maio/ago. 2020

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: Investigações em psicologia social**. 11 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MOTTA, L. G. **Narratologia: teoria e análise da narrativa jornalística**. Brasília, DF: Casa das Musas, 2005

MOTTA, Luiz G.; GUAZINA, Liziane. O conflito como categoria estruturante da narrativa política - o caso do *Jornal Nacional*. In: **BRAZILIAN JOURNALISM RESEARCH** - Volume 6-Número 1-2010, p. 132-149.

MOTTA, Luiz G.; GUAZINA, Liziane. O conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do *Jornal Nacional*. In: **XVII Encontro da Compós**, São Paulo, 2008.

MOUILLAUD, Maurice; TÉTU, Jean-François. O efeito de real. In: **Dispositiva**, PUC Minas, V. 2 N. 1, 2013.

NETO, Antônio Fausto. “Tchau, querida”: Leitura do impeachment – revista. In: **ANIMUS** Revista Interamericana de comunicação midiática. V. 15, N 30, 2016.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(2):440, maio-agosto/2008.

OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves de. A atuação das agências de notícias nacionais – *Estado, Folhapress e O Globo* – como distribuidoras de conteúdos no interior dos conglomerados de mídia brasileiros. In: **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 518-540, maio-agosto 2014.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. Silêncios: presença e ausência. In: **ComCiência** no. 101, Campinas, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8 ed. Campinas: Pontes, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6a ed. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise: Sujeito, sentido e ideologia**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, Eni. **Texto e discurso**. Organon, Porto Alegre, Rev. do Inst. Letras/UFRGS, v. 9, n. 23, p. 63- 68, 1995.

ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PECHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni P. Orlandi. São Paulo: Pontes, 2006.

PENA, Felipe. Agendamento retivo: a estratégia do confronto no Twitter de Bolsonaro. In: **Intercom** – 42o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Belém - PA – 2 a 7/09/2019.

PEREIRA, Fábio Henrique. Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão. In: **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, 2004. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf> Acesso em 30 jul 2021.

PINTO, Alejandra Aguilar. Reinventando o feminismo: as mulheres indígenas e suas demandas de gênero. In: **Fazendo Gênero** - agosto de 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1276200140_ARQUIV_O_ApresentFazendoGeneroAleword.pdf. Acesso em 09/02/2021.

PINTO, Céli Regina Jardim Pinto. Feminismo, história e poder. In: **Revista Sociologia Política**. Curitiba. v. 18. n. 36. Junho, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf> >. Acesso em: 28 jul. 2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. Dilma – uma mulher política. In: RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda (orgs). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico**. Florianópolis: Insular, 2005.

RABAY, Gloria. Freire; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Participação da mulher no parlamento brasileiro e paraibano. *Democracia, Direitos Humanos e Gênero. Org & Demo*, Marília, v.12, n.1, p.81-94, jan./jun., 2011.

RABELO, Amanda Oliveira. Interligação entre representações e questões de gênero na docência. In: *Educación XXVIII* (54), marzo 2019, pp. 203-226.

RAGO, Margareth. Entre o anarquismo e o feminismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbri. In: *Verve*, n. 21: 54-78, 2012

RAGO, Margareth. entre o anarquismo e o feminismo: maria lacerda de moura e luce fabbri. In: *verve*, 21: 54-78, 2012.

REIS, Ruth. Jornalismo: cenário e tendências. In: Anais XXI Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - **Compós**. Rio de Janeiro, jun. 2002. Disponível em: < http://www.compos.org.br/data/biblioteca_718.pdf>

REZENDE, Daniela Leandro. Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. In: **Pensamento Plural**, Pelotas [17]: 07 – 27, julho-dezembro 2015.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. In: **SUR 24** - v.13 n.24, 2016, p. 99 – 104.

RIBEIRO, Simone França. SOARES, Rosemary Dore. Educação e cidadania: o voto das pessoas analfabetas. **Reunião Anual da ANPEd** – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 27., 2004. Disponível em: <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/educacao-e-cidadania-o-voto-das-pessoas-analfabetas> Acesso em: 24 de jul de 2020.

RIOT-SARCEY, Michèle. Michel Foucault para pensar o gênero: sujeito e poder. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle...[et al]. In: **O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

RIOT-SARCEY, Michèle. Poder(es). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Fransóise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ROSSETTO, Graça Penha Nascimento; SILVA, Alberto Marques. Agenda Setting e Framing: detalhes de uma mesma teoria? In: **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 26, p. 98-114, jul. 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Editora Martin Claret: São Paulo, 2003.

RUBIM, Antônio Albino C. Espetáculo, Política e Mídia. 11o Encontro Anual da **COMPOS**. Rio de Janeiro, Anais do Congresso, 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.pdf> Acesso em 30 abr 2021

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Espetacularização e Mdiatização da Política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. Precisamos falar de gênero. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (Org). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018.

SAES, Décio Azevedo Marques de. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. In: **Estudos Avançados** 15 (42), p. 379-410, 2001.

SAFATLE, Claudia; BORGES, João; OLIVEIRA, Ribamar. **Anatomia de um desastre**: os bastidores da crise econômica que mergulhou o país na pior recessão de sua história. São Paulo: Portifolio-Penguin, 2016.

SAFFIOTI, H.I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: OLVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SALGADO, E. D.; GUIMARÃES, G. A.; MONTE-ALTO, E. V. L. C. Cotas de gênero na política: entre a história, as urnas e o parlamento. **Gênero & Direito**, v. 4, n. 3, 23 dez. 2015.

SAMPAIO, E. A virada linguística e os dados imediatos da consciência. In: **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 40, n. 2, p. 47-70, Abr./Jun., 2017.

SANTI, Heloise C. & SANTI, Vilson J. C.. Stuart Hall e o trabalho das representações. In: **Revista Anagrama** – Ano 2 - Edição 1 – Setembro/Novembro de 2008.

SANTOS, Renata Bravo dos; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. A cultura do estupro e o poder disciplinar nos corpos femininos na perspectiva foucaultiana. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

SANTOS, Simone Alves. Assédio sexual nos espaços públicos: reflexões históricas e feministas. In: **História, Histórias, Brasília**, v. 3, n. 6, p.27-41, jun. 2015.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHUMAHER, Schuma; CEVA, Antonia. Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SCOTT, Joan W. Prefácio a Gender and Politics of History. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.

SEGA, Rafael Augustus. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. In: **Anos 90**, Porto Alegre, número 13, julho de 2000.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. In: **Revista Brasileira de Educação**. Nº 20, maio/jun/jul/ago 2002, p. 60-154.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade**: a formação da quarta onda. Recife: Independently published, 2019.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade**: a formação da quarta onda. Recife: Independently published, 2019.

SILVA, Marconi Oliveira. Jornalismo e representação do mundo. In: **Comunicação e Informação**, V 8, nº 1: pág 19 - 25. - jan/jun. 2005.

SILVA, Valter Souza; RODRIGUES, Marlon Leal. Análise do discurso: a caminhada de pècheux, e conceitos basilares da teoria. In: **INTERLETRAS**, v. 6, Edição número 25, Abril/Setembro 2017.

SILVEIRA, Patrícia; MARÔPO, Lidia. Jornalismo e construção social da realidade: um contributo para o debate teórico. In: **Revista Comunicando**, Vol. 3, 2014.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. **Introdução à análise do discurso jornalístico impresso**: um guia para estudantes de graduação. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas – Oficina Editorial LTDA, 2004.

SOUZA, Jesse de. **A ralé brasileira**: quem é e como vive? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SWAIN, Tania Navarro. A invenção do corpo feminino ou “a hora e a vez do nomadismo identitário”. In: **Textos de história**, vol. 8, n 1/2, 2000.

SWAIN, Tânia Navarro. Heterogênero: “Uma categoria útil de análise”. In: **Educar**, n. 35, Editora UFPR, Curitiba, p. 23-36, 2009.

SWAIN, Tania Navarro. Meu corpo é um útero? In: STEVES, Cristina. (Org). **Maternidade e feminismo** – Diálogos Interdisciplinares. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; TONDATO, Márcia Perencin. Mídia e Cidadania: uma relação na perspectiva histórica. In: **Inter-Ação**: Rev. Fac. Educ. UFG, 34 (1) p. 75-88, jan./jun. 2009.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. Por uma teoria dos Gêneros em Comunicação. In: **XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, GP Gêneros Jornalísticos, Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0776-1.pdf> Acesso em 9 de abr 2021.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: A teoria na prática. In: **RAP** Rio de Janeiro 40(1):27-55, Jan./Fev. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v40n1/v40n1a03.pdf> Acesso em 24 de jun 2020.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: Por que as notícias são como são? Florianópolis: Insular, 2012.

TRIGO, M. H. Habitus, Campo, Estratégia: Uma leitura de Bourdieu. In: **Cadernos CERU**, v. 9, p. 45-55, 1 jan. 1998.

TUCHMAN, Gaye. 'A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas'. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

TUCHMAN, Gaye. **Making News**: a study in the construction of reality. New York: The Free Press, 1978.

VERÓN, Eliseu. Esquema para el analisis de la mediatización. In: **Diálogos de la comunicación**.N.48. Lima: Felafacs, 1997, p 9 – 17.

VIANA, Oliveira. **Instituições Políticas do Brasil**. Coleção biblioteca básica brasileira. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

VIZEU, Alfredo. A produção de sentidos no jornalismo: da teoria da enunciação à enunciação jornalística. In: **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, no 22, dezembro 2003.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**, v.1. Brasília, UnB, 2009.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Ed. Guanabara: Rio de Janeiro, 1981.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa, Editorial Presença, 1995.

WOLF, Naomy. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rocco, Rio de Janeiro: 1992.

ZELIZER, B. Os jornalistas como comunidade interpretativa. In: Traquina, N. (org.) **Jornalismo 2000. Revista de Comunicação e Linguagens**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, n.27, fevereiro de 2000, p.50-65

APÊNDICE A – Semana Construída

FASE DE (DES)CONSTRUÇÃO DO GOVERNO DILMA – 01/2011			
A 08/2011			
	Mês	Dia do mês	Dia da semana
1	Janeiro	1º	Sábado
2	Janeiro	09	Domingo
3	Janeiro	17	Segunda
4	Janeiro	25	Terça
5	Fevereiro	02	Quarta
6	Fevereiro	10	Quinta
7	Fevereiro	18	Sexta
8	Fevereiro	26	Sábado
9	Março	06	Domingo
10	Março	14	Segunda
11	Março	22	Terça
12	Março	30	Quarta
13	Abril	7	Quinta
14	Abril	15	Sexta
15	Abril	23	Sábado
16	Maio	1º	Domingo
16	Maio	09	Segunda
17	Maio	17	Terça
18	Maio	25	Quarta
19	Junho	02	Quinta
20	Junho	10	Sexta
21	Junho	18	Sábado
22	Junho	26	Domingo
23	Julho	04	Segunda
24	Julho	12	Terça
25	Julho	20	Quarta
26	Julho	28	Quinta
27	Agosto	05	Sexta
28	Agosto	13	Sábado
29	Agosto	21	Domingo
30	Agosto	29	Segunda
Total	115 notícias		

FASE DE (DES)LEGITIMAÇÃO DO GOVERNO DILMA – 01/2013			
A 08/2013			
	MÊS	DIA DO MÊS	DIA DA SEMANA
31	Janeiro	1º	terça
32	Janeiro	09	Quarta
33	Janeiro	17	Quinta
34	Janeiro	25	Sexta
35	Fevereiro	2	Sábado
36	Fevereiro	10	Domingo

37	Fevereiro	18	Segunda
38	Fevereiro	26	Terça
39	Março	06	Quarta
40	Março	14	Quinta
41	Março	22	Sexta
42	Março	30	Sábado
43	Abril	07	Domingo
44	Abril	15	Segunda
45	Abril	23	Terça
46	Maio	1º	Quarta
47	Maio	9	Quinta
48	Maio	17	Sexta
49	Maio	25	Sábado
50	Junho	02	Domingo
51	Junho	10	Segunda
52	Junho	18	Terça
53	Junho	26	Quarta
54	Julho	04	Quinta
55	Julho	12	Sexta
56	Julho	20	Sábado
57	Julho	28	Domingo
58	Agosto	05	Segunda
59	Agosto	13	Terça
60	Agosto	21	quarta
61	Agosto	29	quinta
Total	42 notícias		

FASE DE GOLPE – 01/2016 A 08/2016			
62	MÊS	DIA DO MÊS	DIA DA SEMANA
63	Janeiro	1º	sexta
64	Janeiro	9	sábado
65	Janeiro	17	Domingo
66	Janeiro	25	Segunda
67	Fevereiro	2	Terça
68	Fevereiro	10	Quarta
69	Fevereiro	18	Quinta
70	Fevereiro	26	Sexta
71	Março	05	Sábado
72	Março	13	Domingo
73	Março	21	Segunda
74	Março	29	Terça
75	Abril	06	Quarta
76	Abril	14	Quinta
77	Abril	22	Sexta
78	Abril	30	Sábado
79	Maio	08	Domingo

80	Maio	16	Segunda
81	Maio	24	Terça
82	Junho	1	Quarta
83	Junho	9	Quinta
84	Junho	17	Sexta
85	Junho	25	Sábado
86	Julho	3	Domingo
87	Julho	11	Segunda
88	Julho	19	Terça
89	Julho	27	Quarta
90	Agosto	04	Quinta
91	Agosto	12	Sexta
92	Agosto	20	Sábado
93	Agosto	28	Domingo
Total	98 notícias		